OS PENSADORES

XLIX

FERDINAND DE SAUSSURE
ROMAN JAKOBSON
LOUIS TROLLE HJELMSLEV
NOAM CHOMSKY

TEXTOS SELECIONADOS

EDITOR: VICTOR CIVITA

Títulos originais:
Textos de Saussure: **Les mots sous les mots.** Textos de Jakobson: **Phonology and Phonetics — "Les oxymores dialectiques de Fernando Pessoa" — "Letter to Haroldo de Campos on Martin Codax's poetic texture".** Textos de Hjelmslev: **"La stratification du langage" — Omkring Sprogteoriens Grund laeggelse (Prolegomena to a theory of language) — De Sproget (El lenguaje).**
Texto de Chomsky: **Aspects of the Theory of Syntax.**

1.ª edição — julho 1975

© - Copyright desta edição, 1975, Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.
Texto publicado com autorização do Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass. **(Aspectos da teoria da sintaxe.)** Traduções publicadas com autorização da Editora Perspectiva S.A., São Paulo (As palavras sob as palavras; A questão da origem; Os oxímoros dialéticos de Fernando Pessoa; Carta a Haroldo de Campos sobre a textura poética de Martin Codax; A estratificação da linguagem; **Prolegômenos a uma teoria da linguagem;** A estrutura e o uso da língua). Traduções publicadas com autorização da Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro (A fonologia em relação com a fonética; Retrospecto).
Direitos exclusivos sobre a tradução de **Aspectos da teoria da sintaxe,** 1975, Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.

Sumário

AS PALAVRAS SOB AS PALAVRAS 9
A QUESTÃO DA ORIGEM 27
A FONOLOGIA EM RELAÇÃO COM A FONÉTICA 61
RETROSPECTO 97
OS OXÍMOROS DIALÉTICOS DE FERNANDO PESSOA 125
CARTA A HAROLDO DE CAMPOS SOBRE A TEXTURA POÉTICA DE MARTIN CODAX ... 147
A ESTRATIFICAÇÃO DA LINGUAGEM 155
PROLEGÔMENOS A UMA TEORIA DA LINGUAGEM 183
ASPECTOS DA TEORIA DA SINTAXE 233

FERDINAND DE SAUSSURE

AS PALAVRAS SOB AS PALAVRAS

(OS ANAGRAMAS DE FERDINAND DE SAUSSURE)

Tradução de **Carlos Vogt**

* Traduzido do original francês de Jean Starobinski: *Les mots sous les mots — Les anagrammes de Ferdinand de Saussure,* Paris, 1971, Ed. Gallimard.

AS PALAVRAS SOB AS PALAVRAS

Numa folha rasgada, não datada, encontra-se esta nota de Ferdinand de Saussure:

absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho um horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável, completamente desproporcional à importância do trabalho.

Para mim, quando se trata de lingüística, isto é acrescido pelo fato de que toda teoria clara, quanto mais clara for, mais inexprimível em lingüística ela se torna, porque acredito que não exista um só termo nesta ciência que seja fundado sobre uma idéia clara e que assim, entre o começo e o fim de uma frase, somos cinco ou seis vezes tentados a refazê-la.[1]

É preciso guardar na memória estas confissões e esta frase interrompida, no momento de percorrer os cadernos da pesquisa dos anagramas, naquilo que oferecem de trabalhoso e inacabado. Saussure sente a clareza escapar-lhe vendo-a, no entanto, oferecer-se tão próxima. A evidência não é suficiente, é preciso ainda formular-lhe, adequadamente, a lei. Ora, a lingüística não lhe parece ainda possuir sua verdadeira linguagem.(Saussure ia empenhar-se em dar-lhe uma no Cours *que apresentaria a seus alunos entre 1907 e 1911. Mas, sabe-se não ter sido ele mesmo quem deu forma de livro a seus cursos.)*

O que é mais evidente, por exemplo, que o discurso? Mas definir o discurso é uma tarefa árdua. Saussure, em um texto isolado, apresenta assim o problema:

A língua só é criada com vistas ao discurso, mas o que separará o discurso da língua ou o que, num dado momento, permitirá dizer que a língua *entra em ação como discurso?*

Conceitos variados estão aí disponíveis na língua (isto é, revestidos de uma forma lingüística) tais como *boeuf, lac, ciel, rouge, triste, cinq, fendre, voir.* Em que momento, ou em virtude de qual operação, de qual jogo que se estabelece entre elas, de quais condições formarão estes conceitos o *discurso?*

A seqüência destas palavras, por mais rica que seja pelas idéias que evoca, não indicará jamais a um ser humano que um outro indivíduo ao pronunciá-las, queira *significar*-lhe alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a idéia de que queremos significar alguma coisa, usando termos que estão disponíveis na língua? É um problema idêntico ao de saber o que é o *discurso,* e à primeira vista a

[1] Texto interrompido, Ms. fr. 3957/2: Rascunhos de cartas de F. de Saussure.

resposta é simples: o discurso consiste, ainda que de modo rudimentar ou por caminhos que ignoramos, em afirmar um elo entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos de forma lingüística, enquanto a língua previamente apenas realiza conceitos isolados, que esperam ser relacionados entre si para que haja significação de pensamento.[2]

Mas o que é a língua separada do discurso? O anterior ao discurso é realmente a língua, ou não seria de preferência um discurso antecedente? A língua, simples repertório de conceitos isolados, separada do discurso (da fala) é uma abstração. A audácia de Saussure consiste em tratar esta abstração como um material concreto, uma matéria-prima. *Não teria havido língua — para o lingüista — se os homens não tivessem anteriormente discursado. Mas no momento em que é postulada a realidade da língua, evidencia-se que todos os discursos se constroem a partir da língua e de seus elementos materiais esparsos... "Assegurar um elo entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística" é um ato que só pode ser concluído pela utilização de um material. É um emprego ao mesmo tempo livre e regrado. Um "jogo" que tem valor de "operação".*

É preciso, pois, procurar as leis constitutivas da utilização. A passagem dos "conceitos isolados" ao discurso não é apenas interessante em si mesma: é o modelo que permite compreender outras atualizações. Quando Saussure reflete sobre a evolução da lenda, *aí descobre um problema de elo e de organização a partir de materiais primitivos. Estes são então designados pelo termo* símbolo. *Abrindo um de seus cadernos inéditos que exploram a lenda dos Niebelungen, encontra-se esta nota, muito importante mesmo em suas imperfeições e incertezas:*

— A lenda se compõe de uma série de símbolos com um sentido a ser especificado.
— Estes símbolos, sem que disso suspeitem, são submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras vicissitudes e às mesmas leis que símbolos que são as palavras da língua.
— Eles todos fazem parte da *semiologia.*
— Não há método algum para supor que o símbolo deva permanecer fixo, nem que deva variar indefinidamente, ele deve provavelmente variar em certos limites.
— A identidade de um símbolo não pode nunca ser fixada desde o momento em que ele é símbolo, isto é, derramado na massa social que lhe fixa a cada instante o valor.

Assim a runa Y é um "símbolo".

Sua IDENTIDADE parece uma coisa tão tangível e quase ridícula para melhor assegurá-la consiste nisto:[3] ela tem a forma Y; ela se lê Z; ela é a oitava letra do alfabeto; ela é misticamente chamada zann, enfim, algumas vezes ela é citada como a primeira da palavra.

[2] Ms. fr. 3961. Caderno escolar, sem título.
[3] Frase incoerente. Citação textual.

No fim de algum tempo: . . . *ela* é a décima do alfabeto. . . mas aqui ela já começa a supor uma unidade que

Onde está agora a identidade? Geralmente respondemos com um sorriso, como se fosse uma coisa efetivamente curiosa, sem observar o alcance filosófico da coisa, que não é nada menos que dizer que *todo símbolo,* uma vez posto em circulação — ora, nenhum símbolo existe senão *porque* é posto em circulação — é neste instante mesmo absolutamente incapaz de dizer em que consistirá sua identidade no instante seguinte.

É dentro deste espírito geral que abordamos qualquer problema de lenda, porque cada um dos personagens é um símbolo do qual se pode variar — exatamente como para a runa —, *a)* o nome; *b)* a posição diante dos outros; *c)* o caráter; *d)* a função, os atos. Se um *nome* é transposto, pode ocorrer que uma parte dos atos seja transposta, e reciprocamente, ou que todo o drama mude por um acidente deste gênero.

Então, em princípio, deveríamos simplesmente renunciar a prosseguir, visto que a soma das modificações não é calculável. De fato, vemos que se pode relativamente esperar prosseguir, mesmo com grandes intervalos de tempo e de distância.[4]

O que aqui é sublinhado por Saussure é a maneira pela qual a relação (a colocação em circulação, a imersão na "massa social") torna relativa a identidade dos elementos atualizados. Os personagens históricos, presume Saussure, foram arrebatados pela lenda. Em seguida, as narrativas lendárias se transmitem e se transformam. No agenciamento narrativo, o símbolo-matéria não é somente utilizado, ele sofre uma modificação. Pois o agenciamento é modificável, e torna-se, ele próprio, modificante. Basta fazer variar as relações "externas" do material primitivo para que os caracteres aparentemente "intrínsecos" se tornem diferentes. A identidade do símbolo se perde na vida diacrônica da lenda.

A relação que Saussure presume existir entre os acontecimentos históricos e sua transposição lendária prefigura aquilo que ele suporá existir entre o hipograma (ou palavra-tema) e o texto poético desenvolvido. Em ambos os casos a pesquisa se orienta não para uma faculdade psíquica geradora (a imaginação) mas para um fato (verbal, histórico) antecedente:

Ninguém pensa em supor uma perfeita coincidência da lenda com a história, ainda que tivéssemos as mais seguras provas de que foi um grupo definido de acontecimentos que lhe deu origem. O que quer que se faça, e por evidência, somente certo grau de aproximação pode aqui intervir como decisivo e convincente. Mas vale muito a pena examinar a escala destes graus. Ver se, sim ou não, uma outra concentração[5] histórica, diferente da que tentamos, seria também

[4] Ms. fr. 3958/4. Uma folha destacada (Ms. fr. 3959/11) resumirá as conclusões que Saussure acreditará poder tirar de suas pesquisas: "nossa afirmação" [. . .] é particular e precisa, e sem sistema. Um livro contendo as aventuras de Teseu, *e somente as aventuras de Teseu,* foi a base de um dos grandes ramos da lenda heróica "germana". O resto desta lenda é de uma outra fonte, esta puramente germânica, e até *historicamente germânica* pelos próprios acontecimentos que relata".

[5] Esta palavra —, *concentration* (no original) substitui *plexus,* riscada.

capaz de explicar a lenda em seus elementos, é uma prova extremamente interessante para a nossa tese, uma dessas provas que, na ausência de qualquer demonstração rigorosa possível em semelhante domínio, pode passar pelo menos por um gênero de verificação natural e não negligenciável.[6]

N.B. Entre todas as coisas mutáveis ou sujeitas a modificação que a lenda contém, se encontra a título idêntico o *motivo* das ações. Assim como, devido ao fato de o motivo permanecer o mesmo, vemos muitas vezes mudar a natureza do ato, por exemplo.

Os dois gêneros de modificações históricas da lenda que podem provavelmente ser considerados como os mais difíceis de se admitir são:

1.º A substituição de nomes.

2.º Permanecendo uma ação a mesma, o deslocamento de seu *motivo* (ou *fim*).

— A todo instante, por falta de memória dos precedentes ou por outra razão, o poeta que recolhe a lenda só guarda desta ou daquela cena os *acessórios* no sentido mais propriamente teatral do termo; quando os atores deixaram a cena, permanece este ou aquele objeto, uma flor no chão, um [ ][7] que permanece na memória, e que diz mais ou menos o que se passou, mas que, sendo somente parcial, deixa margem a —

— Sobretudo, não se deve jamais desconfiar, salvo caso particular, da intenção do autor ou do narrador de seguir aquilo que era dito, antes dele, na medida em que isto é possível, e é neste sentido que uma profunda tendência conservadora reina em todo o mundo da lenda.

Mas imaginação *sobre lacuna* de memória é o principal fator de mudança com vontade de permanecer de outro modo na tradição.

No domínio lingüístico, vê-se florescer exatamente do mesmo modo toda uma categoria de formações engenhosas provocadas pela *falta de memória.* Trata-se de domínios lexicográficos como aqueles dos nomes de plantas, nomes de minerais, nomes de bichinhos: conhecidos somente [ ][8] sendo apenas parcialmente aprendidos pela massa dos falantes e então, sem que o nome deixe de ser transmitido, é submetido a uma lei de transmissão completamente diferente daquela da palavra comum, e que resulta nas séries de etimologias populares *compactas.*[9]

Uma lei de indeterminação formula-se num fragmento mais elaborado, que insiste particularmente na aproximação que se deve estabelecer entre a vida da língua e a vida da lenda.

Aquilo que faz a nobreza da lenda como a da língua é que, condenadas uma e outra a se servirem apenas de elementos colocados diante delas e com um sentido

[6] Ms. fr. 3958/1. Caderno escolar intitulado *Niebelungen.*
[7] Espaço em branco no texto.
[8] Espaço em branco no texto.
[9] Ms. Fr. 3959/3. Caderno escolar intitulado *Tristan* II.

qualquer, elas os reúnem e tiram deles continuamente um sentido novo. Uma séria lei governa, e nela seria bom pensar antes de concluir pela falsidade desta concepção da lenda: não vemos, em parte alguma, florescer algo que não seja a combinação de elementos inertes, e não vemos em parte alguma que a matéria seja outra coisa senão o alimento contínuo que o pensamento digere, ordena, comanda, mas sem poder dele prescindir.

Imaginar que uma lenda começa por um sentido, que ela teve desde sua primeira origem o *sentido* que ela tem, ou melhor, imaginar que ela não pôde ter um outro sentido qualquer, é uma operação que me espanta. Ela parece realmente supor que através dos séculos jamais foram transmitidos elementos materiais sobre esta lenda; pois, dados cinco ou seis elementos materiais, o sentido mudará no espaço de alguns minutos se eu pedir a cinco ou seis pessoas trabalhando separadamente para combiná-los.[10]

É preciso pois considerar o sentido como um produto — como o produto variável do emprego combinatório — e não como um dado prévio ne varietur.

Em poesia, é evidente que as leis da utilização não interessarão somente às unidades verbais ("conceitos revestidos de uma forma lingüística") e os símbolos; os fonemas são eles próprios utilizados segundo regras particulares. E essas regras podem variar segundo os gêneros, as épocas, as tradições.

Quando Saussure se volta para os problemas da métrica do verso saturnino não pode restringir-se por muito tempo às considerações que tocam a função preponderante do acento ou da quantidade. Ele procurava, além disso, outras regras, e as que lhe apareciam eram em sentido estrito regras de utilização, de distribuição de um primeiro material. Ele percebe primeiro a lei de "acoplamento", que pretende que seja redobrado, no interior de cada verso, o emprego de toda vogal e de toda consoante utilizadas uma primeira vez. A aliteração deixa de ser um eco ocasional; repousa numa duplicação consciente e calculada. Uma carta de 14 de julho de 1906 anuncia com alegria a constatação surpreendente.

Vufflens, 14 de julho de 1906.

Caro Senhor

Obrigado por suas linhas sobre o que outro dia lhe escrevia. Antes mesmo de responder às observações muito justas que o senhor faz, posso lhe anunciar que obtive êxito em todos os sentidos. Passei dois meses a interrogar o monstro e a operar apenas às cegas contra ele, mas há três dias que só ando a tiros de artilharia pesada. Tudo o que eu escrevia sobre o metro datílico (ou melhor espondaico) subsiste, mas agora é pela Aliteração que cheguei a obter a chave do Saturnino, mais complicada do que parecia.

Todo fenômeno da aliteração (e também das rimas) que se observa no Satur-

[10] Ms. fr. 3959/10, p. 18. Faremos um paralelo com Pascal, *Pensées* (ed. Brunschvicg, fr. 22 e 23): "Que não me digam que eu não disse nada de novo: a disposição das matérias é nova" . . ., etc.

nino é tão-somente uma parte insignificante de um fenômeno mais geral ou melhor, *absolutamente total.* A totalidade das sílabas de cada verso Saturnino obedece a uma lei de aliteração, da primeira à última sílaba; e sem que uma única consoante — nem uma única vogal a mais —, nem uma única *quantidade de vogal* a mais, seja escrupulosamente levada em conta. O resultado é tão surpreendente que somos levados a nos perguntar, antes de tudo, como os autores desses versos (em parte literários como os de Andronicus e Naevius) podiam ter tempo para se dar a este tipo de quebra-cabeça: pois o Saturnino é um verdadeiro jogo chinês, independentemente de qualquer consideração sobre a métrica. Eu precisaria de uma epístola considerável para alinhar exemplos, mas bastam-me duas linhas para dar a lei:

1) Uma vogal não tem o direito de figurar no Saturnino a não ser que tenha sua *contravogal* em um lugar qualquer do verso (a saber, a vogal idêntica e sem transação sobre a quantidade: há somente transação para o *timbre* entre *ĕ* breve — *ĭ* breve; *ŏ* breve — *ŭ* breve; 2) algumas vezes *ē: ei;* 3) algumas vezes *ō: ū.*[11]

Resulta disso que, se o verso não tem um número *ímpar* de sílabas ora é preciso contar *toda* sílaba sem se preocupar com as elisões bastante raras, aliás, que exige o metro >, as vogais se ligam exatamente duas a duas e devem sempre ter como resto: zero, com número par para cada espécie de vogais: por exemplo: 2 *ā,* 4 *ĕ* [= *ĭ*], 6 *ŏ* [= *ŭ*], 2 *ă* —. Se as sílabas do verso são em número ímpar como 11, 13, 15, sobra necessariamente uma vogal *sem contravogal.* Ver mais abaixo o que acontece com ela.

2) Lei das consoantes. Ela é idêntica e não menos estrita, e nenhuma consoante, mesmo entre as implosivas como *stabant,* e entre as finais como Loucana*m,* não é levado em conta menos rigorosamente que o último *ĕ* ou *ŭ* da série vocálica. Há sempre um número par para toda consoante e sobretudo é preciso não esquecer as consoantes que aparecem nos grupos: assim a palavra *qvod* será certamente seguida no verso: 1.º, de um *q* ou *c;* 2.º, de um outro *v;* 3.º, de um outro *d;* e somente de um único *q-c;* de um único outro *v,* de um único outro *d* — a menos que não haja 4, 6 ou 8 delas fazendo sempre par.

Mas a coisa vai tão longe que:

3) Se há um resíduo irredutível qualquer, quer nas vogais, o que acontece necessariamente se o número das sílabas do verso for ímpar, quer nas consoantes, o que pode acontecer facilmente com *grupos de consoantes* com não importa que número de sílabas — bem contrariamente ao que se poderia crer, nada se perde deste resíduo, ainda que fosse um simples *ĕ* ou um simples *l* num grupo com *fl* já aliterante com *f;* mas o poeta toma nota deste *ĕ* ou deste *l,* e vemo-lo então reaparerer *no verso seguinte* como novo resíduo correspondente à sobrecarga do precedente. Aqui está a mais divertida verificação da lei, da qual tenho

[11] A confusão de *ĕ/ĭ* e *ŏ/ŭ* talvez não seja absoluta e seria preciso ter tempo para ver, através da inspeção de todos os versos, se = há uma diferença entre o *ĭ* de *vĭctus* = *x,* e o de Cereris = *xĕ* da mesma forma entre o *ŭ* de *lŭbens* = $x_{\breve{u}}$ e o de *cŭm* = $x_{\breve{o}}$; — provisoriamente não encontrei dificuldade estabelecendo a equivalência geral *ĕ*=*ĭ, ŏ*=*ŭ.*

todos os exemplos desejados, tanto nos textos epigráficos, como nos textos literários, onde, infelizmente, é raro que possuamos dois versos consecutivos.[12]

Saussure irá té o ponto de anotar em um de seus "cadernos" com letra maiúscula:

"Numero deus pari gaudet"[13]

Mas as pesquisas sobre o verso saturnino levariam a outras suposições: o poeta atualiza na composição do verso o material fônico fornecido por uma palavra-tema. A produção do texto passa necessariamente por um vocábulo isolado — vocábulo que se relaciona com o destinatário ou com o assunto da passagem — via de acesso e reserva de fonemas privilegiados sobre os quais se apoiará o discurso poético acabado. Um estudo intitulado recapitulação *(mas cujas numerosas rasuras provam que ele não é ainda senão um estágio e não o resultado da pesquisa) tenta reagrupar o conjunto das regras técnicas da composição. O termo hipograma ou anagrama não aparece ainda, mas é exatamente disto que se trata. Entre as rasuras, uma das mais significativas concerne a antecedente da palavra* tema; *Saussure primeiro escreveu "texto", depois riscou essa palavra para substituí-la por "tema". Ele, portanto, pensou num texto sob o texto, num pré-texto, no sentido lato do termo.*

Recapitulação

Resumamos as operações que, se os resultados que obtivemos forem verdadeiros, deveria fazer um versificador em poesia Saturnina para a redação de um *elogium,* de uma inscrição qualquer, funerária ou de outra natureza.

1. Antes de tudo, impregnar-se das sílabas e combinações fônicas de toda espécie que poderiam constituir seu TEMA. Este tema — escolhido por ele mesmo ou fornecido por aquele que pagava a inscrição — é composto apenas de algumas palavras, quer seja unicamente de nomes próprios, quer seja de uma ou duas palavras anexadas à parte inevitável dos nomes próprios.

O poeta deve, então, nesta primeira operação colocar diante de si, tendo em vista seus versos, o maior número possível de *fragmentos fônicos* que ele pode tirar do tema; por exemplo, se o tema, ou uma das palavras do tema é *Hercolei,* ele dispõe dos fragmentos - *lei* -, ou - *cŏ* -; ou com um outro corte das palavras, dos fragmentos - *ŏl* -, ou *ēr;* por outro lado, de *rc* ou de *cl,* etc.

2. Deve, então, compor seu trecho introduzindo em seus versos o maior número possível desses fragmentos, por exemplo, *afleicta* para lembrar *Herco-lei,* e assim por diante.

Entretanto, esta é tão-somente a parte mais geral de sua tarefa ou a matéria fônica geral que ele deve levar em conta e de que deve se servir. É necessário que, especialmente em um verso ou ao menos em uma parte de verso, a *seqüência vocálica* que se encontra em um tema como *Hērcŏlei* ou *Cornēlius,* reapareça quer na mesma ordem, quer com variação. [. . .]

[12] Ms. fr. 3962. Um rascunho da carta de 30 de julho de 1906 (destinatário desconhecido) desenvolve considerações análogas sobre as homofonias nos poemas homéricos (Ms. fr. 3957/2).

[13] Ms. fr. 3962. Caderno escolar sem título.

3. A necessidade de dedicar um outro verso ESPECIAL à seqüência consonântica do TEMA é, em princípio, provável, mas apenas provada parcialmente pelos exemplos.

4. Tanto quanto possível, é preciso que o poeta garanta ao mesmo tempo a RIMA DOS VERSOS ou a RIMA DOS HEMISTÍQUIOS: de modo algum considerada em todo caso como secundária. [. . .]

5. Poderíamos crer que aí terminam as obrigações e as restrições de toda espécie imposta ao poeta. É somente aqui que elas começam.

Na realidade, é preciso agora:

a) Que a soma das vogais contidas em cada verso se eleve exatamente a 2*ă*, 2*ĭ*, 2*ō*, etc. (ou 4*ă*, 4*ĭ* 4*ō*, etc., 6*ă*, 6*ĭ*, 6*ō*, etc.), mas que não haja número ímpar para uma dada vogal.

Ou então, se o número das sílabas do verso for 11, 13, 15, implique forçosamente um resto, que a vogal que permanece isolada seja compensada no verso seguinte.

Podemos, aliás, também através de uma licença comum, compensar com o verso seguinte, mesmo não sendo um caso de força maior. Mas o que não é permitido é confundir uma longa qualquer com sua breve, e compensar seja onde for, *ā* por *ă*, *ē* por *ĕ*, etc.

b) O versificador teria que fazer em seguida a mesma conta com as consoantes.

Aqui também é preciso que cada consoante seja compensada *antes do fim do verso seguinte,* mesmo com o risco de remeter novamente a este mesmo verso. Na maioria dos casos, a compensação é quase total *já pelo primeiro hemistíquio* do verso seguinte; entretanto, reciprocamente, há algumas vezes uma consoante, ou mesmo duas, que espera e só encontra ao final de vários versos a consoante compensatória.

c) Enfim, o versificador tinha de começar a mesma conta para os HIATOS, toda palavra como *meli-or, su-a,* exigindo sua compensação, ou por uma outra palavra deste gênero ou por hiatos *entre as palavras* como *atque idem.*

6. Mas — ao menos no que concerne às consoantes —, uma outra condição devia ser preenchida. Há sempre nas inscrições um resíduo consonântico, e segundo nossa hipótese acima desenvolvida, este resíduo é *desejado* e destinado a reproduzir as consoantes do TEMA inicial, escrito abreviadamente para os nomes próprios e por extenso para os outros.

Ou — o que significa a mesma coisa —, o poeta leva em conta, na parte versificada, aquilo que está escrito, ou poderia estar escrito, no início ou no fim da inscrição, fora dos próprios versos (entretanto, com inicial pura para todos os nomes próprios ou as palavras comumente abreviadas). Assim, supondo por TEMA — ou, o que dá quase no mesmo por TÍTULO: Diis Manibus Luci Corneli Scipionis Sacrum, é preciso que a peça de poesia deixe livres, isto é, em número ÍMPAR no total, as letras D.M.L.C.S.R.

A saber: as quatro primeiras, porque os nomes próprios e para as fórmulas

consagradas como Diis Manibus, só a INICIAL é que conta — a última (R), porque *Sacrum* é para ser tomada, ao contrário, com todas as letras. Mas nem S, nem C, nem M de *Sacrum* podem se exprimir, uma vez que estas três letras estão em D.M.L.C.S. — *e porque se juntássemos um novo S, ou C, ou M* à peça em verso, todas estas letras se veriam suprimidas pelo número par. [. . .]

7. Se não deixei passar nada — e o contrário não me espantaria, tendo em vista as condições de estrutura verdadeiramente hierática do [ ],[14] nada mais resta depois disso para o versificador realizar, isto é, só lhe resta ocupar-se agora do METRO e evitar que esses versos não possam, fora de todas as condições precedentes, escandir-se regularmente.

Seria desnecessário repetir que a certeza e o valor dessa lei repousa antes de tudo, ou mesmo totalmente, em nossa apreciação, no fato da compensação desde o verso seguinte, e desapareceria em grande parte sem esta lei subsidiária e protetora. Pois, de outra forma, a menor inexatidão, seja por conta do poeta latino, seja por nossa conta, colocaria tudo em questão ao fim de um espaço de cinco ou seis versos, porque infelizmente *par* ou *ímpar* depende de uma *única unidade,* e de um único erro na intenção do versificador. [. . .]

8. Quanto aos literatos propriamente ditos, compondo poemas seguidos como Andronicus, Naevius, ou o autor do *Carmen Priami,* escolhiam provavelmente a seu bel-prazer uma palavra-tipo ou um par de palavras-tipo — não, sem dúvida, para um único verso, mas válidas para o dístico.[15] [. . .]

A teoria revestirá uma forma mais completa em um longo texto cuidadosamente passado a limpo, que ocupa um caderno de escolar (sem capa) intitulado Premier cahier à lire préliminairement.

I. Terminologia

Servindo-me da palavra anagrama, não penso fazer intervir a escritura nem a propósito da poesia homérica, nem a propósito de qualquer outra velha poesia indo-européia. *Anafonia* seria mais justo, na minha maneira de ver: mas este último termo, se nós o criamos, parece antes apto a prestar um outro serviço, a saber, o de designar o anagrama incompleto, que se limita a imitar certas sílabas de uma palavra dada sem ser obrigado a reproduzi-la inteiramente.

A *anafonia* é portanto para mim a simples assonância a uma palavra dada, mais ou menos desenvolvida e mais ou menos repetida, mas não formando *anagrama* na totalidade das sílabas.

Digamos ainda que "assonância" não substitui *anafonia,* porque uma assonância, por exemplo, no sentido da antiga poesia francesa, não implica que haja uma palavra que se imite.

No dado onde existe *uma palavra a imitar* distingo, pois:

o anagrama, forma perfeita;
a anafonia, forma imperfeita.

[14] Lacuna no texto.
[15] Ms. fr. 3962. Caderno escolar sem título.

Por outro lado, no dado que deve igualmente ser considerado, onde as sílabas se correspondem sem, no entanto, se relacionarem com uma *palavra,* podemos falar de *harmonias fônicas,* o que compreende toda coisa como aliteração, rima, assonância, etc.[16]

O campo de pesquisa está assim delimitado: não se tratará de poesia "moderna". Além disso, a pesquisa terá apenas uma relação de longínqua analogia com o anagrama tradicional, que não funciona senão com os signos gráficos. A leitura, aqui, se aplica em decifrar combinações de fonemas e não de letras. Não se tratará, portanto, de redistribuir conjuntos limitados de signos visuais que se prestariam ao enunciado ortograficamente correto de uma "mensagem" considerada primitiva; não nos esforçaremos por ler o poema como se o autor tivesse começado a escrever, com as mesmas letras, um outro verso. (Sabemos que Tristan Tzara acreditou poder atribuir a Villon este método de composição). Além disso, o anagrama fonético percebido por Saussure não é um anagrama total: um verso (ou mais) anagramatizam uma única palavra (em geral um nome próprio, o de um deus ou de um herói) restringindo-se a reproduzir-lhe antes de tudo a "seqüência vocálica". Não se trata de solicitar todos os fonemas constitutivos de um verso: semelhante reconstrução fonética não seria senão uma variedade do trocadilho. Escutando um ou dois versos saturninos latinos, Ferdinand de Saussure ouve levantarem-se, pouco a pouco, os fonemas principais de um nome próprio, separados uns dos outros por elementos fonéticos indiferentes:

II. Que base existe *a priori* para imaginar que a poesia homérica tenha podido conhecer alguma coisa como o anagrama ou a anafonia?

Isto se liga a um conjunto de estudos que são para mim partes do verso saturnino latino.

Fora das questões levantadas pela métrica desse verso, acreditei reconhecer, através de todos os restos de poesia saturnina, os vestígios de leis FÔNICAS, das quais a aliteração que sempre admitimos como um de seus caracteres não seria senão uma manifestação particular, e uma das mais insignificantes manifestações, como é preciso acrescentar.

Não somente, em minhas conclusões, a aliteração não seria *ligada* a uma acentuação da inicial — o que foi sempre um grande embaraço para julgar o metro do saturnino, ou para se decidir entre uma interpretação rítmica ou métrica; mas a aliteração inicial não possui nenhuma importância particular, e o erro foi de não ver que *todas* as sílabas aliteram ou assonam, ou são compreendidas em uma harmonia fônica qualquer.

A dificuldade vem de que os gêneros de harmonia fônica variam, e variam desde o anagrama e a anafonia (formas que se dirigem a uma *palavra,* a um nome próprio) até a simples correspondência livre, fora do dado de imitação de uma palavra.

Como indicação sumária desses tipos, uma vez que não posso de modo algum esperar expor aqui minha teoria do *Saturnino,* cito:

Taurasia Cīsauna Samnio cēpit

[16] Ms. fr. 3963. Caderno sem capa.

Este é um verso *anagramático* que contém completamente o nome de *Scipio* (nas sílabas *cĭ* + *pĭ* + *ĭŏ*, além disso em *S* de *Samnio cēpit* que é inicial de um grupo onde quase toda palavra *Scĭpĭŏ* aparece. — Correção de — *cēpi* — pelo — *cĭ* — de *Cĭsauna).*[17]

Mors perfēcit tua ut ēssēnt —

Este é um meio-verso anafônico que toma por modelo as vogais de

Cŏrnēlĭŭs

e que começa por reproduzi-las em sua ordem estrita

ŏ-ē-ĭ-ŭ

A única imperfeição, o *ĕ* breve de *pĕrf* —, mas que não se distancia em todo caso do timbre *e*.

Depois de *ŏ-ē-ĭ-ŭ* vem, com interrupção de *a*, o vocalismo de *ŭt essēnt* que fica na anafonia.

(O *ă* ou é signo de interrupção, ou é alusão a *Cornēliă* [*gens*].)[18]

Em um dos cadernos sobre Homero, encontramos a seguinte nota:

Em um sistema onde nenhuma palavra poderia ser mudada sem dificultar,[19] a maior parte do tempo, muitas combinações necessárias no que se refere ao anagrama, em um tal sistema não se pode falar dos anagramas como de um jogo acessório da versificação, eles se tornam a base, quer o versificador queira ou não,

que o crítico de um lado e o versificador de outro
queiram ou não. Fazer versos com anagrama é, forço-
samente, fazer versos segundo o anagrama sob o domínio do anagrama.[20]

Um caderno termina nestas linhas, onde reconhecemos um novo projeto de introdução:

O HIPOGRAMA

ou gênero de anagrama a reconhecer
nas literaturas antigas.
Seu papel na poesia e na prosa latinas.

1. Por que não *anagrama.*
2. Sem ter motivo [para manter][21] particularmente o termo hipograma, no

[17] Nota na margem desta passagem: *Samnio está no ablativo (locativo) como suspeitáramos sem prestar atenção nos anagramas.*
[18] Ms. fr. 3963. Caderno sem capa.
[19] F. de Saussure rabiscou *troubler* (dificultar) e o substituiu por *créer un trouble* (criar uma dificuldade).
[20] Ms. fr. 3963. Caderno escolar sem título.
[21] Riscado no manuscrito.

qual me detive, me parece que a palavra não responde demasiadamente mal ao que deve ser designado. Não está em desacordo muito grave com os sentidos de *hipográphein, hypographé, hypógramma,* etc., se excetuarmos o sentido de *assinatura* que não é senão um dos que ele toma.

seja *fazer alusão;*

seja *reproduzir por escrito* como um escrivão, um secretário,

ou mesmo (pensávamos neste sentido especial mais divulgado) sublinhar por meio de pintura os traços do rosto.[22]

Quando o tomarmos mesmo no sentido mais difundido, ainda que mais especial, de sublinhar por meio de pintura os traços do rosto, não haverá conflito entre o termo grego e nossa maneira de empregá-lo; pois trata-se ainda no "hipograma" de sublinhar um nome, uma palavra, esforçando-se por repetir-lhe as sílabas, e dando-lhe assim uma segunda maneira de ser, fictícia, acrescentada, por assim dizer, à forma original da palavra.[23]

Em um dos cadernos que dedica a Lucrécio, Saussure sugere — sem ater-se a ela — uma outra denominação:

O termo *anagrama* é substituído, a partir deste caderno, por este, mais justo, *paragrama.*

Nem anagrama, nem paragrama, querem dizer que a poesia se dirige para essas figuras segundo os signos escritos; mas substituir *-grama* por *-fono* em uma ou outra destas palavras levaria justamente a fazer crer que se trata de uma espécie de coisa espantosa.

Anagrama, por oposição a Paragrama, será reservado ao caso em que o autor se contenta em dispor num pequeno espaço, como aquele de uma palavra ou duas, todos os elementos da palavra-tema, aproximadamente como no "anagrama" segundo a definição; — figura de importância absolutamente restrita no meio dos fenômenos oferecidos ao estudo, e que representa em geral apenas uma parte ou um acidente do Paragrama.[24]

É preciso salientar também estas notas fugitivas cujas frases permanecem inacabadas:

Introduzir paramimia desculpando-se por não colocar paronímia — Há no meio do dicionário uma coisa que se chama paronomásia, figura de retórica que —

A paronomásia se aproxima muito por seu princípio de

A paráfrase pelo som-fônico[25]

É estranho que Saussure, que se preocupou com a diferença entre a alitera-

[22] Na margem: *não há nenhum sentido de hypográphein exceto o de assinar, colocar sua assinatura.*

[23] Ms. fr. 3965. Caderno de tecido amarelo intitulado *Ciceron Pline, le jeune, fin.*

[24] Ms. fr. 3964.

[25] Ms. fr. 3966. Caderno coberto de tecido laranja, intitulado *Carmina Epigraphica Fin: Le Passage Tempus erat Ausone.*

ção e as "regras" seguidas pelo verso saturnino, não tenha fixado por mais tempo sua atenção sobre a paronomásia. Talvez temesse, mais ou menos conscientemente, que esta "figura de palavras" colocasse em perigo todo o aspecto de descoberta *ligado para ele à teoria dos anagramas. Talvez lhe parecesse essencial distinguir a imitação fônica que aparece livremente no* decorrer *do texto (a paronomásia) e a imitação obrigatória que, segundo ele, regula a gênese.*

A terminologia de Saussure varia pois no decorrer de seu trabalho. Vemos aparecer, fugitivamente, a noção de paratexto. *E eis outras sugestões ainda:*

A segunda utilidade de Logograma ao lado de antigrama é — além de marcar o antigrama tomado nele mesmo — poder aplicar-se à soma de antigramas, quando há, por exemplo, dez, doze, quinze que se sucedem em uma passagem em torno de uma mesma palavra. Há *logogramas* que se decompõem em múltiplos antigramas e que têm, entretanto, uma razão para serem ditos de uma só palavra porque giram em torno de uma só palavra —. Indica assim a unidade do tema, do motivo,[26] e, deste ponto de vista, deixa de ser chocante na sua parte Logo — que não precisa mais ser tomada necessariamente no sentido de *palavra fônica,* nem mesmo de palavra: é um "grama", *grámma,* em torno de um assunto que inspire o conjunto da passagem e é mais ou menos o *logos,* a unidade razoável, o *comentário.*

Uma passagem é caracterizada por este ou aquele *logograma,* o que não impede de falar de preferência de *antigrama* quando se chega ao detalhe da correlação com a palavra a reproduzir.[27]

O "discurso" poético não será, pois, senão a segunda maneira de ser de um nome: uma variação desenvolvida que deixaria perceber, por um leitor perpicaz, a presença evidente (mas dispersa) dos fonemas condutores.

O hipograma desliza um nome simples na disposição complexa das sílabas de um verso; a questão é reconhecer e reunir as sílabas condutoras, como Ísis reunia o corpo despedaçado de Osíris.

Isto equivale a dizer que, apoiando a estrutura do verso sobre os elementos sonoros de um nome, o poeta impunha a si mesmo uma regra suplementar acrescida à do ritmo. Como se um tal acréscimo de cadeias não fosse suficiente. Saussure não esquece nenhuma de suas observações sobre o redobramento obrigatório das vogais e das consoantes. O texto que lemos no "Premier cahier à lire préliminairement" continua:

Não temos aí senão um dos múltiplos gêneros da anafonia.

Mas ao mesmo tempo:

— ora *concorrentemente à anafonia,*

— ora fora de toda palavra que se imite

há uma correspondência de todos os elementos se traduzindo por um exato acoplamento, isto é, repetição em número par.

[26] Saussure riscou *thème* (tema) para substituí-lo por *motif* (motivo).

[27] Ms. fr. 3966. Caderno violeta intitulado *Plaute anagr. et Carmina Epigr.*

Assim, pode-se estudar deste ponto de vista quase todo verso cipiônico. Por exemplo, em

Subigit omne Loucanam opsidesque abdoucit

vemos duas vezes *ouc* (L*ouc*anam, abd*ouc*it)
duas vezes *d* (ops*id*esque ab*d*oucit)
duas vezes *b* (su*b*igit, a*b*doucit)
duas vezes *-ĭt* (sùbig*it*, abdouc*it)*
duas vezes *-ĭ* (sub*ĭ*git, ops*ĭ*des-)
duas vezes *ă* (Loucan*ă*m, *ă*bdoucit)
duas vezes *ŏ (ŏ*mne — *ŏ*psides-)
duas vezes *n* (om*n*e — Louca*n*am)
duas vezes *m* (o*m*ne — Loucana*m*).[28]

Os principais resíduos correspondem justamente ao que o verso precedente deixava em suspenso.

Na verdade *p* de opsides — (último verso)
= *p* de cēpit — (penúltimo verso)
ficam ambos sem correspondência em seus versos: mas, entre eles, compensam-se de um verso a outro.

É raro que se possa chegar à absoluta repartição par. Por exemplo, o som *c* é um número ímpar e Lou*c*anam opsides*q*ue abdou*c*it, mesmo invocando o verso precedente Taurasia *c*isauna Samnio *c*epit.

Mas já é uma forte exigência esperar que todas as palavras estejam combinadas de tal maneira que se consiga 2/3 das letras em número par, de fato, e mais de 3/4 que realizam a todo instante esta *performance,* como diríamos em linguagem de turfe [. . .]

Sejam quais forem as soluções de detalhe, do estudo do verso saturnino latino cheguei à convicção de que:

a) Essa versificação é inteiramente dominada por uma preocupação *fônica,* ora interna e livre (correspondência dos elementos entre si, por pares ou por rimas), ora externa, isto é, inspirando-se na composição fônica de um nome como *Scipio, Jovei,* etc.

b) Nesta preocupação fônica geral, a *aliteração,* ou a correspondência mais particular entre *iniciais,* não tem papel algum: ao menos o mesmo papel, que, de seu lado, desempenha a *rima,* ou correspondência entre finais, sendo ela mesma tão-somente um acidente ou um floreio, conforme a tendência geral.

Acrescento c) Que o resultado ao qual chego para a forma *métrica* do saturnino não somente não cria dificuldade, mas está em perfeito acordo com a idéia de que as sílabas iniciais não teriam importância especial para o verso.

Nenhum sistema, mesmo rítmico, pode sequer, não o esqueçamos, mostrar

[28] Em nota: "Por que não *omnem* Louca*nam?* É aqui justamente que eu creio poder provar, por uma grande série de exemplos, que as inexatidões de forma que algumas vezes passaram por arcaísmos na poesia saturnina epigráfica são *propositais,* e em relação com as leis fônicas desta poesia. *Omnem* teria tornado o número dos M ímpares!"

que as sílabas aliterantes iniciais do saturnino correspondiam a *ictus* regulares.

Para terminar estas explicações preliminares por um dos exemplos que me conduziram precisamente ao ponto de vista que exponho, eu diria que isso pode se resumir em um verso como:

Ibi manens sedeto donicum videbis
(Lívio)

a correspondência *-bi-* (Ibi-videbis) ou a correspondência *-dē-* (sedēto, vidēbis) têm tanta importância — embora nem uma nem outra recaia sobre a *inicial* — quanto todos os exemplos de aliteração inicial por meio dos quais se fez do saturnino um verso "aliterante".[29]

A diferença evidentemente incalculável entre um fonismo *aliterante* e um fonismo que se apóie sobre qualquer sílaba é que, enquanto ficamos ligados à inicial, pode parecer que é o ritmo do verso que está em jogo, e que, procurando acentuar-se mais, provoca inícios de palavras semelhantes, sob um princípio que não supõe absolutamente, da parte do poeta, a análise da palavra. A mesma observação se aplica à rima, ao menos em tal ou tal sistema. Mas, se for verificado, ao contrário, que todas as sílabas podem concorrer à simetria fônica, resulta daí que não há nada que dependa do verso e de seu esquema rítmico que dite estas combinações, e que um segundo princípio, independente do próprio verso, se associava ao primeiro para constituir a forma poética recebida. Para satisfazer esta segunda condição do *carmen,* completamente independente da constituição dos pés ou dos *ictus,* eu afirmo efetivamente *(como sendo minha tese a partir de agora)* que o poeta se entregava, e tinha como *métier* comum entregar-se à análise fônica das palavras; que é esta ciência da forma vocal das palavras que constituía provavelmente, desde os mais antigos tempos indo-europeus, a superioridade, a qualidade particular, do *kavis* dos hindus, dos *V ā t ē s* dos latinos, etc.

Poesia védica

Sobre a hipótese precedente, podemos interrogá-la de duas formas:

1. Reprodução em um hino de sílabas que pertencem ao nome sagrado que é objeto do hino.

Neste gênero, é uma montanha de materiais que acharemos. Como a coisa era demasiadamente clara em certos hinos a Indra, deu-se, por assim dizer, um caráter desfavorável a estes hinos, ao passo que está aí o princípio indo-europeu de poesia, em nossa opinião. Mas podemos tomar quase ao acaso, e veremos que hinos dedicados por exemplo a *Agni Angiras* são uma série de trocadilhos como *girah* (os cantos), *anga* (conjunção), etc. — mostrando a preocupação capital de imitar as sílabas do nome sagrado.

2. Harmonias fônicas consistindo por exemplo no número par dos elementos.

[29] Esse verso é igualmente comentado em uma carta a Antoine Meillet de 23 de setembro de 1907. Ver "Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet" publicadas por Emile Benviste. *Cahiers Ferdinand de Saussure,* Genebra, 21/1964, pp. 91-125.

Duas dificuldades de primeira ordem se opõem de chofre a uma perfeita investigação sobre este ponto e eu não podia resolvê-las no tempo limitado que tive até o presente:

Dificuldade do *sandhi*. Não podemos saber de antemão qual fase exata é preciso supor, e conseqüentemente, por exemplo, se um *ō* como este de *dēvōasti* é assimilável a um *ō* como este de *hōtāram*, ou a um *ă?* ou a um *ăz*, etc.?

Dificuldade decorrente das interpolações. Basta que um único verso, em 50 versos, seja interpolado, para que as mais trabalhosas contagens não tenham mais nenhuma significação. Creio ter tido uma satisfação inversa constatando que o primeiro hino do *Rig-Veda*, que não oferece nenhum número satisfatório, se mantivermos a nona estrofe (aparentemente acrescida), resolve-se em números pares para todas as consoantes, desde que se tome somente as 8 primeiras estrofes. Os números vocálicos, por seu lado, são então todos múltiplos de 3. Sem ter podido levar mais longe meus estudos védicos, tenho, no entanto, muitos pequenos hinos que dão algarismos absolutamente impecáveis sobre a paridade das consoantes seja qual for a lei das vogais.

Não quero passar sobre o primeiro hino do *Rig-Veda* sem constatar que ele é a prova de uma antiga análise *gramático-poética*, totalmente natural desde que houvesse uma análise *fônico-poética*. Este hino *declina* positivamente o nome de *Agni;* seria muito difícil, na verdade, pensar que a sucessão de versos, começando uns por *Agnim îdê* — outros por *Agninârayim acnavat*, outros por *Agnayê*, *Agnê*, etc., não queria dizer nada para o nome divino, e ofereça por puro acaso estes casos diferentes do nome colocados no começo das estrofes. *Desde o instante em que o poeta fosse obrigado*, pela lei religiosa ou poética, *a imitar um nome, é claro que depois de ter sido levado a distinguir-lhe as sílabas*, ele se encontrava sem querer *forçado a distinguir-lhe as formas*, uma vez que sua análise fônica, correta para *agninâ*, por exemplo, não mais era correta (fonicamente) para *agnim*, etc. Do simples ponto de vista *fônico*, para que o deus ou a lei poética ficassem satisfeitos, era pois preciso prestar atenção nas variedades do nome: e isto, não o esqueçamos, sem que uma forma particular como o nominativo tivesse o papel (aliás abusivo mesmo para nós) que assumiu em nome da gramática grega sistemática.

Não me surpreenderia que a ciência gramatical da Índia, do duplo ponto de vista *fônico e morfológico*, não fosse assim uma seqüência de tradiçõees indo-européias relativas aos procedimentos a serem seguidos na poesia para confeccionar um *carmen*, levando em conta *formas* do nome divino.

No que concerne especialmente ao próprio texto védico, e ao espírito no qual ele se transmitiu desde um tempo inacessível, este espírito se encontraria eminentemente de acordo, pelo *vínculo à letra*, com o primeiro princípio da poesia indo-européia, tal como o concebo agora, fora de todos os fatores especialmente hindus ou especialmente hieráticos que podem ser invocados a propósito desta superstição pela letra.

Eu reservo mesmo minha opinião quanto a saber se o texto *Pada-pâtha* dos hinos não é um texto destinado a preservar correspondências fônicas cujo valor

era conhecido por tradição e por conseguinte relativas ao *verso,* uma vez que este texto tem a pretensão de estabelecer a forma das *palavras,* fora do verso. Seria preciso, entretanto, um estudo que eu não fiz e que é evidentemente enorme.

Poesia germânica aliterante

Enquanto nada liga os fatos de aliteração latina do saturnino ao ritmo do verso — e isto, mesmo supondo um estado latino que acentuava a inicial — é certo, ao contrário, que as iniciais aliterantes do germânico (velho escandinavo, velho saxão, anglo-saxão, e um ou dois textos em alto alemão) formam, por assim dizer, tão-somente um só corpo com o ritmo do verso, porque *a)* o verso é rítmico e fundado no acento das palavras; *b)* o acento das palavras recai sobre a inicial; que por conseguinte *c)* se é sublinhada a inicial por uma igualdade de consoantes, sublinha-se ao mesmo tempo o ritmo.

Mas, historicamente, podemos nos perguntar se em vez de considerar a aliteração germânica como um tipo original — a partir do qual julgávamos mais ou menos a *aliteração* latina, o *ritmo* latino e a *acentuação* latina — não haveria oportunidade de fazer um raciocínio completamente inverso, onde seria ao contrário o germânico que, por mudanças, aliás conhecidas, teria chegado à forma que nele se tornou célebre como modelo geral de versificação.[. . .]

É também partindo desse dado de uma poesia indo-européia que analisa a substância fônica das palavras (seja para construir com elas séries acústicas, seja para construir séries significativas quando se refere a um certo nome) que eu pensei compreender pela primeira vez o famoso *stab* dos germânicos em seu triplo sentido: *a)* vareta; *b)* fonema aliterante da poesia; *c)* letra.

Desde que apenas suspeitemos de que os elementos fônicos do verso poderiam ser contados, uma objeção se apresenta, a da dificuldade de contá-los, visto que é preciso muita cautela, mesmo para nós que dispomos da escrita, para estarmos seguros de contá-los bem. Por isso, se concebe logo ou antes se prevê, se o trabalho do *vates* era o de reunir sons em número determinado, que a coisa não era por assim dizer possível se não por meio de um signo exterior como pedregulhos de diferentes cores ou como *varetas* de diferentes formas, os quais, representando a soma dos *d* ou dos *k,* etc., que podiam ser empregados no *carmen,* passavam sucessivamente da direita para a esquerda à medida que a composição prosseguia e produzia um certo número de *d* ou de *k* indisponíveis para os versos posteriores. (É preciso partir dos poemas curtos de 6 a 8 versos, do quais os *Elogia,* ou certos hinos védicos, ou as fórmulas mágicas germânicas dão idéia.) — Acontece assim que, mesmo *a priori,* a relação de uma vareta *(stab* ou *stabo)* com o FONEMA se apresenta como absolutamente natural e clara se a poesia *contava* os fonemas, enquanto que eu nunca pude dar nenhum sentido a *stab, stabo,* a letra aliterante, ou a letra, na concepção comum da poesia aliterante. Por que uma letra teria sido então designada por uma vareta? Mistério.

Toda a questão de *stab* seria mais clara se não misturássemos aí desastrosamente a questão de *buoch* (a casca do carvalho onde se podiam traçar caracteres).

Estes dois objetos do reino vegetal são perfeitamente separados na atividade da escrita germânica, e, assim como resulta de minha explicação precedente, considero *stab* = *fonema* como anterior a toda a escrita; como absolutamente independente de *buoch* que o precede no atual composto alemão *Buchstabe* (aparentemente "vareta de carvalho").[30]

A hipótese do "acoplamento" silábico e a estranha especulação sobre varetas de carvalho conferem ao poeta uma atenção extrema à substância fonética das palavras. Os fatos de simetria fônica aqui constatados são marcantes: mas serão eles o efeito de uma regra observada (à qual nenhum testemunho proposital teria sobrevivido)? Não poderíamos invocar, para justificar esta multiplicidade de responsos internos, um gosto pelo eco, pouco consciente e quase instintivo? Seria preciso que o exercício da poesia, nos antigos, esteja mais próximo do ritual da obsessão que do arrebatamento de uma palavra inspirada? É verdade que a escansão tradicional escraviza a dicção dos vates *a uma regularidade que já é necessário qualificar como obsessiva. Nada impede imaginar — já que os fatos o possibilitam — uma sobrecarga de exigências "formais" que obrigariam o poeta a utilizar duas vezes no verso cada um dos elementos fônicos. . .*

Os textos que transcrevemos aqui, por sua preocupação expositiva, constituem uma exceção no conjunto de cadernos consagrados aos anagramas. Esses contêm sobretudo exercícios de decifração, apoiando-se sucessivamente em textos de Homero, Virgílio, Lucrécio, Sêneca, Horácio, Ovídio, Plauto, Policiano, etc.

[30] Ms. fr. 3963. Caderno sem capa. Nota à margem: *A considerar o todo para a interpretação da passagem de Tácito que aqui deixo de lado.*

A QUESTÃO DA ORIGEM

Saussure nunca se interrogou sobre as origens do procedimento que ele atribuía aos versificadores gregos e latinos. Bastava-lhe poder afirmar que o fato era constatável em todas as épocas, como um permanente segredo de fabricação. A diacronia, no caso, não o interessa. Qual é o sentido da suposta regra que obriga a passar pela palavra-tema? Este sentido não variou no decorrer dos tempos? Não possuía no começo uma motivação (ritual ou religiosa) cuja lembrança se perdeu e de que restou apenas, a título de relíquia, uma convenção arbitrária, acrescentada às restrições do metro e do ritmo? Saussure foi o primeiro a reconhecer que a lei do anagrama — se recebesse confirmação — não era de molde a facilitar o trabalho de composição. . .

Uma vez, entretanto, em um dos cadernos dedicados ao anagrama na epopéia grega, Saussure se arriscou a formular hipóteses genéticas. Lê-se no segundo Cahiers de notes préliminaires *(Cadernos de notas preliminares).*

O anagrama na epopéia grega?

Certamente, e mesmo que a idéia dos anagramas nas peças líricas não suscitasse mais objeção, pode-se hesitar, por muitas razões, antes de admiti-la também para a epopéia.

Eu mesmo admito que, se a coisa é verdadeira, ela supõe origens líricas para a epopéia.

Mas sem me amedrontar muito com a coisa e concebendo simplesmente os fatos na seguinte ordem evolutiva:

Havia originariamente apenas pequenas peças de 4 a 8 versos. Conforme seu objeto, estas peças eram ou fórmulas mágicas, ou preces, ou versos funerários, ou talvez versos corais, todas as coisas que caem, como por acaso, em nossa classificação "lírica".

Mas, se após uma longa hereditariedade de peças muito curtas e unicamente líricas a poesia se desenvolveu até a narrativa épica, porque a suporíamos antecipadamente livre, sob esta nova forma, de tudo o que tinha sido regularmente, até então, a lei reconhecida da poesia?

Logicamente, sem dúvida, podia haver uma razão para mudar de sistema mudando de gênero. Mas a experiência comum em história mostra que as coisas não se passam assim. — E, para dar a melhor prova de que se cometeria um erro ao contar, mesmo em alguma época, com a razão lógica, que sabemos nós da

razão que fez surgir o anagrama nas pequenas peças líricas que colocamos na base?

A razão *pode ter residido* na idéia religiosa de que uma inovação, uma prece, um hino, só produzia efeito com a condição de misturar as sílabas do nome divino ao texto.

[E na hipótese, o próprio hino funerário do ponto de vista de seus anagramas já é uma extensão do que entrou na poesia pela religião.]

A razão *pode ter sido* não religiosa, e puramente poética: da mesma ordem que aquela que preside aliás as rimas, as sonâncias, etc.

E assim por diante. De maneira que a pretensão de querer dizer em alguma época *por que* a coisa existe vai além do fato, e já não tem muito mais sentido em se colocar tal pretensão a propósito da poesia épica ou de qualquer outra, caso se admita um encadeamento histórico, ou melhor uma cadeia da qual não conhecemos nem mesmo o primeiro elo de maneira segura.

Nota — Não posso falar aqui da poesia lírica de Lesbos, cujos resquícios mostram todos eles que ela estava no mais alto ponto *fônico,* conforme se esperava, mas provavelmente sem anagramas, isto é, sem fonismo dirigido para um nome e a procurar sua reprodução.

A poesia homérica, ao contrário, é fônica, no sentido que damos a *anafônico* e *anagramático,* isto é, propondo-se, a todo momento, repetir as sílabas de um determinado nome.

É apenas em certos versos-fórmulas que a poesia homérica parece entrar no dado fônico puro, fora da questão de repetir um nome.[31]

Qualquer que tenha sido sua origem — religiosa ou poética — é a persistência do procedimento como regra formal que interessa a Saussure. Supondo que a origem tenha sido religiosa, a sobrevivência do anagrama não atesta uma sobrevivência secreta da idéia religiosa, mas a persistência de uma "forma" fora de seu contexto inicial, como é encontrado a todo momento pelo lingüista. Os anagramas se tornaram uma restrição da composição, do mesmo modo que a rima na versificação francesa tradicional. Mesmo na hipótese de que o nome de um deus teria constituído a única palavra-tema admissível para a poesia primitiva, Saussure descobria na poesia mais recente nomes próprios humanos, epítetos, nomes de lugares e mesmo nomes comuns — todos caracterizados pela mesma função seminal. O mecanismo alegado por Saussure não é nada mais que uma relação de identidade *entre a seqüência dos fonemas do* suposto *hipograma e alguns dos fonemas dispersos no verso integral. Trata-se, simplesmente, de uma duplicação, de uma repetição, de uma aparição do* mesmo *sob a figura do* outro. *Concebe-se perfeitamente que este esquema possa permanecer puro e neutro: é assim que o entende Saussure, para quem a inteligibilidade do* funcionamento *é, por si só, plenamente satisfatório, e não necessita de nenhuma interpretação suplementar.*

Todavia, ao preço de uma maior oferta interpretativa, e abandonando brus-

[31] Ms. fr. 3962. Versos saturninos. Caderno rosa sem título na capa. O caderno está utilizado do outro lado sob o título: *Saturnien. Cptes phonèmes. Inscriptions.*

camente Saussure, o leitor pode ser tentado a ver no esquema funcional do hipograma o símbolo de uma concepção emanacionista da produção poética. O texto desenvolvido está fechado no estado de unidade concentrada na palavra-tema que o precede: não há, propriamente falando, "criação", mas um desprendimento, na multiplicidade, de uma energia já totalmente presente no seio da Mônada antecedente. Sabe-se que o mesmo esquema é freqüentemente empregado nas doutrinas que remontam da superestrutura à infra-estrutura, principalmente naquelas que visam reunir um conteúdo latente a partir dos dados oferecidos pelas expressões manifestas da vida psíquica, social ou econômica. Não é impossível reconhecer um parentesco de estrutura entre essas diversas atividades explicativas, que elas assumem uma forma analítica ou dedutiva: a teologia da emanação se coloca atrás dessas como seu modelo comum. Notar-se-á que o esquema funciona da mesma maneira logo que haja passagem de um superior (divino) à multiplicidade mundana, e logo que haja passagem do inferior (a libido, por exemplo) à multiplicidade dos desejos empíricos. Certos evolucionismos são uma inversão do emanacionismo. Em ambos os casos, é o devir *que deve revelar o ser... No que concerne ao hipograma, a palavra-tema é a unidade original presumida — presunção inverificável em última instância. Ora, o caráter problemático deste exemplo lingüístico tem aqui o mérito de nos revelar uma dificuldade inerente a todas as aplicações do mesmo esquema: quer-se reduzir a estrutura complexa a uma origem mais simples, e forjar um antecedente suposto — por uma leitura seletiva dos constituintes do fenômeno estudado — de tal maneira que se possa acreditar reter o substrato concreto, a razão suficiente deste fenômeno, sendo este reduzido, doravante, ao nível de efeito, ou mais exatamente, de forma derivada. O antecedente suposto é inteiramente construído com elementos retirados no fenômeno a interpretar (aqui, a estrutura fônica do verso): o esquema* emanacionista *funciona maravilhosamente se fizermos o caminho inverso, isto é, caso se dê por* matéria-prima *a quintessência que se abstraiu previamente. A palavra-tema produz o discurso desenvolvido, tanto mais infalivelmente quanto o lingüista mais tiver desdobrado a sua engenhosidade para aí localizar os fonemas da palavra-tema. O germe é conjeturado a partir dos elementos da flor: a experimentação deveria poder ser bem sucedida. Mas Saussure interroga textos do passado: que experimentação pode ser feita com o germe hipotético de flores antigas? Em resumo, vemos colocar-se, aqui, um risco de ilusão — de que Saussure estava aliás bem consciente — e cuja fórmula poderia assim exprimir-se: toda estrutura complexa fornece ao observador elementos suficientes para que ele possa escolher um* subconjunto *aparentemente dotado de sentido, e ao qual nada impede* a priori *de conferir uma antecedência lógica ou cronológica.*

O hipograma (ou palavra-tema) é um subconjunto verbal, e não uma coleção de materiais "brutos". Vê-se logo que o verso desenvolvido (o conjunto) é ao mesmo tempo o portador do mesmo subconjunto e o vetor de um sentido absolutamente diferente. Da palavra-tema ao verso, um processo deve *ter produzido o discurso desenvolvido sobre a ossatura persistente do hipograma. Saussure não*

procura conhecer o processo integral: ele se contenta em supô-lo regulado *pelo respeito à persistência da palavra-tema.*

Saussure o reconhece: no discurso desenvolvido, os fonemas dispersos da palavra-tema funcionam de maneira diversa da que funcionavam no hipograma; neste, eles são ligados primariamente à materialidade de uma palavra. No verso, ao contrário, esses fonemas são ligados diretamente à materialidade de outras palavras, desempenham seu papel em uma nova distribuição de valores, e funcionam secundariamente *como* lembranças *da palavra-tema, como signos de uma regra respeitada, de um pacto mantido. Saussure, diferentemente do "crítico literário", não está à espreita do sentido novo que eclode no discurso desenvolvido: através dos 99 cadernos de reflexão e pesquisa sobre os anagramas, ele persegue a similitude, o eco esparso em que se deixam capturar, de uma maneira quase sempre idêntica, as linhas de um primeiro corpo. Em toda parte funciona a* mesma *lei anagramática, confirmada de exemplo a exemplo (com resultados aqui ou ali reconhecidos como menos satisfatórios); e em cada exemplo particular, os fonemas da palavra-tema redobram-se, difracionam-se, de modo a constituir uma presença em dois níveis.*

Perguntar-se-á se não será esta uma das conseqüências da procura de uma lei. Pois uma lei intervém apenas para ligar elementos compatíveis, para introduzi-los no plano homogêneo da correlação, e apreendê-los dentro de parâmetros comuns, tornando-os assim mensuráveis segundo as mesmas unidades de medida. No caso presente, toda pesquisa visa definir o antecedente fônico *da* substância fônica *do verso.*

É plenamente compreensível que a teoria dos anagramas com sua insistência nas relações de similitude, possa interessar hoje aos teóricos que recusam a noção de criação literária e a substitua pela de produção. *Toda criação supõe uma ruptura radical entre o criador e a criatura, uma diferença de essência. Entretanto, a noção de produção (com o que ela implica de trabalho transformador) não é senão imperfeitamente conciliável com a hipótese emanacionista que rapidamente evocamos: a produção literária não é a manifestação difusiva de um Todo que estava logo presente* in nuce, *ela não é o movimento espontâneo pelo qual os mesmos elementos passam do estado de pura presença em si ao de presença em relação a outrem e de presença enquanto outro... No mais, apressemo-nos em acrescentar que nenhum subentendido "místico" está presente na teoria de Ferdinand de Saussure. Ele teria repudiado, certamente, qualquer tipo de interpretação emanacionista dos hipogramas. A palavra-tema não é, para ele, nada mais que um dado material cuja função, talvez primitivamente sagrada, se reduz muito cedo a um valor de apoio mnemônico para o poeta improvisador, depois de um procedimento regulador inerente à própria escritura, ao menos na língua latina. Saussure jamais afirmou que o texto desenvolvido preexiste na palavra-tema: o texto se constrói* sobre *a palavra-tema, e isto é uma coisa bem diferente. A palavra-tema* abre *e* limita *ao mesmo tempo o campo de possibilidade do verso desenvolvido. É um* instrumento *do poeta e não um germe vital do poema: o poeta é obrigado a* reempregar *os materiais fônicos da palavra-tema, se possível em sua seqüência normal. Quanto ao resto, o poeta age de acordo com a sua vontade, distribuindo*

as palavras e os fonemas de maneira a satisfazer as outras regras da versificação e da inteligibilidade. A palavra-tema é certamente o antecedente do discurso: mas em nenhuma parte Saussure nos deixa entender que, por um misterioso privilégio, a palavra-tema conteria já, sob forma concentrada, o discurso que nela se apoiará. Ela apenas se presta ao jogo da com-posição: *após ter tido a densidade de uma palavra plena, abre suas malhas fônicas para se tornar uma espécie de talagarça.*

Mas o que acontece com o leitor ou o ouvinte desprevenido? Será que reconhece, no discurso poético, a palavra que constitui sua trama? Saussure presume que, no que diz respeito ao público latino, é preciso responder pela afirmativa. O leitor e o ouvinte sabiam discernir a palavra subposta *e isso também quando um poema comporta uma pluralidade de palavras-tema.*

Daremos aqui um exemplo muito desenvolvido da pesquisa de Saussure: a análise de um vaticinium *relatado por Tito Lívio (V, XVI). Trata-se de uma resposta do oráculo de Delfos endereçada aos romanos. O fato de o nome de Apolo se deixar ler criptograficamente não nos espantará, já que é ele mesmo quem fala neste texto:*

VATICINIUM "AQVAM ALBANAM"

Tito Lívio, V, 16, 8: — trata-se do cerco de *Veies* — *Jamque Romani, desperata ope humana, fata et deos spectabant, cum legati ab Delphis venerunt, sortem oraculi adferentes congruentem responso captivi vatis: Romane, aqvam Albanam, cave lacu contineri,* etc.

Para poder referir-me a esta ou aquela linha, divido o texto em versos mais ou menos da mesma maneira que *Havet,* De Saturnio, pp. 263 ss.

1. Romane, aqvam Albanam, cave lacu contineri,
2. Cave in mare manare suo flumine siris.[32]
3. [Manu?] emissam per agros [rite] rigabis. [33]
4. Dissipatamqve rivis extingves.
5. Tum tu insiste audax hostium muris,
6. Memor, qvam per tot annos obsides urbem,
7. Ex ea tibi, his qvae nunc panduntur fatis,
8. Victoriam datam. Bello perfecto,
9. Donum amplum victor ad mea templa portato,
10. Sacraqve patria, qvorum omissa cura est,
11. Instaurata ut adsolet facito.

Coloca-se, para este texto, um problema muito especial e que me surpreende não ter sido abordado por Havet. Os alemães tendo em geral tratado os três vaticínios citados por Tito Lívio como inutilizáveis para o Saturnino não precisavam abordá-lo.

[32] *Siris* por *sinas* dos mss. Hermann, Havet, etc. — o verso o exige.

[33] *Rite* a restituir quase certamente com Havet, pois Tito Lívio, parafraseando em seguida o texto, diz: . . . "tum si eam Romanus *rite* emisisset, victoriam de Vejentibus dari". — Quanto a *manu,* figurava nos manuscritos hoje perdidos, testemunho de Muret. É verdadeiro com *missam* (manu missam) em lugar de *emissam.*

A circunstância especial está em que, enquanto os outros dois vaticínios se referem a acontecimentos de 212 a.C., este se mistura com o evento da tomada de Veies, 396 a.C.

Se o fragmento é autêntico, perguntamos não somente por que caminho ele conseguiu chegar até Tito Lívio em sua textualidade, mas também sob que forma, do ponto de vista da *língua,* este fragmento foi oferecido ao historiador antes que ele nos fosse traduzido no latim do século de Augusto. O desvio das formas lingüísticas, se imaginamos realmente que a composição seja de 396 ou 397, é uma incógnita que torna paradoxal todo o resto, como a conservação do texto em uma seqüência clara e inteligível, e em versos, em grande parte, aceitáveis como *saturninos.* As diversas questões de língua, de texto coerente, de métrica, de data e de autenticidade, aí se misturam ou se chocam de maneira estranha.

Mas como, pela análise fônica, chega-se a resultados totalmente surpreendentes e favoráveis, a menos que me engane prefiro imaginar provisoriamente — redondamente, o que resolveria mais ou menos as perplexidades — ao invés de uma data muito antiga para a peça, que Tito Lívio encontrara o fragmento em algum Fabius Pictor, o qual teria tirado de um documento autêntico de época mais remota. Por esta cadeia, ou esta escala, a ascensão até as regiões de 396 apresenta qualquer coisa de menos vertiginoso. Ter-se-ia podido "traduzir" o texto uma ou duas vezes em latim mais moderno, sem alterá-lo positivamente.

Na hipótese de nos colocarmos em 397, esperar recuperar a forma exata de todas as palavras é naturalmente vão e absurdo. Mas seria igualmente absurdo, por outro lado, negar que dois ou três *traços gerais* do aspecto *fonético* das palavras não sejam dados por esta mesma data, no instante em que a aceitamos; e que, ou não se deve de modo algum proceder à sondagem do texto do ponto de vista de seus fonismos poéticos, ou, então, quando a estes traços gerais, é preciso colocar-se diante de um latim que possa ser do século IV.

Os pontos que conduzem a uma correção metódica e sistemática desta espécie serão, como todos estarão de acordo:

1 — Todos os *ŭ* por *ŏ* devem ser supostos ainda (em 397) no estado de *o.* (Talvez, entretanto, alguns *u* interiores por *ŏ* ?)
2 — Todo *ŭ* por *oi* é ainda *oi.* Naturalmente também *ū* por *ou* é *ou.*
3 — Todo *ī* por *ei* é ainda *ei,* e a única questão que se poderia colocar seria a de saber se, por sua vez, os *ei* que provêm de *oi* em final não eram preservados como *oi.* Quanto a mim, admito por toda parte a presença do *ei* e os anagramas parecem exigi-lo.
4 — *R* intervocálico por sibilante foi marcado R apenas depois de Appius Claudius Caecus, censor em 312 a. C. As gerações precedentes deviam conhecer um Z mais ou menos chiante, sem que se possa dizer se frisava há muito tempo o som do *r.* Anoto *r* como elemento em questão.
5 — Aparentemente *-d* final não devia ter caído em nenhum lugar. Mas confesso que não encontro os anagramas em acordo com este ponto. A conservação do *d* até a época histórica pode ter-se dado graças a posição sintática diante da vogal, com exclusão das outras *(eqvōd ego* contra *eqvō primum,* ou *eqvō/* na pausa), e assim as quedas do *-d* podem ser mais antigas do que se supõe.

6 — O enfraquecimento de *ă* pós-inicial *(talentum* por *talantum,* etc.) refere-se, felizmente, a apenas uma única forma do texto: *perfecto*, verso 8. O caso é, aliás, complexo, pois para *perfecto* intervém a questão independente da época *em que os pré-verbos se incorporaram ao verbo.* Há, por assim dizer, duas possibilidades em favor de *per-facto,* comparativamente ao que seria o caso de *talantum-talentum.*

7 — O enfraquecimento de *ĕ* pós-inicial em *ĭ* entra em questão para quatro formas: flumĭne facĭto (?); e os compostos verbais contĭneri, obsĭdes ("tu sitias"). — Mais ainda do que para o particípio, a questão morfológica da união mais ou menos íntima do pré-verbo com estas formas do verbo finito permanece aberta, e tem conseqüências não apenas para o vocalismo do verbo, mas também para a forma exata do prefixo *(con*tineri ou *com*-tineri?)

8 — As abreviações de sílaba final não tinham, sem dúvida, se realizado em nenhuma parte, de onde *victōr,* etc. — (As abreviações *métricas* de palavras ("jâmbicas"), *cavĕ* por *cavē* etc., podem ter sido usadas desde esta época e são independentes da forma lingüística.)

9 — Inicial *e* em *in,* etc., ĕ? Para a preposição *in* (empregada como tal) a atonia pode muito cedo ter favorecido *in.* Repito o texto aplicando-lhe as observações que precedem:

1. Romane, aquăm Albanăm cavē { lacū com-tĭnēri / lacou com-tĕnēri?
2. Cavē in măre mănāre { suo floumĭne / suo floumĭne } seirīs
3. [Manud?] / [Manou?] ē-missăm per agros [*rite*] rĭgābis
4. Dissipatănque rīveis extingvēs
5. Tŏm tū { īnsiste / ĕn-siste } audax hostiom moireis
6. Memŏr quăm per tot annos { obsĭdēs / urbem / ob-sēdēs }
7. Ex eā tibei heis qvai nūnc { panduntur / fateis / pandŏntor }
8. Victoriăm datăm. Dvellō { perfectō / per-factō
9. Dōnŏm amplŏm victōr ad mea templa portatō;
10. Săcrăque patria qvōrŏm { ob-missa / coirā ĕst, / om-missa }
11. { Īnstaurata / En-staurata } ut ad-sŏlēt { facĭtō / facĕtō

Os anagramas que não posso deixar de ler neste texto são todos criptográficos, isto é, referem-se a nomes ou a palavras que não são pronunciados no decorrer da peça.

Trata-se de um oráculo trazido de Delfos. Pouco importa quem foi encarregado de lhe dar as formas da poesia sagrada latina e se esta tradução se fazia sob os cuidados da autoridade romana ou sob os do próprio oráculo. É certo, pelo simples fato de ser o texto evidentemente versificado, que se queria como resposta do deus um *carmen* em todas as formas, por assim dizer autônomo e independente da interpretação de uma língua estrangeira. Se assim é, não há nenhuma razão para que o lado fônico e anagramático de toda versificação saturnina seja menos observado que os outros na presente peça.

De antemão é mais do que provável que, entrando nesta hipótese, o nome de Apolo não possa faltar.

É na segunda parte do fragmento que ele é executado. Entre as razões naturais que explicam a escolha deste lugar, temos esta: é a partir do verso 8 que o deus toma a palavra, diretamente e com a palavra *mea,* e que é no mesmo lugar que ele deixa o que diz respeito à Itália e a Roma para lembrar que Delfos espera também sua parte da vitória. — Os versos 8^b e 9 executam então o nome do deus, e isto duas ou mesmo três vezes, em uma linha e meia:

Primeiro anagrama:

AD MEA TEMPLA PŎRTĀTŌ

O *kōlon* começa por *A* — e termina por — *O,* formando o que chamo "um complexo anagramático" para *A*pollō. Mas todo *complexo* não contém necessariamente os elementos integrais do anagrama. Este os contém, com a única inexatidão de que a palavra é tratada como APOLO por *l* simples:

Depois que *Ad* serviu para marcar a posição *inicial* do *A* — em *Apollo,* retoma-se este *a* do ponto de vista silábico e a passagem

templ-*A PŌ*-rtato

compreende a metade de Apo-lo.

Quando o anagrama não é disperso, mas se passa no interior de um complexo restrito, e também marcado por uma *inicial* e uma *final* como esta, somos menos exigentes quanto à representação dos grupos: é desse ponto de vista que é preciso julgar o *L* de *templa,* embora este *L* esteja não somente em contato (do mau lado) com *APO-,* mas ainda *precedido* de *P* para que o *PL* lembre a sílaba *POL-,* se encontre assim rodeado de muitos sinais indicadores de seu valor.

O *tō* de *portatō* não poderia indicar o *ō* de *Apollō* em condições normais, mas sendo terminal de *complexo* ao mesmo tempo que de palavra, pode-se dizer que o *ō* final de *Apollō* é marcado antecipadamente por este *ō.*

Segundo anagrama:

Dōnŏm AMPLŎM VICTŌR

Se é *Apollō* no nominativo quem é visado como no primeiro anagrama, é preciso declarar este de qualidade bastante inferior.

Vê-se bem *A-* inicial, e em seguida *PLŎ* que se pode aceitar por *PŎL;* mas o *ō* de *victōr* que não é *nem final,* nem, *além disso,* acompanhado de qualquer sinal de ligação com *Apollō* seria uma representação mais que miserável. Seu único ponto de apoio seria que do ponto de vista da seqüência de sons ele chega ao bom lugar depois de A + PLŎ-, ou, o que dá quase no mesmo, que

Amplum victŌ-(r

se aproxima da figura do "complexo anagramático" em que os elementos inicial e final, por sua correspondência interna e mútua, são sempre dispensados, por direito, da condição normal de figurar em um polífono (dífono ou outro) e podem ser dados monofonicamente.

[A outra suposição seria que *dōnom* concorre para o anagrama e que este teria em vista o dativo de Apollo, ainda sob a forma calcada no grego, isto é, Apollō*n*ei. Tirar-se-ia de *dōnom* o dífono *-ōn-*. Quanto a *-ei,* seria necessário admitir *veictōr* com *ei,* e conseqüentemente o clássico *victor.* Consultei, sobre este ponto, meu amigo E. Muret, que me disse que o nome de lugar de *Vitry (Victoriacum)* seria favorável a *vīctor* por *ī* longo, e que ele não vê outro nome romano que pudesse testemunhar. — Como dífono, *ei* teria, a rigor, o direito de ser assim dado fora de todo contexto; mas não é final e deveria sê-lo.]

De resto, não é certo metricamente que *dōnum* pertença ao verso 9 e conseqüentemente ao mesmo *pōlou* que *Amplom victor;* e viu-se que o anagrama não utiliza esta palavra, se seu objeto é o *nominativo Apollo.* Destacando-se do verso 9 *dōnom,* ter-se-ia a forma notável para o conjunto do verso:

Amplom victōr / Ad mea templa portatō, /

estando o verso inteiro compreendido entre um *A-* . . . e um . . .*-O,* além da simetria das partes.

Terceiro anagrama (?) ou *Complemento dos dois primeiros:*

As palavras *dvellō perfectō* têm ambas importância de primeira ordem por estarem ao lado dos dois anagramas *Amplom-* e *Ad mea-* e assegurar-lhes o fragmento fônico que lhes faltava para estarem realmente na regra.

Com efeito, nenhum dos dois dava conta do duplo *LL* de *Apollō* e este duplo *LL* é revelado por *dvellō,* que se dá o encargo de repetir toda a sílaba *-llō* de repeti-la *como final.*

Uma outra questão é saber se *dvellō perfectō* quer ele mesmo esboçar um anagrama independente sobre o nome de *Apollō.* Isto não seria naturalmente possível a não ser que estejamos primeiramente diante de *per-făctō* em vez de *perfecto,* e admitindo, mesmo neste caso, uma ou duas fortes licenças. Seria mesmo preciso situar um tal anagrama em certas formas inferiores que se aproximam algumas vezes do anagrama gráfico moderno.

— Tem-se *p* em contato imediato com *-llō (dvellō per)* o que é uma condição relativamente boa, já que ela tende a concentrar os elementos em direção a

um mesmo ponto. Mas o *a* e o *o* de *-facto* são jogados ao acaso e não me refiro ao fato de que seria preciso confundir este *ō* de *-facto* com o *ŏ* breve de Apŏll-.

Por isso é preferível encarar *dvellō perfecto,* ou *perfacto,* como destinado simplesmente a completar os anagramas vizinhos por seu — *llō;* acompanhando-o pelo luxo de um *p,* e talvez de um *ă* concomitantes.

Sobre o anagrama de *Apollō* independente destes e cujo foco está no complexo que termina a peça *Adsolet facitō,* ver mais adiante.

Anagrama do nome de Delfos. É natural procurá-lo sobretudo ali onde se trata da oferenda a ser paga a Delfos, ou então no próprio Apolo, portanto na mesma passagem a que nos referimos há pouco.

Efetivamente — ao lado de *Amplum victor* ou *Ad mea templa* cujo *A* pressagiava Apollo — compreende-se por que o kŏlon *Dvello perfecto* começa por um D: Pois é suficiente continuar depois do D para encontrar *D. EL . . . P . . .*

Para procurar a seqüência, somos forçosamente obrigados a formular uma opinião por hipótese: 1.º sobre a maneira pela qual um *φ* grego devia ser pronunciado; 2.º sobre a palavra ou a forma que pode estar na idéia do anagramatista, pois podemos pensar em *Delphos* (levar a Delphos) ou *Delpheis (Apollon* residindo em Delphos, ou *Apollon* falando *de* sua sede de Delfos), ou mesmo *Delphicus* que suprimiria as duas alternativas.

Mas é preferível tomar todas essas alternativas e ver se uma delas encontra uma confirmação mais decidida de acordo com o texto. Provisoriamente, sem decidir apressadamente entre P e PH para a questão fônica:

1. *Delp (h) icus.* Em favor de *Delp (h) icus* haveria
   a) o fato de que o *p* de *perfecto* é seguido de um *c,* o que dá o suporte consonantal:

Dvello	*perfecto*
D— L—	P— C—

   b) *donum amplum victor* traria o *ĭc* na boa seqüência depois de *Dvĕllo p-.* Mesmo se a forma fosse *vĕ-ĭc-tor.*
   c) Na passagem final do fragmento, em que se verá que 5 ou 6 anagramas são retomados simultaneamente, as palavras *aDsoLetfaCIto* mostrarão *CI* depois do *D-le-* que se refere a Delfos.

Anagrama de Pŭtia, a Pítia.

Duas conclusões, a que eu chegara por razões *independentes deste anagrama* e antes de perceber sua presença, são que, nos dois versos do final:

1) O P de *patria* serve *em comum* para todos os anagramas que estes dois versos repetem e que são, entre outros, "Apollo" "Delp-", etc. . . sendo a letra P a que era comum à maioria, nesta passagem em que era preciso acumular os anagramas.

Que 2) era provavelmente necessário ler — sem prejuízo para o verso — *uti adsolet,* não *ut adsolet,* no último verso.

Ora, tomando precisamente o tal *P* e juntando-o a *— uti ā/dsolet,* tem-se, sem outra inexatidão que a da quantidade do *u: P-utia* ē, é preciso notá-lo imediatamente, *com observação do hiato: P u t iA*. Além do mais, se em *Putia* o *p,* diferentemente do caso de *Apollo,* é da espécie *inicial* para o *anagrama,* vemos que *patria,* de onde o *p* foi tirado, oferece-o como inicial e que não há, portanto, nada a retomar deste lado.

No primeiro momento poder-se-á ir mais longe e dizer que *PatriA* tem a função da palavra-manequim para *PutiA*. Não somente as letras extremas coincidem, mas o *t,* o *i* + *hiato* e o *número de sílabas.* Talvez não tenha muito interesse, mas devo dizer que o conjunto do que concerne a palavra me parece sugerir fortemente:

"Pūtiās"

e não o nominativo (sendo *Pūtiās,* conforme se pretenderá, o velho genitivo latino, ou cópia do genitivo grego).

Em *uti adsolet, a* não é *final.* Esta circunstância, todavia, não teria importância na passagem terminal do trecho em que essas palavras figuram, e em que são tantos os anagramas que se apertam que não poderíamos levar em conta as finezas, nem mesmo das quantidades regulares. Em contrapartida, o que destaco é a presença de *S* quase imediatamente após *a: uti a (d)* Solet.

Sendo todos os outros anagramas dos versos 10-11 a repetição de anagramas já dados como *Apollo,* etc., deve-se supor que, do mesmo modo, *Putia* ou *Putias* se encontra mais acima.

Com efeito, pode-se encontrá-lo, embora sempre com uma brecha apenas imperfeitamente rebocada e que provém da dificuldade que o anagramatista possuía de obter uma sílaba *pū* ou *pŭ-* (difícil, com efeito, caso se pense em todos os *ŭ* que eram ainda *ŏ* na época).

11 de outubro — Devo renunciar, como para outro vaticínio, a fazer o resto de minha exposição.

Os anagramas pelos quais comecei e que foram os únicos abordados, são apenas secundários. O que tornaria o fragmento de um interesse excepcional — se as decifrações a que sou levado têm alguma consistência — é que se veria sair dele um anagrama que nos transportasse ao cerne das circuntâncias históricas às quais Tito Lívio o vincula, anagrama que não seria outro senão o do próprio Camilo.

Concebi esta hipótese apenas porque muitos versos davam o número consonantal completo ou aproximativo M P R T R que — apesar do que tem de surpreendente o *m,* numa época arcaica — parecia marcar *imperator.* A palavra *imperator* ou *emperator* em sua integridade era, por outro lado, reconstituível, entre outras, no verso.

Emissam per agrōs [rite] rigabis. — Se havia um *imperator,*
Em per a rō r-t(e)

aparentemente devia ser nomeado, e só podia ser (colocando-se na hipótese geral, embora inverossimilhante, de que o documento seria da época) Camilo.

Este último tinha por nomes *Marcus Furius Camillus,* a menos que o prenome *Marcus* seja, por acaso, um erro do Dicionário Bouillet (sempre minha única autoridade!!) — pois há aqui e ali confusão da parte dos historiadores entre *Marcus* e *Manius.* Todavia, a raridade deste último prenome me dá quase a garantia de que podemos basear-nos em *Marcus.*

Neste caso, se, deixando de lado os outros traços de Marcus no resto do texto, tomarmos o segundo verso *Cave in măre mānāre* (admitindo que aqui o *c* seja um pouco excêntrico), seremos conduzidos pela repetição dos *e* finais a supor *Mārcĕ* no vocativo, o que é negativamente apoiado pelo fato de que não há uma só final em *-us* (-ŏs) no decorrer de todo o texto.

Desde então o nome *Furius* deve ser procurado igualmente no vocativo *Fūrī,* ou melhor *Fourī,* sendo o *ou* epigraficamente atestado por este nome: é o que se encontra logo após a seqüência de *cave in mare manare:*

Suo *floumine seirīs*

O grupo inicial *flou* — marca o inicial *FOU* — (tanto mais facilmente quanto o *l* está implicado no anagrama concorrente de *Cămillĕ).* Este FOU está seguido de *RĪ* em *seirīs.* Mas surge aqui a questão da qualidade do *r,* pois o nome de *Furius* está para *Fusius* se pudermos confiar nesta passagem do *Digeste: R litteram invenit* [*Appius Caecus*] *ut pro Valesiis Valerii essent, pro Fusiis Furii.* Trata-se pois de *Fourī,* mas aí está, precisamente, a qualidade do *r* de *seiris.* Por outro lado, visto que os dois *r* provocavam já uma impressão mais ou menos análoga, não era proibido *por uma indicação acessória,* servir-se[3 4] de um *r* por outro, e é assim, creio, que temos a correção de *seirīs* do ponto de vista da *finalidade* do *ī* em

comtinē-rī

do verso I. As duas formas combinadas marcam bem *Fouri* com *r sibilante. Mas também com i* final.

As quatro sílabas de *Mārcĕ Fourī* seguir-se-iam portanto ao verso 2, quase sem outra transposição a não ser a do *c.*

Mas este *C* conduz a outra coisa. Se estamos realmente na presença de um vocativo, é preciso que qualquer coisa acompanhe este vocativo para justificá-lo, e a hipótese mais simples — ou *mais simples que* supor toda uma frase — é pensar em uma simples saudação de bom augúrio por *Ave.*

Então, o *C* de *Mārcĕ* também não parece mais colocado arbitrariamente a distância de *măre mānāre:* com efeito todo o conjunto *cave — mare manare* constitui, por assim dizer, apenas um, e significa *Avē Mārce* pelo simples desmembra-

[3 4] É o que é confirmado pelo anagrama "ORĀCŎLŎM" um dos mais certos deste vaticínio do qual não tive tempo de falar mais acima, e para o qual, ao lado de *qvorum* (verso 10) funcionam outros grupos com *r* comum como o de *vict-ōrā-d mea templa* (verso 9). E no próprio verso 2 o *r* de *mānāre* apóia inversamente o *r* de *măre* para a palavra "Marce"

mento de *c-ave:* o que é, ao mesmo tempo, uma espécie de desculpa pelo *a* de *Ave* não ser produzido por um *a* inicial.

Pode-se agora passar ao verso 1: aqui se encontra o*A* inicial de *Ave,* desta vez entremeado com o *Cam* — inicial de *Camille:*

Acv*am* albanam . . .
A v—
C am- l

Mas ao mesmo tempo, como se tem *Aqvam Albanam Cavē lacu,* vemos que é preciso recomeçar o desdobramento: destacando o *C* de *c-avē* tem-se o fim de *Avē* em que *a(q)vam* tinha marcado o *A* como inicial. Reciprocamente destacando o *-ve* de *cavē* tem-se um *Ca* inicial que vem corrigir, por *Camille* o grupo não-inicial *cam* — que era fornecido pelo mesmo *a-q-v-am.* Há de novo um *l,* o de *lacu* na 3.ª-2.ª sílaba depois do *ca* de *cāvē,* como na 3.ª-2.ª sílaba depois do *cam* de *aqvam al* de maneira a lembrar Cami*lle.*

No verso da última página figura este resultado final:

O texto completo que eu entreveria com um certo grau de certeza para o conjunto do criptograma seria:

I Ave Camille
Ave Marce Fouri
Emperator
II Dictator ex Veieis
triump(h)abis.
III Oracolom Putiās Delp(h)icās.
IV *Apollo* permanece no ar.
Há talvez *Pūthios Apollo,*
com o *thios* em *hosti-um*
= tihos
= thi⌒os.[35]

Curiosamente, a pesquisa conduz à evidência de uma declaração rudimentar em que se articulam saudações e presságios dirigidos ao imperador, enquanto que o nome do deus, sinal de vaticínio, primeira evidência destacada pelo lingüista-decifrador, permanece finalmente em suspenso (no "ar"). As diversas palavras-temas revelaram, assim, sucessivamente aquele que fala (no caso, o deus), aquele a quem ele falou (o imperador) e aquilo sobre o que falou (a tomada de Veies). Desenvolvido em toda a sua amplitude, o anagrama torna-se um discurso sob o discurso.

No admirável preâmbulo de De Rerum Natura, *Ferdinand de Saussure revela a presença obsessiva do nome de Afrodite. A invocação a Vênus se constrói sobre o nome grego da deusa: mais ainda, ele continua a* ressoar *mesmo depois de*

[35] Ms. fr. 3962. Folhas passadas a limpo, quase sem rasuras.

finda a invocação. Tudo se passa, então, como se o poeta quisesse, no próprio ato da composição, demonstrar uma fecundidade, uma força produtiva, cuja fonte seria o nome de Afrodite. Saussure não chegaria a acreditar que Lucrécio reata, mais ou menos conscientemente, a motivação religiosa primitiva do hipograma? Nenhuma palavra, no comentário, deixa entrever esta suposição. Em nenhum momento aparece a hipótese — tão sedutora para nós — de uma emanação *dos cinqüenta primeiros versos do primeiro canto a partir da substância fônica de Afrodite —, de seu corpo verbal: dom maternal e amoroso de uma carne sonora, difusão de uma presença fundamental através do canto de louvor. O que prevalece é o peso das sílabas, o trabalho de localização, o ouvir analítico, o evidenciar do fato. Sabemos que, por falta de melhores provas, Saussure procura o índice do hipograma em um grupo de palavras cujos fonemas inicial e final correspondem aos da suposta palavra-tema. Ele designa este grupo com o nome de* manequim: *um manequim realmente completo, nós o vimos, não terá somente o mesmo começo e a mesma terminação que a palavra-tema, mas conterá também a maior parte de seus constituintes fônicos.*[36] *Toda a atenção de Saussure está orientada para este trabalho de extração. As frases sucessivas são, por assim dizer, radiografadas: elas devem deixar aparecer a ossatura sobre a qual se constroem.*

Notar-se-á que o nome que aparece no texto é o de Vênus *e não o de* Afrodite. *Tudo leva pois a crer que a palavra-tema presente no espírito do poeta tendia a se reproduzir* traduzindo-se!

Para facilitar a leitura das análises fônicas de Saussure, damos aqui, preliminarmente, os treze primeiros versos do poema de Lucrécio. (A continuação do texto em latim é citada mais adiante.)

[1] *Aeneadum genetrix, hominum diuomque uoluptas,*
alma Venus, caeli subter labentia signa
quae mare nauigerum, quae terras frugiferentis
concelebras, per te quoniam genus omne animantum

[5] *concipitur, uisitque exortum lumina solis.*
Te, dea, te fugiunt uenti, te nubila caeli
aduentumque tuum, tibi suauis daedala tellus
summittit flores, tibi ridente aequora ponti,
placatumque nitet diffuso lumine caelum.

[10] *Nam simul ac species patefactast uerna diei,*
et reserata uiget genitabilis aura fauoni,
aeriae primum uolucres te, diua, tuumque
significant initum perculsae corda tua ui.

I, i seq. Afrodite — Ap(h)rodite

A invocação a Vênus que abre o *De Rerum Natura* se inspira, para o anagrama e as assonâncias, no nome grego da deusa —, assim como o faz Virgílio nos trechos relativos a Vênus.

[36] Cf. supra, p. 23.

Os treze primeiros versos dividem-se, pela pontuação, em três frases:

frase 1-5.
frase 6-9.
frase 10-13.

A cada uma destas frases corresponde um anagrama de Afrodite.
Começo pelo 3.º anagrama (10-13):

MANEQUIM | Aëriae prīmum vŏlucrēs tĒ[37] |

Detalhe das sílabas:

A- : marcada como inicial pelo manequim.

AF- : *aurĂFavōnī,* bastante acentuado seja pelo primeiro *a* de *aura* que lembra a posição inicial da vogal, seja pelo grupo *-ōnī,* evocando *-ōdī-*.

[*-FR-*] : Diante da possibilidade de que o φ grego desta época fosse a africada *pf* — o que resolveria muitos casos de concorrência entre *p* e *f* nos anagramas latinos que têm por modelo uma palavra contendo φ — é prudente não negligenciar inteiramente o *pr* que se nota no manequim *(primum),* acompanhado por um *ī (Aphorodī-).*

-ROD- : é produzido por-*ord : perculsae cŎRDa tuā vī*(13). A licença é menos forte se o *pr* de *prīmum* conta para o grupo *phr* (pfr), porque nesse caso a posição do *r* terá recebido uma determinação.

-DI- : tē DĪ-va *tuumqv*ē (12). Tão bem colocado quanto possível: notadamente *T*uumqv*E* marca o que vem depois de — *dī* —.
Não obrigatoriamente, *DĪ-ē-ī* (10): todo o fim do verso *patefactast verna di ei*
A–F— R–DI-E-
parece imitar vagamente a palavra-tema.

-IT- : 1.º *significante in -IT- um* (13). O *f* + *a* misturado ao quíntuplo *i* que expira em *-it* nesse grupo de palavras produzem um efeito eficaz para lembrar *af-it.*
2.º *viget gen-IT-abilis* (11). Vogais
I-E- E- I sublinham o *it.*

-TE : termina o manequim.

[37] O verso 12 *no seu todo* forma um manequim. O complexo citado mais aima é apenas um primeiro compartimento, todavia mais característico pelo seu *te* que o complexo total:
//Aëriae primum volucres tĒ/ diva tuumqvĔ//
[Ler provavelmente *tuŏmqve.*]

Anagrama da frase precedente, verso 6-9:

MANEQUIM | AdventumqvE (7) |

Detalhe das sílabas:

A - : marcado como inicial pelo manequim.

AF-[38] : esse anel, sem ser estritamente executado, está fortemente indicado através de

tē dĕa tē fugiunt (6).

O ouvido está tanto mais disposto a unir *ă-f* (de*ă*-fugiunt) que a repetição do *tē* faz disto um par simétrico que se destaca completamente isolado do resto, deixando aparecer, por contraste, somente *deă-fugiunt.*

-FRO- : é, em suma, sobre *flōrēs,* tomado como "frō-lēs", que a figuração se baseia: apenas é preciso acrescentar que o verso inteiro, exceto a primeira sílaba *sum,* não é senão uma seqüência de sílabas anagramáticas ou assonantes cujo resultado é facilitar esta inversão:

-m)ittit flores tibi rīdēnt aeqvora ponti.

Do mesmo modo que é preciso retomá-la duas vezes e repetir a si mesmo a palavra *Afrōdītē* antes de saber exatamente se *rīdē(n)t* tem sílabas coincidentes ou somente semelhantes às de Afrodītē, assim quando *flōrēs* está rodeado por todas as partes de palavras como *rīdēnt + (m) + ittit + tibi + pontī,* pode-se dizer que o passe de mágica fazendo de *flores: froles* está bem mascarado para o ouvido.

É importante notar que duas das sílabas deste verso imitativo têm por objeto especial corrigir *flores* quanto à quantidade, deixando o ouvido sobre o *-ŏr-ŏtī* do fim (aeqvŏra pŏnti).

-DI- : *di-ffuso lumine* (9). Tanto o *f,* quanto o *o,* como o *e* final de *lumine* contribuem para o efeito. — A quantidade do *i* tem pouca importância, visto o cuidado com que em seguida será marcado o *ī* longo.

-IT- : *summ-ITT-IT flores* (8).

[38] *Ăρ* - deve também ser notado em virtude do princípio de que acima falamos, concernente ao φ. Este grupo *Ăρ* - apresenta-se em *aequŏrA Pŏnti* (8), completamente envolvido por coisas anagramáticas, e seguido entre outros, de *ŏ* + *ī* : *Ăρ—ŏ—ī—.*

-ITE : 1.º venti*TĒ* (6). O valor completo deste -ĭtĕ-, já irrepreensível, porque é *final* —, é apenas apreendido quando se considera todo o conjunto

tē, deă, tē fugiunt ventī, tē
Ā — F — T — Ī TĒ
TĒ DEĂ TĒ
cf. dītē

2.º n-ĬTĔ-t *diffuso* (II).

3.º Por uma aproximação que é ajudada pelo *r* (e também por *tibi): tibi-r-riaj* (8).

— De muito mais longe, *DaeDala TEllus tem relação com a parte d-te,* do verso 6 como, aliás, *dea te* do verso 6; mas é quase uma assonância vaga.

Anagrama n.º 1, correspondente aos versos 1-5:

Inicialmente, eu tinha hesitado em olhá-lo como um "manequim"

Aeneadum genetrīx hŏminum dīvomqvE

dada a maneira pouco natural pela qual ele corta o verso e o sentido. Mas ao examinar o que se encontra entre o A- inicial e o -E final, ficamos persuadidos de que todo este complexo forma realmente uma unidade que caminha para o E final, apoiando-se de distância em distância em diferentes partes de Afrodite. Assim, os dois começos de palavras que precedem o -E final são: *HŎ- DĪ- (-E).* Por outro lado, as sílabas que se coordenam com o *A-* inicial como formando em conjunto as 3 primeiras ársis do verso:

A '- dúm - trí -

fazem ressaltar A - D - R - I - de uma maneira que é eficaz para lembrar *Aphrodı.*

Pode-se dizer que o complexo se desmembrará em

Aphrodī-
+ odītE

(na medida em que os "manequins" são chamados a imitar a palavra-tema), e que esta ordem interna é um final da unidade do todo.

[- Pseudomanequim em

// Alma Venus, caeli subTE// - r]

Detalhe das sílabas:

A- : marcado como inicial pelo manequim.

-FR- : *terrās FR-ūgiferentīs.* O *a* da sílaba que preceder *fr-* é útil. Talvez se deva, de um lado, ler *frugiferentes,* de maneira que o *fr,* precedido de *a,* seria seguido por um *-tē,* e mesmo por *-i-tē.*

-RO- : Novamente marcado sem rigor por *-ŏr: ex-ŏr-tum* (5). O *t* não é mau para ligar a sílaba a *-rŏd-* ou *-rŏdit.*

-OD- : Vivamente evocado por *hŏminum dīvomque* (ver Manequim); mas por um artifício que considera a estrutura do manequim e não depende senão do gênero de imitação que este tem em vista para si mesmo, sem poder contar de outra maneira como execução de sílaba.

-DI- : *dī-vomqvĕ.*

-IT- : *cŏncip-IT-ur vīs-IT-qvĕ* (5). A seqüência vocálica deste grupo de palavras *ŏ-ī-ĕ* é importahte. [O *e* em elisão, mas seguido de um outro *e.*] vīsĭt- corrige mais ou menos pela 1.ª sílaba o *i* breve da segunda: *vīsĭtqvĕ* lembra seguramente *-ıte.*

-TE : *per tē qvŏnĭam* (4) seja para acompanhar o *-tē,* ou de outro modo, tem-se assonância em *-odi (t)* - em
*q̲*vŏnĭ-*am* + ŏmn (e) ănĭmantum
oni — o - n ani- t
-cael-Ī sub TĒ-r apresenta assonância também em *-ītē.*

A leitura de Saussure vai se estender até o verso 54. Colocamos para o leitor o texto latino:

Inde Ferae pecudes persultant pabula laeta,
[15] *et rapidos tranant amnis: ita capta lepore,*
te sequitur cupide quo quamque inducere pergis.
Denique per maria ac montis fluuiosque rapacis,
frondiferasque domos auium camposque uirentis,
omnibus incutiens blandum per pectora amorem,
[20] *efficis ut cupide generatim saecla propagent.*
Quae quoniam rerum naturam sola gubernas,
nec sine te quicquam dias in luminis oras
exoritur, neque fit laetum neque amabile quicquam,
te sociam studeo scribendis uersibus esse

[25] *quos ego de rerum natura pangere conor*
Memmiadae nostro, quem tu, dea, tempore in omni
omnibus ornatum uoluisti excellere rebus.
Quo magis aeternum da dictis, diua, leporem.
Effice ut interea fera moenera militiai
[30] *per maria ac terras omnis sopita quiescant.*
Nam tu sola potes tranquilla pace iuuare
mortalis, quoniam belli fera moenera Mauors
armipotens regit, in gremium qui saepe tuum se
reiicit, aeterno deuictus uolnere amoris,
[35] *atque ita suspiciens tereti ceruice resposta*
pascit amore auidos inhians in te, dea, uisus,
eque tuo pendet resupini spiritus ore.
Hunc tu, diaua, tuo recubantem corpore sancto
circumfusa super, suauis ex ore loquelllas
[40] *funde petens placidam Romanis, incluta, pacem.*
Nam neque nos agere hoc patriai tempore iniquo
possumus aequo animo, nec Memmi clara propago
talibus in rebus communi desse saluti.
(lacuna)
Quo supererest, uacuas auris <*animumque sagacem*>
[50] *semotum a curis adhibe ueram ad rationem,*
ne mea dona tibi studio disposta fideli,
intellecta prius quam sint, contempta relinquas.
Nam tibi de summa caeli ratione deumque

Retomando além do verso 13, chega-se à quarta frase e ao 4.º anagrama, versos 14-16:

MANEQUIM | *Amnīs, ita captă lepōrE* |

Detalhe das sílabas:

Ă : marcado como inicial pelo manequim.

-FR- : não resulta senão de *inde fĕrae,* onde o acompanhamento de *i (n) de* é, aliás, bom. É preciso acrescentar em seguida que este 4.º anagrama parece, mais que os outros, [. . .] ligar-se a *Aph (r)* ao *P* e à representação por *ĂP:*

ĂP- : 1.º *ită c-ĂP-ta.* Além da vizinhança de *ita,* tem-se a de *lĕpōre* (ita capta lepore), que faz alusão à parte *-pro-e-* de *Aphrodite.*
2.º *et r-ăp-ĭdōs.* Mas este último grupo de palavras tem um papel que se estende além da síbala AP- e que vamos tentar fixar.

ĂP-R-ŎDI : Dizer que *r-ap-* pode ter sido tomado para marcar *ap-r-* teria algo de arbitrário, que cessa de ter o mesmo aspecto se se considera, não *rapidos:* mas *etrapidos,* com *grupo* TR + P. Acusticamente e anagramaticamente as transposições são algo bastante diferente conforme um grupo consonântico esteja em jogo ou nas condições comuns.

PR-T ou T-PR para TR-P é uma transposição de caráter benigno. Admitimos então 1.º *etăpridos (= etrăpidos).* Em segundo lugar admitiremos que *-ĭdōs* é a figuração de *-ŏdī-*[s] por um outro gênero de transposição e acrescentamos que o que desculpa esta dupla operação que conduz à *etaprodis*

por *etrăpĭdōs*

é — como em outros exemplos análogos — que as sílabas anagramáticas estão aqui reunidas num espaço restrito onde se apóiam mutuamente para o que querem significar. Tudo, exceto o *s,* é anagramático em *etrapidos,* mas além disso, toda a palavra *Aphrodite* aí se encontra, caso se façam as inversões desejadas pois *et* completa *rapido-* e pode fornecer o *-te.* Fazemos esta observação apenas para estabelecer o que permite usar de maneira um pouco particular um tal complexo, e admitir que ele executa a parte *-ROD-* (o resto de AP >RÒD< I-que ele na realidade fornece, já está fornecido em outra parte).

-IT : *ĬT-a capta lepōre*

-IT-TĒ : *TĔ seqv-ĬT-ur;* palavras seguidas elas próprias por *cu-P-IDĒ* a fim de que seja lembrado ainda uma vez *Aphrodite.*

A quantidade do *ī* não é observada.

Diante de *ĭta* tem-se *amnīs* que pode lembrar o *ī* longo.

A quinta frase e o 5.º anagrama se estendem do verso 17 ao 20:

MANEQUIM | Ac montīs fluviosqvE (17) |

Em 2.º lugar | Avium CamposqvE |

Detalhe das sílabas:

Ă- : marcado como inicial pelos manequins.

-FRŎ-DI : *FRO-n-DI-ferasqve* (18).
Se o grupo *fro* era abordado um tanto obliquamente nos anagramas precedentes, este tira brilhantemente sua desforra.
Vimos, por outro lado, que o anagrama de *ph* é perseguido seja através de *f*, seja através de *p*, como se se tratasse de um grupo *pf*. A coisa é aqui particularmente clara; pois, se não há como duvidar que *frondiferas* se refere a Afrodite, não é menos evidente que *saecla propagent* tem a mesma intenção; ver o que segue.

ĂPRŎ- : *saecl-ă prŏ-pāgēnt* (20). Tanto mais significativo pelo fato de *-ăprŏpāgēnt* reproduzir o esquema métrico ∪ ∪ — — de *Ăphrŏdītē* e terminar por uma sílaba em *ē*.

-DI- : sendo marcado, embora com má quantidade, em *fron-di-feras* (ver mais acima), resta descobrir — *TĒ* ou — *ITĒ;*

-TĒ : A passagem contém dois acentos plurais em *-tīs* e é bastante provável que um ou outro deva ter a forma em *-tēs* para satisfazer ao anagrama; daí *virēn-tē-s* (18) ou *montē-s* (17). [*Ac montīs* está melhor no manequim que *ac montēs* porque ele reproduz a seqüência vocálica *A-O-Ī* de *Ăphrŏdī-;* seria então de preferência *virēntēs*.]

2.º *incuTIEns* (19) alude a *-ite*.

3.º Melhor que o muito vago *incutiēns*, as palavras *effīcis ut cupidē* (20), marcam sua intenção relativamente a -ITĒ. Depois de *eff-*, lembrando AF-, vem

$$\left.\begin{array}{l} \textit{-icis ut cup-idē} \\ \textit{i-i} \quad \textit{-t} \quad \text{- idē} \end{array}\right\} \text{que}$$

ultrapassa a assonância e se aproxima de uma execução propriamente dita de *-itē*.

Uma vez que *saecla prŏpagent* mostra que o P é empregado para PH concorrentemente a F, é preciso também assinalar *r-ĂP-ācīs* (17), e ao mesmo tempo observar que o 2.º manequim // *Avium campōsqve* // que se assemelha muito menos que o outro a *Aphrodītē*, oferece, ao menos, além do *i*, o grupo *-a(m)p-* para deles se aproximar. ⟨O outro manequim emprega o *f: f*luviosque.⟩

Assonâncias em *dēniqve* (17); *per pectŏra amōrem* (19).

Sexta frase, ou período natural, versos 21-25; contendo um 6.º anagrama:

MANEQUIM AmabilĒ (23)

Detalhe das sílabas:

Ă- : marcado como inicial pelo manequim.

AP- : *naturĀ Pangere* (25). No que segue o *ap-*, os elementos que lembram a palavra-tema são *r* + *e* + *ŏr* (pangere cōnŏr).

-RŎ- : Ponto fraco. Entre os diferentes *-or-* que a frase, contém: o anagrama parece escolher o de

ex-ŏr-ĭt-ur (23)

para figurar *-rŏ-* servindo-se do apoio que pode fornecer o conjunto *-ōrĭt-* lembrando *-rŏdit-*.
Mas cf. a 2.ª observação, mais abaixo.

-ŎD- : *qvōs ēg-*ŎD*-ē rērum* (25). Bom acompanhamento para o *ē* final de *dē* e também para *rērum*. Marcando o elo *-ŏd-* este anagrama adquire uma certa superioridade sobre os precedentes.

-DĪ- : 1.º *dī-as* (22)
2.º *scriben-dī-s* (24) *studeo scrībendīs* onde *-deoscrī-* lembra *-rodī-* antes do próprio *dī*.

-IT- : 1.º *ex-or-it-ur* (23).
2.º *f-it* (23).
3.ª (?) *qvitqvam*. Tanto o *qvicqvam* de *sine tē qvicqvam dīas* como o de *amabile qvicqvam* estão em lugares anagramáticos.

-TĒ : 1.º *sine tē qvicqvam dīas* (22).
2.º *tē sociam studeo scrībendīs* (24).

Observar os contextos.

1.ª obs. : O *f* tinha um papel evidente, nos anagramas precedentes ao lado do *p*, ou mais considerável que o de *p*.
Esta passagem não compreende senão um só *f*, o de *fīt*, mas tudo leva a crer que, embora dado *monofonicamente*, o *f* de *fīt* deve contar. Ele pertence a uma palavra da qual poderíamos dizer que se encaixaria totalmente em *Afroditē* (f + it).

2.ª obs. : O verso *20* não era de modo algum necessário ao anagrama n.º 5 onde nós o ordenamos por causa da frase; ele lhe fornecia o *apro-* de *saecla prŏpagent* que fazia duplo emprego com *frondiferas* + *răpācīs*.
Se decidimos juntá-lo, apesar da frase, ao nosso anagrama n.º 6 o ponto fraco assinalado há pouco sobre o elo *-rŏ-* é plenamente compensado, e se transforma em ponto forte, uma vez que obtemos

até mesmo *ăprŏ-*, sem prejudicar o anagrama precedente.

3.ª obs. : Mas então o 6.º anagrama se estende por um total de *seis versos,* o que é muito; e este fato, juntamente com o da dupla figuração de muitos elos na análise abaixo, conduz a uma distribuição que faz finalmente reconhecer *dois anagramas* nos versos 20-25:

I (n.º 6,A). Versos 20-22.
APRO- de *Saecla propagent* (20).
+ -DĪ- de *dī-as* (22).
+ -TĒ de *sine tē* (22); e talvez *it* de *qvitqvam* (22). O manequim bastante defeituoso, e do mesmo gênero que em *Hesperides* [. . .] seria:

Efficis ut cupidē

A representação do F, que parece sempre necessária ao lado da de *P* deveria ser tomada em *effĭcis,* considerada, já do ponto de vista da estrutura do manequim, como "*a*fficis", oferecendo portanto o difono *af-*

II (n.º 6,B) Versos 23-25.
A- Inicial pelo manequim | Amabile |.
+ AP- por *naturā pangere* (25).
+ -RŎ- pelo defeituoso *ex-orit-ur* [p. 62]. Cf. Stu*deo scri*bendis, *p.* [63].
+ -ŎD- de *ĕgŏ dē.*
+ -DĪ- de *scriben-dī-s.*
+ -IT- de *exoritur, fĭt,* e do segundo *qvitqvam* (23).
+ -TĒ de *te sociam* (24).

MANEQUIM AmabilĒ (23)

A representação do F em *f-it* (ver a 1.ª observação).

Sétima frase, versos 26-30. O anagrama teria dois manequins para oferecer se pudéssemos admitir uma forma "*Aphrodita*" no lugar de *Aphroditē.* Seriam:

|| *Ac terrās omnīs sōpītĂ* || (30)
et || *Aeternum dā dictis dīvĂ* || (28)

Esta liberdade na forma latina não parece ter sido tomada senão por autores da última época, e é preciso desde já dispensar o complexo-manequim em nosso anagrama.[39]

[39] Apesar de tudo, o complexo do verso 28 assemelha-se no mais alto ponto a um manequim com suas rimas internas.

//Aeternum da dictis divA//

A— -A —A
D -DI - DI —

AF-(R) : intere-ĂF-(Ĕ)R-ă moenerā (29).
Má quantidade e nenhum sinal da posição inicial que teria dado um manequim, mas que era duplamente necessário sem manequim.
A junção de *f-r* não é muito regular; mas podemos prescindir de *fr*, porque o anagrama executa o elo *-ro-*; e, por conseguinte, tomar apenas *AF-* considerando o *r* como simples acompanhamento.

-RO- : *nŏst-rō* (26). Má quantidade, parcialmente corrigida pelo *ŏ* adjacente.

-DĪ- : *dī-va*. cf. *dĭ-ctīs*

-IT- : Recebe múltipla satisfação:
1.º *sōp-īt-a* (30).
2.º *mīlĬTīaī* (29), onde o *-ĭt-* é precedido de um *ī* longo.
3.º *dictīs*, que visa também a todo o fragmento *-dīt-*.
4.º *volu-i(s)tī* (27), de novo com *ī* longo perto do *ĭ* breve.
5.º *intereā*

-TE : Há na passagem quatro *te*, todos breves e interiores (*te-impore* 26, *aeternum* 28, *interea* 29, *terras* 30). Este de *interea*, precedido de um *ī*, e de *effice ut*, deve ser retido, assim como este de *tempore:*

dea	*in*	*tempore*	*omni*
d —		*te* — or	o–ni

A falha representação do E final não pode ser discutida fora da questão de *AphroditA* e dos manequins. Deixo-a sem resposta.

Assonâncias em *ŏmnibus ŏrnatum* (27), etc.

Memmiădae nŏstrō procura ser "Memmiŏdae năstro", isto é, lembrar seja *-ŏd-* seja o grupo *Aphro-*.

Oitava frase (ou corte natural do texto) versos 31-34.

O manequim é representado pelo conjunto do verso 33:

|| *Armipŏtēns regit in gremium qvī saepĒ: tuum SĒ* ||-ou: *tuŏm SE* ||.[40]

Detalhe das sílabas:

Ă- : marcado como inicial pelo manequim.

ĂP- : *sōl-ăp-ŏtĕs* (31). O acompanhamento que forma

[40] *Manequim — Post-scriptum* — Um manequim muito mais indicado, sob todos os aspectos, seria

Aeterno dēvictus vulnerE
vol —

(34)

-ŏ-te- deve ser observado.
2.º *tranqvill-āp-ācĕ jŭvārĕ* (31). Os *e* finais devem ser observados.

[*F-R-* : *bellī fĕra,* 32.]

-RO- : como na maior parte dos anagramas precedentes, é este elo que falha; temos novamente abundância de *-or-*, mas não de *-ro-*, como se fosse perpetuamente sobre este ponto que devia se produzir o erro ou a negligência do autor *(m-or-tallis, Mav-or-s, am-ōr-is).* Contudo, *rŏ* é ainda abordado por um outro lado que não este *-or*.
A palavra que abre o manequim:

ar-mĭ-pŏ-tēns

imitando *Aphrŏdītē* em seu conjunto, quer particularmente sugerir *ap-rŏ.*

por *ar- pŏ-*.

Ver também o que mais adiante concerne ao grupo *-OD-*:

-OD- : *Aeter-OD-ēvictus* (34). Quase que poderíamos considerar que é — *ROD-*, não *-OD-*, que este grupo de palavras executa *(aete -R(n) OD-ēv-),* e isto deve ser acrescentado às observações precedentes sobre *-RO-*
A quantidade do *o* é má. A vizinhança é excelente, com *ē,* etc., depois do D, e o início da palavra em A antes de ROD:

Aeternō dē -victus
A - r od-ē + it-

-IT- : 1.º *rĕgit,* (33).
2.º *reicit* (reijicit) (34) } ambos *acompanhados* de *r-e.*
3.º *dēvi(c)tus,* ver acima.

-TE : 1.º *armipō-tē-ns* precedido de sílabas características.
2.º *nam tu solă pŏ-tĕ-s;*
3.º O *-te* de *aeterno* (34) se encontra, como os dois precedentes, em um lugar muito anagramático e é precedido de muito perto do *-it-* de *reicit: (reic-IT-ae-TE-rno),* sem falar do *it* que o segue em *dēvictus.* Enquanto fonema do fim, o E é marcado antecipadamente pelo manequim.

Nona frase. Versos 35-37. A rigor podemos tirar deles um anagrama inteiro, mas que seria então apenas esboçado na parte *Aphro-*. Por isso esta frase parece dever ser reunida a 38-40. Duas considerações se unem em favor desta solução:

1. O anagrama que teríamos para 35-37 (tomados isoladamente), seria o único da série que não daria lugar ao *f* na representação do φ.

2. Embora a frase 38-40 seja auto-suficiente para a execução das diversas sílabas, não se encontra aí, contrariamente ao que o resto de seus caracteres faria esperar, nenhum manequim; e, inversamente, a zona pobre 35-37 contém dois: — Estudarei então como um todo 35-37 + 38-40.

MANEQUINS

1.º | Atqve ita suspiciēns teretī cervīcĒ | (35)

2.º | Amore avidos inhians in tĒ | (36)

Detalhe das sílabas:

Ă- : marcado como inicial pelos manequins.

ĂP- : *inclut -ĂP-ācem* (40)

-RO- : *RŌ-manis* (40). A palavra seguinte é *incluta: Rōmānīs incluta.*
ro — ī- i — t(a).
2.º *cŏrpŏre* (38) deve ser retido, não por causa de seus dois *ŏr,* mas como dando indiretamente *rŏ* se em *ŏrpŏr-* isolarmos *-r(p)ŏ-*.
3.º No verso 35, *cervīce rĕpŏstā* quer sugerir -prŏ-. E é também na realidade, o que visa *cŏrpŏre* que acaba de ser tratado.
Outras alusões a *prŏ-* são longínquas, caem na assonância: *spiritus ŏre* (37), *pāscit amōre* (36).

[-ODI-] : O papel de *avidōs* concerne mais ao manequim onde esta palavra figura do que ao anagrama em geral. É evidente, se falamos do manequim, que o complexo | *Amōre ăvidōs inhiāns in tē* | se subdivide em duas partes, e que a primeira imita *A-r-odi,* a segunda -ītē.

-DĪ- : *dī-va* (38). O grupo de palavras *diva tuo recubantem* leva um *-te-* depois de *dī,* e entre dois, *tuorē* alude a *ro (d).*

-IT- : Além de *ĭtă* (35) e *pascĭt amore* (36), que dão *-it-* sem preocupação com a quantidade, temos no verso 37 *resup-ĪNĪ-SPĪRĬT-us ōrĕ,* onde o *it* breve é quase afogado nos *ī* longos.

-ITĒ- : *Inhīans In TĒ* é a execução propriamente dita de - TĒ ou de - ITĒ. — Indireta, muito mais claramente, *terĕtī cervīce* (35) dá uma figuração do mesmo *-ite* por meio de *-etī* corrigido por *-ice* nas palavras simétrica *TereT- Cervi-C.*

— Na parte 38-40 da passagem, *-TĒ* aparece em *petēns* (40).

-F- : em seu papel ao lado do *P* para o Φ não foi examinado nas observações acima. Ele aparece no verso 40, que é em diferentes pontos um dos principais da passagem para o anagrama.

Funde petēns placidam Romanis...

O anagrama se serve, para fazer passar monofonicamente o F, da imitação do silabismo de -F(r)ODITĒ que fornece *FunDEpĕTĒ-*. <*Mais longe -ida-* etc.> *Pergunta.* Há na passagem, além do *h* pouco marcante de *hunc,* um *h* situado em pleno núcleo anagramático em *inhians* (36). Devemos prestar-lhe atenção como podendo ser relativo a *ph?*

Décima frase: Versos 41-43. O fato de que o *E* final estava em elisão no verso me fez hesitar mais acima em reconhecer como "manequim" um certo grupo de palavras, ver página [93], *post scriptum.* Talvez injustamente, pois na presente passagem, as palavras

Agere hŏc[41] patriāī temporE

apesar de *tempore* estar em elisão diante de *iniqvo,* parecem anunciar-se como querendo fazer manequim; o interior do complexo imita (ver mais adiante) as partes *phrŏ* e *-ītē.*

O complexo marca como inicial:	*Ă-*
As palavras *clarā prŏpago* (42):	*ĂPRŎ-*
Em *commūnī dĕsse salūtī* temos vontade de marcar por meio de *-īdē-* + *tī:*	*-DĪ-* ou *-DĪT-*
O manequim, *patrā-ī tĕ-mpore* dá	*-ĪTE*
O manequim marca a posição final para *-E.*	

Se procurarmos uma indicação da *longa* (Ē), talvez devamos nos contentar com a seqüência vocálica *i-ē* de *in rē-bus* (43) situada na vizinhança das palavras anagramáticas para -DĪT(E); *communi desse saluti.* Pois em *desse* mesmo, trata-se de *ē* (contração) ou de *ĕ* (elisão)? Não sei se os latinistas podem resolver o problema.

Resta observar, no complexo-manequim, o *H* de *hŏc* que parece significativo diante da vogal *ŏ* e na vizinhança do grupo P-R de *patriai* e de *tempŏre.* Parece o complexo quer indicar que o *APRŎ-* de *clarā prŏpago é mais exatamente APHRŎ-.*

[41] Mas seu E se encontra em elisão. Não se poderia hesitar sem isso. É realmente *hŏc* e não *hōc,* a menos que eu me engane completamente sobre o sentido da frase.

Justamente esta 10.ª frase anagramática não oferece em nenhum lugar o *f*, diferentemente das outras. Mas o que concluir de todas estas diversas representações do φ ora *f* sozinho, ora p + *f*, ora *p* + *h?*

Os versos 44-49, idênticos a II, 646-651, são suprimidos como interpolação por Lachmann: de outro lado, não é possível que *Quod super est,...* (pp. 50 ss.) constituísse a seqüência imediata de... *desse saluti.*

É por isso que o fato de 50-53 apresentarem um soberbo anagrama de *Aphrodītē* em um trecho que não somente tem mais relação com o mesmo assunto, mas que deve ter sido separado do precedente pelo menos por 3 ou 4 versos, dá que pensar e vale a pena ser assinalado como excelente exemplo, que convida em geral à prudência (ver nota I, [p. 100]).

[Resta, apesar de tudo, a possibilidade, *se a distância com grande trecho de 43 versos sobre Afrodite não era demasiadamente grande,* de que o anagrama seja desejado, e forme o fim da cadeia retrospectivamente do ponto de vista do assunto, como em muitos exemplos que poderíamos citar.]

Fortuito ou não fortuito, reúno os elementos que formam este anagrama:

Ambos com rima interna A-A

MANEQUIM *Ā curīs ăd hibē (51)*

em segundo lugar *Aurīs animumqve (50)*

Detalhe das sílabas:

A	:	marcado como inicial pelos manequins.
ĂF-	:	*dispost-ăf-idēlī* (52) com notável contexto, *dipŏ-t-idē-ī.*
ĂPR-	:	*intellect-ā pr-ius* (53)
-ŎD-	:	*qv-ŏd super est* (50). Acompanhamento de *p-r.*
-DI-	:	*ă-dhĭ-bē,* palavra que lembre inteira a palavra-tema.
-DI- + *-ODI-*	:	*stu-DĪ-ŌDĪ-spŏstăfidēlī.* Além das próprias sílabas *di* + *odi,* todas as outras, salvo *stu,* são anagramáticas ou assonantes.
-ĪT-		indicado em *ti—Ī(S)T-udio* (52) *s-ī(n)t* (53) < *i(n)t-ellecta* abaixo >
-(I)TE	:	1.º *I(N)TE-llectā prius.* Vizinhança de *āpr.* 2.º Aproximado em *dispos Ta f - IDĒ - lī.* < Cf. *t*ib*i de,* 54, se fizermos entrar o começo deste verso 54 na área anagramática. > 3.º *sīnt cŏn-tĕ-mpta* apresenta *-te-* não longe de *-ī(n)t-*. [*-īt-ŏ-te-*]
-Ē	:	marcado como final pelo manequim |*A curis adhibē*|.

Assonâncias diversas, como os *rī (curīs, aurīs)* que encontramos nos dois manequins, ou como o grupo da palavras *ăd rătiōnem* (51) que apresentam as mesmas vogais que *Aphroditē* e não grupo inicial *adr-* que simula *aphr-, me-ă dō-na* (52), etc.

Enfim o *h* de *ădhibē,* colocado em uma das palavras mais anagramáticas da passagem, parece o complemento do *APR-*, dado por *intellecta prius.*[42]

A este longo texto onde a força de Vênus gera a infinidade das criaturas e das palavras, oponhamos uma outra passagem, onde Lucrécio denuncia as mentiras da paixão. Atrás da aparência sedutora da mulher amada, há segredos repugnantes, bastidores onde se arrastam mofos malcheirosos. A palavra postscaenia *— bastidores — aparece então para Saussure como o tema que rege toda a passagem (canto IV, versos II 84,-II89 da edição Brieger, Teubner, 1899). A palavra que, agora, distribui seus elementos fônicos através do texto do poema, é a que denuncia metaforicamente uma profundidade de artifício, um lugar sem majestade onde se ajusta a ilusão.*

IV. 1186. Postscēnia[43]

Este anagrama oferece o duplo interesse de mostrar que a palavra que Lachmann escreve *poscaenia (sic)* era para Lucrécio *postscēnia,* e ao mesmo tempo de dar uma prova da exatidão pela qual todos os elementos são em geral observados no anagrama, visto que o esquecimento de um ou de outro entre eles, num grupo tão confuso quanto - STSC- teria podido parecer particularmente desculpável, e não se produz, entretanto, em nenhum dos dois anagramas consagrados à palavra.[44]

I { 1184. Plus videat qvam mortali concedere par est.
1185. Nec Veneres nostras hoc fallit; qvo magis ipsae
1186. Omnia summo opere hos [vitae postscenia cellant

II { 1187. Qvos retinere volunt adstrictosqve esse in amore,
1188. Ne qviqvam, qvoniam tu animo tamen omnia possis
[1189. Protrahere in lucem] . . .

MANEQUIM. Coisa bastante estranha, haveria para cada um dos dois anagramas um bom manequim se a palavra fosse *Postscenium:* seria

|| *Plus videat qvaM* || (1184) para o primeiro;
|| *Protrahere in luceM* || (1189) para o segundo,

— (embora *lucem* esteja em elisão no verso).

[42] É bem antes de Lachmann que os versos 44-49 foram suprimidos (já na edição de 1713 que eu abri). A questão é unicamente saber se *qvod super est, etc. . . vinha imediatamente depois de desse saluti.* M. P. Oltramare acredita que sim; mas que, por outro lado, todo o trecho 50-61 foi intercalado tarde demais por Lucrécio, de modo que na origem estaria o 62: *Humana ante oculos. . .* que dava seqüência a *desse saluti.*
Para nós é suficiente que, de uma maneira ou de outra, os versos *qvod super est* tenham sido colocados por Lucrécio depois do trecho de *Aphrodītē* para que possamos crer que o anagrama analisado acima é desejado. Por outro lado, podemos encontrar *Afrodītē* nos versos suprimidos 44-49 = II 646-651 [2] !

[43] Ms. fr. 3964. Caderno de capa dura intitulado *Anagrammes chez Lucrèce, Premier cahier.* Páginas enumeradas de 44 a 69.

[44] *Quatro* anagramas: ver mais abaixo.

Mas, além do fato de que o uso se opõe a este singular, é claro pelo detalhe das sílabas que é *postscenia* que se quer reproduzir.

— Outra observação: no segundo anagrama as palavras *omnia possis* (1188), se fossem invertidas, formariam um excelente manequim. Não é impossível que o autor tenha primeiro tido a intenção de colocar em algum lugar || *Possis omnia* || e, depois, que alguma coisa o tenha forçado a abandonar a combinação nesta ordem. Fizemos uma observação análoga para um outro caso deste gênero [. . .].

Detalhe das sílabas:

Anagrama II, desde 1186 fim:

POS- : *pŏs-sīs* (1188)

-ST- + *-SC-* : *ad-ST-rictō-SQ-ve* (1187). Além do mérito que esta palavra tem por reunir os dois grupos consonânticos —, e isso na ordem onde eles devem estar —, ela consegue ainda lembrar por meio de *-OSC-* o *-OST* . . . que introduz esta série de consoantes. Mas, além disso, as palavras: *(adstrictosqv)* e *es-se͡in ă-more/* formam ainda um eco para *-(sc) ēnia.*

CĒ- : *cē-lant* (1186 fim).

-EN- + *-NI͡-Ă* : *tam-ĒN om-NIA pos-sis* (1188)
No mesmo verso temos:

qvon i am tu a ni mo
NI͡A -͡ANI-

Anagrama:I; 1184-1186 meio:

P- : inicial, é dado por ||*Pār esT*|| (1184) que, como eu deveria ter observado de pronto, é um *manequim parcial* para a parte POST-. Da mesma maneira[33] *Plus videat* || pode ser assim considerado. Sem estes manequins seríamos obrigados a recorrer à figuração muito defeituosa e fora das regras que daria *ŏp-ere* (1186) e *ĭ-ps-ae* (1185).

-OST- : *n-ŏst-rās* (1185). O *st* também em *par est.*

-SC- : Este anagrama não conseguiu como o outro representar diretamente esse segundo grupo consonântico; o essencial do ponto de vista da observação que fazíamos no início (p. [70]), é constatar que o autor ficou muito preocupado em fornecê-lo assim como o *ST:* sua intenção é clara, porque ele coloca sua figuração indireta de *SC* justamente em seguida ao ST:

nos tras hoc fallit

—S T— S — C —

repetindo assim, com menos sucesso, o que vimos no *ad-ST-ricto-SQ-ve.* (O *ŏ* de *hŏc* é a vogal menos má que possa separar o *S-C,* já que ela se refere a *nŏst-* e a *PŎSTSC —ēn).*[4 5]

-CĒ : *cŏn-cē-dere* (1184), com *ŏ* precedente como em *pŏstscē-.*

-(C)EN- : *NēCvĔN-erēs.* A palavra está ao lado do grupo anagramático *nostras hŏc.*

-NI⌒Ă : *om-NIAsummo* . . . (1186).

— Para os dois anagramas, deixei de lado certas assonâncias.

— Não me dei conta, senão depois, da presença de dois outros anagramas de

Postscenia,

um situado mais acima, no texto, e outro mais abaixo do que aqueles que acabamos de estudar.

Anagrama I°: 1178 — 1180

I°:
1178. Floribus et sertis operit postīsqve superbos
1179. Ungvit amaracino et fōribus miser oscula figit
1180. Qvem si jam ammissu venientem offenderit aura.

PŎST- : *postīsqve* (1178)

-TS- : *e-TS-ertīs* (1178). É o *ts* de *POST-TS-cenia*

-SC(E)- : *postī-SQ-vE.* Assim como no anagrama 11 *(adstrictosqve)* os grupos ST + SC seguem-se na mesma palavra.

— Lendo *postēsqvĕ* teríamos uma correção do *e* breve de *qve* e teríamos quase *POSTSCĒ-*; ele traz em todos os casos *POSTSC-.*

-(O)SC- : O *SC* é repetido em *Ō-SC-ula* (1179) onde o *O* é um bom acompanhamento sem poder provar a forma *poscenia* depois que ou *ST* ou mesmo *ts* é representado.

-ENI-⌒ : *v-ĕni-⌒ĕntem* (1180) precedido de *s* (ammissu venientem). Má quantidade.

⌒-Ă : qualquer coisa que depende ao mesmo tempo de *a* e de *i⌒a* apresenta-se nas palavras que precedem *venientem: jam ammissu* onde o a^m + *a* faz hiato (elisão) enquanto que *j* lembra o grupo *ia.*

-A : enquanto final. Na confusão de *jam ammissu* pode-se, mais ou menos, considerar que há um *-ă final* em

[4 5] Se fizéssemos entrar o verso 1183 no anagrama, ele traria uma segunda alusão bastante marcante aos dois grupos *ST — SC:*
1183. *Stultiaeqve ibi se damnet, tribuisse qvod illi*
ST — C — S — — T — S C —
Cf. as vogais de tribui-*sseqvŏd* e de *pŏstsce-.*

jogo, o *a* de *ja(m)* em elisão. Sem isso, é preciso ver o conjunto das palavras.

Si jam ammissu venientem offenderit aurA/ (o qual se ocupa muito particularmente dos elementos de ĒNIA como um maneqim parcial para a parte

-SCĒNIA

liberando, por conseguinte o Ă final: — da mesma forma que */ postesqve/* pode passar para manequim parcial de *POSTSCĒ-*.

Anagrama II°: 1189-1191:

I I.° { 1189. Protrahere in lucem atqve omnis inqvirere risus
1190. Et, si bello animost et non odiosa, vicissim
1191. Praeter mittere et humanis concedere rebus.

Manequim parcial para a parte POST-:
Pode-se, a rigor, considerá-lo como tal

//Praetermittere e T//

Nessa suposição o *P-* inicial é adquirido *ipso facto.*
Há entretanto um outro caminho possível: ver PO-

PO- : *prō-trahere* libera somente um *PO-* capenga por causa da consonante interposta e a quantidade longa; mas é difícil admitir que essa palavra não represente nenhum papel no anagrama e este papel só pode ser então o de dar *PO.* — Quanto ao resto o *t* forma um bom acompanhamento.[46]

-OST- : *anim-ōst* (1190) de novo, fora da quantidade justa.

-TS- : isto é, a passagem de *ST* a *SC* é dada no *e-ts-i* (1190)

-SC- : *humani-/SC/-on/CĒ/dere* (1191)

+ -CĒ- *SC — CĒ —*

Para lūcĕm cf. nota 46 abaixo.
bello a-NĬ-most (1190). — Cf. *omnīs* (1189):

-NI- : *humanīs* (1191)

-I-⌒ : *et non od-ī-ōsă*

-E-N — Ī⌒A

como se vê, com bom acompanhamento.

⌒Ă : *bello⌒Animost*

-Ă : enquanto final. O grupo de palavras

//Si bello animost et non odi os Ă//

forma uma seqüência quase compacta de sílabas

[46] O acompanhamento de *p (r) o-* não se limita ao *t-*.
As palavras *pro trahere in luc em* } fazem alusão a toda a parte *-t-cenia* no acompanhamento.
(PO) T - E IN-*CE-* }

> anagramáticas das quais uma boa parte é relativa ao final da palavra-tema. É lícito encará-lo como um manequim parcial para a parte *-SCENIA* (S-A), concordando assim perfeitamente com a presença de um manequim complementar (p. [72] acima) para a parte *POST-*. Desde então o A final é marcado.[47]

Ficaremos sem dúvida surpreendidos com o fato de que nessa oportunidade (certamente oferecida pelo acaso) a palavra-tema, adivinhada atrás *dos versos de Lucrécio, designe ela mesma* o que se encontra atrás *das artimanhas do amor, o que se dissimula aquém da comédia passional. Uma singular homologia coloca o leitor do poema na situação do amante na soleira da porta. Lucrécio e Saussure, mais sagazes, percebem o que não se mostra. Os* bastidores *do amor são a* palavra-tema *do texto.*

Na sua função hipogramática, para Saussure, somente a ordem e a natureza dos fonemas diferenciam Afrodite *e* postscaenia. *Mais adiante será o nome de um mestre:* Epicuro. *O poema se constrói sobre uma sucessão de palavras-tema, cada uma representando igualmente o papel condutor que lhe compete. Para nós, entretanto, não é sem interesse constatar que o vocábulo latente pode designar tanto o poder mais generoso, quanto um lugar de ilusão. Já que se trata de Afrodite e do amor pensar-se-á que se têm aí os dois aspectos extremos da experiência erótica: força irresistível, engano desalentador. Assim o sentia, certamente, Lucrécio. Mas diremos, de modo mais geral, que temos aí as duas maneiras, radicalmente opostas, de conceber o* escondido: *as duas versões do* latente. *O que há atrás da aparência? Uma força enorme? ou o vazio mentiroso de um bastidor? — Um segredo benéfico? ou, ao contrário, uma mistificação? É difícil pensar a oposição do ser e do parecer, do fora e do dentro, sem implicar um conflito qualitativo. Seria uma força fecunda que se conserva na profundidade? Ou o vazio derrisório de um nada enganador? É raro que renunciemos a supor um desnível... Mas Saussure não invoca esse efeito de contraste semântico: a palavra-tema latente difere do verso manifesto somente pelo seu estreitamento. Ela é uma palavra como as palavras do verso desenvolvido: portanto, ela não difere dele, a não ser na maneira pela qual o um difere do múltiplo. Vindo antes do texto total, escondida atrás do texto, ou melhor, nele, a palavra-tema não marca nenhum desvio qualitativo: não é nem de essência superior nem de uma natureza mais humilde. Ela oferece sua substância a uma invenção interpretativa que a faz sobreviver num eco prolongado.*

[47] Ms. fr. 3964. Caderno escolar sem capa intitulado *Anagrammes Lucrèce. Cahier* n.º 3.

ROMAN JAKOBSON

A FONOLOGIA EM RELAÇÃO COM A FONÉTICA

(EM COLABORAÇÃO COM MORRIS HALLE)

RETROSPECTO

Tradução de **J. Mattoso Câmara Jr.**

Tábua das transcrições fônicas

O Tradutor introduziu várias modificações nas transcrições fonêmicas e fonéticas do Autor, quer para atender a injunções de ordem tipográfica, quer para se pautar por uma maneira de transcrever mais usual entre nós. Às vezes há duas maneiras de transcrição (por exemplo, para manter a grafia alemã ou a norma de transcrever em nosso alfabeto a grafia eslava). Nos nomes próprios eslavos foram adotados os dígrafos *sh, tsh* para a chiante surda e a africada, respectivamente, *zh* para a chiante sonora e *x* (como faz o Autor) para a constritiva velar (em vez da transcrição usual *kh)*. Nos nomes dinamarqueses deixou-se de usar o *o* cortado.

a: etc. — vogal longa.
ɛ — *e* aberto.
ɔ — *o* aberto.
ae — *a* intermediário entre /a/ e /ɛ/.
ü, ö etc. — vogal mista (anterior arredondada).
ï, ë etc. — vogal mista (posterior não arredondada).
ñ — *n* velar.
b_y etc. — consoante molhada (mas b' etc. na transcrição usual do russo).
b_x etc. — consoante velarizada.
ã etc. ou a(n) etc. — vogal nasal.
š, ž — consoante chiante.
č — africada surda.
δ — variante fricativa de *d*.
ə — vogal neutra (xvá)

I

A FONOLOGIA EM RELAÇÃO COM A FONÉTICA[1]

(Em colaboração com Morris Halle)

I. O nível lingüístico dos traços fonológicos.

1. Os traços distintivos em funcionamento

Nomes de família como ***Bitter, Chitter, Ditter, Fitter, Gitter, Hitter, Jitter, Litter, Mitter, Pitter, Ritter, Sitter, Titter, Witter, Zitter,*** ocorrem todos em Nova York. Seja qual for a origem desses nomes e dos que assim se chamam, cada um desses vocábulos se usa no inglês dos novaiorquinos sem colidir com os hábitos lingüísticos coletivos. Está o leitor em Nova York e nunca ouviu falar de um cavalheiro que lhe é apresentado numa reunião. "*Mr. Ditter*", diz o dono da casa. Tenta-se perceber bem e reter a mensagem. Uma pessoa de língua inglesa, sem se dar conta da operação a que procede, divide facilmente essa corrente contínua de som num número definido de unidades sucessivas. O dono da casa não disse *bitter*/bitə/ ou *dotter* /dátə/ ou *digger* /díga/ ou *ditty* /díti/, mas sim *ditter* /dítə/. Assim o ouvinte depreende logo as quatro unidades em seqüência, capazes de alternância seletiva com outras unidades em inglês: /d/ - /í/ - /t/ - /ə/.

Cada uma dessas unidades oferece ao receptor da mensagem um número definido de alternativas, duas a duas, com valor diferenciativo em inglês. Os nomes de família, acima citados, diferem pela unidade inicial; alguns deles se distinguem de alguns outros por uma única alternativa e essa distinção mínima é comum a vários pares; e.g.: /nítə/ : /dítə/ - /mítə/ : /bítə/ - nasal *vs.* não nasal; /títə/ : /dítə/ - /sítə/ : /zítə/ - /pítə/ : /bítə/ - kítə/ : /gítə/ - tenso *vs.* frouxo. Pares como /pítə/ e /dítə/ apresentam duas distinções mínimas sucessivas: grave *vs.* agudo, seguido de difuso *vs.* compacto. (Para a definição acústica e motora dessas distinções ver § III, 6).

[1] Escrito em Orleans e Cambridge, Mass., 1955, e publicado primeiro em *Fundamentals of Language* (The Hague, 1956), depois numa versão ligeiramente revista e abreviada no *Manual of Phonetics*, organizado por L. Kaiser (Amsterdam, 1957) e na tradução alemã de G. F. Meier (Berlim, 1960). (N. do A.)
— Aqui se traduziu o texto inglês da versão ligeiramente revista e abreviada: *Phonology in Relation to Phonetics*. (N. do T.)

2. A estrutura dos traços distintivos

A análise lingüística decompõe gradualmente as unidades enunciadas em morfemas como constituintes últimos suscetíveis de significação própria, e dissolve esses veículos semânticos mínimos em seus componentes finais, capazes de diferenciar os morfemas uns dos outros. Tais componentes se chamam traços distintivos. Há assim dois níveis lingüísticos que a análise lingüística tem que manter separados: de um lado, o nível semântico, que inclui unidades significativas, quer complexas quer simples, indo do morfema à enunciação e ao discurso; de outro lado, o nível dos traços fonológicos referentes às unidades simples e complexas que servem tão-somente para diferenciar, cimentar e separar ou pôr em relevo as múltiplas unidades significativas.

Cada um dos traços distintivos envolve uma escolha entre dois termos de uma oposição que apresenta uma propriedade específica diferencial em divergência com as propriedades de todas as demais oposições. Assim, grave e agudo se opõem na percepção do ouvinte, quanto à altura do som, como um tom baixo oposto a um tom alto; quanto ao aspecto físico, se opõem correspondentemente pela distribuição de energia nas extremidades do espectro; e, quanto ao movimento articulatório, pela dimensão e formato da cavidade ressonadora. Na mensagem transmitida ao ouvinte, cada traço lhe propõe uma decisão de "sim" ou de "não". Desta sorte, ele tem que fazer a sua seleção entre grave e agudo, porque na língua usada na mensagem uma e outra alternativa pode figurar com os mesmos traços concorrentes e nas mesmas seqüências: /bítə/ - / dítə/, /fítə/ - /sítə/, /bíl/ - /búl/. Tem que se escolher entre duas qualidades polares da mesma categoria, como no caso de grave ou agudo, ou entre a presença e a ausência de certa qualidade, como em sonoro *vs.* surdo, nasal *vs.* não-nasal, incisivo *vs.* raso [ing. *sharp vs. plain*].

3. Oposição e contraste

Visto que na hesitação do ouvinte — "É /bítə/ ou /dítə/?" — só pertence à mensagem uma das alternativas assim logicamente correlacionadas, o termo "oposição", empregado por Saussure, é que convém adotar. É preferível restringir o termo "contraste" aos casos em que a polaridade das duas unidades decorre da sua contigüidade na experiência sensorial, como por exemplo o contraste de grave e agudo na seqüência /pi/ ou o mesmo contraste, mas com os traços em ordem inversa, na seqüência /tu/. Assim, oposição e contraste são duas manifestações diferentes do princípio da polaridade e ambas desempenham um papel importante em referência aos traços fonológicos de uma língua (cf.III, 4).

4. Mensagem e código

Se o ouvinte recebe a mensagem numa língua que ele conhece, logo a relaciona com o código à sua disposição, e esse código inclui todos os traços distin-

tivos que cabe manipular, todas as combinações admissíveis de traços concorrentes formando os feixes chamados "fonemas", e todas as regras para concatenar os fonemas em seqüências — em resumo, todos os veículos distintivos que servem primariamente para diferenciar morfemas e palavras inteiras. Portanto, o inglês unilíngüe que ouve um nome como /zítə/ logo o identifica e assimila sem dificuldade, mesmo quando nunca ouviu o vocábulo antes; mas, tanto na percepção como na reprodução, ele propende a deformar e a considerar estrangeiro um nome como /ktítə/ com o seu grupo inaceitável de consoantes, ou /xítə/, que contém só traços que lhe são familiares, mas postos num feixe que não lhe é familiar, ou finalmente /mütə/ cujo segundo fonema apresenta um traço estranho à lingua inglesa.

5. Elipse e explicitação

O caso do homem que se defronta com nomes de família de pessoas desconhecidas foi escolhido aqui de propósito, porque para esse homem num caso desses nem o vocabulário que sabe, nem a sua experiência prévia, nem o contexto imediato da conversação podem dar indicações para interpretar o nome ouvido. Numa tal situação o ouvinte não se pode dar ao luxo de perder um só fonema da mensagem recebida. Usualmente, entretanto, o contexto e a situação nos permitem deixar passar uma alta porcentagem de traços, fonemas e seqüências na mensagem transmitida, sem prejuízo da sua compreensão. A probabilidade de ocorrência na corrente da fala varia de traço para traço e da mesma sorte para cada traço conforme o contexto. Por isso é possível do conhecimento de uma parte de uma seqüência predizer com maior ou menor exatidão os traços que vão se seguir e finalmente inferir de alguns traços num feixe fonológico quais devem ser os demais traços concorrentes.

Como em várias circunstâncias a carga distintiva dos fonemas é na realidade reduzida na apreensão do ouvinte, também o falante, por seu turno, fica desobrigado de executar na mensagem todas as distinções fônicas: assim o número de traços esbatidos, de fonemas omitidos, de seqüências simplificadas pode ser considerável num estilo de elocução rápido e engrolado. A fala em seu aspecto fônico pode ser tão elíptica quanto em sua composição sintática. Até espécimes, como a enunciação desleixada */tem mins sem/* por *ten minutes to seven* [dez minutos para as sete], que nos cita Jones, não são o mais alto grau de omissão e truncamento que se pode encontrar na linguagem coloquial. Logo, porém, que surge a necessidade, a fala que é assim elíptica no nível semântico ou nos traços fonológicos, é prontamente transposta pelo enunciante numa forma explícita, que, se for preciso, o ouvinte saberá apreender em toda a sua explicitação. A pronúncia desleixada não passa de uma abreviação derivada daquela fala explícita e nítida que consubstancia a mais alta dose de informação. Ao estudar a estruturação dos fonemas e dos traços distintivos que os compõem, deve-se recorrer ao código pleno e cabal que está à disposição dos falantes nativos da língua.

II. A variedade dos traços fonológicos e o seu tratamento em lingüística

1. Fonologia e fonêmica

A maneira por que a língua utiliza o material sonoro, selecionando alguns de seus elementos e adaptando-os aos vários objetivos seus, é o campo de uma disciplina lingüística especial. Em inglês, essa disciplina se chama freqüentemente "fonêmica" (ou, puristicamente, "fonemática"), porque, entre as funções do som na linguagem, a que é primária é a de servir ele como veículo distintivo, e o veículo básico da função distintiva é o fonemaa com seus componentes.

É, entretanto, preferível o termo "fonologia", que prevalece no continente europeu (proposto em 1923 e baseado em sugestões da escola de Genebra), ou então o circunlóquio "fonética funcional", embora em inglês o rótulo de "fonologia" designe freqüentemente outros domínios e especialmente sirva para traduzir o termo alemão *Lautgeschichte* [fonética histórica]. A vantagem do termo "fonologia" é a sua mais fácil aplicação a toda a diversidade das funções lingüísticas que cabem ao som oral, ao passo que "fonêmica", queira-se ou não, sugere a limitação do estudo aos veículos distintivos e é, assim, uma designação mais adequada para a importantíssima parte da fonologia que trata da função distintiva dos sons da fala.

Enquanto a fonética se propõe a coletar a informação mais exaustiva possível do material sonoro bruto, em suas propriedades fisiológicas e físicas, a fonêmica, e de maneira mais geral a fonologia, intervêm com a aplicação de critérios estritamente lingüísticos para o agrupamento e a classificação do material obtido pela fonética.

2. A interpretação "interna" do fonema em face do som da fala

Para a delimitação da fonologia (e especialmente da fonêmica) e sua conexão com a fonética, a questão crucial é a natureza da relação existente entre as entidades fonológicas e o som. Na concepção de Bloomfield, os fonemas de uma língua não são sons mas conglomerados de traços sônicos "que os falantes se habituaram a produzir e reconhecer nos sons da fala corrente — exatamente como os motoristas se habituaram a parar diante de um sinal vermelho, seja uma luz elétrica, uma lanterna ou uma bandeirola, ou outra coisa qualquer, apesar de não haver um vermelho como entidade, à parte daqueles sinais diferentes". O falante aprendeu a fazer os movimentos articulatórios de modo tal, que os traços distintivos figuram nas ondas sonoras, e o ouvinte aprendeu a daí extraí-los. Essa interpretação, por assim dizer "interna", ou imanente, que situa os traços distintivos e os correspondentes feixes dentro dos sons da fala, quer se considere o nível articulatório, o auditivo ou o acústico, é o ponto de partida mais adequado para as operações fonêmicas, embora tenha sido repetidamente contestada pelas interpretações

"externas", que de uma ou de outra maneira fazem o divórcio entre os fonemas e os sons da fala.

3. Tipos de traços fonológicos

Como a diferenciação entre as unidades semânticas é a função menos dispensável entre todas as funções dos sons na linguagem, os participantes de uma língua em comum aprendem antes de tudo a reagir aos traços distintivos. Seria errôneo, entretanto, supor que eles com isso passam a ignorar tudo o mais nos sons da fala. Ao lado dos traços distintivos há, à disposição do falante, outros tipos de traços codificados e portadores de informação, que todo membro de uma comunidade lingüística aprendeu a manipular e que a ciência da linguagem não tem o direito de pôr à margem.

Os traços configurativos assinalam a divisão da enunciação em unidades gramaticais de diversos graus de complexidade, especialmente em orações e vocábulos, quer dando relevo a essas unidades e indicando a sua hierarquia (traços culminativos), quer delimitando-as ou integrando-as umas nas outras (traços demarcativos).

Os traços expressivos põem uma ênfase relativa em diferentes partes da enunciação, ou em diferentes enunciações, e sugerem as atividades emocionais do enunciante.

Os traços distintivos e configurativos se referem a unidades semânticas, mas são referidos por sua vez nos traços redundantes. Assim os traços redundantes ajudam a identificar um traço concorrente ou seguinte, quer seja distintivo, quer seja configurativo, e quer se trate de um ou de outro tipo ou de uma combinação dos dois tipos. Não se deve subestimar o papel auxiliar das redundâncias. Há até circunstâncias que fazem com que elas se substituam aos traços distintivos. Jones cita o exemplo do inglês /s/ e /z/, que em posição final só diferem entre si pelo grau da força expiratória. Embora "um ouvinte de língua inglesa seja em regra capaz de identificar corretamente uma e outra consoante apesar da semelhança que há entre elas", a identificação exata é não raro facilitada pela diferença concomitante na quantidade do fonema precedente: *pence* [pens] : *pens* [pen:z].

É o fato de terem uma denotação única específica que associa os traços redundantes aos configurativos e expressivos e os separa dos traços distintivos. Seja qual for o traço distintivo, a sua denotação é sempre a mesma: ele apenas denota que o morfema em que se acha, não é o morfema que apresenta outro traço distintivo na mesma situação. Um fonema, como já observou Sapir, "não tem referência una". Todo fonema nada mais denota do que o fato de ser outro em face dos demais. A falta de denotação individual coloca à parte os traços distintivos e suas combinações em fonemas, em face de todas as outras unidades lingüísticas.

O código de traços usado pelo ouvinte não esgota a informação que ele recebe com os sons da mensagem que lhe é transmitida. Da configuração sonora sabe extrair indicações para identificar o emissor da mensagem. Relacionando o códi-

go do falante com o seu próprio código de traços, o ouvinte tira conclusões sobre a origem, o nível de educação e o meio social de quem lhe fala. Propriedades naturais do som lhe permitem identificar o sexo, a idade, e o tipo psicofisiológico do enunciante, e finalmente reconhecê-lo como pessoa de suas relações.

4. As interpretações externas para o fonema em relação com o som

a. O ponto de vista mentalista

A compreensão da complexidade do conteúdo informativo dos sons da fala é um requisito necessário a fim de se poder debater as várias orientações que nos levam em marcha externa ao fonema em sua relação com o som. Na mais antiga dessas orientações, o fonema é o som imaginado ou que se tem intenção de produzir, em contraste com o som realmente emitido, constituindo um fato "psicofonético" em face de um fato "fisofonético". É um equivalente mental do som exteriorizado. A unidade do fonema, comparada com a variedade de suas manifestações, passa a ser vista como uma discrepância entre o ímpeto interno, que procura produzir sempre a mesma pronúncia, e a vacilação involuntária no executá-lo.

Tal concepção se baseia em duas ilusões: não temos o direito de pressupor que a correlação sônica na nossa fala interior ou intencional se deva circunscrever aos traços distintivos, com a exclusão dos traços configurativos ou redundantes. Por outro lado, a multiplicidade de variantes contextuais e opcionais de um único e mesmo fonema, na enunciação oral, é devida à combinação desse fonema com diversos traços redundantes e expressivos; essa diversidade, entretanto, não impede a extração do fonema invariável em meio de todas essas variações. Assim, a tentativa de superar a antinomia entre a invariante e a variabilidade, pelo recurso de atribuir aquela à experiência externa, importa numa distorção das duas formas de experiência.

b. O ponto de vista do código regulador

Outra tentativa para situar os fonemas fora dos sons emitidos restringe os fonemas ao código e as variantes à mensagem. Pode-se replicar que o código inclui não apenas os traços distintivos, mas também os traços redundantes e configurativos que provocam as variantes contextuais, da mesma sorte que os traços expressivos que estão imanentes nas variações opcionais: os falantes da língua estão capacitados a produzi-los e apreendê-los todos na mensagem. Assim, tanto o fonema como as variantes estão igualmente presentes no código e na mensagem.

Uma atitude cognata procurou opor o fonema às variantes como um valor social em face do comportamento individual. É o que dificilmente se pode justificar, pois não apenas os traços distintivos mas todos os traços do código se acham igualmente socializados.

c. O ponto de vista genérico

Freqüentemente se tem oposto o fonema ao som como uma classe a um espécime. O fonema foi assim caracterizado como uma família ou classe de sons afins

pela semelhança fonética. Definições dessas, porém, são vulneráveis sob vários aspectos.

Primeiro, a pesquisa vaga e subjetiva da semelhança tem de ser substituída pela extração de uma propriedade comum.

Segundo, tanto a definição como a análise do fonema tem de levar em conta a lição de que se pode definir uma classe pelas suas propriedades, mas é a rigor impossível definir propriedades em função das classes. De fato, quando operando com um fonema ou um traço distintivo, estamos primariamente interessados numa constante que se acha presente nas várias particulares. Se estabelecemos que em inglês o fonema /k/ ocorre antes de /u/, não se trata de toda a família dos seus vários submembros, mas apenas do feixe de traços distintivos comuns a todos eles que aparece nessa posição. A análise fonêmica é um estudo de propriedades que ficam invariantes através de certas transformações.

Terceiro, quando operando com um som que em dada língua figura numa posição definida, sob definidas condições estilísticas, de novo nos defrontamos com uma classe de ocorrências e seu denominador comum, mas não com um espécime único e flutuante. Quer estudemos os fonemas, quer as variantes contextuais ("alofones"), é sempre — em termos de lógica — o "signo-designado", e não o "signo-acontecido", que queremos definir.

d. O ponto de vista ficcionista

De acordo com a opinião lançada principalmente por Twaddell em 1935, mas subseqüentemente rastreável nas obras de vários outros autores, os fonemas são unidades abstratas, fictícias. Na medida em que isso significa que qualquer conceito científico é uma elaboração nossa, trata-se de uma atitude filosófica que não afeta a análise fonêmica. O fonema, nesse sentido, é uma ficção, da mesma sorte que o morfema, a palavra, a oração, a língua, etc. Se, contudo, o analista pretende opor o fonema e suas componentes ao som como um quê de engendrado que não tem necessariamente correlação na experiência concreta, os resultados da análise ficarão desfigurados inevitavelmente. A suposição de que a escolha entre fonemas, para atribuir a um deles um dado som, pode em princípio ser feita ao nosso arbítrio, ou até a esmo, ameaça o valor objetivo da análise fonêmica. É verdade que o perigo pode ser evitado pelo requisito metodológico de que todo traço distintivo e, conseqüentemente, todo fonema tratado pelo lingüista deve ter uma correlação constante com cada fase do ato da fala e assim ser definível em qualquer plano acessível à observação. O nosso conhecimento presente dos aspectos físicos e fisiológicos dos sons da fala é suficiente para satisfazer tal requisito. A identidade de um traço distintivo através de suas manifestações variáveis já é hoje em dia objetivamente discriminável. É preciso, porém, fazer três ressalvas.

Primeiro, certos traços e combinações de traços podem se obliterar em vários tipos de elipses fonêmicas (cf. § I, 5).

Segundo, há traços que se apresentam mascarados por condições de distorção anormal da produção do som (sussurro, grito, canto, gaguejo), de transmissão (distância, filtragem, barulho) ou de percepção (fadiga auditiva).

Terceiro, o traço distintivo é uma propriedade relacional: o "mínimo idêntico" de um traço, em sua combinação com vários outros traços concorrentes ou sucessivos, está na relação essencialmente idêntica entre duas alternativas de caráter opositivo. Quaisquer que sejam as diferenças genéticas e acústicas das oclusivas de *tot*, elas são ambas de tom alto em oposição às duas labiais de *pop*, e ambas apresentam uma difusão de energia quando comparadas à maior concentração de energia das duas oclusivas de *cock* [/kok/].

"Debordamento" de fonemas. O chamado debordamento de fonemas [ing. *overlapping*] confirma o caráter evidentemente relacional dos traços distintivos. Um par de fonemas vocálicos palatais, geneticamente opostos um ao outro pelo relativo fechamento e abertura e, acusticamente, pela concentração mais baixa de energia (compacto/difuso), pode em certas línguas figurar numa posição como [ae] - [e] e em outra posição como [e] - [i], de sorte que um mesmo som [e] representa numa posição o termo difuso do par opositivo, e na outra posição o respectivo termo compacto. A relação entre as duas posições continua a mesma. Dois graus de abertura, e correspondentemente de concentração de energia — a máxima e a mínima — opõem sempre um fonema ao outro em ambas as posições.

e. O ponto de vista algébrico

A orientação que bem se pode chamar "algébrica", procura o afastamento maior possível entre fonema e som, ou correspondentemente entre fonêmica e fonética. O campeão dessa corrente, Hjelmslev, quer que a lingüística se torne "uma álgebra da linguagem, operando com entidades não nomeadas, isto é, entidades arbitrariamente nomeadas, libertadas de qualquer designação natural".[2] É particularmente o "plano da expressão" da linguagem — como ele batizou o aspecto chamado *signans* na tradição estóica e escolástica e na obra do renovador dessa tradição, Ferdinand de Saussure — que lhe parece dever ser estudado sem recurso a pressupostos fonéticos.

Toda tentativa, entretanto, de reduzir a língua a suas invariantes últimas, por meio da mera análise da distribuição delas no texto e sem referência às correlações empíricas que apresentam, está votada de antemão ao fracasso. A comparação de duas seqüências inglesas — /ku/ e /uk/ — não será capaz de fornecer qualquer informação sobre a identidade entre o primeiro segmento de uma das séries e o segundo segmento da outra série, se não trouxermos à colação propriedades sônicas comuns ao /k/ inicial e ao final e aos dois /u/ em ambas as posições. A confrontação das sílabas /ku/ e /ki/ não nos autoriza a atribuir os dois segmentos iniciais a um fonema /k/, como duas variantes que aparecem com exclusão mútua diante de duas vogais diferentes, se não identificamos os traços comuns, reunindo a variedade posterior e a anterior do fonema /k/ e diferenciando-as de todos os demais fonemas da mesma língua. Só por meio dessas experiên-

[2] Hjelmslev, L., *Prolegomena to a theory of language*, Indiana Univ. Publ. in Anthrop. and Linguist., 8 (1950), 50. (N. do A.)

cias podemos decidir se o [k–] posterior em [ku] corresponde ao mesmo fonema que o [k+] anterior em /ki/ e não ao [g+] anterior em [gi]. Por conseguinte, apesar da exigência teórica de uma análise totalmente independente da substância sônica, na prática *on tient compte de la substance à toute étape de l'analyse,* como Eli Fischer-Jorgensen nos diz, expondo a perturbadora discrepância.[3]

Quanto à exigência teórica em si mesma, ela decorreu do pressuposto de que, em linguagem, forma se opõe a substância como uma constante a uma variável. Se a substância sônica fosse uma simples variável, então a procura das invariantes lingüísticas teria de começar por pô-la de lado. A possibilidade, porém, de transpor a mesma forma lingüística, em substância sônica, para a substância gráfica, e.g., numa notação fonética ou num sistema de grafia aproximadamente fonêmico, não prova que a substância sônica, como outras "substâncias da expressão largamente diferentes", é uma mera variável. Em contraposição ao fenômeno universal da fala, a grafia fonética ou fonêmica é um código ocasional e acessório que normalmente pressupõe a habilidade dos que o usam, em transpô-lo para o código sônico imanente, ao passo que a habilidade inversa — transpor a fala para letras — é uma faculdade secundária e muito menos comum. Só depois de dominar a fala é que se pode aprender a ler e escrever. Há uma diferença cardeal entre fonemas e unidades gráficas. Cada letra traz uma denotação específica: numa ortografia fonêmica, usualmente denota um dos fonemas ou uma dada série limitada de fonemas, ao passo que os fonemas não denotam senão a mera alteralidade (cf. § II, 3). Os signos gráficos que servem para interpretar os fonemas ou outras unidades lingüísticas figuram em lugar dessas unidades, como se diria em lógica. Tal diferença é de conseqüências consideráveis para a estruturação cardealmente dissemelhante das letras e dos fonemas. As letras nunca, ou só parcialmente, reproduzem os diferentes traços distintivos em que se baseia a estruturação fonêmica, e inevitavelmente não levam em conta a relação estrutural desses traços.

Na sociedade humana não há qualquer coisa que se possa considerar uma suplantação do código da fala pelas suas réplicas visuais; há apenas uma suplementação desse código por elementos auxiliares parasitos, enquanto o código da fala persiste constante e imutavelmente efetivo. Não seria possível a asserção de que a forma musical se manifesta por duas variáveis: as notas e os sons; nem, da mesma sorte, que a forma lingüística se manifesta em duas substâncias equivalentes: a gráfica e a fônica. E, assim como a forma musical não pode se abstrair da matéria sonora que ela organiza, também a forma em fonêmica tem de ser estudada em relação com a matéria sonora que o código lingüístico selecionou, reajusta, disseca e classifica segundo linhas que lhe são próprias. Como as escalas musicais, a estruturação fonêmica é uma intervenção da cultura na natureza, um artefato que impõe regras lógicas ao contínuo sonoro.

[3] Fischer-Jorgensen, E., *Trav. du Cercle Linguist. de Copenhague,* 5 (1949), 231. (N. do A.)

5. Os processos do criptanalista e do decodizador como duas técnicas complementares

Aquele a quem se endereça uma mensagem codificada está, por hipótese, de posse do código e por meio dele interpreta a mensagem. Ao contrário desse decodizador, o criptanalista toma posse da mensagem sem um conhecimento prévio do código imanente e tem de resolver esse código por meio de hábeis manipulações da mensagem. O falante nativo reage diante de qualquer texto em sua língua como um decodizador normal, ao passo que o estrangeiro, não familiarizado com a língua, defronta-se com o mesmo texto à maneira do criptanalista. O lingüista, que aborda uma língua totalmente desconhecida, começa como criptanalista, até que pela gradual resolução do código consegue finalmente se aproximar das mensagens nessa língua como faria o decodizador nativo.

O falante, nativo ou naturalizado, de uma língua, se tiver um treinamento lingüístico, está ciente das funções desempenhadas pelos diversos elementos sônicos e pode utilizar esse conhecimento para resolver a configuração sônica nos múltiplos elementos portadores de informação. Emprega vários "requisitos gramaticais de análise fonêmica" como auxílio para a extração dos traços distintivos, configurativos e expressivos.[4]

Por outro lado, a questão levantada por Bloch, a respeito da aplicabilidade da técnica do criptanalista à investigação da estrutura fonêmica, tem uma grande importância metodológica: até que ponto uma mostragem suficiente de fala, registrada com precisão, seria capaz de permitir ao lingüista a depreensão do "sistema fonêmico sem saber o que significa qualquer parte da mostragem, ou mesmo se duas partes significam a mesma coisa ou coisas diferentes". Nessas condições, a extração dos traços redundantes é, em muitos casos, laboriosa mas realizável. Mais difícil é isolar os traços expressivos, mas aí também o registro pode fornecer alguma informação, dada a diferença entre o caráter oposicional e nitidamente seccionado dos traços distintivos e a gradação mais contínua que caracteriza a maior parte dos traços expressivos. Um problema ainda mais rebelde seria a discriminação criptanalística entre os traços distintivos e os configurativos, especialmente quando se trata de sinais de delimitação vocabular.

III. A identificação dos traços distintivos

1. A sílaba

Os traços distintivos se reúnem em feixes simultâneos chamados fonemas; os fonemas se concatenam em seqüências; o padrão elementar sotoposto a um dado

[4] Pike, K. L., *Word*, 3 (1947), 8 (1952). (N. do A.)

grupo de fonemas é a sílaba. A estrutura fonêmica da sílaba se determina por um conjunto de regras, e cada seqüência se baseia na recorrência regular desse modelo construtivo. Uma forma livre (seqüência separável por meio de pausas) tem de conter um número inteiro de sílabas. Evidentemente, o número de sílabas diferentes numa língua dada é um pequeno submúltiplo do número de formas livres, exatamente como o número de fonemas é um pequeno submúltiplo do número de sílabas, e o número de traços distintivos um submúltiplo do número de fonemas.

O princípio axial da estrutura silábica é o contraste de traços sucessivos dentro da sílaba. Uma parte da sílaba se destaca das demais. É principalmente o contraste vogal *vs.* consoante que é usado para tornar mais proeminente uma parte da sílaba. Há línguas em que toda sílaba consiste de uma consoante e uma vogal seguinte (CV); nesse caso é possível em qualquer ponto da seqüência predizer a classe de fonema que vai aparecer. Numa língua de maior variedade de tipos silábicos, a recorrência de uma classe de fonema oferece graus diversos de probabilidade. Além de CV, são utilizados outros tipos: CVC, V, VC. Ao contrário de C, a parte V não pode ser omitida nem figurar duas vezes na sílaba.

O contraste vogal/consoante é único ou meramente predominante: esporadicamente pode se substituir por outros contrastes cognatos. Tanto a parte C como a parte V podem conter mais de um fonema. Os fonemas que constituem as partes V e C da sílaba se denominam, respectivamente, fonemas de "ápice" e fonemas de "encosta". Se o ápice contém dois ou mais fonemas, um deles, chamado fonema "culminante" (ou "silábico"), se destaca dos outros fonemas do ápice pelo contraste compacto *vs.* difuso ou vogal *vs.* sonorante.

Stetson é que melhor descreveu o fato motor correlacionado com a sílaba fonêmica: "um jato de ar impelido para cima através do canal vocal por meio de uma compressão dos músculos intercostais". De acordo com essa descrição, a sílaba consta invariavelmente de três fatores sucessivos: descarga, culminação e detenção do impulso. Dessas fases é a do meio que vem a ser o fator nuclear da sílaba, ao passo que as outras duas são marginais. Ambos os fatores marginais — início e terminação — se efetuam por meio da mera ação dos músculos peitorais, ou, em termos de som da fala, usualmente por consoantes. Se os dois fatores marginais se efetuam por meio da ação dos músculos peitorais unicamente, a fase nuclear da sílaba é a única audível; se entretanto a descarga e a detenção de ar, ou uma ou outra, correspondem a sons da fala, a fase nuclear da sílaba fica sendo apenas a mais audível. Em outras palavras, a parte nuclear da sílaba forma contraste com as partes marginais à maneira de um ápice em relação a encostas.

Sob o aspecto fonético, o ápice usualmente excede as encostas em intensidade e em muitos casos evidencia um acréscimo de freqüência básica. Perceptualmente, o ápice se distingue das encostas por um maior vigor [ing. *loudness*] de voz, que muitas vezes se acompanha de uma elevação de tom vocal. Em regra, os fonemas do ápice são inerentemente mais elevados do que os fonemas de encosta na mesma sílaba: ordinariamente o ápice é constituído de vogais, enquanto as encostas contêm outros fonemas; menos freqüentemente o contraste entre fonemas de ápice e de encosta se manifesta pelo contraste entre líquidas e consoantes

puras ou entre nasais e consoantes orais e em casos excepcionais entre constritivas e oclusivas (cf. § IV, 1.*f*). Se numa dada encosta há um grupo fonêmico e nesse grupo um fonema inteiramente mais alto que os demais, a altura dele se torna notavelmente reduzida, a fim de se preservar a unidade, da sílaba: e. g. tcheque /jdu/, (jsem), /rti/, /lpi/ ou o monossílabo polonês /krvi/ vs. servo-croata dissilábico (krvi/.

2. Dois tipos de traços distintivos

Os traços distintivos se dividem em duas classes: (1) prosódicos e (2) inerentes. O traço prosódico só se apresenta nos fonemas que formam o ápice da sílaba e só se pode definir em referência ao relevo da sílaba ou da cadeia silábica, ao passo que os traços inerentes se desenvolvem nos fonemas independentemente do papel deles no relevo da sílaba e a definição de um traço não se refere assim ao relevo da sílaba ou da cadeia silábica.

3. Classificação dos traços prosódicos

Os três tipos de traços prosódicos que, segundo Sweet, chamaremos *tom, força* e *quantidade,* correspondem aos três principais atributos sensoriais: altura vocal, vigor da voz e duração subjetiva (protensidade). As dimensões de freqüência, intensidade e tempo são os seus correlatos mais próximos. Cada uma dessas três subclasses de traços prosódicos apresenta duas variedades: de acordo com o seu quadro de referência o traço prosódico pode ser "intersilábico" ou "intra-silábico". No primeiro caso, o ápice da sílaba fica em cotejo com as outras sílabas na mesma seqüência. No segundo caso, um instante dado do ápice entra em cotejo com outros instantes do mesmo ápice ou com a encosta subseqüente.

a. Traços tonais

Na variedade intersilábica de traços tonais, dita de "nível", os diferentes ápices silábicos dentro da seqüência entram em contraste pelo seu registro: mais alto ou mais baixo. O nível pode se dividir em duas partes: um registro neutro contrasta com um registro alto, de um lado, e, de outro lado, com um registro baixo; ou, finalmente, cada um dos dois registros opostos, alto e baixo, pode aparecer em duas variedades, acrescida e diminuída. Quando os falantes jabo transpõem esses quatro níveis de voz para toques de tambor, usam para as duas oposições aí imanentes dois diferentes pares de termos: os opostos alto e baixo se chamam "pássaro pequeno" e "pássaro grande", enquanto os opostos acrescido e diminuído se denominam "maior" e "menor"; assim os quatro sinais se distinguem como: "pássaro pequeno menor", "pássaro pequeno maior", "pássaro grande menor" e "pássaro grande maior".

[5] Herzog, G., *Word,* 1 (1945), 230. (N. do A.)

A variedade intra-silábica de traços tonais, ou seja, o traço da "modulação", põe em contraste o registro mais alto de uma parte do fonema com o registro mais baixo da sua outra parte, ou o registro mais alto de uma componente de um ditongo com o registro mais baixo de sua outra componente; e essa distribuição de registros, no ápice da sílaba, se opõe à distribuição reversa, isto é, uma modulação ascendente em face de uma descendente ou uma e outra em face de uma entoação sempre igual.

b. Traços de força

A variedade intersilábica dos traços de força, ou seja, o traço do "acento", é um contraste de um ápice mais vigoroso [ing. *loud*] e acentuado com os ápices menos vigorosos e inacentuados de outras sílabas dentro da mesma seqüência, numa diferença que é produzida pelo mecanismmo sublaríngeo e particularmente pelos movimentos abdominais do diafragma.

Na variedade intra-silábica dos traços de força, o chamado *stosston* ou *stod,*[6] duas frações contíguas do fonema acentuado ficam em cotejo uma com a outra. A um vigor que se mantém por todo o fonema outro tipo aí se opõe: a porção inicial do fonema apresenta um ápice vigoroso, enquanto na sua porção final o vigor decresce. Deve-se o declínio de amplitude, muitas vezes acompanhada de uma diminuição da freqüência fundamental, a uma inervação abruptamente decrescente dos músculos expiratórios.

c. Traços quantitativos

A variedade intersilábica dos traços quantitativos, ou seja, o traço da "duração", põe em contraste um fonema normal, breve e incapaz de alongamento dentro do ápice da sílaba com fonemas longos e sustentados das outras sílabas na mesma seqüência ou, então, adicionalmente ou exclusivamente, um fonema breve mas firme com outro de transição, reduzido a um ponto.

A segunda variedade dos traços quantitativos, ou seja, o traço de "contato", se baseia numa distribuição diferente da duração entre a vogal e a consoante subseqüente: no caso do chamado contato cerrado *(scharf geschnittener Akzent),* a vogal se abrevia em favor da consoante seguinte que a detém, enquanto no contato aberto *(schwach geschnittener Akzent)* a vogal se desdobra em sua plenitude antes da consoante começar.

d. A conexão entre acento e quantidade

Sempre que há um contraste de sílabas acentuadas e inacentuadas o acento é utilizado como traço configurativo, a rigor culminativo, enquanto a quantidade nunca assume tal função. A função culminativa do acento se combina quer com a outra variedade das funções configurativas, a demarcação (cf. § II, 3), quer com

[6] *Stod* é o termo em dinamarquês, onde essa produção fônica tem valor distintivo, como em *hun,* sem *stod,* "ela", *hun,* com *stod,* "cão". (N. do T.)

a função distintiva. Línguas em que quantidade e acento participem dos traços distintivos são inquestionavelmente excepcionais; o que sucede em regra é que o acento distintivo se complementa com uma quantidade redundante.

A observação dos traços de força e quantidade na sua variedade intersilábica parece indicar uma tendência à coalescência dos traços prosódico distintivos que utilizam a intensidade com os que utilizam o tempo.

4. Comparação entre traços prosódicos e inerentes

Qualquer traço prosódico se baseia, antes de tudo, no contraste entre duas variáveis dentro de uma seqüência de tempo: a relativa elevação da voz, ou o vigor da voz, ou duração de uma fração dada, depende das frações precedentes, das seguintes, ou de umas e outras. Como Herzog indicou a respeito dos traços tonais, "as atualizações dos contrastes — decorrentes das sucessivas distâncias entre os níveis tonais ou dos movimentos tonais sucessivos — mudam a cada momento."[7] O nível tonal, ou modulação tonal, os graus de acento ou seu decréscimo *(stosston)* são sempre puramente relativos e altamente variáveis, nas suas grandezas absolutas, de um falante para outro, ou mesmo de uma enunciação para outra no uso de um dado falante. Igualmente, a quantidade de uma vogal só se pode estabelecer em relação com a quantidade das outras vogais dentro do mesmo contexto ou das consoantes subseqüentes (traço de contato), ao mesmo tempo que a duração absoluta das vogais longas e breves, numa dada língua, apresenta uma vacilação considerável de velocidade, dependente dos hábitos articulatórios do falante e das suas variações de tempo para fim expressivo. A vogal longa é aquela que *coeteris paribus* é mais longa que as vogais breves circundantes. Da mesma sorte, para uma vogal ser acentuada basta se enunciar com uma voz mais vigorosa do que as vogais inacentuadas da mesma corrente de fonação; e as vogais de registro alto têm de ter apenas um tom vocal mais alto do que as vogais vizinhas de registro baixo. E até as vogais de registro alto de um mesmo falante, digamos um baixo, podem ser mais profundas do que as vogais de registro baixo de outro falante, um soprano por exemplo, e na fala de uma mesma pessoa pode haver trechos de um abaixamento relativo, para fim expressivo, tanto dos fonemas de registro alto como dos de registro baixo.

Todo traço prosódico encerra duas coordenadas: de um lado, termos polares, como registro alto e registro baixo, tom ascendente e tom descendente, ou quantidade longa e breve, podem aparecer, *coeteris paribus,* na mesma posição na seqüência, de sorte que o falante usa seletivamente e o ouvinte seletivamente apreende uma das duas alternativas, identificando a alternativa escolhida em relação à que foi rejeitada. Essas duas alternativas, uma presente e a outra ausente, numa mesma unidade da mensagem, constitui uma verdadeira oposição lógica. (Cf. § I, 30.) Por outro lado, os dois termos polares só são plenamente reconhecíveis quando se acham ambos presentes numa dada seqüência para o falante poder realizar e o ouvinte poder perceber o contraste entre os dois termos.

Assim, as duas alternativas de um traço prosódico coexistem no código

[7] Herzog, G., *Intern, J. of Amer. Linguist.* 15 (1949), 236. (N. do A.)

como dois termos de uma oposição e, além disso, coocorrem e produzem um contraste dentro da mensagem. Se a mensagem é curta demais para incluir as duas unidades contrastantes, pode-se inferir o traço pelas claves de substituição que a seqüência oferece; por exemplo, pode-se inferir a quantidade de uma vogal numa seqüência monossilábica pela duração relativa das consoantes circundantes, e o registro de uma mensagem monofonêmica pela modulação do início ou do final da vogal ou pela modulação de um e de outro.

Reconhecer e definir um traço inerente depende apenas da escolha de duas alternativas que são admissíveis na mesma posição dentro da seqüência. Não depende da comparação dos dois termos polares e da sua coocorrência no contexto. Portanto, as duas alternativas de um traço inerente coexistem no código como dois termos de uma oposição, mas não é necessária a sua justaposição, em contraste, dentro da mensagem.

5. Leis gerais da estruturação fonêmica

Uma apreensão importante da inter-relação e classificação dos traços distintivos nos vem da descrição comparativa dos sistemas fonêmicos das mais variadas línguas do mundo e da confrontação desses sistemas com a ordem por que se processam as aquisições fonêmicas das crianças aprendendo a falar, bem como com o desmantelamento gradual da linguagem e da estruturação fonêmica na afasia. Obedecem às mesmas leis implícitas o progresso lingüístico da criança, especialmente no âmbito fonêmico, e a regressão que aí sofre o afásico. Se a aquisição, por parte da criança, de uma distinção B implica a aquisição de uma distinção A, a perda de A no afásico implica a ausência de B e a reabilitação do afásico segue a mesma ordem do desenvolvimento fonêmico infantil. As mesmas leis implícitas estão imanentes nas línguas do mundo, quer sob o aspecto estático, quer sob o dinâmico. A presença de B implica a presença de A, e, correspondentemente, B não pode emergir no padrão fonêmico de uma língua sem que A ali se encontre; analogamente, A não poderá desaparecer de uma língua enquanto B ali existir. Quanto mais limitado for o número de línguas que possuem certo traço fonêmico ou certa combinação de traços, tanto mais demorada será a aquisição desse traço ou dessa combinação por parte das crianças nativas e tanto mais rápida será a sua perda por parte dos afásicos nativos.

a. Restrições no inventário total dos traços distintivos

A progressiva investigação fonêmica que se tem feito entre as crianças e os afásicos com um número cada vez maior de leis que se vão descobrindo, traz para o primeiro plano o problema das leis universais imanentes na estruturação fonêmica das línguas. À vista dessas leis de implicação e estratificação, a tipologia fonêmica das línguas está se tornando uma tarefa cada vez mais urgente e mais realizável. Cada passo nessa direção nos permite reduzir a lista dos traços distintivos usados nas línguas do mundo. A suposta multiplicidade de traços tem se mostrado ser, em grande parte, ilusória. Se dois ou mais traços considerados diferentes nunca ocorrem juntos numa língua dada e se, além disso, encerram uma

propriedade comum que os distingue de todos os outros traços, é que se trata de manifestações diferentes de um mesmo traço, ocorrendo cada uma delas com a exclusão das demais e conseqüentemente apresentando um caso particular de distribuição complementar. O estudo das invariantes dentro do padrão fonêmico de uma língua tem de ser suplementado por uma pesquisa das invariantes universais da padronização fonêmica da linguagem humana.

É assim que nenhuma língua apresenta simultaneamente duas posições consonantais autônomas — consoantes faringealizada/não-faringealizada, e arredondada/não-arredondada. No primeiro caso atua o orifício posterior do ressonador bucal (faringe) e no segundo o orifício anterior (lábios), mas em ambos os casos há a oposição entre um orifício estreitado do ressonador bucal, produzindo um abaixamento das ressonâncias, e a ausência desse estreitamento. Portanto, os dois processos (fenda estreita posterior e fenda estreita anterior) devem ser tratados como duas variantes de uma mesma oposição, que no plano motor pode ser definida como fenda estreita *vs.* fenda larga (cf. § III, 6*b*). A relação entre consoante retroflexa e consoante dental vem a ser uma simples variedade da oposição entre dentais faringealizadas e não-faringealizadas. Quatro traços consonantais levados em conta por Trubetzkoy — o traço de tensão, o traço de intensidade ou pressão, o traço de aspiração e o traço de pré-aspiração — também se resolvem em variantes complementares de uma mesma oposição, que em virtude do seu denominador comum se deve classificar como traços tenso e frouxo.

Oclusivas de articulação dupla (especialmente os cliques), com duas oclusões em sucessão rápida, seguidas de duas descargas distintas na mesma ordem, aparecem, com a exclusão de outros tipos de combinações articulatórias, nas mesmas posições, e apenas apresentam uma manifestação diferente de seqüências consonantais mais comuns.

6. As duas classes de traços inerentes

Os traços distintivos inerentes que até agora foram descobertos nas línguas do mundo e que, ao lado dos traços prosódicos, estruturam todo o acervo lexical e morfológico, compreendem doze oposições, de cujo conjunto cada língua faz a sua própria seleção. Todos os traços inerentes se dividem em duas classes que se podem denominar a dos traços de "sonoridade" e a dos traços de "tonalidade", relacionando-se a primeira com os traços de força prosódica e de quantidade e a segunda com os traços de prosódia tonal. Os traços de sonoridade utilizam o volume e a concentração de energia no espectro e no tempo. Os traços de tonalidade envolvem os extremos do espectro de freqüência

a. Traços de sonoridade

i. Vocálico/não-vocálico [ing. *Vocalic/non-vocalic*] :

acusticamente — presença *vs.* ausência de uma formante de estrutura nitidamente definida;

geneticamente — excitação inicial na glote ou exclusivamente essa excitação acompanhada da passagem livre pelo tubo vocal.

ii. Consonantal/não-consonantal [ing. *Consonantal/non-consonantal*] :
acusticamente — energia total baixa (*vs.* alta);
geneticamente — presença *vs.* ausência de obstrução no tubo vocal.

As vogais são vocálicas e não-consonantais; as consoantes são consonantais e não-vocálicas; as líquidas são vocálicas e consonantais (combinando a passagem livre e a obstrução na cavidade oral, com o efeito acústico correspondente); os fonemas de transição [ing. *glides*] são não-vocálicos e não-consonantais.

iii. Compacto/difuso [ing. *Compact/diffuse*] :
acusticamente — mais alta (*vs.* mais baixa) concentração de energia numa área central relativamente estreita do espectro, acompanhada por um aumento (*vs.* decréscimo) do volume total de energia e de seu desdobramento no tempo;
geneticamente — uma abertura voltada para fora *vs.* uma abertura voltada para dentro. A diferença está na relação entre o formato e o volume da câmara de ressonância, antes do ponto de estritura máxima, e o formato e volume da câmara depois desse ponto. O ressonador dos fonemas de abertura voltada para fora (vogais abertas e consoantes velares e palatais incluindo as pós-alveolares) tem o formato de uma corneta de chifre, ao passo que os fonemas de abertura voltada para dentro (vogais fechadas e consoantes labiais e dentais incluindo as alveolares) tem uma cavidade semelhante à de um ressonador de Helmholtz.

iv. Tenso/frouxo [ing. *Tense/lax*] :
acusticamente — maior (*vs.* menor) nitidez de delimitação das áreas de ressonância no espectro, acompanhada de um aumento (*vs.* um decréscimo) do volume total de energia e de seu desdobramento no tempo;
geneticamente — maior (*vs.* menor) deformação do tubo vocal ao se desviar da sua posição de repouso. O papel do esforço muscular, que afeta a língua, as paredes do tubo vocal e a glote, está exigindo mais investigação.

v. Sonoro/surdo [ing. *Voiced/voiceless*] :
acusticamente — presença (*vs.* ausência) de uma excitação periódica de baixa freqüência;
geneticamente — vibração periódica das cordas vocais *vs.* falta dessa vibração.

vi. Nasal/oral (nasalizado/não-nasalizado) [ing. *Nasal/oral; nasalized/non-nasalized*] :
acusticamente — desdobramento da energia disponível numa área mais ampla de freqüência (*vs.* área mais limitada) pela redução da intensidade de certas formantes (a rigor as primordiais) e introdução de formantes adicionais (nasais);
geneticamente — o ressonador bucal suplementado pela cavidade nasal *vs.* a exclusão do ressonador nasal.

vii. Descontínuo/contínuo [ing. *Discontinuous/continuant*] :
acusticamente — silêncio (pelo menos na linha de freqüências situada acima da vibração das cordas vocais) seguido ou precedido (ou seguido e

precedido) de um desdobramento de energia por uma área ampla de freqüências (seja como uma explosão, seja como uma rápida passagem a formantes de vogal) *vs.* ausência de passagem abrupta entre som e "silêncio";

geneticamente — uma rápida mudança na produção, seja por um rápido fechamento ou uma rápida abertura do tubo vocal (ou por um e outra), o que cria a distinção entre consoantes plosivas e constritivas, seja por um ou mais golpes, o que caracteriza as líquidas descontínuas, como /r/ tremulante ou o vibrante, em face das líquidas contínuas, como /l/ lateral.

viii. Estridente/doce [ing. *Strident/mellow*]:

acusticamente — um ruído de intensidade mais alta *vs.* um ruído de intensidade mais baixa;

geneticamente — um corte áspero [ing. *rough-edged*] *vs.* um corte suave [ing. *smooth-edged*]: uma obstrução suplementar, criando um efeito especial de corte (*Schneidenton),* distingue a produção dos fonemas de corte áspero do impedimento menos complexo das suas contrapartes de corte suave.

ix. Brusco/fluente [ing. *Checked/unchecked*]:

acusticamente — maior proporção de descarga de energia dentro de um reduzido intervalo de tempo *vs.* menor proporção de descarga dentro de um intervalo mais longo (menor grau *vs.* maior grau de amortecimento);

geneticamente — glotalização (com compressão ou fechamento da glote) *vs.* não-glotalização.

b. Traços de tonalidade

x. Grave/agudo:

acusticamente — concentração de energia nas freqüências inferiores do espectro (*vs.* a sua concentração nas superiores);

geneticamente — fonema periférico *vs.* medial: os periféricos (velares e labiais) têm um ressonador mais amplo e menos compartimentado do que os mediais correspondentes (palatais e dentais).

xi. Rebaixado/sustentado [ing. *Flat/plain*]: [8]

Acusticamente — os fonemas rebaixados se opõem aos sustentados, correspondentes, por uma queda ou enfraquecimento de alguns de seus componentes de mais alta freqüência;

geneticamente — aqueles (com uma fenda estreita), em contraste com estes (de fenda mais larga), se produzem com um orifício reduzido na parte posterior ou anterior do ressonador bucal e uma concomitante velarização que expande esse ressonador.

xii. Incisivo/raso [ing. *Sharp/plain*]:

acusticamente — os fonemas incisivos se opõem aos rasos por um movi-

[8] *Flat* é o termo musical, em inglês, para indicar som em bemol. Haveria a alternativa de traduzi-lo por *bemolizado,* que seria um neologismo; mas *rebaixado* define bem o efeito acústico e é um termo mais natural. (N. do T.)

mento de ascensão das freqüências ou fortalecimento de alguns de seus componentes de mais alta freqüência;
geneticamente — aqueles (com uma fenda larga), em contradistinção a estes (com uma fenda mais estreita), se produzem com uma dilatação do orifício posterior do ressonador bucal (passo faríngeo) e uma palatalização concomitante, que restringe e compartimenta a cavidade bucal.

7. Estágios do fenômeno fonatório

Definimos acima cada um dos traços distintivos tanto no nível acústico como no articulatório. A rede comunicativa compreende, entretanto, maior número de estágios. O estágio inicial em qualquer fenômeno fonatório — a intenção do emissor — ainda não se presta a uma análise precisa. O mesmo se pode dizer dos impulsos nervosos que vão ter do cérebro aos órgãos produtores. O trabalho desses órgãos — o estágio motor do fenômeno fonatório — já é hoje em dia perfeitamente acessível à observação, graças principalmente ao progresso do raio x e de outros recursos que revelam as atividades de partes importantíssimas do aparelho fonador, como sejam os mecanismos faríngeo, laríngeo e sublaríngeo. O estado da mensagem no seu caminho entre o falante e o ouvinte, as vibrações de ar transmitidas, está sendo cada vez mais explicado, devido especialmente ao progresso da acústica moderna.

Procura-se agora depreender a translação do estímulo físico primeiro, em processo auditivo e, em seguida, em processo neural. Para tanto é uma tarefa oportuna a pesquisa de modelos de traços distintivos usados pelo sistema auditivo do homem. Quanto à transformação dos componentes da fala operada pelo sistema nervoso, por enquanto só podemos quando muito aventurar o que os psicofisiólogos propuseram como "mera asserção especulativa":[9] os traços de sonoridade parecem se relacionar com o volume, a densidade e a propagação da excitação nervosa, ao passo que os traços de tonalidade se relacionam com a localização dessa excitação. O desenvolvimento atual das pesquisas no âmbito das reações neurais aos estímulos sônicos promete-nos, não obstante, um quadro diferencial dos traços distintivos também nesse nível.

O estudo psicológico da percepção dos sons tem forcejado por isolar os diversos atributos subjetivos do som e determinar a capacidade discriminatória dos ouvintes para cada uma das dimensões do estímulo. A expansão de tal investigação aos sons da fala é suscetível de esclarecer as correlações perceptuais dos diversos traços distintivos em referência à sua autonomia fenomenológica. As primeiras experiências sobre as consoantes inglesas, transmitidas com distorção de freqüência e com ruído de perturbação ao acaso, vieram confirmar em verdade que a percepção de cada um desses traços é relativamente independente da percepção dos demais, como se "se tratasse de canais separados e simples em vez de um único canal complexo".[10]

[9] Stevens, S. S. e Davis, H., *Hearing*, Nova York, 1938, 164. (N. do A.)
[10] Miller, G. A. e Nicely P. E., *J. A. S. A.**, 27, 1955. (N. do A.)
* Isto é, *Journal of the Acoustical Society of America*. (N. do T.)

Para o psicólogo, cada atributo é definível pela reação diferencial a um estímulo, por parte do ouvinte, em circunstância determinada *(Aufgabe)*. Em referência aos sons da fala, tal circunstância é determinada pela atitude interpretativa do ouvinte em face da mensagem recebida e de cada uma de suas constituintes. O ouvinte estabelece a correlação entre a mensagem emitida e o código comum a ele e ao falante. Assim o papel dos componentes sônicos e suas combinações, constantes do padrão lingüístico, está implícito na percepção dos sons da fala. Para descobrir que elementos motores, acústicos e perceptuais são utilizados numa língua dada, temos de nos guiar pelas regras do código dessa língua; a análise fisiológica, física e psicológica dos sons da fala, para ser eficaz, pressupõe uma interpretação lingüística desses sons.

a. O uso de estágios diferentes no estudo dos traços distintivos

Para decodizar a mensagem o receptor extrai os traços distintivos dos dados perceptuais. Quanto mais ligada estiver a nossa investigação ao destino da mensagem, tanto mais acuradamente poderemos apreciar a informação transmitida pela cadeia sônica. Isso determina a hierarquia operacional dos níveis em sua pertinência decrescente: perceptual, auditivo, acústico e motor (não transmitindo o último uma informação direta ao receptor da mensagem, exceto no que se refere a uma leitura esporádica dos movimentos dos lábios). A experiência auditiva é o único aspecto da mensagem de que o emissor e o receptor participam, visto que normalmente o falante ouve a si mesmo.

No processo da comunicação não há uma inferência que valha necessariamente para dois estágios sucessivos. Em cada novo estágio aumenta a seletividade; alguns dados de um estágio antecedente são irrelevantes para o estágio subseqüente e cada item de um estágio ulterior pode ser função de certas variáveis do estágio precedente. A medição do tubo vocal permite uma predição exata da onda sonora, mas um mesmo efeito acústico pode ser obtido por meios inteiramente diferentes. Analogamente, o mesmo atributo de uma sensação auditiva pode ser resultado de estímulos físicos diferentes.

A suposição, teoricamente improvável, de uma relação mais estreita entre a percepção e a articulação do que entre a percepção e seus estímulos imediatos não encontra corroboração na experiência: a reação cinestésica do ouvinte desempenha um papel muito subordinado e incidental. Não são poucas as vezes em que adquirimos a habilidade de discernir pelo ouvido os fonemas estrangeiros sem termos aprendido a produzi-los, e uma criança, ao aprender a língua, discrimina muitas vezes fonemas dos adultos muito antes de os usar em sua própria fala.

Em qualquer estágio do fenômeno fonatório, desde a articulação até a percepção e a decodização, pode-se fazer a especificação das oposições distintivas, contanto que as invariantes de um estágio anterior sejam selecionadas e correlacionadas em termos dos estágios subseqüentes, levando-se em conta o fato evi-

dente de que nós falamos para sermos ouvidos e precisamos ser ouvidos para sermos entendidos.

Os traços distintivos só foram aqui descritos no nível motor e no nível acústico, porque são esses os dois únicos aspectos do fenômeno fonatório em que dispomos por enquanto de informação minuciosa. Qualquer desses dois padrões deve dar um quadro completo de todas as irredutíveis distinções últimas. Como, porém, a articulação está para o fenômeno acústico na relação do meio para o efeito, a classificação dos dados motores tem de ser feita em referência aos padrões acústicos. Por isso, a diferença entre quatro classes articulatórias de consoantes — velar, palatal, dental e labial — se dissolve no nível acústico em duas oposições binárias: de um lado, as labiais e as velares concentram a sua energia nas mais baixas freqüências do espectro em contradição com as dentais e as palatais, que concentram sua energia nas mais altas freqüências — donde a oposição dos traços grave/agudo. Por outro lado, as velares e as palatais se distinguem das labiais e das dentais por uma maior concentração de energia — donde a oposição dos traços compacto/difuso. A gravidade das labiais e velares decorre geneticamente de uma cavidade bucal maior e menos dividida, e o efeito agudo das dentais e das palatais de uma cavidade menor e mais compartimentada. Assim, no nível motor, a diferença decisiva está entre uma estritura numa região medial da boca — dental ou palatal — e uma estritura numa região periférica — labial ou velar. Diferença articulatória idêntica opõe as vogais velares (posteriores) às palatais (anteriores) na relação acústica de grave *vs.* agudo. Um maior volume de cavidade ressonadora diante do ponto de articulação e um menor volume de cavidade por trás desse ponto distinguem as consoantes velares das labiais, e as consoantes palatais das dentais e criam o efeito compacto das velares e palatais. O mesmo fenômeno articulatório determina o efeito compacto das vogais abertas *vs.* o efeito difuso das vogais fechadas. Teria sido muito difícil extrair o denominador comum das distinções entre consoantes labiais e dentais e entre consoantes e vogais velares e palatais, bem como o denominador comum das distinções entre consoantes velares e labiais, consoantes palatais e dentais, vogais abertas e fechadas, se não tivéssemos levado em conta as nítidas oposições, de ordem acústica e perceptual, dos traços grave/agudo e compacto/difuso.

Embora fosse evidente aos observadores que, entre as plosivas, as africadas labiodentais, alveolares (sibilantes), pós-alveolares (chiantes) e uvulares se opõem pelo seu ruído de fricção às oclusivas puras labiais, dentais, palatais e velares, passava despercebida apesar de tudo a oposição semelhante que há entre as constritivas correspondentes, não obstante o fato de que todas essas africadas e as constritivas homorgânicas se distinguem por um tipo especial de turbulência devido à corrente de ar ter de vencer uma barreira suplementar (a superfície dos dentes ou a úvula) ou por a corrente de ar dirigir-se contra o obstáculo em ângulo reto. No espectrograma, a distribuição irregular das áreas escuras nessas consoantes estrindentes, em cotejo com os padrões muito mais regulares das consoantes doces, é só o que permite diferenciar cada um dos pares, e a diferença, *comum a* todos os pares em questão, revela uma oposição binária distinta.

b. Nomenclatura dos traços distintivos

A terminologia tradicional recorre indiscriminadamente a estágios diversos do fenômeno fonatório: termos como nasal, palatalizado, arredondado, glotalizado se referem ao nível motor; outros rótulos (sonoro, alto, descendente, tom, lene, líquida) se referem uns ao aspecto acústico e outros ao aspecto perceptual; e mesmo quando se usa um termo figurado, parte-se de uma base na experiência fenomenológica. Na medida em que o traço que definimos tem um termo tradicional, usamos este último sem nos atermos ao estágio do fenômeno fonatório a que ele se reporta; por exemplo — nasal/oral, tenso/frouxo, surdo/sonoro, acentuado/não-acentuado. Reteve-se qualquer termo articulatório tradicional desde que ele assinale um importante critério de divisão a respeito do som transmitido, percebido e interpretado. Em vários casos, contudo, não havia um termo fonético corrente para cobrir o traço que definíamos. Para esses traços apelamos para termos da acústica e da psicoacústica. Mas uma vez que cada um desses traços é definível e foi definido tanto no nível acústico como no nível motor, qualquer deles poderia, com igual direito, receber uma designação articulatória nova, como aberto para fora/aberto para dentro, em vez de compacto/difuso, de corte áspero/de corte suave, em vez de estridente/doce, periférico/medial, em vez de grave/agudo, de fenda estreitada/de fenda larga, em vez de rebaixado/sustentado e de fenda alargada/de fenda mais estreita, em vez de inciso/raso.

Não nos interessa substituir uma classificação acústica a outra articulatória, mas tão-somente pôr em evidência os critérios mais produtivos de divisão, válidos para um e outro aspecto do fenômeno fonatório.

IV. Padronização fonêmica

1. Estratificação

a. A sílaba nuclear

Geralmente a linguagem infantil começa e a dissolução afásica da linguagem, como passo preliminar da sua perda completa, culmina com o que os psicopatologistas denominaram o "estágio labial". Nessa fase, criança e afásico só são capazes de um único tipo de emissão, que usualmente se transcreve como /pa/. Do ponto de vista articulatório os dois elementos constituintes dessa emissão representam configurações polares do tubo vocal: em /p/ o tubo se fecha na sua parte mais externa, ao passo que em /a/ ele se abre o mais possível na parte anterior e se estreita na parte posterior, tomando assim o formato de corneta de um megafone. Essa combinação de dois extremos é também aparente no nível acústico: a oclusiva labial apresenta um jato momentâneo de som, sem grande concentração de energia numa banda particular de freqüência, ao passo que na vogal /a/ não há limitação estrita de tempo e a energia se concentra numa região relativa-

mente estreita de sensibilidade máxima para o ouvido. No primeiro constituinte há uma limitação extrema no âmbito do tempo mas nenhuma limitação ostensiva no âmbito das freqüências, enquanto que o segundo constituinte não mostra limitação ostensiva em relação ao tempo mas mostra uma limitação máxima em relação às freqüências. Conseqüentemente a oclusiva difusa com a sua redução máxima na emissão de energia oferece a maior aproximação possível do silêncio, enquanto que a vogal aberta possui a mais alta emissão de energia de que é capaz o aparelho vocal do homem.

A polaridade entre um mínimo e um máximo de energia aparece primariamente como um contraste entre duas unidades sucessivas — a consoante ótima e a vogal ótima. Assim se estabelece a estrutura fonêmica elementar, que é a sílaba. Como muitas línguas carecem de sílaba sem consoante pré-vocálica, ou com consoante pós-vocálica, ou com uma e outra, CV (Consoante + Vogal) é o único modelo silábico verdadeiramente universal.

b. O papel da consoante nasal

A escolha entre /pa/ e /a/ ou entre /pa/ e /ap/, ou entre /pa/, de um lado, e /a/ e /ap/ do outro, pode tornar-se o primeiro veículo semântico nos primeiros estágios da linguagem infantil. Usualmente, contudo, a criança conserva durante algum tempo um esquema constante de sílaba e cinde os dois constituintes dessa sílaba, primeiro a consoante e depois a vogal, em alternativas distintivas.

O mais das vezes, a oclusiva oral, que só utiliza um tubo fechado, ganha uma contraparte com a consoante nasal, que combina um tubo principal fechado com um tubo aberto subsidiário e, portanto, suplementa os traços específicos de uma oclusiva com uma característica vocálica secundária. Antes de aparecer a oposição consonantal nasal/oral, a consoante se distingue da vogal pela oposição entre tubo fechado e tubo aberto. Uma vez criada a consoante nasal como oposição entre presença de tubo aberto em face de sua ausência, o contraste consoante/vogal passa a ser o de presença de tubo fechado *vs.* a sua ausência.

Vêm a seguir várias oposições ulteriores, que modificam e atenuam o contraste primário ótimo entre consoante e vogal. Todas essas formações mais tardias remodelam por assim dizer o ressonador bucal, enquanto a nasalização apenas acrescenta ao ressonador bucal uma cavidade secundária de ressonância e não lhe altera nem o volume nem o formato.

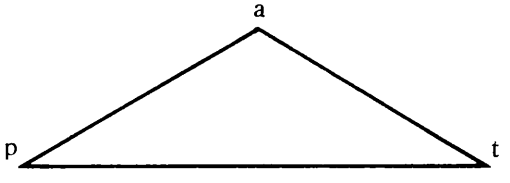
A oposição entre consoante nasal e consoante oral, que pertence às primeiras aquisições da criança, é em regra a oposição consonantal mais resistente na afasia e ocorre em todas as línguas do mundo com exceção de algumas línguas indígenas americanas.

c. O triângulo primário

Entretanto, a oposição nasal *vs.* oral na oclusiva pode ser precedida da cisão da oclusiva oral em dois elementos opositivos — labial e dental. Depois que surge o contraste CV, fundado num atributo do som, o vigor, é psicologicamente inferível a utilização do outro atributo básico, que é a altura. Assim se institui a pri-

meira oposição de tonalidade: grave/agudo; em outras palavras, a concentração da energia nas mais baixas freqüências do espectro *vs.* a sua concentração nas mais altas freqüências. Em /p/ predomina a extremidade inferior, ao passo que em /t/ é a mais forte a superior. É perfeitamente natural que o primeiro traço de tonalidade vá afetar não a vogal /a/, com a sua máxima concentração de energia numa região central estreita do espectro, mas sim a consoante /p/, com sua difusão máxima de energia numa zona ampla de freqüência.

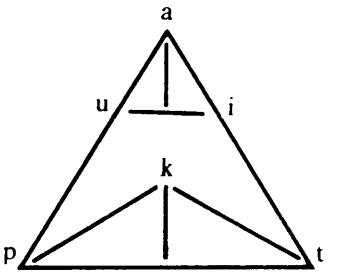
Nesse estágio o pólo de energia alta e concentrada /a/ contrasta com a baixa energia das oclusivas /p/ e /t/. As duas oclusivas se opõem uma à outra pela predominância de uma das extremidades do espectro de freqüência, como pólos respectivamente grave e agudo. Essas duas dimensões assinalam um padrão triangular de fonemas (ou pelo menos de fonemas orais, se já apareceu o traço de nasalidade):



d. A cisão do triângulo primário em dois triângulos, o consonantal e o vocálico

Ao aparecimento do traço consonantal de tonalidade se segue uma cisão em referência à vogal. A polaridade das duas unidades sucessivas, CV, baseada no contraste entre energia reduzida e energia difusa, se suplementa com a polaridade de duas vogais em alternativa, assente na oposição entre mais baixa e mais alta concentração de energia. O /a/ compacto, que era único, encontra agora o seu oposto numa vogal difusa. Desta sorte, tanto a secção consonantal como a vocálica do triângulo primário passa a ter o seu padrão linear próprio — um eixo consonantal de grave/agudo e um eixo vocálico de compacto/difuso. As consoantes duplicam a sua originária oposição a uma vogal, e a base do triângulo, que é consonantal, fica complementada por um ápice consonantal também — a oclusiva velar.

A oposição de tonalidade, a princípio só consonantal, pode se estender, por sua vez, ao padrão vocálico: é naturalmente a vogal difusa que se cinde numa grave e numa aguda, complementando o ápice vocálico do triângulo primário com uma base *u-i*. Desse modo, o triângulo primário, a princípio único, se divide bidimensionalmente em dois padrões autônomos — o triângulo consonantal e o triângulo vocálico.



e. Estruturação dos traços de ressonância oral

Tanto o padrão vocálico como o consonantal podem passar subseqüentemente de triangular a quadrangular estendendo a distinção entre velar e palatal à vogal aberta ou à consoante aberta, ou a uma e outra. Desse modo, o traço grave/agudo cria duas vogais ou duas consoantes compactas ou umas e outras. Nas línguas do mundo, porém, o padrão triangular prevalece sobre o quadrangular para as vogais, e ainda mais para as consoantes: é o modelo mínimo, tanto para o quadro vocálico como para o consonantal, com a raríssima exceção dos casos em que o quadro vocálico ou o consonantal — mas nunca um e outro — é linear. Nos raros casos de um padrão linear, as vogais ficam confinadas ao traço compacto/difuso e as consoantes, quase infalivelmente, ao traço de tonalidade. Assim em nenhuma língua deixam de aparecer as oposições de grave/agudo e de compacto/difuso, enquanto que qualquer outra oposição pode faltar.

A alternância do volume e formato do ressonador bucal é utilizada para a oposição de grave/agudo. Nos primeiros estágios da linguagem infantil, nos estágios adiantados da afasia e em numerosas línguas do mundo, essa alternância se reforça com a variação em tamanho de um ou ambos os orifícios da cavidade bucal. O estreitamento dos orifícios posterior e anterior, operando com uma cavidade oral expandida e indivisa, serve para abaixar as freqüências na ressonância, ao passo que a ação combinada dos orifícios dilatados de uma cavidade estreitada e compartimentada torna altas as freqüências. Mas a mudança de tamanho de cada um desses orifícios pode ter autonomia própria e pôr em ação traços secundários de tonalidade (som rebaixado ou som incisivo, ou um e outro).

f. Traços de sonoridade em relação com a consoante e a vogal ótimas

A concentração reduzida de energia na vogal difusa a afasta da vogal ótima, compacta, aproximando-a das consoantes e, analogamente, a reduzida propagação de energia na consoante compacta a distância da consoante ótima, difusa, no sentido das vogais.

Nas consoantes nasais, a adição de um novo ressonador aberto superpõe formantes nasais, nitidamente definidas, ao espectro da oclusiva oral. A resso-

nância nasal traz as consoantes para perto das vogais e, por outro lado, quando superposta num espectro vocálico, amortece as outras formantes e desvia a vogal do seu padrão ótimo.

A consoante oclusiva ótima encontra o seu termo oposto na constritiva, que atenua a redução consonantal de energia. As oclusivas são adquiridas mais cedo pelas crianças e perdidas mais tarde pelos afásicos do que os fonemas constritivos. Há no mundo várias línguas sem constritivas, mas não há nenhuma sem oclusivas.

O aparecimento das líquidas, que combina a estrutura de uma vogal, de formante nitidamente recortada, com a redução consonantal de energia, muda o contraste consoante/vogal para duas oposições autônomas, consonantal/não-consonantal e vocálico/não-vocálico. Enquanto o traço consonantal, a redução da energia, tem a sua representação ótima na oclusiva, que tende sempre para um impulso único, o traço não-vocálico, a ausência de uma formante de estrutura nitidamente definida, tem a sua manifestação ótima na consoante estridente, que tende para um ruído claro e puro. Por isso, a emergência de dois traços, emancipados um do outro, descontínuo/contínuo, de um lado, e, de outro lado, estridente/doce, importa na aquisição de uma líquida, que reúne em si dois traços autônomos — o vocálico e o consonantal. Na realidade, constritivas doces, opostas a constritivas estridentes ou plosivas estridentes (africadas), opostas a plosivas doces (plosivas propriamente ditas) só aparecem na linguagem infantil depois da emergência da primeira líquida, e, em caso de afasia, desaparecem quando as líquidas se perdem.

As plosivas estridentes, em contradistinção com as plosivas doces, atenuam a redução consonantal de energia. As constritivas doces se desviam do ótimo não-vocálico concretizado nas constritivas estridentes, a saber, pelo seu padrão de sensível barulho. É a mesma cisão, no traço consonantal, de um lado, e do traço não-vocálico, do outro, que se manifesta tanto no aparecimento das líquidas, como no das oclusivas estridentes. Isso explica a troca "estranha mas generalizada" entre oclusivas estridentes e líquidas, especialmente as laterais, que já foi notada em manchu-tunguse e nas línguas paleo-siberianas.[11]

Os fonemas orais de tubo vocal obstruído têm uma fonte de ruído na obstrução, e só podem usar a voz — quando usam — como fonte suplementar, enquanto que nos fonemas de tubo vocal aberto a fonte de produção está principalmente na voz. Embora a consoante ótima seja surda e a vogal ótima seja sonora, a sonorização das consoantes e, em raríssimos casos, o ensurdecimento das vogais podem ser utilizados como um meio, entre vários, de atenuar o contraste máximo CV.

Como a consoante se caracteriza antes de tudo pela redução da energia, a consoante ótima é frouxa, mas pode se lhe opor, subseqüentemente, uma consoante tensa, que atenua o contraste entre consoante e vogal. Normalmente, entretanto, a consoante sonora é de menor energia que a surda, e, por isso, na opo-

[11] Bouda, K., *Zschr. F. Phonet.*, 1, 1947, 48. (N. do A.)

sição entre consoantes tensa e frouxa a frouxidão é freqüentemente acompanhada de sonorização e a tensão de ensurdecimento; assim, a consoante que é ótima, sob um dado aspecto — a redução de energia — se desvia do ótimo consonantal sob outro aspecto — a presença de voz. Se as duas oposições atuam autonomamente na língua, a consoante duplamente ótima, frouxa e surda, fica em oposição a dois outros fonemas: um tenso e surdo e outro sonoro e frouxo, cada um dos quais, de maneira diferente, desvia a estrutura da consoante no sentido da vogal. Um movimento a mais nessa direção é a consoante provida dos traços distintivos tenso e sonoro, como é o /d'/ em algumas línguas da Índia.

Normalmente, a energia total de uma vogal aumenta com a concentração de energia (vogal compacta), mas na vogal tensa, em cotejo com a frouxa correspondente, a energia total aumenta enquanto a concentração de energia decresce. Essa inversão das correspondências afasta as vogais tensas do ótimo vocálico.

Com a redução de tempo, as consoantes bruscas ganham mais energia e assim se atenua o ótimo consonantal. Se uma língua possui as duas oposições de brusco/fluente e de tenso/frouxo — a consoante ótima, frouxa e fluente, se opõe a duas consoantes, uma brusca (glotalizada) e a outra tensa. A atenuação dupla do ótimo consonantal pode, por sua vez, aparecer na combinação rara dos dois traços distintivos, tenso e brusco, dentro de um só fonema, como é o caso de /K'/ em avar.

Assim, todos os traços distintivos inerentes assentam, afinal, em dois eixos. De um lado, as oposições referentes ao eixo da sonoridade desenvolvem várias fissuras e atenuações do contraste primário entre consoante ótima e vogal ótima, dando lugar a distinções mais minuciosas e específicas. De outro lado, as oposições que envolvem o eixo de tonalidade, perpendicular ao eixo de sonoridade, emergem originariamente como contraparte e corolário do contraste "vogal ótima *vs.* consoante ótima", e, subseqüentemente, como corolário da oposição "vogal compacta ótima *vs.* vogal difusa atenuada" ou "consoante difusa ótima *vs.* consoante compacta atenuada".

2. A escala dicotômica

Em seus desenvolvimentos recentes e inteiramente autônomos, a análise fonêmica e a teoria matemática da comunicação chegaram a conclusões fundamentalmente semelhantes e mutuamente complementares, tornando-se possível uma cooperação das mais produtivas entre elas. Toda mensagem falada oferece ao ouvinte duas séries complementares de informação: de um lado, a cadeia de fonemas fornece em seqüência informação posta em código; de outro lado, todo fonema se compõe de vários traços distintivos. A totalidade desses traços é o número mínimo de seleções binárias necessárias à especificação do fonema. Se reduzirmos a informação fonêmica contida na seqüência ao seu número menor de alternativas, chegaremos à solução mais econômica e portanto ótima: *o número* mínimo de soluções simples que são suficientes para encodizar e decodizar toda a mensagem. Ao analisar uma dada língua em seus constituintes últimos, buscamos

o menor quadro de oposições distintivas que permitam a identificação de cada fonema nas mensagens construídas nesssa língua. Para tal tarefa é preciso isolar os traços distintivos dos traços redundantes concorrentes ou adjacentes.

Se numa língua um mesmo fonema se realiza como oclusiva palatal diante de /i/, como africada pós-alveolar diante de /e/ e como oclusiva velar em todas as outras posições, deve-se definir a invariante como uma consoante compacta (voltada para fora), distinta das consoantes difusas (voltadas para dentro) /p/ e /t/ da mesma língua. Num caso desses os traços redundantes são condicionados pelos traços distintivos diversos do fonema seguinte; mas um exemplo notável de traços redundantes dependentes dos traços distintivos concorrentes vamos encontrar no quadro consonantal. Aí o traço compacto da consoante se manifesta por uma articulação velar quando associado à plosão em /k/ e /g/, por uma articulação palatal quando associado à nasalidade em /ñ/, e por uma articulação pós-alveolar quando associado à constrição em /š/ e /ž/.

Essa delimitação dos traços distintivos e redundantes não só permite a identificação de todos os fonemas envolvidos na análise, mas ainda é a solução única, porque outra análise qualquer desses cinco fonemas nos desvia da solução ótima. Todos os quinze fonemas franceses, do teste que aqui propomos, requerem apenas cinco decisões binárias: nasal/oral, e, se oral, contínuo/descontínuo e tenso/frouxo; compacto/difuso, e, se difuso, grave/agudo. Cada consoante francesa contém de dois (compacto, nasal) a cinco traços distintivos. Se considerássemos o ponto de articulação distintivo, e redundante a diferença entre constritiva e oclusiva, já as seis consoantes surdas francesas — velar /k/, pós-alveolar /š/, alveolar /s/, dental /t/, labiodental /f/ e bilabial /p/ — exigiriam, para serem identificadas, quinze distinções em vez de três, de acordo com a fórmula matemática elementar citada por Twaddell: "Se *x* é o número máximo de diferenciações fonológicas significativas, num âmbito articulatório dado de uma língua, devemos ter $2x = n(n - 1)$, onde *n* é o número máximo de fonemas nesse âmbito". Algumas das pequenas diferenças no ponto de articulação têm, além disso, a desvantagem de serem em si mesmas de árduo reconhecimento acústico. Finalmente, distinções como /s/ *vs.* /f/ e /t/ *vs.* /p/ apresentam um critério diferencial idêntico, isto é, a oposição entre uma consoante aguda e uma grave em conseqüência da mesma diferença em tamanho e formato do ressonador bucal. Também /k/ *vs.* /t/ e /f/ *vs.* /s/ oferecem (tanto acústica como geneticamente) uma mesma oposição, devida a uma relação paralela entre o ressonador anterior e o posterior, de sorte que operar com dois pares, como se se distinguissem por dois traços separados, introduz redundâncias supérfluas.

A redução de uma língua a seus traços distintivos tem que ser consistente. Se, por exemplo, o tcheque /l/, que pode ocorrer em posições idênticas às dos trinta e dois outros fonemas da língua, passa a ser considerado "uma unidade distintiva insuscetível de análise", a sua distinção em face dos outros trinta e dois fonemas exigirá trinta e duas outras relações insuscetíveis de análise, ao passo que a dissolução do feixe /l/ em seus três traços — vocálico, consonantal e contínuo

— reduz a três únicas seleções binárias a sua relação com todos os outros fonemas do quadro tcheque.

A eliminação máxima das redundâncias e o número mínimo das alternativas distintivas é o princípio que permite uma resposta afirmativa ao problema focal, levantado por Chao em 1943 a respeito de se saber se a tarefa de desintegrar uma língua dada em seus componentes últimos se presta a uma solução única.[12] Não menos crucial é a sua recente indagação[13] a respeito de se saber se a escala dicotômica é um princípio axial que o analista pode impor com proveito ao código lingüístico ou se essa escala é inerente à estrutura da linguagem. Há vários argumentos ponderosos a favor da segunda solução.

Em primeiro lugar, o sistema de traços distintivos, baseado numa implícita relação mútua entre os termos de cada oposição binária, é o código ótimo e é gratuito admitir que os falantes que participam da mesma língua usem, em suas operações de encodizar e decodizar, um quadro mais complicado e menos econômico de critérios diferenciais. Experiências recentes vieram mostrar que as exibições multidimensionais em auditório são apreendidas e percebidas mais facilmente quando "apresentadas num código binário".[14]

Em segundo lugar, o código fonêmico se adquire nos primeiros anos de infância e, como revela a psicologia, na mente da criança o par precede os objetos isolados.[15] A oposição binária é a primeira operação lógica da criança. Os dois termos opostos surgem simultaneamente e obrigam a criança a escolher e a suprimir uma das duas alternativas.

Em terceiro lugar, quase todos os traços distintivos apresentam uma estrutura inquestionavelmente dicotômica no nível acústico e, correspondentemente, no motor. Entre os traços inerentes, só a distinção vocálica dos traços compacto/difuso apresenta muitas vezes um maior número de termos, em regra três. Por exemplo, /æ/ está para /e/ como /e/ está para /i/: o meio geométrico /e/ é não-compacto em relação a /æ/ e não-difuso em relação a /i/. As experiências psicológicas que têm dado /e/ pela combinação de /æ/ e /i/ confirmam a estrutura peculiar desse traço vocálico.[16] Experiências paralelas para combinar vogais situadas no eixo da tonalidade vieram evidenciar que as vogais grave e aguda, quando enunciadas simultaneamente, não são percebidas como uma vogal única: /u/ e /i/ não confluem em /ü/. O traço grave/agudo é patentemente uma oposição binária.

Finalmente, a aplicação da escala dicotômica torna tão transparentes a estrutura estratificada dos padrões fonêmicos, as leis de implicação que os governam e a tipologia geral das línguas, que fica bem manifesto ser essa escala inerente ao sistema lingüístico.

[12] Chao, Yuen Ren, "The non-uniqueness of phonemic solutions of phonetic systems", Academia Sinica, Institute of History and Philology, Bulletin 4, Shangai, 1934. (N. do T.)

[13] Chao, Y. R., *Romance Philology*, 8, 1954, 44. (N. do A.)

[14] Pollack, I. e L. Ficks, *J. A. S. A.*, 26, 1954. (N. do A.)

[15] Wellon, H., *Les Origenes de la pensée chez l'enfant*, I, Paris, 1945. (N. do A.)

[16] Huber, K., *Archiv. f. Psychol.*, 91, 1934. (N. do A.)

3. O padrão das operações fonêmicas no espaço e no tempo

Se há uma diferença entre os padrões lingüísticos de duas comunidades falantes, a interlocução entre os membros de uma e os de outra exige uma adaptação do ouvinte ao falante e do falante ao ouvinte ou, pelo menos, uma dessas adaptações. Isso pode abranger todos os aspectos da língua ou apenas alguns deles. Às vezes o código fonêmico é o único afetado. Tanto da parte do ouvinte como da do falante, há graus diferentes no processo de adaptação, expressivamente chamados "desvios do código" por parte dos engenheiros de comunicações. O receptor, esforçando-se para entender o emissor, e o emissor, esforçando-se para se fazer entendido, concentram a atenção no âmago comum dos dois códigos. Maior grau de adaptação figura no esforço para superar as diferenças fonêmicas por meio de regras de desvio que aumentam a inteligibilidade da mensagem por parte daquele a quem ela é dirigida.

A adaptação fonêmica pode se estender a todo o acervo lexical, ou a imitação do código fonêmico do vizinho pode se confinar a certo número de palavras, tomadas de empréstimo ao vizinho ou pelo menos particularmente marcadas pela maneira por que ele as usa. Sejam quais forem as adaptações, elas ajudam o falante a aumentar o seu raio de comunicação, e, se praticadas freqüentemente, têm probabilidade de entrarem na linguagem cotidiana dele. Em circunstâncias favoráveis podem se infiltrar subseqüentemente no uso geral da comunidade falante, quer como uma maneira especial de falar, quer como um novo padrão que se substitui plenamente ao padrão anterior. A comunicação interdialetal e a sua influência sobre a comunicação intradialetal devem ser analisadas de um ponto de vista lingüístico e especialmente fonêmico

O esforço de vencer barreiras não se detém nos lindes de dialetos distantes e altamente diferenciados nem mesmo nas fronteiras de línguas afins ou até não afins. Mediadores, mais ou menos bilíngües, se adaptam ao código fonêmico estranho. O prestígio deles cresce com o maior raio de audiência que conquistam e pode vir a favorecer a difusão das inovações entre os unilíngües da tribo.

Não é apenas a adaptação interdialetal, mas também a interlingual, que é suscetível de afetar o código fonêmico sem se limitar aos empréstimos vocabulares ou até independentemente de qualquer empréstimo lexical. Em todas as partes do mundo os lingüistas têm observado com surpresa, como confessa Sapir, "o fato notável de que traços fonéticos distintivos tendem a se distribuir por amplas áreas, independentemente dos vocabulários e das estruturas lingüísticas envolvidas no processo". Esse fenômeno de longo alcance ainda espera um levantamento cartográfico sistemático e um estudo feito em conexão com um inquérito, igualmente urgente, a respeito da tipologia dos sistemas fonêmicos.

A outra possibilidade de adaptações fonêmicas a um dialeto diferente ou a uma língua estrangeira é uma preservação parcial ou total da estrutura fonêmica nas palavras tomadas de empréstimo. Como se tem ressaltado repetidamente na literatura fonêmica e foi particularmente posto em relevo por Fries e por Pike, "a fala dos nativos unilíngües de uma língua abrange mais de um sistema fonêmico".

Essa coexistência de dois sistemas dentro da mesma língua é devida não só a uma diferença fonêmica entre o vocabulário originário e os empréstimos não-assimilados, mas também muitas vezes ao uso de duas pautas, uma nativa e a outra imitativa, como dois estilos diversos de falar. Assim, fenômenos espaciais, isto é, isoglossas interdialetais e interlinguais podem se projetar dentro de um dado dialeto, seja individual seja social.

Pode-se fazer a mesma asserção, *mutatis mutandis,* em relação ao fator tempo, particularmente no âmbito fonêmico. Qualquer mudança sônica, em seu processamento, é um fato sincrônico. O ponto de partida e a fase de conclusão de uma mudança coexistem durante certo lapso de tempo. Se a mudança diferencia a geração moça da velha, há sempre intercurso entre as duas gerações, e o receptor pertencente a uma se acostuma a interpretar as mensagens vindas de um emissor da outra. Além disso, o estágio inicial e o final podem coocorrer no uso de uma mesma geração como dois níveis estilísticos: de um lado, um mais conservador e solene; e, de outro, uma maneira de falar mais na moda. Assim a análise sincrônica tem de abranger as mudanças lingüísticas e, vice-versa, as mudanças lingüísticas só podem ser compreendidas à luz da análise sincrônica.

O fator decisivo nas mudanças fonêmicas e na difusão dos fenômenos fonêmicos é o desvio que sofre o código. A interpretação do que acontece no tempo e no espaço deve se preocupar, primariamente, com a questão de saber a que respeito a estrutura do código é afetada pelos desvios sofridos. Não se pode tratar como agentes auto-suficientes os aspectos físicos e motores das inovações, mas ao contrário eles devem ser subordinados a uma análise lingüística estrita do papel que lhes cabe no sistema do código.

II

RETROSPECTO[1]

Embora os compêndios de lingüística em nossos tempos de estudantes costumassem definir a linguagem como um instrumento de comunicação, a atenção desses manuais se concentrava na origem dos *disjecta membra* de cada língua. Ali não se encontrava resposta às questões cruciais: Como operam os diversos componentes de um tal instrumento? Qual é a interação e a relação multiforme entre às duas faces de um signo verbal — o seu aspecto sensualmente perceptível, que os Estóicos denominaram *signans* (o significante) e o aspecto inteligível, ou mais propriamente, traduzível, que chamaram *signatum* (o significado)?

Ainda em meu primeiro ano de Universidade, quando submeti ao meu professor D. N. Ushakov uma lista de leituras em lingüística, ele deu sua aprovação a todos os numerosos itens exceto um — a monografia de 1912 de L. V. Shtsherba sobre as vogais russas, uma obra que se filiava nas pesquisas de Baudouin de Courtenay e seguia uma orientação completamente outra que a dos discípulos ortodoxos da escola lingüística de Moscou. Naturalmente foi esse livro proibido que eu li em primeiro lugar, e logo fiquei empolgado pela maneira com que nele se glosava e introduzia o conceito de fonema. Um pouco mais tarde, em 1917, S. J. Karcevski regressou a Moscou depois de anos de estudo em Genebra e nos familiarizou com os princípios essenciais da doutrina saussuriana. Era também então, naqueles anos, que os estudantes de psicologia e lingüística em nossa universidade discutiam apaixonadamente os recentes esforços da filosofia no sentido de uma fenomenologia da linguagem como dos signos em geral. Aprendemos a fazer a delicada distinção entre o *signatum* (o significado) e o *denotatum* (o que é referido), e daí a atribuir uma posição intrinsecamente lingüística ao *signatum* e em seguida, por inferência, igualmente à sua contraparte inseparável — isto é, o *signans*. Tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de se estabelecer a fonologia como uma disciplina nova, estritamente intralingüística.

Entretanto o impulso mais forte para uma mudança na maneira de encarar a linguagem e a lingüística talvez tenha sido — para mim, pelo menos — o turbulento movimento artístico dos princípios do século XX. Os grandes homens que nasceram na década de 1880 — Picasso (1881-1973), Joyce (1882-1941), Braque (1882-1963), Stravinski (1882-1971), Xlebnikov (1885-1922), Le Corbusier

[1] Nestas páginas utilizei minha comunicação ao 4.º Congresso Internacional de Ciências Fonéticas (Helsínki, setembro 7, 1961) "O Conceito Fonêmico dos Traços Distintivos", que vai figurar nas Atas desse Congresso (s'-Gravenhage, 1962). (N. do A.)

(1887-1965) — tiveram a oportunidade de completar uma doutrinação cabal e compreensiva durante um dos mais plácidos períodos da história do mundo, antes dessa "última hora de calma universal" *(Poslednij čas vsemirnoj tišiny)* ser sacudida por uma série de cataclismos. Os artistas que orientavam essa geração perceberam com aguda antecipação as agitações que estavam por vir, e foram ao seu encontro enquanto ainda eram bastante jovens e dinâmicos para experimentarem e temperarem nesse crisol o próprio poder criativo. A extraordinária capacidade desses descobridores em sempre e sempre superarem os hábitos já envelhecidos da véspera, juntamente com um dom sem precedentes de apreenderem e remodelarem cada tradição anterior e cada modelo estrangeiro, está intimamente ligada a um singular sentimento da tensão dialética entre as partes e o todo unificador e entre as partes conjugadas entre si, especialmente entre os dois aspectos de qualquer signo artístico — o seu *signans* e o seu *signatum*. Stravinski na sua "busca do *Um* tirado dos *Muitos*" revela o âmago do seu esforço quando nos lembra que "o um precede os muitos" e que "a coexistência destes e daquele é permanentemente necessária". Como ele muito bem compreendeu, todos os problemas da arte (e, acrescentemos, também da linguagem) "giram inelutavelmente em torno dessa questão".

Aqueles dentre nós que se preocupavam com a linguagem aprenderam a aplicar o princípio da relatividade às operações lingüísticas; éramos consistentemente impelidos nessa direção pela física moderna e pela teoria e prática pictórica do cubismo, onde tudo "se baseia nas relações" e na interação entre as partes e os todos, entre a cor e o contorno, entre a representação e o que é representado. "Eu não creio nas coisas", disse uma vez Braque, "só creio em suas relações". A maneira pela qual o *signatum* se situa em face do *signans*, por um lado, e, por outro lado, em face do *denotatum* nunca foi posta a nu tão plenamente, e também nunca foram postos em relevo tão provocativamente os problemas semânticos da arte como nas pinturas cubistas, que retardam o reconhecimento do objeto transformado e obscurecido, quando não o anulam até. Para dar vida nova às relações internas e externas dos signos visuais é preciso, como disse Picasso, "romper com o que está feito, proceder a uma revolução pessoal e partir do zero". Para a visão estrutural dos signos verbais a experimentação de Picasso e os primeiros e ousados rudimentos de arte abstrata e não-objetiva serviram de sugestiva analogia semiótica, ao mesmo tempo que as obras sem rivais de Velimir Xlebnikov, explorador versátil na criação poética, abriam vastas perpectivas para o jogo verbal imanente na linguagem. Essa busca do artista no sentido dos "infinitesimais do verbo poético", o seu manuseio paranomástico com os pares opositivos *mínimos*, ou, como ele próprio costumava dizer, "a declinação interna das palavras", como /mʲéč/ — /mʲáč/, /bík/ — /bók/, /bóbr/ — /bábr/, e versos como [vʲídʲil [vʲídʲil vidʲil vʲósʲin vosʲinʲ *(videl vydel vësen v osen')*[2] propiciaram "a intuitiva apreensão de uma entidade desconhecida", a antecipação das "unidades fonêmicas últimas", como iriam ser chamadas duas décadas mais tarde.

[2] Cf. recursos análogos, para a língua portuguesa, em Cruz e Sousa. (N. do T.)

A poesia de Xlebnikov veio a ser o tópico da minha primeira "investida" para a análise da linguagem em seu sentido e suas funções, num ensaio impresso em Praga por volta dos princípios de 1921, mas escrito e debatido dois anos antes em nosso Círculo Lingüístico de Moscou. Essa associação de jovens companheiros de pesquisas, fundada em 1915 e intensamente ativa em 1919-20, interessava-se principalmente pela poética. No tratamento da linguagem "prática" e sua história ainda estávamos sob uma pressão muito forte do que tinham estabelecido, codificado e imposto os neogramáticos para nos aventurarmos no sentido daqueles modos de análise que iam ser batizados a título de tentativa como "método estrutural", de acordo com uma proposta minha no Primeiro Congresso de Eslavistas, a 7 de outubro de 1929 (cf. *Indogermanisches Jahrbuch,* XIV, pp. 386-7). A linguagem poética, posta de lado pela doutrina neogramática mas correspondente a uma espécie lingüística bem integrada, com um propósito explícito e um objetivo certo, era um campo que requeria um novo tipo de análise e particularmente exigia de nós um estudo da interação entre som e sentido. Na verdade, "estudar a coordenação de certos sons com certos sentidos", na tersa formulação de Leonard Bloomfield, "é estudar a linguagem" *(Language,* 1933).

Na poética é que foram assim ensaiados os primeiros conceitos fonêmicos. Em meu estudo sobre Xlebnikov eu lancei a sugestão de que o tecido fônico "não consiste de sons mas de fonemas, i.e., de imagens acústicas suscetíveis de serem associadas a imagens semânticas", subseqüentemente propôs-se uma orientação fonológica para a prosódia geral, a descritiva e a comparativa, na base da análise do verso: "Em face da prosódia motora e acústica e da rítmica devemos estabelecer uma rítmica e uma prosódia fonológica, e, partindo daí, examinar os elementos prosódicos fundamentais do ponto de vista fonológico". Assim o conceito de elementos fonêmicos e seu sistema tornou-se a nota-chave do meu livro de poética comparativa (1922).

Era indispensável, entretanto, atacar também afinal o aspecto da linguagem que fora monopolizado pelos neogramáticos. Os cursos sobre os sons e as formas gramaticais do tcheque, que eu acompanhara na Universidade Carlos (1920-1921), tinham me impressionado desfavoravelmente pela aglomeração supérflua de dados lingüísticos inteiramente soltos e atomizados.[3] Continuava de pé a admoestação crítica que A. A. Shaxmatov, um dos maiores lingüistas da escola de Moscou, tinha feito em 1899 ao mestre da gramática histórica tcheque J. Gebauer: "Uma das primeiras tarefas da gramática histórica é examinar como se desenvolveu o quadro sônico em seu todo sem nos confinarmos a incidentes desconexos, porque a história dos sons particulares está íntima e indissoluvelmente ligada ao quadro sônico total... Fatos homogêneos, devidos a uma mesma causa e num mesmo período de tempo, não devem ser apresentados separadamente mas de maneira una e coerente". A exigência de Shaxmatov no sentido de um confronto sintético dos eventos relacionados iria ser completada pelo que

[3] Jakobson tinha ressaltado isso num artigo publicado em *Slavia,* IV (1926) — "Contribuições ao Estudo do Acento em Ttcheque". (N. do T.)

em seguida (1925) lembrou finamente N. S. Trubetzkoy, a rigor dentro da mesma escola, quanto à necessidade de se procurar "a lógica interna" nas mudanças fonéticas.

Nos meados da década de 1920 tentei depreender as linhas mestras que se acham no fundo do desenvolvimento do quadro de sons tcheques, desde a gradual dissolução da unidade lingüística eslava até os tempos modernos. Muito cedo se tornou evidente que não é possível devidamente compreender e elucidar processos desses sem se considerar a estrutura do sistema fonêmico que sofre tais mudanças. O meu esboço de fonologia histórica tcheque ficou inacabado, mas o estudo mais amplo posterior, *Remarques sur l'évolution phonologique du russe comparée à celle des autres langues slaves* (publicado em 1929) começou pelo "sistema fonêmico", definido como um conjunto de "oposições fonêmicas" que podem servir para discriminar significações lexicais e morfológicas e não se podem decompor em oposições discriminativas mais simples. *C'est en eux justement que réside l'essence du système phonologique.* A definição do "fonema" ficou assim inferida da definição de oposição: os fonemas foram tratados como termos de oposições fonêmicas não suscetíveis de ulterior redução.

Um tipo de oposição, que eu destaquei das outras a título experimental e durante algum tempo denominei "correlações", mostrou ser mais tarde a chave para uma análise estrutural cabal dos sistemas fonêmicos. Descrevia-se a correlação como sendo uma oposição binária existente em mais de um par de fonemas: um dos membros de cada par se caracteriza pela presença de uma dada propriedade fonêmica e a outra pela ausência da mesma propriedade, podendo tal ausência ser suplementada pela presença de uma propriedade contrária. O *principium divisionis,* sendo idêntico em todos os pares correlativos, pode ser isolado e posto em evidência. É suscetível de funcionar independentemente dos diversos pares assim correlacionados. Manifesta-se, por exemplo, no uso da oposição vocálica longa/breve, para a versificação quantitativa, ou nas tradicionais assonâncias eslavas, onde não se admite a associação de uma consoante sonora com uma consoante surda, mas dentro de cada uma dessas classes, todas as consoantes "rimam" entre si. Da mesma sorte, o *tertium comparationis* — o "arquifonema", como passei a chamar o âmago em comum de dois fonemas de um par correlativo — pode ser isolado, por sua vez, e, abstraído da propriedade diferencial, assumir um papel autônomo, como acontece por exemplo em tcheque ou sérvio nas rimas que ignoram a diferença fonêmica entre vogal longa e vogal breve. Assim, logo no começo do nosso século, um espécime preeminente da poesia tcheque, como são as "Éclogas" de Antonin Sova, não levam em conta essas diferenças numa proporção de cinco rimas para doze: /miloval-da:l, ha:je-kraje, stra:nʸi-zanʸi, fskřěkem-mnʸeke:m, zemi:-jemi /. Entre os fatores que favorecem a extração tanto do âmago em comum como de *diferentia specifica,* assinalei as regras morfológicas que governam o uso dessas operações fonêmicas e o contexto fonêmico que estabelece restrições à ocorrência delas.

A possibilidade de se separar, nos fonemas correlativos, o âmago em comum e a propriedade diferencial estava evidentemente em desacordo com a definição

do fonema como sendo "a unidade fonêmica que não é capaz de se dissociar em unidades fonêmicas menores e mais simples", que obstinadamente persiste até nossos dias. A contribuição fundamental de Trubetzkoy para a teoria dos sistemas vocálicos (TCLP I, 1929) quase chegou ao ponto de reduzir o vocalismo a umas poucas oposições binárias. Gradualmente foi se tornando evidente que cada uma dessas oposições é utilizada em cada um dos tipos existentes da chamada "harmonia vocálica"; aí fica bem a nu a estrutura dicotômica de *todos* os atributos vocálicos e se nos apresenta com particular nitidez a autonomia operacional deles todos. Assim as vogais de um vocábulo têm de ser todas fechadas (difusas) ou abertas (compactas) nas línguas manchu-tunguse; e em diversas línguas turcas mongólicas e ugro-fínicas, por sua vez, têm de ser posteriores (graves) ou anteriores (agudas). E ao lado dessa "atração palatal" também se verifica em algumas dessas línguas uma "atração labial". Nas línguas turcas que são sinarmônicas, os vocábulos de primeira vogal não-arredondada (não-rebaixada) [ing. *non-flat*] não podem conter vogal arredondada (rebaixada) [ing. *flat*] nas demais sílabas, e uma seqüência de vogais fechadas, dentro de um vocábulo tem de ser uma série inteiramente arredondada ou inteiramente não-arredondada; em todas as outras regras a harmonia labial difere de uma língua turca para outra. Várias línguas africanas são incapazes de combinar num vocábulo vogais tensas e vogais frouxas; em ibo a harmonia vocálica se baseia no jogo entre a oposição tensa/frouxa e oposição difusa/compacta.[4] Em hindustani e algumas outras línguas índicas, as vogais de um vocábulo ou são apenas nasais ou apenas orais.

Atraído pelo problema dos signos unitários simultâneos,escrevi a Xlebnikov em fevereiro de 1914 a respeito do que se pode esperar do sincronismo *(odnovremennost)* e "certas analogias com as notas musicais" para a poesia experimental (como consta da citação no volume comemorativo *Maiakovski* ANSSSR, 1940 p. 385). O progresso da investigação fonológica, que se fez no sentido de uma resolução gradual dos fonemas em seus atributos distintivos, levou-me a propor em 1932 uma nova definição para o fonema como sendo "um conjunto das propriedades fônicas concorrentes que se usam numa dada língua para distinguir palavras de sentido diverso", e a ver no repertório dessas propriedades opositivas a base de qualquer sistema fonêmico dado. O conceito de "qualidades diferenciais" ou "distintivas" (para a qual adotei em inglês a expressão *distinctive features* [traços distintivos], usada em 1933 por Bloomfield e Sapir) devia ficar em lugar da entidade última divisível, que se considerava a princípio ser o fonema.

Embora a inter-relação entre as duas coordenadas de uma língua — o eixo das *simultaneidades* e o eixo das *sucessividades* — tivesse sido já apreendida e delineada por Saussure, não lhe tinha sido possível desenvolver a noção que já entrevira a respeito de "elementos diferenciais", que constituem o fonema, porque ele participava da crença gratuita de sua época na alinearidade do *signans (linearité du signifiant)*. Tal foi o círculo vicioso que impediu por muito tempo uma análise do fonema em seus traços diferenciais.

[4] Jakobson se reporta a seu artigo "Tensão e Frouxidão", escrito em colaboração com M. Halle. (N. do T.)

A 23 de março de 1938, foram discutidas pela primeira vez as minhas tentativas, para reduzir a multiplicidade dos fonemas num subquadro de seus componentes últimos, numa reunião do Círculo Lingüístico de Praga, que era então um eficiente laboratório de pesquisa fonológica; e em 18 de julho apresentei um relatório sobre o assunto ao Terceiro Congresso Internacional de Ciências Fonéticas com título de "Observations sur le classement phonologique des consonnes".[5] Nesses primeiros trabalhos a atenção se focalizava nas consoantes porque a maneira tradicional de dispô-las, baseada no ponto de articulação, parecia desafiar e bloquear a elaboração de uma sistemática real das oposições fonêmicas.

A pesquisa fonológica defrontava-se com dois novos problemas fundamentais, de acordo com a dupla natureza da linguagem. A análise distributiva, que se tinha aplicado com proveito às relações *sintagmáticas* dentro de uma língua, e à sua estrutura fonêmica em particular, mas se confinara de início a uma concatenação em seqüência, precisava ser estendida à outra dimensão do signo verbal, isto é, à superposição dos componentes simultâneos desse signo. Com efeito, há o problema do contexto não somente em referência aos fatores antecedentes e subseqüentes, mas também quanto aos fatores concorrentes.

Por outro lado, para chegar às relações *paradigmáticas* de uma língua dentro de uma orientação fonêmica, era preciso imprimir-lhe alterações radicais. O tríplice critério estabelecido pelo *Cours de Linguistique Générale* — quando considera que "os fonemas são antes de tudo entidades opositivas, relativas e negativas" — ainda estava para ser provado apesar da sua importância fundamental para a lingüística moderna.

Nos seus lúcidos comentários sobre os princípios e as perspectivas da lingüística estrutural, H. J. Pos observou que a oposição é em essência uma operação lógica (cf. a justa insistência de S. K. Shaumjan sobre o arcabouço lógico das relações fonêmicas). A presença de um termo de uma oposição binária necessariamente implica na existência e na apresentação do outro termo oposto a ele *(à l'idée du blanc, il n'y a que celle du noir qui soit opposée, à l'idée du beau celle du laid).*[6] Ao contrário, numa dualidade contingente nenhum dos termos "traz em si qualquer informação preditiva a respeito do outro" (TCLP VIII/1939).

Ora, é obvio que um fonema não tem um termo oposto único e predizível. Por isso, não se sabe qual é o termo oposto do /u/ turco senão depois de ser ele desintegrado em seus traços distintivos. A análise dos traços é que nos informa que /u/ é em turco uma vogal fechada (difusa), posterior (grave) e arredondada (rebaixada). Cada um dos traços distintivos que constituem esse fonema (como no caso de qualquer outro fonema), pertence a uma única *dualité d'opposition* dentro da língua dada, e cada um desses constituintes importa na coexistência do seu

[5] Título português: "Observações sobre a classificação fonológica das consoantes". Comunicação apresentada primeiro ao Círculo Linguístico de Praga (v. o resumo em *Slovo a slovesnot*, IV, 1938, p. 192), depois ao Terceiro Congresso Internacional de Ciências Fonéticas, Gand, 1938, e publicada em *Proceedings of the Third International Congress of Phonetic Sciences* (Ghent, 1939). (N. do T.)

[6] À idéia de branco só a de preto é oposta, à de belo, só a de feio. (N. do E.)

oposto no mesmo sistema fonêmico: o traço difuso se opõe ao compacto, o grave ao agudo, o rebaixado [*flat*] ao não-rebaixado [*non-flat*]. A nossa conclusão no sentido de que se deve transferir o valor opositivo para o traço distintivo, em vez de pô-lo no fonema, não está em contradição com o ponto de vista exato de Ferdinand de Saussure. Aqui, como em muitos outros tópicos, os compiladores do *Cours* se desviaram do ensino autêntico do mestre. Nas notas originais das aulas de Saussure,[7] lemos que não os fonemas mas os seus *elements* é que tomam *une valeur purement oppositive, relative, négative.*

A necessidade exigida por Saussure — de atribuir uma definição puramente relativa e opositiva aos elementos diferenciais — tornou-se a base de qualquer análise consistente de caráter "último" e "componencial". A idéia de que "as diferenças das propriedades é que são isoláveis" e que seu aspecto diferencial "é o conceito fundamental verdadeiro" (E. Schrödinger) permeia os mais diversos campos da ciência moderna. É igualmente decisiva para a metodologia fonológica a orientação topológica de que "o que interessa não são as coisas em si, mas as relações existentes entre elas" (E.T. Bell).

Não se pode definir o fonema francês /p/ sem referi-lo a outros fonemas — por exemplo ao resto dos obstruintes surdos. A afirmação usual: "/p/ se define como labial em oposição a /t/ e às demais" é deceptiva: não há oposição entre /p/ e os outros obstruintes, porque a presença de /p/ não pressupõe nem prediz nenhum dos outros. Além disso, é muito variável a relação entre /p/ e os demais obstruintes surdos. Para usarmos a terminologia de Sapir, são totalmente diferentes os *relational gaps* [hiatos relacionais] entre /p/ e /t/, /p/ e /k/ ou /p/ e /f/, e para a percepção da fala, cada um desses pares oferece a sua própria chave discriminativa. Sendo iguais nos dois membros todos os demais traços, o par /p/-/t/ traz em si a oposição grave (tom baixo) agudo (tom alto), segundo a nomenclatura perceptual de Grammont. No debate alguns têm rejeitado o nível perceptual, que consideram ser uma acústica impressionista e subjetiva, mas na comunicação verbal é a impressão subjetiva do ouvinte que desempenha o papel decisivo, e conseqüentemente, para análise da fala, a fase perceptual do evento verbal é de suma importância. É dos atributos sônicos, discriminados e interpretados pelo ouvinte, que se tem de partir para procurar as correlações tanto no plano físico como no plano fisiológico. Especificamente, à oposição entre tom baixo (grave) e tom alto (agudo) no par /p/-/t/ corresponde uma diferença física entre ressonância "relativamente" baixa e "relativamente" alta (como ilustram perfeitamente, por exemplo, as experiências conduzidas por Eli Fischer-Jorgensen nos Laboratórios Haskins: ver a sua "Análise Acústica das Consoantes Oclusivas", *Miscelanea Phonetica,* II, 1954). Ao passo que as ressonâncias baixas se produzem numa cavidade bucal mais ampla e de poucos compartimentos, as ressonâncias mais altas opostas são provenientes de uma cavidade menor e mais dividida.

De acordo com a nomenclatura perceptual corrente dos atributos sônicos, o

[7] Jakobson alude implicitamente ao livro de R. Godel, *Les Sources Manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure,* Genebra, 1957. (N. do T.)

que nos permite discriminar entre /k/ e /p/ é um efeito relativamente compacto e denso que se opõe a outro relativamente difuso (sobre a densidade tonal como dimensão fenomenológica, ver S.S. Stevens, *J.Exper. Psychol.* XVII). No plano físico, como recentemente Gunnar Fant reformulou em sua *Teoria Acústica da Produção da Fala* (1960), "para as oclusivas e fricativas o grau de concentração espectral é a principal característica da sua qualidade compacta". Antes e acima de tudo é uma "forte concentração da explosão" que distingue /k/ de /p/ e /t/ (de acordo com o cotejo feito por E. Fisher Jorgensen entre a sua minuciosa análise acústica e as experiências sobre a percepção das oclusivas sintéticas). Conseqüentemente, tanto /p/ como /t/ se opõem a /k/ da mesma maneira, como consoante difusa *versus* consoante compacta, e entre si como grave *versus* aguda. As consoantes compactas se articulam na área velopalatal da cavidade bucal, e as consoantes difusas — dentais e labiais — antes dessa área. À tentativa fonológica falaz de "definir /t/ e /k/ irrespectivamente uma da outra", a análise dos traços distintivos opõe uma definição estritamente relactional. Enquanto os fonemas, em sua maior parte, coincidem em vários de seus traços e assim apresentam entre si uma relação de debordamento mútuo *(relation d'empiétement,* nos termos de Cantineau), todos os traços distintivos se baseiam no princípio das verdadeiras oposições dicotômicas.

Notemos de passagem: não há dúvida que os notáveis progressos técnicos na análise e síntese da fala, durante as duas últimas décadas, resultaram numa apresentação muito mais rigorosa das correlações motoras, acústicas e perceptuais das oposições fonêmicas e numa visão mais nítida das correspondências entre os dados fisiológicos, os físicos e os psicológicos, mas as observações gerais preliminares dos traços distintivos em referência aos diversos níveis da análise da fala só se tornaram possíveis pelas investigações do período de entreguerra sobre os sons da fala como estímulos auditivos e reações sensoriais, de um lado, e, de outro lado, pelos estudos de produção da fala feitos através do raio X. Foram especialmente os trabalhos de C. Stumpf, H. Fletcher, L. Barczinski e E. Thienhaus, B. Hála e A. Sovijärvi que propiciaram a possibilidade de aplicar novos critérios para a sistematização das unidades fonológicas.

Não é possível confinar a análise fonêmica às relações sintagmáticas apenas. Resultam inevitavelmente num impasse as tentativas para identificar uma categoria fonêmica exclusivamente na base de regras de distribuição. Não é lícito, por exemplo, citar como definição fonêmica primária das obstruintes sonoras polonesas a circunstância de elas se limitarem a posições não-finais, da mesma sorte que não é lícito definir um vagão-restaurante, num trem de ferro, como o vagão que nunca se encontra entre dois vagões de carga. Para firmar que vagões-restaurantes e obstruintes sonoras não figuram em dada posição, é preciso antes de tudo saber identificar os vagões-restaurantes e distingui-los dos vagões de carga, dos vagões de passageiros e dos vagões Pullman, bem como as obstruintes sonoras das que são surdas.

Alguns observadores se inclinam a acreditar que, sem recurso à "substância fônica", a análise de séries como das palavras russas /z^{y}at^{y}/ "enteado", /z^{y}áp^{y}/

"terra arada", /z^{y}áp/ "transido", /v^{y}ás^y/ "ligadura", /v^{y}as/ "olmo", /v^{y}al/ "lânguido", /dán^y/ "tributo", /dán/ "dado", /bás/ "(tom) grave", /páx/ "rosnar", /pál/ "talo", seria capaz de fornecer uma distinção entre /a/, como fonema central ou simplesmente vocálico, e os outros elementos de tal série, como fonemas "marginais" ou consonânticos. Tais observadores declaram que a entidade /a/ é central porque pode aparecer sozinha num texto, enquanto os fonemas marginais nunca aparecem isolados. Esse raciocínio, porém, se baseia na identidade de todos os /a/ que figuram na série. O fato, como D. Jones já pôs em relevo, é que aí se apresentam pelo menos cinco variedades nitidamente distintas, desde um som anterior semelhante ao /ε/ até uma vogal aberta muito posterior; e, além disso, o ouvido ainda é capaz de depreender várias tonalidades intermediárias. A fonêmica não admite operações com "entidades anônimas". É indispensável um ato identificador, $a_1 = a_2$, e para isso só há dois caminhos possíveis. Ou se faz a identificação recorrendo-se à noção inevitavelmente vaga da semelhança fonética, o que é uma infiltração incontrolada de matéria fonética bruta, contrabandeada para a fonologia, ou a análise fonêmica considera e examina a matéria física a fim de depreender os valores estritamente relativos e opositivos que as regras codificadoras da língua superimpõem aos "dados fonéticos". É desta última maneira que o estudo fonêmico das relações paradigmáticas se sobrepõe às contingências fonéticas brutas e põe a descoberto a dicotomia consistente dos traços distintivos, que é fundamentalmente o "princípio lógico" sotoposto à estrutura gramatical da língua.

Mutatis mutandis, a análise em traços distintivos emprega processos análogos aos que têm sido usados para a depreensão dos fonemas. Os dois procedimentos consecutivos — a saber, a tabulação dos "microfonemas" e a subseqüente depreensão dos "macrofonemas", que W. T. Twaddell descreveu no artigo "Como definir o fonema" (1935) — têm o seu equivalente exato na análise última que vai, por assim dizer, do "microtraço" ("o termo de uma diferença fonológica mínima") ao "macrotraço". Twaddell tem razão em insistir que a inferência dos microfonemas para os macrofonemas (e acrescentemos *a fortiori* dos microtraços para os macrotraços) não se pode basear numa característica positiva constante das unidades em si mesmas, mas apenas numa relação qualitativa constante entre os microfonemas (e igualmente entre os microtraços) das diferentes classes. O critério determinante é uma relação isomórfica, membro a membro, entre essas classes. Assim, numa língua que apresenta diante de vogais posteriores [p], [t] e [k], mas diante de vogais anteriores[p^y],[t^y]e a africada chiante [č] (ou [š]),[p] e [p^y] pertencem a um macrofonema labial (ou simplesmente fonema) grave, em oposição ao fonema dental representado pelas variantes contextuais /k/ e /č/ (ou /š/). Da mesma sorte, numa língua onde [k] ocorre diante de vogais posteriores, mas [č] diante de vogais anteriores, e [p] e [t] tanto diante de vogais posteriores como de vogais anteriores, as oposições compacto/difuso e grave/agudo ficam válidas para as duas classes de microfonemas: *p-t-k-* e *p-t-č*. Aqui também, colocamos [k] e [č] no mesmo fonema velopalatal, que se opõe pela qualidade compacta a dois fonemas difusos, o grave /p/ e o agudo /t/.

A análise última em traços distintivos segue o mesmo procedimento. O sistema francês de consoantes (ver as minhas "Notas sobre o Quadro Fonêmico Francês" talvez o que tenha recebido até agora o mais vivo debate a esse respeito) oferece a propósito um exemplo expressivo. Entre as oclusivas do quadro, a forte /p/ e a lene /b/ se opõem pela qualidade grave à qualidade aguda da forte /t/ e da lene /d/, e todas essas oclusivas são difusas em oposição às oclusivas compactas, a forte /k/ e a lene /g/. Correspondentemente, na classe das contínuas, a forte /f/ e a lene /v/ se opõem como graves à forte /s/ e à lene /z/, que são agudas, e todas essas contínuas se opõem pela sua qualidade difusa à qualidade compacta da forte /š/ e da lene /ž/. Finalmente, na classe das nasais, a qualidade difusa do /m/ grave e do /n/ agudo está em oposição à qualidade compacta do /n^y/. O isomorfismo que se sotopõe às três classes das quinze consoantes francesas — oclusivas, contínuas e nasais — é de todo evidente: dentro de cada uma dessas três classes só os fonemas difusos se subdividem em graves e agudos. Esse quadro "triangular" das consoantes (bem como das vogais) é muito espalhado entre as línguas do mundo, em virtude dos fonemas difusos, em comparação com os compactos, serem naturalmente mais suscetíveis em se dividir em graves e agudos.

No sistema francês de consoantes a qualidade compacta apresenta três variantes contextuais, cada uma das quais depende de um traço concorrente: as consoantes compactas se apresentam como velares quando são plosivas, como palatais, quando são nasais, e pós-alveolares quando são contínuas. Em termos de síntese da fala, a transformação das consoantes compactas francesas, de oclusivas em nasais ou fricativas, transfere-as da região velar da articulação para a região palatal ou pós-alveolar, respectivamente, ao passo que o seu caráter compacto relativo permanece invariante. Os limites entre a variante contextual palatal e a velar parece vacilar: /ñ/ ocorre como substituto opcional de /n^y/ e, segundo Marguerite Durand observa, existe atualmente na fala parisiense "uma acentuada tendência" para uma articulação palatal do /k/ e do /g/.

Numerosos dialetos eslavos têm um /v/ pré-vocálico e um /w/ pós-vocálico. Em posição intervocálica, alguns desses dialetos têm /v/ e outros /w/. Tanto o /v/ labiodental como o /w/ bilabial são aqui variantes contextuais de um único e mesmo fonema, que é o labial sonoro. No plano dos traços distintivos trata-se da mesma relação de "exclusão mútua" (ou, em outros termos, distribuição complementar) que se exemplifica nas obstruintes labiais francesas (i.e. grave difuso), as quais se apresentam como bilabiais quando plosivas e como labiodentais quando contínuas.

Se nenhuma das consoantes contínuas francesas tem exatamente o mesmo ponto de articulação que as oclusivas, depende essa diferença evidentemente da circunstância de que na realização ótima das contínuas a fricção e a turbulência são notavelmente mais fortes que na realização ótima das oclusivas, de sorte que a oposição entre obstruinte plosiva e obstruinte contínua se mistura com a oposição estridente — doce e, até, como sugere A. W. de Groot, é o caso de se aplicar o termo de "traço complexo ou compósito" ao resultado de tal confluência. O barulho mais intenso das obstruintes estridentes exige uma barreira suplementar

de corte áspero [ing. *rough-edged*]. Por isso, além dos lábios, que constituem o único impedimento utilizado para a produção das bilabiais, há nas labiodentais o obstáculo a mais dos dentes; por seu lado, as sibilantes empregam também a arcada dentária inferior além dos obstáculos utilizados nas consoantes doces correspondentes (cf. *Fundamentos da Linguagem,* [p. 125-6] e *Preliminares para a Análise da Fala,* p. 322. Assim, entre as obstruintes graves difusas (labiais), as fricativas /f/ e /v/ são estridentes que correspondem às oclusivas doces /p/ e /b/ respectivamente; e, se obstruintes compactas não apresentam oposição grave/agudo, as oclusivas /k/ e /g/ têm a sua contraparte estridente nas sibilantes compactas /š/ e /ž/. Em francês todas as três espécies de contínuas estridentes usam os dentes para criar a obstrução suplementar. Nas obstruintes uvulares temos uma complementação muito mais rara da estridência no ápice compacto do quadro consonântico triangular.

À diferença de localização entre as oclusivas francesas e suas correspondentes contínuas é uma advertência oportuna contra a visão simplista que faz do fonema um agregado mecânico de componentes materialmente invariáveis. Toda combinação de traços distintivos em feixes simultâneos resulta numa variação contextual específica. À vista de incessantes incompreensões, é necessário repetir com dobrada ênfase que qualquer traço distintivo só existe como "termo de relação". A definição de tal invariante fonêmica não se pode fazer em termos absolutos — não pode se referir a uma semelhança medida e tem ao contrário de se basear apenas numa equivalência relacional. Por exemplo, no quadro vocálico búlgaro ou góldico (nanaiano), cada uma das três classes de tonalidade — aguda (anterior), grave rebaixada (posterior arredondada) e grave não rebaixada (posterior não-arredondada) — se acha representada por um par opositivo compacto (mais aberto) — difuso (mais fechado), a saber: /e/ - /i/, /o/ - /u/, /a/ - /ə/. A propinqüidade físico-motora entre /ə/, o fonema difuso do último desses pares, e os fonemas compactos dos outros dois pares, /e/ e /o/, não tem pertinência fonêmica, pois uma mesma oposição está subjacente em todos os três pares: /a/ está para /ə/ assim como /e/ está para /i/, assim com /o/ está para /u/. A articulação mais aberta de /a/ e /ə/, comparada às dos outros dois pares, é uma variação contextual que se associa à concorrência de grave e não-rebaixada (velaridade com não-arrendondamento); permanecem imutáveis as relações topológicas abstratamente consideradas, entre os três pares. Aqui deparamos com as formas fenomenais cujas propriedades específicas são, no dizer de Ehrenfels, transponíveis: tais propriedades não são afetadas por uma modificação dos dados absolutos em que repousam.

É claro que pode haver casos em que os dois termos da oposição fonêmica, entre si contraditórios, também se identificam por traços absolutos, como sonoridade e não-sonoridade, ou nasalidade e sua ausência (oralidade pura). Cada uma dessas propriedades, entretanto, funciona como termo de um conjugado opositivo, e assim existe primariamente na língua como termo de uma "relação" lógica. Demais, mesmo nos casos citados, pode limitar-se consideravelmente a aplicabilidade das indicações absolutas na depreensão das invariantes fonêmicas. Por

exemplo, em certas posições onde as vogais orais e as consoantes surdas sofrem uma assimilação parcial ao seu ambiente nasal ou sonoro, a diferença entre a presença e ausência da nasalidade ou da sonoridade pode passar a uma discriminação entre nasalação ou sonoridade máxima e mínima (e assim as partes contraditórias se tornam partes contrárias); acresce que "os vários graus intermediários entre a voz plena e o murmúrio" (R-M. S. Heffner) ainda são capazes de preservar a distinção entre consoantes surdas e sonoras, conquanto o papel das cordas vocais esteja substancialmente reduzido e alterado e de tal sorte que as variantes murmuradas das consoantes sonoras estão às vezes muito mais próximas da produção normal das consoantes surdas.

É inegável, por certo, que o princípio dicotômico estava em implícita latência na classificação lingüística tradicional das consoantes nas séries conjugadas do tipo plosivas — contínuas, fortes — lenes, aspiradas — não-aspiradas, glotalizadas — não-glotalizadas, surdas — sonoras, faringealizadas — não-faringealizadas, arredondadas — não-arredondadas, palatalizadas — não-palatalizadas, nasalizadas — não-nasalizadas, e cada um desses pares apresenta *differentia specifica* nítida e delimitada, quer em termos motores, quer físicos. A tarefa que urgentemente se impunha era a de reconhecer que o alinhamento habitual das consoantes, de acordo com o seu ponto articulatório, era insuficiente para se organizar uma topologia fonêmica das consoantes, a qual — como Sapir já então tinha claramente percebido — não tem nada que ver com "o mero ponto articulatório". Para tanto, tinham de ser depreendidos três fatores distintos: o volume e o formato relativo da câmara de ressonância (mais ampla e menos dividida em face de menor e mais dividida), a relação entre o volume da câmara de ressonância e a posição da estritura mais cerrada (corneta de chifre virada para fora ou virada para dentro), e a relação entre o fluxo de ar e a obstrução (turbulência mais forte oposta a turbulência mais fraca).

Tão depressa o rol dos pontos de articulação, em bruto, se resolveu nessas três oposições binárias, tornou-se óbvio que consonantismo e vocalismo participam de uma regra constante de dicotomia. Uma navalha de Ockham nos levou a unificar esses dois padrões num sistema único. As primeiras tentativas nesse sentido datam dos gramáticos da velha Índia, que procuravam correspondências entre vogais e consoantes e, em particular, associavam a série *k* com o *a* sob o nome comum de *kanthia,* e a série *p* com o *u* sob o nome comum de *osthya.*[8] Restava compreender que era um preconceito arbitrário e antiempírico não atentar na correspondência, termo a termo, entre a relação das oclusivas e contínuas labiais com as dentais análogas de um lado e, de outro lado, a relação das vogais posteriores com as anteriores. Uma rápida leitura do *Visible Speech* de Porter, Kopp e Green (1947) basta para mostrar que "o centro de irradiação de cada uma das vogais anteriores" é significativamente mais alto que o das vogais posteriores, e que "o centro de irradiaçaão" de /t/, /d/, /s/ e /z/ também está acima do de /p/, /b/,

[8] Isto é, *velares* e *labiais,* respectivamente. (N. do T.)

/f/ e /v/. Deparamos aqui com duas variantes contextuais, duas expressões diferentes de uma mesma e única oposição, a de grave/agudo. A contraparte genética de uma tal oposição é a localização de uma estritura mais periférica, que determina a produção de consoantes e vogais graves, em contraste com a localização relativamente média da estritura que é típica dos fonemas agudos correspondentes.

Observa-se, além disso, que tanto no vocalismo como no consonantismo, fonemas com uma concentração de energia no espectro sensivelmente mais baixa e uma configuração da cavidade bucal "mais próxima da de uma corneta de chifre virada para dentro" (Fant) parecem se opor a fonemas "correspondentes" com mais alta concentração de energia e uma passagem vocal mais próxima da de uma corneta de chifre virada para fora. Esta unificação "uma a uma" permite-nos interpretar a oposição difuso/compacto como uma propriedade comum aos quadros vocálicos e consonânticos e assim equiparar os sistemas de vogais "triangular" e "quadrangular" aos sistemas equivalentes de consoantes. A sugestão de que o princípio dicotômico dificilmente se aplicaria ao quadro triangular "porque as relações de todos os três elementos são mutuamente proporcionais, ou seja $a : i = i : u = u : a$" (A.A.Reformatskij) está errada, pois $a : i = a : u =$ compacto: difuso, ao passo que $i : u =$ agudo : grave.

Os objetivos a que visamos ao selecionar "o conjunto mais simples possível de elementos novos que identifiquem e suplantem os fonemas" foram sumariados com percuciência por Zellig Harris: a análise componencial deve ser "levada também a todos os fonemas da língua", baseando-se "não nas categorias fonéticas absolutas... mas nas categorias relativas resultantes das diferenças entre os fonemas da língua dada". Como "cada fonema pode se diferenciar de qualquer outro em termos de combinação dos componentes a que equivale", o analista "se interessa primacialmente com... as oposições binárias" *(Methods in Structural Linguistics,* 1951).

Não há como não concordar integralmente com A. Martinet, quando afirma que "o binarismo de hoje em dia pode ser fielmente interpretado como uma extensão consistente de conexões correlativas" e que dois termos são na realidade correlativos se "a existência de um deles torna necessário supor a existência do outro" *(BSL,* LIII, 1958, p. 77 e ss.). Entretanto, não há consistência lógica na aplicação desse critério, por parte do autor, aos seus próprios exemplos. Ele acha que as palavras *pai* e *filho* são correlativas, porque "um pai supõe a existência de um filho e vice-versa", mas o fato é que o conceito de pai ("antepassado masculino de primeiro grau" na definição de H. Sorensen) só pressupõe necessariamente o conceito de alguém por ele gerado [inglês *child*] ("descendente de primeiro grau") e não especificamente o de um ser masculino assim gerado [inglês *male-child*]. Além disso, se ele acha que os fonemas com vozeamento distintivo [ou sonoros] importam necessariamente na existência de fonemas com falta distintiva de vozeamento [ou surdos], não há razão para ele negar uma relação semelhante entre /k/ e /t/ em francês. Numa língua que possui esses dois fonemas, cada um apresenta um dos atributos opostos compacto/difuso, e a existência de uma dessas

propriedades distintivas necessariamente importa na existência da sua contraparte. Por outro lado, num quadro consonântico em que não há a oposição distintiva entre fonema compacto e fonema difuso, a presença de /t/ evidentemente não pressupõe a existência de /k/. Por exemplo, em taitiano a oclusiva /t/ possui apenas o caráter agudo oposto ao grave /p/, ao passo que na língua oneida, em que faltam as consoantes labiais, /t/ já não desempenha qualquer papel na oposição entre grave/agudo (/a/ : /e/ = /o/ : /i/ = /w/ : /j/), mas apenas nos oferece o traço de difuso (/t/ : /k/ = /i/ : /e/ = /o/ : /a/ = /u(n)/ : /ë(n)/). Assim a análise em traços distintivos revela a diferença cardeal de constituição entre /t/ oneida e /t/ taitiano apesar da semelhança fonética que há entre eles.

A passagem do nível dos fonemas para o dos traços distintivos, na análise da fala, impõe que os dois grupos de elementos sejam rigorosamente distinguidos e que se evitem cuidadosamente conceituações promíscuas como a de "fonemas prosódicos" (em vez de traços prosódicos) ou fonemas supostamente indecomponíveis em traços elementares.

Uma resolução integral das unidades lingüísticas superiores em traços distintivos como os constituintes últimos, e não só exeqüível mas até indispensável (para uma resposta às dúvidas nesse sentido levantadas por Cantineau, veja-se o meu artigo sobre a análise em traços distintivos dos fonemas do árabe da Palestina setentrional.[9] É tal resolução que dá a chave das leis estruturais do sistema fonêmico. Sem uma análise explícita, ou pelo menos implícita, em traços distintivos não se pode sequer enumerar de maneira adequada os fonemas de uma língua. O [b^y] palatalizado russo é seguido por vogais anteriores, e o [b_x] velarizado e não palatalizado por vogais posteriores: [gub^{y}á] "arruinando" — [gub$_x$á] "lábio"; [gub^{y}í] imperativo "arruína" — [gub$_x$ï] genitivo "do lábio"; [gr^{y}ib^{y}öt] 3ª pes. sing. "rema" — [gr^{y}ib$_x$ót] "fungus"; [b^{y}üs$_x$t$_x$] "busto" — [b$_x$ús$_x$ï$_x$] "contas" de rosário. Como determinar qual dessas duas diferenças sucessivas é realmente a fonêmica? É verdade que a oclusiva labial final se sonoriza quando imediatamente seguida por uma obstruinte inicial sonora — daí [r^{y}ae p^y] "prega" e [r^{y}áp$_x$] "aprofundado" se distinguirem diante da partícula *ze* como [r^{y}æb^{y}ž ï] — [r^{y}áb$_x$ži], mas nessa posição não há diferença fonêmica entre oclusiva surda e sonora. Além disso, em muitos dialetos russos todas as labiais finais perderam a sua palatalização, ficando limitada à posição pré-vocálica a distinção entre labiais palatalizadas e não-palatalizadas: [p^{y}ït$_x$át^y] "alimentar" — [p$_x$ït$_x$át^y] "torturar". Desses dois fatos inferimos que se deve atribuir em russo o valor fonêmico às labiais palatalizadas e não-palatalizadas, e não às vogais seguintes anteriores e posteriores, visto que nessa língua existe uma discriminação autônoma entre a presença e a ausência da palatalização consonântica e não há distinção autônoma entre vogais anteriores e posteriores.

A análise consistente em traços distintivos destrói os resquícios do trocadilho diletântico que afirma "não haver qualquer razão válida para a *distinção* entre os traços *distintivos* e os redundantes", o que — diga-se de passagem — repete

[9] "Os fonemas enfáticos em árabe". (N. do T.)

argumentos apresentados há meio século atrás contra a fonêmica em seus primórdios. Assim, em 1913, A. Thompson objetou a L. Schtcherba que no par russo [ád^{y}ét^{y}] "vestir" — [ad^{y}ɛt$_{x}$] "vestido" não somente a diferença entre [t^{y}] e [t$_{x}$] mas também a existente entre [e] e [ɛ] "podiam se interpretar como portadoras da diferença de sentido". Hoje, entretanto, tornou-se claro que num caso desses, em vez de uma única oposição consonântica (a presença ou a ausência da palatalização) nós nos defrontamos com múltiplas diferenças fonêmicas entre vogais mais anteriores ou mais posteriores, e entre vogais mais fechadas ou mais abertas, além da diferença entre consoantes palatalizadas e não-palatalizadas; cf. russo [vóšt^{y}] "chefe" — [kóš t$_{x}$] "custo de manutenção", [s^{y}él^{y}t^{y}] "bacalhau" — [k^{y}él^{y} t$_{x}$] "celta", [s$_{x}$kórp^{y}] "tristeza" — [s$_{x}$kár$_{x}$ p$_{x}$] "bens móveis", [l^{y}gót$_{x}$ə] "vantagem" — [l$_{x}$gut$_{x}$] "eles mentem".

No plano dos traços distintivos desaparece o embaraçante problema dos fonemas ditos "neutralizados" e da sua atribuição a um dado membro do par opositivo, bem como encontra uma fundamentação nova e legítima o conceito do chamado "arquifonema". Vocábulo russo como *devki* "meninas" ocorre em três variantes opcionais e dialetais: [d^{y}éf^{y}k^{y}i], com uma palatalização assimilatória da labial diante de [k^{y}] e um [e] fechado diante de consoante palatalizada; [d^{y}ɛf$_{x}$k^{y}i] com uma velarização [f$_{x}$] típica das consoantes não-incisivas (chamadas "duras" na tradição didática russa) e com o abrimento usual do [ɛ] precedente; e [d^{y}éfk^{y}i] com uma assimilação parcial da labial ao [k^{y}]: isto é, [f], sem se palatalizar, perde sua velarização normal, e, diante de consoante não-velarizada, [ɛ] sobe para [e]. Qualquer que seja a apresentação da contínua labial em tal posição, o fonema difere aqui das contínuas labiais finais — o tipo incisivo de [kr$_{x}$óf^{y}] "sangue" e o não-incisivo de [kr$_{x}$óf$_{x}$] "abrigo" — pela ausência do traço opositivo binário incisivo/não-incisivo. Se é certo que a distribuição dos traços é meridianamente clara, não há como negar que se torna controvertida a questão de saber quantos fonemas distintos essas três labiais representam. Se presumimos que há dois fonemas, fica inteiramente artificial a atribuição da labial de *devki* com suas três variantes opcionais [f^{y}], [f$_{x}$] e [f] ao fonema incisivo ou ao não-incisivo. Por sua vez é também contestável responder "três", visto que não há contexto em que a falta simultânea de palatalização e de velarização possa se comutar distintivamente com a presença de cada uma dessas duas qualidades. Em três outros exemplos russos — *petli* [p^{y}étl^{y} i] "ilhós", *pet'li* [p^{y}ét^{y}l^{y}i] "se cantar" [*se* como conjunção integrante dubitativa: ex.: "não sei se (é possível) cantar"] e *pet li* [p^{y}ɛt$_{x}$l^{y} i] "se cantado" [idem] — a oclusiva dental interna do primeiro exemplo não participa da oposição fonêmica incisivo/não-incisivo, ao passo que o fonema final correspondente é distintivamente incisivo no segundo exemplo /p^{y} ét^{y}/ "cantar" e distintamente não-incisivo no terceiro exemplo /p^{y} ét/ "cantado".

A inter-relação dos traços distintivos, configurativos (especialmente demarcativos), expressivos e redundantes (cf. o estudo dos tipos de traços em "Fonologia e Fonética" [pp. 106 e ss.] requer um exame comparativo detido e preciso. Tal investigação tem de evitar particularmente a confusão entre esses grupos de traços essencialmente heterogêneos, e a obliteração dos limites existentes entre

suas funções divergentes. Não é menor distorção o preconceito que exige que se confine a investigação fonológica apenas aos traços distintivos, rotulando-os de maneira completamente arbitrária os únicos traços relevantes e pertinentes. O caráter discreto que eles apresentam e os contrapõe especificamente à gama gradual dos traços expressivos, não dá direito ao lingüista de pôr de parte estes últimos traços.

Entre os problemas que são insolúveis no plano dos fonemas, mas se tornam irretorquivelmente solucionáveis se passarmos para o plano dos traços fônicos, pode-se citar as hesitações freqüentes entre a interpretação bifonemática e a monofonemática. Por exemplo, as aspiradas do bengali, apreciadas por Charles Ferguson e M. Chowdhury, tanto em sua essência como em sua distribuição, se acham em face das consoantes correspondentes não-aspiradas na mesma situação que /h/ se acha para zero (ver *Language,* XXXV, pp. 45 e ss.). Tais aspiradas quando interpretadas como grupo consonântico, oferecem o seguinte quadro de traços distintivos:

	b	h
Grave	+	
Compacto	−	
Nasal	−	
Sonoro	+	
Tenso		+

Isso significaria que o segundo fonema do suposto grupo consonântico não tem oposição em comum com o primeiro fonema e só participa da oposição tenso/frouxo exclusivamente apresentada pelo par /h/-zero. Por isso, em vez de tratar /bh/ e outras aspiradas do bengali como uma justaposição de fonemas, somos levados a admitir aqui uma simples superposição de traços.

	b'
Grave	+
Compacto	−
Nasal	−
Sonoro	+
Tenso	+

Na realidade é este último método de análise que "reduz drasticamente o número de fonemas" nas seqüências e acertadamente simplifica "os resultados da distribuição".

Não é apenas no tratamento lingüístico dos traços distintivos mas também na sua confrontação com a lógica matemática (G. Ungeheuer) e com a teoria da comunicação (E. C. Cherry, D. Gabor, W. Meyer-Eppler) que se tornou bem claro como os pontos de uma escala dicotômica é que constituem a maneira mais proveitosa e mais econômica para descrever os dados fonêmicos. Além disso, ela nos fornece uma matriz apropriada para a comparação tipológica das línguas.

Longe de serem meramente um auxílio para a pesquisa, meramente um modelo imposto pelo analista aos dados materiais da língua, os traços bivariantes são, como revelou o estudo do comportamento verbal, indicações indispensáveis na percepção da fala. O ouvinte se defronta, na realidade, com "uma certa porção de decisões entre alternativas". Os psicólogos têm nos dito que a capacidade para identificar estímulos de maneira absoluta se acha muito pouco desenvolvida na audição humana de tal sorte "que o sistema da audição só verdadeiramente reage em face de relações" (J. C. R. Licklider e G. Miller); "e uma redução da série de expectativas a umas poucas decisõess de sim ou não é que apresenta as condições ótimas para a tarefa auditiva" (I. Pollack, P. C. Wason, N. I. Zhinkin). As identificações perceptuais dos nativos, como "pessoas sem instrução lingüística", se orientam pelo conhecimento dos traços distintivos existentes e suas probabilidades de superposição e seqüência; correspondente, como sugerem as experiências de R. W. Brown e C. Hildum, "a maioria dos erros só envolve um fonema e a maioria das trocas de fonema só envolve um traço distintivo (e.g., /p/ para /t/, k/, /b/ou /f/)". O que atua na comunidade falante não é uma atenção consciente, mas, como notou Sapir, "um sentimento delicadamente matizado de relações sutis, quer já experimentadas, quer possíveis".

Há uma correspondência impressionante entre o uso do padrão fonêmico pelos adultos nativos (tal como dia a dia mais se esclarece) e a aquisição gradual da língua pela criança, quando se examina essa aquisição em seus aspectos intrinsecamente lingüísticos e psicológicos. *Les origines de la pensée chez l'enfant I* (Paris, 1945), de Henri Wallon nos mostram de maneira particularmente esclarecedora a rudimentar atividade pensante das crianças:

La pensée n'existe que par la structure qu'elle introduit dans les choses... Ce qu'il est possible de constater à l'origine c'est l'existence d'éléments couplés. L'élément de la pensée est cette structure binaire, non les éléments qui la constituent... Le couple, ou la paire, sont anterieurs à l'élément isolé... Sans ce rapport initial qu'est le couple tout l'édifice ultérieur des rapports serait impossible... Il n'y a pas de pensée ponctiforme, mais dès l'origine dualisme ou dédoublement... En règle générale toute expression, toute notion est intimement unie au contraire, de telle sorte qu'elle ne peut être pensée sans lui. La délimitation la plus simple, la plus saisissante est l'opposition. C'est par son contraire qu'une idée se definit d'abord et le plus facilement. La liaisom devient comme automatique entre oui-non, blanc-noir, père-mère, de telle sorte qu'ils semblent parfois venir en même temps aux lèvres et qu'il faut comme faire un choix et réprimer celui des deeux termes qui ne convient pas... Le couple est à la fois identification et differenciation.[10]

[10] "O pensamento só existe pela estrutura que introduz nas coisas... O que é possível constatar na origem é a existência de elementos duplos. O elemento do pensamento é esta estrutura binária, não os elementos que o constituem... A dupla, ou o par, são anteriores ao elemento isolado... Sem esta relação inicial que é a dupla, todo o edifício ulterior das relações seria impossível... Não há pensamento de forma simples, mas desde a origem, dualismo ou desdobramento... Em regra geral toda expressão, toda noção está intimamente ligada ao contrário, de tal forma que não pode ser pensada sem ele. A delimitação mais simples, mais

Esse testemunho psicológico foi cabalmente confirmado pelas cisões dicotômicas progressivas do que se testemunha no desenvolvimento do padrão fonêmico na infância. Depois do que esboçamos no passado ("Les lois phoniquees du langage enfantin", *Kindersprache, Aphasie und allgemeine Lautgesetze),* novas observações lingüísticas, em referências a crianças dos mais variados grupos étnicos, têm claramente evidenciado a estruturação fonêmica da língua, ao mesmo tempo que os primeiros estudos verdadeiramente lingüísticos das perturbações de linguagem têm verificado a asserção de que no tipo de afasia que denominamos "desordem de contigüidade", a regressão no padrão sônico inverte a ordem das aquisições fonêmicas da criança.

A minha reiterada tese sobre as oposições distintas inerentes na estrutura lingüística (cf. especialmente "Les lois phoniques du langage enfantin" e "Fonologia e Fonética" quis ser uma descrição intrínseca literal de fenômenos reais, e não absolutamente um modo de exprressão pitoresco e metafórico. Todas as distinções que funcionam numa língua são adquiridas, executadas, percebidas e interpretadas pelos participantes da comunidade verbal e o lingüista as recodifica da mesma sorte que a todos os outros constituintes superpostos do acervo de símbolos de que se acham providos os que usam a língua. O lingüista traduz esse sistema de símbolos num sistema correlato chamado "metalíngua". A esse respeito, há uma diferença essencial entre a ciência física, que impõe o seu próprio sistema de símbolos aos "índices" observados (no sentido que dá ao termo C. S. Peirce) e a fenomenologia da linguagem, que se propõe a desmontar o código íntimo que está na realidade subjacente a todos os símbolos verbais e, como costumava dizer Sapir, todos "os átomos simbólicos". O código verbal é uma propriedade real de uma comunidade lingüística dada, e portanto é sem sentido a conhecida controvérsia lingüística que consiste em saber se se trata aí de "um arranjo mágico" ou de "uma verdade dada por Deus".[11] Uma oposição fonêmica ou gramatical qualquer não é uma ficção nem uma verdade metafísica, mas única e simplesmente verdade *dada por um código.*

Em posições de neutralização, os fonemas reduzem o número de seus componentes distintivos, ao passo que no plano dos traços fônicos toda oposição distintiva apresenta uma constância perceptual. Desde que os traços sejam adequadamente definidos em termos puramente relacionais não é possível interferência de um em outro. A invariante relacional de cada par opositivo se atualiza por definição em todo contexto em que ocorre o traço dado, a menos que esse traço se ache

surpreendente é a oposição. É pelo seu contrário que uma idéia é definida em primeiro lugar e mais facilmente. A ligação torna-se como que automática entre sim-não, branco-preto, pai-mãe, de tal forma que, às vezes, parecem vir juntos aos lábios e é preciso como que fazer uma escolha e reprimir dos dois termos aquele que não convém. . . A dupla é, ao mesmo tempo, identificação e diferenciação." (N. do E.)

[11] Denominações do lingüista norte-americano Fred Householder, que se popularizaram: *hocus-pocus* ou *God-given truth.* (N. do T.).

omitido numa variedade elíptica de falar. Mas uma variedade dessas pode, em caso de necessidade, ser transposta pelo falante ou o ouvinte para um subcódigo mais explícito da mesma língua. As formas desleixadas são justamente consideradas como reduzidas, relaxadas, descuidadas, e basta o pedido de que sejam repetidas ou o sentimento do perigo de haver incompreensão para que se dê a restauração da distinção omitida. A existência de uma explicitação ótima, tanto no plano fonêmico como no gramatical, é a condição *sine qua non* de qualquer elipse; sem isso, uma seqüência elíptica, do ponto de vista histórico, deixa de o ser do ponto de vista sincrônico: a omissão opcional de um traço passa a ser uma ausência imposta. O subcódigo fonêmico explícito, ou "estilo pleno" de pronúncia, como diz Schtcherba, é um recurso imanente da linguagem falada e totalmente diverso daqueles auxiliares extrínsecos a que os falantes recorrem para decifrar os homônimos, como sejam a pronúncia alfabética improvisada *ad hoc*, ou o apelo ao nome alfabético das letras ou simplesmente a escrita.

Deve-se rejeitar qualquer sugestão no sentido de se deixar de lado o problema da transferência de um subcódigo para outro (C. L. Ebeling), da mesma sorte que qualquer esforço para privar a lingüística de algumas das propriedades vitais da linguagem. O subcódigo elíptico tem as suas leis estruturais próprias, e sua coexistência com o subcódigo explícito é a fase sincrônica indispensável para toda confluência de fonemas (cf. "Principes de Phonologie Historique"),[12] visto que em geral o ponto de partida e o ponto final de uma mudança fonêmica figuram de início como pertencentes a dois subcódigos coexistentes. Essa abordagem sincrônica das mudanças lingüísticas suprime a identificação, que se faz em regra, entre sincronia e estática e entre diacronia e dinâmica.

O conceito de uma sincronia dinâmica exige um tratamento estritamente relacional das mudanças *en fonction du système phonologique qui les subit.*[13] Convencido desde o início que "a tarefa iminente é superar a estática e pôr de lado o absoluto" *(Iskusstvo,* 2 de agosto de 1919), concentrei meu trabalho de pesquisa, na década de 1920, na mutabilidade, como uma componente essencial constante de todo sistema fonêmico, e no caráter sistemático das mutações fonêmicas. O debate internacional a respeito dos princípios da fonologia histórica e da sua aplicação às diversas línguas, em particular ao material eslavo, verificado nas décadas subseqüentes, está a exigir um novo ponto de vista, de aprofundamento e ampliação, para os mesmos problemas teóricos e concretos. A transição da enumeração dos fonemas para uma análise consistente dos traços fônicos nos fornece um quadro muito mais sintético dos processos fonológicos. Tradicionalmente, no plano dos fonemas, só as alterações que dependem de segmentos precedentes ou seguintes, na cadeia fônica, eram consideradas mudanças condicionais, combinatórias, contextuais, ao passo que a pesquisa no plano dos traços fônicos

[12] Jakobson se reporta a seu ensaio "Principes de Phonologie Historique". (N. do T.)

[13] Frase do Manifesto do Círculo de Praga no Primeiro Congresso Internacional de Lingüistas (Haia, 1928) redigido por Jakobson.* (N. do T.)

* "Em função do sistema fonológico que é por elas afetado." (N. do E.)

elimina radicalmente uma porção de mudanças aparentemente "espontâneas", pois a maior parte das mudanças de traços está em combinações com traços concorrentes específicos. Por exemplo, a perda da nasalidade vocálica não afeta as consoantes nasais e é assim um exemplo típico de mudança contextual [combinação de traço nasal com traço vocálico, a qual assim se perde].

A mudança fonêmica é no fundo uma nova codificação: como tudo que diz respeito ao código lingüístico e a sua economia, é primordial e essencialmente uma questão semiótica. No entanto, apesar da advertência incisiva de Sapir *(Language,* cap. VIII) alguns estudiosos de lingüística ainda cometem "o erro fatal de pensar na mudança de som em termos quase fisiológicos", servindo-se do capciosismo fácil de expressões como a "comodidade de articulação".

A questão das invariantes e variáveis no tempo é paralela ao problema das invariantes e variáveis no espaço. A "intensificação no raio de comunicação" e o processo dos desvios de código, para adaptação ao interlocutor, ajudam-nos a explicar a expansão ampla dos traços fonêmicos e as afinidades fonêmicas de grande latitude entre línguas vizinhas, sejam cognatas ou não. Os meus primeiros esforços para delinear certos casos desse fenômeno, em particular a área eurásica da oposição consonântica incisivo/não-incisivo (ver "A propósito dos conjuntos fonológicos", "Para as características coincidências lingüísticas eurásicas", "Sobre a teoria das afinidades fonológicas")[14] podem agora ser revistos e aperfeiçoados, já que se tornou acessível um acervo exaustivo e bem estabelecido de material fonêmico concernente às mais variadas línguas e dialetos. Defronta-nos hoje a necessidade urgente de um trabalho internacional coletivo sobre um atlas fonêmico universal. É indubitável que um mapa coerente de isofones, acima das divisões lingüísticas, nos fornecerá uma visão muito mais profunda dos caminhos que tomam a expansão e a mudança fonêmica, porque a expansão é parte integrante de qualquer mudança e é um tanto ilusória a distinção entre as fontes *(foyers d'innovations)* e as zonas afetadas *(aires de contagion).*

No código geral de um falante individual e de uma comunidade lingüística, o observador, na medida em que se abstém de uma filtração facciosa, depreende a coexistência permanente de "variantes fonêmicas", referentes a diversos subcódigos de um código único e conversível. Foi assim que num trabalho de campo, em 1916, numa aldeia ao norte de Moscou, eu aprendi pela primeira vez que não é possível falar a rigor de um dialeto uniforme, mas apenas de "uma multidão de falares individuais a prazo curto e, em vez de leis fonéticas, só se têm aqui principalmente inclinações e tendências".[15] Como a moderna termodinâmica, a lingüística também trata tanto dos aspectos temporais reversíveis como dos irreversíveis.

O primeiro aspecto se exemplifica com a flutuação no falar de Paris entre a distinção original de /a(n)/ e /o(n)/ e a confluência opcional das duas vogais nasais: ainda existe nessa confluência, que é uma inovação elíptica, um retorno virtual à discriminação fonêmica conservadora entre *blanc* e *blond.* Por outro

[14] Artigos de Jakobson. (N. do T.)

[15] Jakobson se reporta a seu artigo de 1916, em russo, incluído no "Apêndice" de seus *Selected Writings.* (N. do T.)

lado, a regressão à distinção perdida entre /e(n)/ e /ö(n)/ é obsoleta em algumas variedades dialetais do francês, de sorte que aí a flutuação reversível cedeu lugar ao produto de uma mutação completa.

Como no processo de uma mudança os seus dois termos — o inicial e o final — coocorrem necessariamente e podem ser comparados quanto a seu lugar a função no sistema, podemos e mesmo devemos procurar saber o propósito da mudança. Se as mutações são uma parte constituinte de um sistema lingüístico provido de um propósito, tem de se aceitar a aplicação de um "critério teleológico" à análise das mudanças fonêmicas (ver as minhas considerações sobre "O conceito de lei fonética e o critério teleológico"),[16] como um corolário que se segue às premissas estabelecidas. Não me é possível partilhar do antiquado e supersticioso medo à teleologia, que ainda professam alguns estudiosos de lingüística. Como tornou bem claro o produtivo e sugestivo debate sobre "comportamento, propósito e teleologia" verificado durante estes últimos vinte anos na filosofia da ciência (desde A. Rosenblueth, N. Wiener, e J. Bigelow até R. Taylor, I. Scheffler e outros), "a adoção de uma orientação teleológica simplifica a análise de um comportamento que visa um alvo e amplia o quadro dessa análise". A elucidação teórica de noções como "alvo atingido", "alvo falhado", e "retro-efeito negativo" abre novas possibilidades para o uso delas nas operações lingüísticas.

Embora "as explanações teleológicas concentrem sua atenção nas culminações e produtos de processos específicos e na contribuição das partes de um sistema para a manutenção do sistema" (E. Nagel), assistimos de vez em quando à emergência do mito das mudanças "cegas", que desafiariam qualquer tentativa de explicação fonêmica. Tal atitude está intimamente ligada a um dogmático menosprezo pela *differentia specifica* que destaca qualquer traço dado em face de todos os outros traços distintivos da mesma língua. No *Cours de Linguistique Générale* encontra-se uma parábola destinada a justificar essa crença, quando aí se compara a língua a um jogo de xadrez: se desaparece um cavalo em meio do jogo, a peça pode evidentemente ser substituída, e "até uma figura desprovida de qualquer semelhança com o cavalo pode passar a ser idêntica a essa peça desde que se lhe atribua o mesmo valor".

Essa convicção do caráter arbitrário de qualquer substituição no quadro fonêmico de uma língua se baseia, por sua vez, "na natureza arbitrária do signo lingüístico", que para Saussure é uma das duas características primordiais de qualquer língua; mas, apesar de tudo, nem a sua "regra da linearidade", citada aqui antes, nem a tese de que "o signo lingüístico é arbitrário" merecem ser conservadas em nossa ciência. Numa crítica convincente ao último desses dois princípios, E. Benveniste argumenta *(Acta Linguistica,* I/1939):

Arbitraire, oui, mais seulement sous le regard impassible de Sirius... L'arbitraire... n'intervient pas dans la constitution propre du signe... Dire que les valeurs sont 'relatives' signifie qu'elles sont relatives les unes aux autres. *Or*

[16] É uma conferência feita em 1927 no Círculo Lingüístico de Praga, de que há uma súmula em *Selected Writings.* (N. do T.)

n'est-ce pas là justement la preuve de leur nécessité?... Si la langue est autre chose qu'un conglomérat fortuit de notions erratiques et de sons émis au hasard, c'est bien qu'une nécessité est immanente à sa structure comme à toute structure.[17]

O princípio relacional da padronização importa necessariamente numa ordenação hierárquica. O fato de existir um padrão fonêmico é uma necessidade irremovível. Em nosso comportamento verbal esse padrão pode ser suplementado por "substitutos de transferência" como é o sistema gráfico. É óbvio que a escrita pode apresentar algumas propriedades autônomas,[18] mas continua a ser, não obstante, uma superestrutura, porque nenhuma comunidade lingüística e nenhum de seus participantes podem adquirir e manipular o padrão gráfico sem possuir previamente um sistema fonêmico. Assim a afirmação de Sapir no sentido da precedência da língua oral não é apenas uma consideração diacrônica mas continua plenamente válidada nos planos sincrônico e pancrônico. Para qualquer língua a existência de um padrão fonêmico é uma constante, enquanto a escrita é tão-somente um suplemento opcional: a grafia não passa de uma variável e para numerosas línguas não existe a palavra escrita. Sustentar a mera coexistência do sistema fonológico e do gráfico, negando ao mesmo tempo a natureza primária e fundamental daquele primeiro, seria uma distorção e desfiguração da verdadeira estratificação lingüística, tanto de um ponto de partida teórico como puramente descritivo. Ainda é sempre a mais realística a tese, velha de um século, de Hughlings Jackson: "Os símbolos escritos ou impressos são *símbolos de símbolos*": a letra *b* simboliza irreversivelmente o fonema /b/ (cf. "Fonologia e Fonética") [V. pp. 112-3]. Os dogmatistas que confessadamente "se sentem incapazes de compreender" esse princípio lingüístico da irreversibilidade, devem atentar em que as crianças surdas-mudas não conseguem adquirir a língua pela leitura e escrita.

As mudanças no padrão fonêmico, que da mesma sorte estão longe de serem arbitrárias, dependem não somente do ambiente concorrente e seqüencial do traço dado no repertório das combinações fonêmicas mas também, diretamente, do sistema de traços fonêmicos existentes. "Os valores são relativos entre si." Tanto os traços como as suas combinações se relacionam por leis de implicação (cf. "Les Lois Phoniques du Langage Enfantin" e "Fonologia e Fonética"), que reduzem a probabilidade de certas mudanças e mesmo as excluem.

"A tipologia das estruturas lingüísticas" se nos apresenta como uma tarefa oportuna, e juntamente com J. N. Tynjanov eu sustento a tese que "uma análise das leis estruturais que estão sotopostas à língua e à sua evolução, nos leva necessariamente a estabelecer um conjunto limitado de tipos estruturais realmente

[17] "Arbitrário, sim, mas somente sob o olhar impassível de Sirius... O arbitrário não intervém na constituição própria do signo... Dizer que os valores são 'relativos' significa que são relativos *uns em relação aos outros*. Ora, não é esta justamente a prova de sua necessidade?... Se a língua é outra coisa que um conglomerado fortuito de noções erráticas e de sons emitidos ao acaso, é exatamente porque uma necessidade é imanente à sua estrutura como a toda estrutura." (N. do E.)

[18] Jakobson se reporta a dois de seus artigos em russo, incluídos em *Selected Writings*. (N. do T.)

existentes" *(Novyj Lef,* n.º 12, 1928). Embora ainda não se possa considerar executada essa tarefa, o terreno já está preparado para uma investigação sistemática (cf. "Os Estudos Tipológicos e sua Contribuição para a Lingüística Histórica Comparativa"). A lista preliminar dos traçços distintivos até agora depreensíveis nas línguas do mundo (cf. "A Identificação dos Traços Distintivos" em "Fonologia e Fonética") se propõe justamente a ser um primeiro balanço, aberto a adições e retificações. Traçou-se um quadro geral pela estreita cooperação dos três autores dos *Preliminares para a Análise da Fala,* auxiliados por muitas sugestões valiosas dos nossos amigos de Harvard e do MIT; mas uma versão ulterior, revista e especificada, indubitavelmente há de trazer definições mais precisas para os elementos correlatos de cada traço distintivo nos diferentes estágios do evento da fala.

Quanto ao número dos traços existentes, nada até agora acrescentaram à nossa matriz os que a têm debatido. Passando-se do aspecto intralingual para o interlingual da análise última, tem de se aplicar ainda aqui, consistentemente, as mesmas regras de relação termo a termo e de exclusão mútua. Os traços aparentemente diversos, que não coocorrem dentro de uma língua num ambiente fonêmico idêntico e que se distinguem de todos os outros traços por uma propriedade relacional comum, têm de ser interpretados como realizações de um único e mesmo traço distintivo (ver "Fonologia e Fonética") [pp. 122-3]. Daí dever receber resposta negativa a questão levantada por P. S. Kuznecov, quando pergunta se a oposição entre consoantes implosivas e explosivas, que aparece em algumas línguas africanas, não se deve acrescentar ao nosso inventário de traços distintivos. Com a valiosa assistência do abalizado africanista J. Greenberg, pude verificar que numa língua com a oposição distintiva implosiva/explosiva falta a oposição glotalizada/não-glotalizada, ou ainda as oclusivas glotalizadas sonoras figuram em variação livre com as implosivas sonoras (cf. D. Westermann e Ida C. Ward, *Fonética Prática para os Estudantes das Línguas Africanas,* 1933, cap. XVIII), ou finalmente a oposição glotalizada/não-glotalizada se desenvolve nas oclusivas surdas e a oposição implosiva/explosiva nas oclusivas sonoras. Cada um desses dois pares isomórficos exibe a mesma relação entre uma porção de ar reduzida *versus* uma porção não-reduzida, e ambos oferecem essencialmente a mesma diferença acústica.

Deve-se fazer seguir o tabelamento dos traços por um estudo estrito das relações que há entre eles (cf. "A Padronização Fonêmica" em "Fonologia e Fonética") [p. 132]. A simetria entre a tripartição natural dos traços prosódicos e inerentes (tom — quantidade — força, e tonalidade — tensão — sonoridade) parece dar uma indicação para uma classificação mais sistemática futura dos traços distintivos em sua totalidade (cf. a classificação dos traços prosódicos e a dos traços inerentes em "Fonologia e Fonética" e especialmente "Tensão e Frouxidão").

Um estudo mais aprofundado da tipologia das línguas gradualmente nos revela não só leis universais e quase universais, imanentes na estrutura fonêmica das línguas, mas também vários traços que são comuns a todas ou quase todas as lín-

guas do mundo, como a oposição vocálico/não-vocálico, consonântico/não-consonântico, compacto/difuso (que aparece universalmente no vocalismo pelo menos), grave/agudo (tanto no consonantismo como no vocalismo, sendo naquele quase universal) e nasal/não-nasal (quase universal no consonantismo). Finalmente, uma análise através das línguas traz à tona modelos universais de combinações fonêmicas, como a da sílaba constituída de uma vogal precedida de uma consoante.

Acresce que os fundamentos estritamente relativistas da análise fonêmica servem de pauta e suporte tanto para os estudos tipológicos como para a extração de universais em fonêmica. Tal pesquisa deve partir apenas do princípio da equivalência.

Benveniste tem toda a razão quando conclui o seu ensaio acima citado com um desafio na seguinte asserção:

En restaurant la véritable nature du signe dans le conditionnement interne du système, on affermit par delà Saussure la rigueur de la pensée saussurienne.[19]

O pensamento saussuriano que mostrou o seu vigor na perspicácia da atribuição de "um valor puramente opositivo, relativo e negativo" aos elementos fonêmicos, ganha maior firmeza e consistência assim que *par delà Saussure* opomos embargos aos seus dois "princípios básicos" — a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante. Saussure faz seguir a sua atribuição de um valor opositivo aos elementos fonêmicos por uma referência à função desse padrão oposicional: *L'opposition se trouve être porteuse d'une difference de sens.*[20] Tal definição é por sua vez corroborada pelo argumento de Benveniste contra a alegada natureza arbitrária do signo:

Le signe, élément primordial du système linguistique, enferme un signifiant et un signifié dont la liaison doit être reconnue comme nécessaire, ces deux composantes étant consubstancielles l'unes à l'autre.[21]

Toda entidade lingüística, da maior à menor, é uma conjunção necessária de *signans* e *signatum.* Assim se define o traço distintivo, na base do *signans,* como uma propriedade sônica opositiva, aliada ao seu *signatum,* que é a função distintiva do traço — a sua capacidade de diferenciar significações. Em qualquer língua podem ocorrer circunstâncias em que duas palavras são sinônimas, isto é, semanticamente coincidentes ou quase, enquanto diferem em sua constituição fonêmica (embora sejam raríssimos os casos de uma coincidência semântica total e uma permutabilidade irrestrita dentro do mesmo código, e o que sucede é que o estudioso freqüentemente confunde a aproximação semântica com a completa identidade). É óbvio que em regra um traço distintivo em qualquer língua serve para

[19] "Restaurando a verdadeira natureza do signo no condicionamento interno do sistema, consolida-se por além de Saussure o vigor do pensamento saussuriano." (N. do E.)

[20] "Acontece que a oposição é portadora de uma diferença de sentido." (N. do E.)

[21] "O signo, elemento primordial do sistema lingüístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como necessária, sendo estes dois componentes consubstanciais um ao outro." (N. do T.)

diferenciar palavras (ou os constituintes gramaticais das palavras) que são semanticamente distintos; e sobretudo há o fato de que a linguagem não tem outro meio de transmitir a diferença semântica senão pelos traços distintivos. Quando duas palavras são homônimas, como no feliz exemplo de Chomsky — *bank* (de um rio [i.e. port. *margem* mas também até certo ponto *banco*] e *bank* (para depositar dinheiro, [i.e., port. *banco*]), acontece que ou a diferença semântica é trasmitida pelos traços distintivos do contexto (como, por exemplo *banco de areia* e *banco para depósito),* ou, se o contexto por sua vez não dá indicação ao ouvinte para a escolha certa entre os homônimos, o sentido que tem em vista o falante e de que falta informação suficiente no canal verbal, tem de ser inferido da situação não-verbal; ou, do contrário, o ouvinte se defronta com uma ambigüidade, como na enunciação *I saw him by the bank,* em que são em si mesmas igualmente prováveis as duas soluções *bank of the river* [port. margem ou beira do rio] e *bank for savings* [port. *banco para depósito*].[22]

É claro que usualmente na fala a carga semântica virtual dos traços distintivos (como aliás também a dos morfemas, palavras, cláusulas, etc.) fica longe de ser cabalmente utilizada em virtude da porcentagem de redundância que há na comunicação verbal. Não existe apenas uma maneira elíptica de fala, mas também uma maneira elíptica de percepção da fala, em que o ouvinte se mantém mesmo quando o falante procura ser explícito em suas enunciações.

A definição semântica básica das entidades fonêmicas não é, pois, afetada pelos fatos pertinentes de sinonímia, homonímia ou elipse, e se mantém sempre não apenas válida mas ainda insubstituível.

As dificuldades com que se depara o fonemicista ao fazer a seus informantes a pergunta *"sentido igual ou diferente?"* podem ser evitadas por uma técnica precisa e cautelosa. Não obstante, a mera formulação *"igual ou diferente?"* (sem apelo específico ao sentido), quer seja posta diretamente ou através de maior sofisticação, complica de muito a decisão dicotômica, porque não se indica a que respeito as enunciações comparadas devem ser encaradas como idênticas ou distintas. Como observa criteriosamente Lalande, no seu *Vocabulaire de la Philosophie,* ao debater o conceito de identidade, *les deux gouttes d'eau de la locution populaire ne sont identiques que si on ne leur demande pas autre chose que d'être des gouttes d'eau.*[23] Se pomos de lado o sentido específico na formulação *"igual ou diferente"* dá-se das duas uma: ou o nativo achará implicitamente que *igual* quer dizer *igual em sentido,* ou (como verifiquei tantas vezes em informantes russos) ficará em sérias dúvidas se, por exemplo, deve tomar a forma expressiva [tæk] como igual ou diferente à forma expressivamente neutra [ták], e não saberá se deve dar identidade às diversas variantes estilísticas de /skarʸéj/ mais depressa", com [ə] ou [ë], ou [a] ou [a:] em posição pretônica, e em seguida [r] ou [r:] e [e] ou [e:] sob o acento; cf. em *150,000,000* de Maiakovski (linha 141) a grafia

[22] Jakobson se reporta à sua resenha ao livro de Avanesov: *Novos Lineamentos de Fonologia Russa.* (N. do T.)

[23] "As duas gotas de água da linguagem popular só são idênticas se nada é exigido delas além de ser gotas de água." (N. do T.)

"Skore-e-e-e-e-e-e-e!". Em alguns dialetos fronteiriços entre a Rússia central e meridional o [g] do norte e o [ɣ] do sul coexistem como variantes opcionais do fonema velar sonoro, e formas duplicadas como [gɐvarʸítʸ] e [ɐvarʸítʸ] "diz" são tidas como diferentes entre si pelos falantes locais. No polonês-padrão a lateral labializada [lʷ] está sendo gradualmente suplantada pela bilabial [w]: *leb* "cabeça" [lʷep] muda-se para [wep], e não raro se ouve as duas variantes, a última numa conversa negligente, de caráter familiar, e a primeira numa fala convencional mais cuidadosa, havendo uma surpreendente percepção da diferença entre as duas variantes livres de um mesmo e único fonema.

A intuição a respeito de uma igualdade e uma desigualdade não-especificada se torna particularmente vaga e ambígua, tão logo substituímos a formulação fonêmica por "um teste operacional na base da rima", aceitando a sugestão de Chomsky no sentido de que "a identidade fonêmica é essencialmente uma rima perfeita". Em referência a um padrão fonêmico dado, a norma da rima é uma superestrutura autônoma que pode fazer abstração de algumas oposições fonêmicas existentes. Assim, por exemplo, na poesia servo-croata a rima não leva em conta as oposições fonêmicas, quer do tom ascendente ou descendente, quer da quantidade longa ou breve postônica. Rimas como as de Jovan Dutshic /ràsu:/ - /straàm:ne/ - /šásu/ - /grá:ne:/ são consideradas perfeitas e uma rima como a de Jovan Jovanovic-Zmaj /tú:ži:m/ — /tù:ži:m/ é aceita como "rima cabal" apesar da diferença de tom nas vogais acentuadas. Épocas diferentes apresentam reações diferentes para a relação entre rima e semântica. Assim, certas rimas fonemicamente impecáveis, introduzidas na poesia russa a partir de 1830, como *minúlo* /mʸinúla/ "passado", no neutro *obmanúla* /abmanúla/ "enganada" no feminino, eram evitadas na antiga poesia russa por causa da discrepância puramente morfofonêmica entre as duas vogais postônicas (cf. meus *Estudos de Filologia Russa,* Ann Arbor, 1962, p. 1 e ss.).

Em conexão com a nossa discriminação entre dois estágios da pesquisa fonêmica, o preliminar, técnica *criptanalítica,* e, num segundo grau, o do ponto de vista do decodizador (ver "Fonologia e Fonética" [v. p. 113 e ss.] devo notar que apenas o primeiro estágio — isto é, a marcha de fora para dentro e não a de dentro para fora — é que foi alvo da crítica de Chomsky; mas, como tal crítica tem sido repetidamente mal interpretada, como sendo uma tentativa para retirar o *signatum* do âmbito da análise fonêmica, devo também afirmar que tal atitude seria um recuo inadmissível da posição ousadamente conquistada por Henry Sweet, quando em 1877, "tratando das relações entre os sons", e dos princípios de "anotação dos sons", depreendeu "as distinções de som que realmente correspondem a distinções de sentido na língua" e fez uma separação deliberada entre as diferenças "independentemente significantes", "a que correspondem diferenças de sentido", e "matizes infinitos" de diferença sônica que "não alteram o sentido. . . das palavras em que ocorrem".

Qualquer que seja o plano lingüístico que abordemos hoje em dia, desde as unidades superiores até as unidades últimas, não temos como não concordar com Benjamim Lee Whorf, em que "a verdadeira essência da lingüística é a busca da

significação". Espero em meu próximo livro desenvolver e aprofundar essa concepção de uma associação indissolúvel entre "som" e "sentido", como as duas partes integrantes da língua.

Há muitas décadas que a investigação das múltiplas relações entre as duas faces conjugadas da unidade semiótica tem sido a preocupação central de meus estudos fonológicos. A minha orientação a respeito das várias questões de teoria e prática fonêmica tem sofrido naturalmente correções graduais, como revela o confronto dos ensaios aqui reunidos. Este "retrospecto", entretanto, focalizou as constantes que unificam a pesquisa do autor. Assim o meu ensaio final volta ao mesmo princípio das invariantes nas variações que dá a chave de toda a minha obra.

ROMAN JAKOBSON

OS OXÍMOROS DIALÉTICOS DE FERNANDO PESSOA*

(EM COLABORAÇÃO COM LUCIANA STEGNANO PICCHIO)

Tradução de **Haroldo de Campos** com a colaboração de **Francisco Achcar**

* Traduzido do original francês "Les oxymores dialectiques de Fernando Pessoa", *Langages*, XII (Paris 1968), pp. 9 - 27.

I

No tempo em que festejavam o dia dos meus anos,
Eu era feliz e ninguém estava morto.[1]

Desde a data de sua morte, 30 de novembro de 1935, tem-se cada vez mais recordado o aniversário de Fernando Pessoa. Se ele morreu praticamente inédito e desconhecido mesmo em sua pátria, hoje a lembrança da octogésima passagem do dia de seu nascimento ultrapassa largamente as fronteiras dos países de língua portuguesa.

É imperioso incluir o nome de Fernando Pessoa no rol dos artistas mundiais nascidos no curso dos anos oitenta: Picasso, Joyce, Braque, Stravinski, Khliébnikov, Le Corbusier. Todos os traços típicos dessa grande equipe encontram-se condensados no grande poeta português: "A extraordinária capacidade desses descobridores em sempre e sempre superarem os hábitos já envelhecidos da véspera, juntamente com um dom sem precedentes de apreenderem e remodelarem cada tradição anterior e cada modelo estrangeiro, está intimamente ligada a um singular sentimento da tensão dialética entre as partes e o todo unificador e entre as partes conjugadas entre si, especialmente entre os dois aspectos de qualquer signo artístico — o seu *signans* e o seu *signatum*".[2]

Pessoa deve ser colocado entre os grandes poetas da "estruturação": estes, na opinião dele próprio, "são mais complexos naquilo que exprimem, porque exprimem construindo, arquiteturando, e estruturando", e um tal critério os situa adiante dos autores "privados das qualidades que fazem a complexidade construtiva".[3]

[1] Ver Fernando Pessoa, *Obra Poética,** organização de Maria Aliete Galhoz (Rio de Janeiro, 1960). (N. do A.)

* Para a presente tradução brasileira, a indicação das páginas será feita pela 2.ª edição, de 1965, p. 379. (N. do T.)

[2] Ver R. Jakobson, *Selected Writings,** I (Haia, 1962), p. 632.

* Ver "Retrospecto", *Fonema e Fonologia,* tradução brasileira de J. Mattoso Câmara Jr. (Rio de Janeiro, 1967), p. 148. (N. do T.)

[3] Carta* a Francisco Costa, 10 de agosto de 1925, *in:* Armand Guibert, *Fernando Pessoa* (Paris, 1960), pp. 212-3 — É um conceito que recorre freqüentemente nas meditações estéticas de Pessoa. Num manuscrito de 1925 lemos que uma obra vive em razão de sua construção. "Uma obra sobrevive em razão de sua construção, porque, sendo a construção o sumo resultado da vontade e da inteligência, apóia-se nas duas faculdades cujos princípios são de todas as épocas, que sentem e querem da mesma maneira embora *sintam* de diferentes modos": *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias* (Lisboa, 1966), p. 32. Cf. L. Stegagno Picchio, *"Pessoa, uno e quattro", Strumenti Critici,* I (1967), pp. 379 e 386.

* A carta a Francisco Costa é citada segundo a versão francesa; Guibert, conforme nota à página 217 de seu livro, pôde consultar documentos em poder de várias pessoas, entre as quais F. Costa, o destinatário da carta em questão. (N. do T.)

A obra do escritor português é uma arte "essencialmente dramática", cuja complexidade se acha submetida a uma estruturação integral. [4] As supostas incoerências e contradições nos escritos poéticos teóricos de Pessoa refletem em realidade o "diálogo interno" do autor, [5] que ele mesmo busca transformar numa complementaridade dialética dos três poetas imaginários, Alberto Caeiro e seus discípulos Ricardo Reis e Álvaro de Campos. Estes três poetas — as "três hipóstases", como as designa Armand Guibert, tradutor e comentador experto dos textos de Pessoa — nasceram na imaginação do escritor português, que dotou a cada um deles de uma biografia particular e de um ciclo de poemas muito pessoais tanto nas suas tendências artísticas como na sua filosofia. Dentre essas três figuras míticas, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, dois poetas antípodas, parecem ao mesmo tempo abraçar e rejeitar a arte poética de seu mestre, Alberto Caeiro, e os três juntos liberam seu autor — "demasiado multilateral", segundo sua profissão de fé — da tutela exercida pelo seu próprio passado literário. [6] Os três ciclos em questão ocupam um lugar vasto e importante no conjunto dos escritos de Pessoa. Alguns meses antes de sua morte, o poeta, numa carta a Adolfo Casais Monteiro, revelou a arquitetônica desse drama em três personagens, e passamos agora a citar o que Guibert chama um dos mais impressionantes documentos de todas as literaturas: [7] "Criei, então, uma *coterie* inexistente. Fixei aquilo tudo em moldes de realidade. Graduei as influências, conheci as amizades, ouvi dentro de mim as discussões e as divergências de critérios, e em tudo isto me parece que fui eu, criador de tudo, o menos que ali houve". Guibert insiste com justa razão na impossibilidade "de levantar dúvidas quanto ao tom de segurança e autenticidade dum tal testemunho". O relato do poeta deve na verdade ser tomado ao pé da letra: "Aparecido Alberto Caeiro, tratei logo de lhe descobrir — instintiva e subconscientemente — uns discípulos. Arranquei do seu falso paganismo o Ricardo Reis latente, descobri-lhe o nome, e ajustei-o a si mesmo, porque nessa altura já o via." — A assinatura do mestre *Ca — eir — o* entra, com duas metáteses *(ir — ri* e *eir — rei),* no nome e no sobrenome "ajustados" para designar o discípulo Ricardo Reis, e dentre as onze letras desse achado onomástico, nove (isto é, todas exceto a consoante final dos dois temas) reproduzem as de CAEIRO. Ademais, a primeira sílaba desse sobrenome e o fim do nome, Alb*erto Ca*eiro, se refletem, com uma metátese, no nome do discípulo Ri*cardo*. "E, de repente — continua o poeta —, e em derivação oposta à de Ricardo Reis, surgiu-me impetuosamente um novo

[4] "O ponto central da minha personalidade como artista é que sou um poeta dramático; tenho continuamente, em tudo quanto escrevo, a exaltação íntima do poeta e a despersonalização do dramaturgo": *Páginas de Doutrina Estética* (Lisboa, 1946), pp. 226-7. (N. do A.)

[5] Cf. Ch. S. Peirce, *Collected Papers,* IV (Cambridge, Mass. 1965 [3]), § 6. (N. do A.)

[6] Carta a Armando Côrtes-Rodrigues, *Páginas de Doutrina Estética,* pp. 26-7. Ver *Obra Poética*: Poemas completos de Alberto Caeiro (pp. 197-246); Odes de Ricardo Reis (pp. 253-296); Poesias de Álvaro de Campos (pp. 301-423). Cf. as observações de Pessoa sobre os aspectos comuns e diferentes e sobre as oposições e *controvérsias* entre os três heterônimos: *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* (Lisboa, 1966). Caps. VI-VIII. (N. do A.)

[7] Guibert, p. 26 s.; "Carta sobre a gênese dos heterônimos", *Página de Doutrina. . .*, pp. 264-5. "Pessoas independentes de ti", dirá Pessoa jogando com o duplo sentido do nome ao mesmo tempo próprio e comum *(Obra Poética,* p. 387). (N. do A.)

indivíduo. Num jato, e à máquina de escrever, sem interrupção nem emenda, surgiu a *Ode Triunfal* de Álvaro de Campos — a Ode com esse nome e o homem com o nome que tem". — No nível antroponímico, esta "derivação" dá aos dois nomes, *Alberto* e *Álvaro,* assim como aos dois sobrenomes, *Caeiro* e *Campos,* o mesmo par de letras iniciais, enquanto que o nome do discípulo, Álva*ro,* termina pela mesma sílaba do sobrenome do mestre, Caei*ro*.

Esta carta de 13 de janeiro de 1935 foi escrita em seguida à publicação de *Mensagem* (dezembro de 1934), o único livro português de Pessoa que ele viu editado. A história dos três artistas imaginários que fazem de seu criador "o menos que ali houve" corresponde de perto ao poema "Ulisses", que proclama o primado e a vitalidade do mito em relação à realidade. Em *Mensagem* esta peça de quinze versos canta Ulisses como o fundador fabuloso de Lisboa e da nação portuguesa e exalta o caráter puramente imaginário de seus feitos; inaugura assim, apesar desta superposição do mito à vida real, a História heróica de Portugal, devendo-se notar que ela é seguida de numerosos poemas que glorificam os homens mais famosos da nação ao longo dos séculos.

Eis o texto deste poema, o primeiro do ciclo heráldico "Os castelos":[8]

ULYSSES

O mytho é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mytho brilhante e mudo —
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos creou.

Assim, a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundal-a decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

Tradução literal na medida do possível:[9]

[8] *Obra Poética*, p. 72. Em nossa análise do texto a ortografia* das citações foi modernizada. (N. do A.)

* Na transcrição do texto do poema analisado o critério adotado pelos autores foi o de M. A. Galhoz, que respeitou a ortografia original da publicação feita em vida do poeta; ver *Obra Poética,* p. 70, primeira nota de rodapé. (N. do T.)

[9] Seguindo instruções de Roman Jakobson, mantivemos aqui a tradução literal para o francês constante do original, uma vez que nela já está implícita uma leitura interpretativa do poema, útil para a compreensão do que se vai seguir. (N. do T.)

ULYSSE

Le mythe est le rien qui est tout.
Le même soleil qui ouvre les cieux
Est un mythe radieux et muet —
Le corps mort de Dieu,
Vivant et dénudé.

Celui-ci, qui débarqua ici,
Fut puisqu'il n'a jamais existé.
Sans avoir existé il nous combla.
Puisqu'il n'est arrivé, toujours il fut l'arrivant.
Et nous créa.

Ainsi la légende jaillit
En entrant dans la réalité,
Et en la fécondant elle s'écoule.
En bas, la vie, moitié
De rien, meurt.

II

Cada um dos três pentásticos do poema contém duas rimas diferentes, uma das quais unifica as cláusulas dos três versos ímpares, e a outra as dos dois versos pares da estrofe. A cláusula engloba as duas últimas vogais do verso, das quais a primeira é acentuada. Todas as consoantes subseqüentes em relação a cada uma dessas duas vogais rimam, segundo a norma tradicional. No caso da ausência das consoantes entre as duas vogais, a segunda vogal é assilábica: I.2. *céus* — 4. *Deus,* II.1. *aportou* — 3. *bastou* — 5. *criou.* Como segunda vogal na rima todos os cinco versos no interior de cada estrofe empregam o mesmo fonema em suas variantes tanto silábicas como assilábicas. Se a cláusula é destituída de consoantes — intervocálicas ou finais — e o fonema acentuado é precedido duma consoante, esta participa da rima. A primeira vogal das rimas é arredondada (bemolizada) nos versos ímpares de todas as estrofes, não-arredondada nos versos pares.

Do princípio à cláusula, o último verso de cada estrofe conta três sílabas e todos os outros versos, seis. Cada estrofe compreende assim quatro versos completos seguidos de um verso truncado. No limite de duas palavras de um mesmo verso, toda união de duas vogais das quais pelo menos a primeira é inacentuada sofre uma sinalefa, isto é, se contrai numa só sílaba por elisão ou ainda por fusão em ditongo. Esta regra tradicional reduz ao mínimo a presença de vogais iniciais não precedidas de uma consoante no interior do verso e a raridade delas torna particularmente saliente a aparição de iniciais vocálicas no começo do verso,

necessariamente precedido de uma pausa métrica, qualquer que seja o tratamento dessa pausa nos diversos estilos de recitação. A distribuição das iniciais vocálicas (V) e consonantais (C) segue um desenho nítido e regular:

	I	II	III
1.	V	V	V
2.	V	C	V
3.	V	C	V
4.	V	C	V
5.	C	V	C

Note-se o paralelismo rigoroso das duas estrofes marginais, o tratamento idêntico do início de todas as estrofes (V V V) e a repartição anti-simétrica das vogais e consoantes iniciais do quinto verso das três estrofes (C V C), em relação aos versos 2. a 4. (V C V). As iniciais consonantais dos versos são surdas na estrofe central, sonoras nas outras duas estrofes.

O contraste entre a estrofe central e as duas estrofes marginais similares se manifesta igualmente na divisão sintática de cada um dos três pentásticos. A estrofe central se divide em três frases: o verso mediano dessa estrofe e de todo o poema, II. 3. *Sem existir nos bastou,* forma ele mesmo uma frase e se acha enquadrado por duas frases de dois versos. Cada uma das duas estrofes marginais se compõe de duas frases das quais a externa é mais breve que a interna. O segundo verso do poema partilha com o penúltimo a ausência de pausa sintática no fim da cláusula: I. 2. *O mesmo sol que abre os céus* / 3. *É um mito* . . . ; III. 4. *Embaixo, a vida, metade* / 5. *De nada, morre.* Esta simetria provoca uma diferença no comprimento relativo das duas frases no interior dessas estrofes: na primeira, a frase breve contém um só verso (1.) e a longa quatro (2. — 5.), e a relação análoga na terceira estrofe opõe uma frase de três versos iniciais (1. — 3.) à frase dos dois versos subseqüentes (4. — 5.).

III

O oxímoro é a figura que atravessa o poema de ponta a ponta, e esta aliança de vocábulos apresenta duas variedades distintas: uma palavra unida ao termo contraditório ou então ao termo contrário. A repartição desses processos no texto de "Ulisses" é estritamente simétrica.

A particularidade da inicial nos três versos internos do segundo pentástico, em relação aos versos correspondentes das duas outras estrofes e aos dois versos extremos do mesmo pentástico, encontra uma analogia evidente na *distribuição* dos oxímoros. O terceiro verso do pentástico central, ou seja, o verso mediano do poema, e os dois versos adjacentes são os únicos que aproximam dois termos ver-

bais: uma estrutura positiva sobreordenada sob forma de um verbo no pretérito é oposta a uma estrutura negativa subordinada, isto é, a um infinito munido de preposição: preposição privativa por si mesma — *sem* no verso mediano (II.3.) ou então seguida de um prevérbio negativo — *por não* nos dois versos adjacentes (II. 2., 4.). O verso mediano comporta um matiz ligeiramente concessivo: "embora ele não tenha existido", enquanto que os dois versos contíguos formam proposições nitidamente causais: "por não ser", "por não ter vindo".

Quanto às significações lexicais dos verbos confrontados, o poeta proclama a nulidade da existência fenomenal em favor do ser numenal: II. 2. *Foi por não ser existindo;* logo *foi,* o pretérito do verbo *ser,* é superposto a *ser existindo,* construção que reduz o mesmo verbo *ser* à posição duma cópula submetida a seu atributo, o gerúndio de matiz durativo *existindo,* podendo-se quase traduzir: "être vivotant". Seria possível dizer, com Bachelard, que "tudo não é real da mesma maneira" e *"a existência não é uma função monótona".*[10] A passagem do negativo ao positivo é reforçado no verso subseqüente pela introdução de um verbo concreto e totalizante — 3. *bastou* — e finalmente pela oposição das duas formas nominais, homônimas, do verbo *vir:* o mesmo significante *vindo* serve ao particípio passado e ao gerúndio: *ter vindo,* infinito do passado composto, e *foi vindo,* combinação da cópula no pretérito com o gerúndio. A conotação de uma permanência mítica vem se superpor ao desmentido empírico de um evento passageiro de outrora. Mantendo as componentes gramaticais do verso 2., o verso 4. *(foi — foi, por não ser — por não ter, (ser) existindo* — (foi) *vindo)* inverte-lhes a ordem e acentua a passagem do negativo ao positivo, dando ao primeiro a posição de prótase e ao segundo a de apódose.

O herói da estrofe central, Ulisses — cujo desembarque lendário na embocadura do Tejo se deve apenas a um vínculo paronomástico entre seu nome e *Lis*boa, e cuja existência tem, ela mesma, um caráter mítico —, dera-se a si próprio segundo a *Odisséia* o nome de Ninguém *(Oútis emoí g'ónoma).* Nos versos de Pessoa ele é designado apenas por uma remissão anafórica (II. 1. *Este)* ao título do poema. O triplo oxímoro do pentástico em mira culmina na apoteose do poder paterno atribuído a essa personagem fisicamente ausente e não-existente: II. 5. *E nos criou.*

O verso mediano do poema concretiza e transpõe em termos verbais o oxímoro nominal do verso inicial: o herói não tendo existido e assim não sendo mais do que um *nada* no nível histórico, nos bastou completamente e foi portanto um *tudo* no nível sobrenatural. Em geral os três versos centrais com suas alianças de termos contraditórios entram em correspondência com as duas extremidades do poema, o primeiro e o último verso. Estes versos centrais e marginais são os únicos a utilizar o negativo e a confrontá-lo com um termo positivo, mas os tipos de negação diferem. A "negação nuclear", utilizando um substantivo negativo —

[10] G. Bachelard, *La Philosophie du Non* (Paris, 1954 [4]), p. 54. Cf. F. Pessoa, *Textos Filosóficos,* I (Lisboa, 1968), p. 154: "Vimos que todas as coisas se dividem, por assim dizer, em *noúmena* e *phainoúmena".**

* Pessoa parece estabelecer uma "falsa etimologia", poética, paranomástica, entre *noúmena* e *phainómena,* que ele escreve *phainoúmena*". (N. do T.)

nada —, caracteriza os dois versos extremos do "Ulisses", enquanto que os versos centrais recorrem à "negação conexional", que mune o verbo de um marcante caráter subtrativo.[11]

O oxímoro do verso liminar — I. 1. *o nada que é tudo* — subordina formalmente o termo positivo ao termo negativo, mas, ao contrário, do ponto de vista semântico, é a totalidade positiva que se sobrepõe à totalidade negativa. No último verso do poema o mesmo substantivo *nada* termina o sintagma — III. 4. *metade* 5. *De nada* — onde o termo fracionário, *metade,* implicando o conceito de um todo positivo, contradiz o todo negativo *de nada* e dá ao oposto o sentido de uma hipérbole fantasiosa e sombria. Um desnível idêntico entre a hierarquia formal e semântica (a superposição semântica do determinante ao determinado) se manifesta em cada uma das duas extremidades do poema, mas por outro lado a frase final inverte a ordem interna de todos os oxímoros anteriores impondo a passagem do positivo ao negativo. Quanto à sucessão dos termos na seqüência, a do princípio corresponde à ordem do verso II. 4. (negativo ⟶ positivo), enquanto que o verso II. 2. e o fim do poema apresentam a ordem oposta (positivo ⟶ negativo).

O confronto dos oxímoros — bem como de suas componente nas duas extremidades do poema, de um lado, e nos dois versos adjacentes ao verso mediano, do outro — põe em relevo uma simetria em espelho. Ora as duas estrofes marginais comportam dois outros oxímoros, estes baseados na aliança dos contrários e ligados ambos ao último par de versos no pentástico, seguindo o princípio da simetria direta. Diga-se de passagem, o mesmo par de versos encerra nas duas estrofes marginais uma aposição complexa. Mas quanto à sucessão dos dois termos no interior da figura e à sua hierarquia semântica, estes dois oxímoros seguem por seu turno o princípio de simetria em espelho. Ambos põem em jogo os mesmos contrários: a vida e a morte.[12]

Assim, *o corpo morto de Deus* — I. 4. — é declarado *vivo* — I. 5. — por meio de um segundo epíteto, desta vez separado do nome determinado. É um exemplo do mito onipotente, o levantar do sol abrindo os céus, que, conforme a simbólica eclesiástica, se une à imagem da ressurreição. De outro lado, no fim da última estrofe, a *vida* — III. 4. — recebe o predicado *morre* — III. 5. A sucessão verbal *morto* — *vivo,* associada com o mito celeste da passagem da morte à vida, é suplantada pela ordem inversa *vida* — *morre* e o motivo terrestre (III. 4. *Embaixo)* do triunfo da morte sobre a vida. O traço característico de todo o poema é uma tensão entre a negação e a afirmação, e os contrários se transformam em termos contraditórios — a vida persistente e aniquilada — e os termos negativos dos dois oxímoros enlaçados — *nada* e *morre* — se juntam para concluir o verso final do poema. Assim, o *nada* [*Néant*], que se opõe ao ser metafísico, vem se substituir

[11] Cf. L. Tesnière, *Éléments de Syntaxe Structurale* (Paris, 1959), caps. 87 e ss. (N. do A.)

[12] Este tipo de oxímoro remonta à tradição medieval; assim, encontram-se em Gottfried von Strassburg numerosos exemplos como *sus lebet ir leben, sus lebet ir tot, sus lebent sie noch und sint doch tot, und ist ir tot der lebenden brot.* Ver H. Scharschuch, *Germanische Studien*, CXCVII (Berlim, 1938), pp. 19 e ss. Cf.: "A vida não concorda consigo própria porque morre. O paradoxo é a fórmula típica da natureza. Por isso toda a verdade tem uma forma paradoxal". F. Pessoa, *Páginas Íntimas* . . ., p. 218. (N. do A.)

ao *nada* [*rien*] enquanto carência de existência física evocada na definição do mito no início do poema.

Nos oxímoros do autor os sinônimos usuais se transformam em antônimos, mas mesmo a suposta identidade de som e de sentido entre os elementos lexicais dos oxímoros correspondentes acaba por revelar-se equívoco, de acordo com a arte de Pessoa que busca o duplo sentido nos vocábulos correntes e os converte em pares de homônimos. Assim, por exemplo: "Sim, ser vadio e pedinte, como eu sou / Não é ser vadio e pedinte, o que é corrente", etc.[13] Ou, em outros termos: as palavras aparentemente semelhantes ou quase-sinônimas diferem em suas significações porque deitam raízes em idiomas diversos embora entremeados em nosso emprego. De fato os oxímoros de Pessoa confrontam e delimitam estes dialetos funcionais e as concepções irreconciliáveis que eles refletem.

Nas três estrofes do poema a disposição dos sete oxímoros (2+3+2) que se desenham sobre o fundo das sete linhas desprovidas dessa figura (2+2+3) forma um conjunto fixo e proporcionado:

I	*II*	*III*
1. Inicial (A^1)		
2.	Prepositivo (C^1)	
3.	Central (D)	
4. } Terminal do	Pospositivo (C^2)	} Terminal do epílogo
5. } prólogo (B^1)		} (B^2) e final (A^2)

IV

As três estrofes estão ligadas por uma cadeia de correspondências fônicas que acentuam e entrelaçam os oxímoros do poema. Assim, o verso liminar *O mito é o* nada *que é tudo* encontra sua réplica nos fonemas, sobretudo consonantais, do aposto final — III. 4. metade 5. de nada. Aos seis /m/ dos primeiros quatro versos (I. 1. *mito.* — 2. *mesmo* — 3. *mito* — *mudo* — 4. *morto)* correspondem os dois /m/ da frase final (III. 4. *metade* — 5. *morre),* separados do quarteto inicial por nove versos desprovidos desse fonema. O fim das duas estrofes marginais varia a ordem duma sucessão similar de fonemas: I. 4. . . .*morte de Deus,* 5. *Vivo* e *desnudo* — III. 4. . . . vida, metade 5. De *nada.* A mesma figura saliente, conhecida sob a etiqueta *Dorica castra,*[14] aparece nas duas passagens: I. 4. de *Deus* e III. 4. *metade* 5. De *nada* (com as diversas variantes do mesmo fonema /e/ e do mesmo fonema /d/).

A fatura fônica de toda a terceira estrofe prepara a seqüência do verso final DE NADA — cujo anagrama se pode entrever na forma III. 2. na *realidade* e na

[13] *Obra Poética,* p. 414. (N. do A.)

[14] Cf. R. Godel, "Dorica castra: sur une figure sonore de la poésie latine", *To Honor Roman Jakobson,* I (Haia-Paris, 1967), pp. 761 e ss. (N. do A.)

repetição das síbalas *de* e *da,* esta precedida no mais das vezes de um /n/: 1. *lenda* — 3. *fecunda* — *decorre* — 4. *vida* — *metade.*

A combinação de uma oclusiva labial e de um /r/ se reitera com variações nos três versos internos da primeira estrofe: 2. *abre* — 3. *brilhante* — 4. *corpo;* este nome e seu epíteto assonante — *corpo morto* — dão a impressão de se cruzar no primeiro verbo da estrofe central — 1. *aportou* — que participa de ambos na sua textura fônica e cuja sílaba medial reaparece duas vezes nos oxímoros desta estrofe: 2. *por* — 4. *por.* Um grupo de consoantes três vezes reiterado liga os dois primeiros oxímoros da mesma estrofe: 2. *existindo* — 3. *existir* — *bastou;* enfim, para terminar a lista de tríplices consonâncias, note-se que o segundo termo do último oxímoro da primeira estrofe — 5. *vivo* — partilha sua sílaba acentuada com as do último oxímoro da segunda estrofe: 4. *Por não ter vindo foi vindo.* A frase continua — 5. *E nos criou* — e a conclusão que dela tira o início da terceira estrofe, *Assim a lenda se escorre,* se apóia também na sua textura fônica sobre esta frase contígua: II. 4. *vindo.* 5. *E nos creou*[15]— III. 1. *Assim a lenda se escorre.*

V

Os processos analisados caracterizam "Ulisses" enquanto estrutura fechada com uma relação ordenada entre o centro e as partes marginais do poema e as similaridades manifestas entre os constituintes marginais. Ora já os oxímoros examinados e em particular os fenômenos de simetria em espelho na sua repartição indicam uma diferença significativa entre os oxímoros da primeira estrofe e os da terceira especialmente a passagem do negativo ao positivo no início e do positivo, ao negativo no fim do poema.

De fato, os fenômenos de equilíbrio entre as três estrofes outra coisa não fazem senão pôr em relevo os traços particulares de cada pentástico e o jogo simultâneo de divergências e convergências entre as três estrofes. As tensões no interior dessa tríade são tão complexas quanto as relações entre os três heterônimos de Pessoa na "obra Caeiro-Reis-Campos".

É o encadeamento das categorias morfológicas e das estruturas sintáticas que nos faz observar a individualidade pronunciada de cada estrofe e desvenda a trama da obra inteira, ainda que sejamos antes levados a prestar atenção a outros processos no agenciamento das classes sintáticas e morfológicas, especialmente àqueles que unificam o poema e fazem dele uma composição simétrica e fechada.

Assim, cada estrofe contém um só verbo transitivo e esse verbo é acompanhado de um complemento direto: I. 2. *que abre os céus,* II. 5. *(Este) nos criou,* III. 3. *a fecundá-la.* Observe-se a noção incoativa inerente a cada um desses ver-

[15] Deixamos de atualizar aqui a grafia de *creou* para melhor ressaltar a textura fônica sob análise. Neste passo, os autores mantiveram a grafia antiga da forma verbal, tal como ocorre no original do poema de início transcrito. (N. do T.)

bos que caracterizam, todos os três, a atividade criadora do Mito, sem que a construção sintática em questão contenha um sujeito nominal intrínseco. Às duas frases e aos dois sujeitos gramaticais da estrofe inicial corresponde o mesmo número de frases e de sujeitos na estrofe final, enquanto que na estrofe central a soma das frases aumenta e a dos sujeitos diminui: 2 + 1 para aquelas, 2 — 1 para estes. Esta mudança de um mais em um menos pode ser qualificada de anti-simetria.

Na estrofe central a frase do verso mediano partilha certas propriedades sintáticas dos dois versos adjacentes, estreitamente ligados um ao outro na sua composição gramatical (v. acima). Ora, o paralelismo das duas frases marginais dessa estrofe vai ainda mais longe: o verbo foi abrindo o segundo verso é precedido por um outro pretérito, II. 1. *aportou,* e o mesmo *foi* que fecha o antepenúltimo verso é seguido por um pretérito ulterior, II. 5. *criou.* Em suma, todo verso da estrofe central contém um pretérito; uma dessas cinco formas pertence à frase mediana, e duas a cada uma das frases marginais; os três infinitos subordinados são distribuídos por todas as três frases. Ao contrário, em cada uma das estrofes marginais só há três versos que dão lugar a *verba finita* (I. 1., 2., 3. e III. 1., 3., 5.). Na primeira frase de cada uma dessas estrofes o *verbum finitum* é representado por dois exemplos

VI

A singularidade gramatical de cada estrofe e suas relações particulares com cada uma das duas outras estrofes é que faz ressaltar o movimento dramático do tema.

O vocabulário da estrofe inicial compreende os únicos adjetivos (cinco ao todo) do poema (mais o pronome adjetivo I. 2. *mesmo)* e sete substantivos (mais o pronome substantivo I. 1. *tudo),* contra cinco substantivos na estrofe final e nenhum na estrofe central. Os dois pronomes relativos restritivos — I. 1., 2. *que* (note-se a ausência de vírgula!) — são estreitamente aparentados aos adjetivos. Como cada uma das estrofes, a primeira tem um só verbo transitivo. Com exceção desse verbo (I. 2. *abre),* a única forma verbal na estrofe é a cópula *é* empregada três vezes — 1. (bis), 3. — para ligar um complemento predicativo ao sujeito.

A esse mundo de entidades com seus caracteres permanentes, a segunda estrofe opõe uma cadeia de acidentes e de eventos alternativamente negados e afirmados. Com mestria suprema Pessoa constrói as três frases deste pentástico sem o concurso de um só substantivo ou adjetivo. Cinco pretéritos, três infinitos, dois gerúndios e um particípio formam a parte principal do léxico desta estrofe e, com exceção do infinito, não se encontram em outro lugar do poema. O verbo *ser,* reduzido na estrofe precedente ao papel de uma simples cópula, serve na estrofe central para designar o fato absoluto e integral de ser — II. 2. *foi* — e entra em seguida numa combinação inusitada e cativante com gerúndios — II. 2. *não ser existindo,* 4. *foi vindo.*

A segunda estrofe se distingue não somente pela ausência dos substantivos e adjetivos e pela produção e abundância das formas verbais, mas também por termos que Tesnière qualifica de "anafóricos" e que remetem a dados que ultrapassam o contexto do poema.[16] Assim, recordemos que no verso — II. 1. *Este, que aqui aportou* —, o pronome *este* se reporta não aos versos do poema mas a seu título "Ulisses"; a proposição relativa introduzida pelo pronome *que* e posta entre vírgulas não é "restriva", de sorte que o pronome anafórico guarda seu valor de alusão autônoma ao herói em questão. O advérbio *aqui* comporta uma remissão ao nome da cidade *Lisboa* que aparece no frontispício do livro *Mensagem.* Enfim, o pronome pessoal *nos* — complemento indireto face ao verbo intransitivo II. 3. *bastou* e complemento direto face ao verbo transitivo II. 5. *criou* — implica por seu turno uma transgressão dos limites do texto e em especial uma remissão ao autor e aos destinatários da mensagem. Contrariamente a todos esses "anafóricos", os da estrofe seguinte — III. 1. *Assim,* 3. *a fecundá-la* — não se reportam senão ao texto do verso antecedente. Notemos também que na estrofe central a anáfora se liga a uma designação dêitica dos objetos próximos no tempo e no espaço do ato da enunciação. Em outras palavras, o mito heróico estabelece uma proximidade temporal e espacial entre o herói fabuloso, de um lado, e o poeta e os que o cercam, do outro. Os três versos ímpares que encerram os "anafóricos" contrastam com os dois versos pares munidos da negação *não.*

Os pronomes da segunda estrofe respondem ao interrogativo *quem?* e são as únicas palavras do poema que designam seres humanos. Os pronomes das outras estrofes referem-se apenas a inanimados e os nomes que povoam essas duas estrofes e que sustêm o peso do tema poético pertencem todos ao gênero inanimado, com exceção do sobrenatural I. 4. *Deus.* Este serve para determinar o aposto unido ao atributo e ocupa assim o lugar mais subalterno entre todos os constituintes sintáticos do poema: . . . *sol. . . é um mito — o corpo* . . . de *Deus.*

Se o mito da primeira estrofe está para sempre ligado aos *céus,* o *(este)* da estrofe central se acha preso ao solo natal do poeta a despeito dos argumentos empíricos que estes versos anulam. É a este mito que reage o pentástico final ao considerar a relação contínua entre a lenda e a realidade. Uma entra na outra para fecundá-la porque a vida abandonada a si mesma (ou, talvez, toda vida em geral?) fica à morte. Note-se que a metáfora verbal *fecundá-la,* de acordo com a poética de Pessoa, é um tropo vital e não uma fórmula retórica: sugere a idéia de um mito em conúbio com a realidade que jaz *embaixo* e a imagem da lenda-sêmen que *escorre* do mito para *entrar* no seio da realidade.

A predominância dos nomes — substantivos ou adjetivos — na primeira estrofe e ao monopólio das diversas formas verbais na segunda, a terceira responde com um número igual de substantivos e de verbos: cinco palavras de cada uma das duas classes, a saber: dois substantivos regidos (2. *na realidade,* 5. *De nada)* e três independentes (1. *lenda,* 4. *vida, metade),* dois infinitos subordinados (2. *entrar,* 3. *fecundar)* e três *verba finita* independentes (1. *se escorre.* 3. *decorre,*

[16] Cf. Tesnière, cap. 42-3. (N. do A.)

5. *morre).* A confrontação dos substantivos e dos verbos é particularmente impressionante no último oxímoro do poema, o único a confrontar duas partes opostas do discurso, III. 4. *vida*... 5. *morre,* enquanto que nos oxímoros anteriores a *morre* observa-se de início uma aliança de dois termos similares — atributos (I. 1.) ou epítetos (I. 4. — 5.), e em seguida um confronto de duas formas verbais (II. 2., 3., 4.) ou nominais (III. 4. *metade* 5. *De nada)* das quais uma está munida e outra desprovida de preposição.

O alto poder simbólico das categorias verbais no texto de "Ulisses" está em relação com o número restrito das que o poema aceita e põe em ação: sete presentes e cinco pretéritos perfeitos na terceira pessoa do singular (ao todo doze *verba finita,* o que corresponde aos doze nomes substantivos do poema), cinco infinitos, inclusive um infinito no préterito constituído pelo verbo auxiliar *ter* mais o particípio passado, e finalmente dois gerúndios.

O presente atemporal da primeira estrofe, substituído pelo pretérito na história de Ulisses, é retomado na estrofe terminal. De outro lado, são verbos de ação que desfilam nesta estrofe continuando a série iniciada na estrofe precedente, com a mesma hierarquia sintática dos *verba finita* e dos infinitos. Os quatro verbos de ação concentrados na primeira frase da estrofe final se reportam ao sujeito III. 1. *lenda,* enquanto que é ao sujeito oposto, 4. *vida* que a segunda e última frase liga o único verbo de estado, 5. *morre.*

Na escolha dos substantivos esta estrofe consagrada à vida aqui embaixo (4. *Embaixo)* difere da primeira estrofe sob dois aspectos. Nesta, ao lado dos nomes abstratos, palavras concretas como I. 2. *sol, céus,* 4. *corpo* representam um papel primordial, enquanto que a estrofe terminal só faz uso de nomes abstratos. O masculino é o único gênero familiar às duas primeiras estrofes (22 palavras das quais sete substantivos); ao contrário, nos quatro versos completos da última estrofe, oito palavras, das quais quatro substantivos, são todas do gênero feminino, e só o substantivo do verso truncado III. 5. *nada* é um masculino.[17] Observemos que o verso final do poema toma ao verso inicial este último substantivo do texto inteiro, e que é ele em todo o poema a única palavra plena transferida de uma para outra estrofe. Aliás este termo se afasta das outras palavras masculinas do poema por sua terminação distinta da terminação habitual do masculino, que se acha atestada dezoito vezes no texto de "Ulisses".[18] Ao todo, o gênero masculino é representado por vinte palavras na estrofe inicial e o feminino por oito na estrofe terminal. O contraste entre os nomes femininos da última estrofe e o masculino das estrofes anteriores ressalta particularmente na substituição do masculino I. 1., 3. *mito* pelo feminino III. 1. *lenda.* Esta disposição dos gêneros no poema é demasiado ordenada para poder ser fortuita, mas antes de nos aventurarmos a uma interpretação semântica do estado assim verificado devemos notar uma particularidade reveladora no tratamento dos substantivos masculinos. Com exceção de I. 2. *céus* todos os substantivos do poema estão no singular e nenhum subs-

[17] V. nota 24. (N. do T.)

[18] Cf. J. Mattoso Câmara Jr., "Considerações sobre o gênero em português", *Estudos Lingüísticos* I, n.º 2 (1966). (N. do A.)

tantivo masculino no singular assume o papel de complemento verbal direto ou indireto, isto é, nenhum dele faz supor uma ação voltada em sua direção e da qual seja o suporte. Por outro lado, esta função de complemento verbal é preenchida por nomes ou pronomes do gênero feminino — III. 2. *A entrar na realidade,* 3. *a fecundá-la* — e por nomes ou pronomes no plural — I. 2. *abre os céus,* II. 3. *nos* (objeto indireto) *bastou,* 5. *nos* (objeto direto) *criou.* Em português o nome masculino no singular é pura e simplesmente um substantivo, tal e qual, privado de toda marca suplementar, uma vez que ele não pertence nem ao gênero marcado nem ao número marcado.[19] No sistema simbólico do poema este substantivo é pois apresentado como independente de toda ação extrínseca e de toda interação, independente enfim, como o dirá a segunda estrofe, do jugo da existência efetiva. Mas desde que se produz a conjugação da realidade e do mito, este perde a sua pureza e degenera em uma *lenda* que não é senão a tradução do *mito brilhante e mudo* na linguagem comum. O poeta deixa aberta propositadamente a questão de saber se a vida aqui embaixo morre malgrado a intervenção da lenda ou à falta de sua intervenção. De qualquer modo, *nada* no último verso, perde seu oposto primitivo, *tudo.* A tensão entre as duas concepções da vida é a derradeira das antinomias dialéticas que estruturam o poema.

O *mito é o nada que é tudo,* e todo substantivo não-marcado integrante da primeira estrofe, como *sol* e *corpo de Deus,* é um mito — I. 3. *É um mito;* logo, o que apresenta é precisamente um nada que é tudo. Em "Ulisses", como acabamos de verificar, os nomes masculinos no singular jamais apresentam o objeto de uma ação, mas, o que é também significativo, tampouco aparecem no papel de agente. As únicas funções sintáticas que o poema atribui aos substantivos não-marcados são ou a de termo primário — sujeito ou nome atributivo — numa proposição equacional (nome — cópula *é* — nome) ou a de aposição junta a um dos dois termos primários, ou enfim esses substantivos exercem a função de uma "subordinada epitética"[20] que determina a aposição: I. 4. *corpo morto de Deus,* III. 4. *vida, metade* 5. *De nada.*

Assim que aparece a ação e sua marca temporal, o pretérito, o substantivo se torna tabu e se vê suplantado na estrofe central por substitutos anafóricos; a seguir, quando a atividade se perpetua e se realiza no nível inferior, a estrofe terminal efemina os termos em jogo e se vale de um *enjambement abrupto*[21] para aguçar o duplo oxímoro trágico que põe fim ao poema:

Embaixo, a vida, metade
De nada, morre.

[19] Cf. R. Jakobson, *Selected Writings,* II (Haia-Paris, 1968), pp. 3 e ss., 136 e ss., 187 e ss., e 213: "O feminino indica que, se o designado é uma pessoa ou se presta à personificação (e na linguagem poética todo designado se presta à personificação), é seguramente ao sexo feminino que essa pessoa pertence (*esposa* designa sempre a mulher). Ao contrário, a significação geral do masculino não especifica necessariamente o sexo: *esposo* ou designa de maneira restritiva o marido (*esposo e esposa*), ou, de maneira generalizante, *um dos dois esposos, os dois esposos.*" Cf. em português o emprego de masculinos como *deputado, ministro, embaixador, poeta* em relação a mulheres. (N. do A.)

[20] Ver Tesnière, cap. 65. (N. do A.)

[21] Este *enjambement* acentua a significação fracionante da palavra *metade,* cindindo violentamente o sintagma *metade de nada.* (N. do A.)

Recorde-se a aversão do poeta pelas coisas literárias "que não contêm uma fundamental idéia metafísica, isto é, por onde não passa, ainda que como um vento, uma noção da gravidade e do mistério da Vida".[22] Num de seus aspectos múltiplos, a dialética dos símbolos que alternam nas três estrofes do poema pode ser visualizada pelo esquema seguinte:

Tese:	O eterno	———	Os céus	———
Antítese:	———	O passado	———	O solo
Síntese:	O eterno	———	———	O solo

Ou em outros termos, aqui embaixo a vida passa eternamente.

VII

A gramática das rimas reflete vivamente a diversidade, assim como a afinidade das três estrofes. Nas rimas do poema "Ulisses" os versos ímpares de uma estrofe nunca usam a mesma classe de palavras que os versos pares. A tabela abaixo ilustra a distribuição das categorias morfológicas nas rimas das três estrofes:

Estrofe	*Versos ímpares*	*Versos pares*
I	Pronome e Adjetivos	Substantivos
II	Verba finita	Formas nominais do verbo
III	Verba finita	Substantivos

Assim os versos ímpares da terceira estrofe correspondem aos da segunda e os versos pares aos da primeira. Ora nos dois casos a afinidade sofre a contraposição de uma divergência: a terceira estrofe opõe o presente ao pretérito da segunda estrofe e o gênero feminino ao masculino da primeira estrofe. A passagem das rimas nominais da primeira estrofe à confrontação das rimas nominais e verbais na estrofe teminal é acompanhada de uma extensão das correspondências gramaticais na rima. A primeira exigia somente uma identidade de gênero apoiada seja na igualdade de número e na mesma desinência univocálica, seja apenas *no fato* de pertencer à mesma parte do discurso (I. 2. *céus* — 4. *Deus).* A segunda estrofe faz rimar as desinências em duas vogais. As rimas da terceira estrofe introduzem a identidade do morfema preposto à desinência (sufixo derivativo: III. 2. *realidade* — 4. *metade,* ou raiz: III. 1. *escorre* — 3. *decorre;* ainda uma vez a terminação do poema, III. 5. *morre,* apresenta uma exceção).

Pode-se observar que os membros de um oxímoro não rimam nunca entre si em "Ulisses" e que a marcha das rimas contrabalança a dos oxímoros: no curso

[22] *Carta a Armando Côrtes-Rodrigues, op. cit.,* p. 27. (N. do A.)

do poema as rimas, como indica a tabela abaixo, tornam-se cada vez mais gramaticais, enquanto que a equivalência gramatical entre os membros dos oxímoros, completa na primeira estrofe, se atenua a seguir e acaba por se transformar numa oposição do nome e do verbo.

Morfemas idênticos nas rimas	*Relações gramaticais entre os membros do oxímoro*
I. Desinências univocálicas	Equivalencia sintática e morfológica
II. Desinências bivocálicas	Partes do discurso idênticas, funções sintáticas diferentes
III. Desinências e morfemas pré-desinenciais em dois pares de palavras correspondentes	Oposição sintática e morfológica no oímoro final

VIII

É difícil encontrar "mais perfeição e elaboração cuidadas"[23] de uma diversidade rítmica ligada a uma unidade métrica rigorosa do que aquela que Pessoa apresenta na breve extensão de quinze linhas em harmonia com o perfil semântico destas.

Nos versos completos a terceira e a sexta sílabas são constantemente átonas; a quarta, separada por duas sílabas da última sílaba acentuada, leva o acento de palavra com exceção de dois versos: I. 3. *É um mito brilhante e mudo,* onde o acento de palavra recai sobre a quinta sílaba, e III. 2. *A entrar na realidade,* onde uma só palavra com seu proclítico contém quatro sílabas pretônicas. Quanto ao começo do verso completo, a primeira sílaba é sempre átona nas estrofes marginais mas leva o acento de palavra nos dois primeiros versos da segunda estrofe. O acento cai na segunda sílaba em todos os quatro versos completos da primeira estrofe e em três versos da terceira estrofe, mas a mesma sílaba permanece átona na segunda esfrofe. Assim os versos II. 3., 4. e III. 3. só contêm duas palavras acentuadas.

Observe-se que todo desvio rítmico encontra uma correspondência parcial em um dos dois versos adjacentes: o acento que em I. 3. cai na quinta *em lugar* da quarta sílaba é antecipado pelo verso I. 2., que vincula o acento de palavra à quinta e ademais à quarta sílaba *(O mesmo sol qu(e) abr(e) os céus);* o verso III. 2., no qual apenas duas sílabas levam o acento de palavra, corresponde sob este aspecto ao verso III. 3.

Os versos completos apresentam três tratamentos diferentes das respectivas

[23] Mesma carta de F. Pessoa, *op. cit.*, pp. 24 e ss. (N. do A.)

duas primeiras sílabas: o acento de palavra afeta A) a segunda sílaba, B) a primeira ou C) nenhuma das duas. A estrofe inicial fica fiel ao tipo A; ao lado deste, o tipo C aparece uma vez na estrofe terminal (III.3.), enquanto que a estrofe central é a única a proscrever o tipo A e a fazer uso do tipo B (II. 1., 2.), alternando-o com o tipo C (II. 3., 4.).

Ainda uma vez verificamos a tendência a um paralelismo binário das variedades rítmicas. Nos dois primeiros versos da estrofe central, o acento inicial põe em relevo a essência mesma do mito heróico, seu sujeito e seu predicado, ambos expressos por termos abstratamente gramaticais: II. 1. *Este* . . . 2. *Foi.* O verso III. 3. partilha, como já o indicamos, o traço característico do verso antecedente, III. 2.: cada verso do par de versos da estrofe central, II. 3., 4.; do ponto de vista da estrutura verbal estes quatro versos se distinguem de todos os outros do poema: são os únicos a começar por um infinito subordinado ao *verbum finitum;* deste modo *(Assim)* a finalidade afirmativa das prótases, III. 2. *A entrar na realidade,* 3. *E a fecundá-la,* contrabalança as prótases circunstanciais e negativas das linhas II. 3., 4. A individualidade rítmica das estrofes é devida sobretudo aos cortes [*coupes*] lugares do verso onde se situam — obrigatoriamente ou de preferência — os limites das palavras acentuadas (inclusive os elementos proclíticos ou enclíticos que as acompanham). O quadro abaixo ilustra a distribuição dos cortes (|) e das sílabas com acento de palavra (—) e sem acento (v) nos versos de "Ulisses" (as sílabas suprimidas pela sinalefa foram naturalmente omitidas no esquema):

I

1. v — v | — v | v — v
2. v — v | — | — | v —
3. v — v | v — | v — v
4. v — v | — v | v —
5. — | v v — v

II

1. — v | v — | v v —
2. — | v v — | v v — v
3. v v v — | v v —
4. v v v — v | v — v
5. v v v —

III

1. v — | v — v | v — v
2. v — | v v v v — v
3. v v v — v | v — v
4. v — | v — v | v — v
5. v — v | — v

A vogal acentuada da rima não é precedida de um corte nem nos versos completos nem nos versos truncados do poema, com exceção da última palavra, III. 5. *morre,* que este corte brusco torna particularmente expressiva e opõe de maneira marcante ao segmento terminal máximo, dotado de quatro sílabas pretônicas — III. 2. *na realidade.*

Os versos completos da estrofe inicial têm sempre um corte após a terceira e a quinta sílaba, e manifestam predileção pelos paroxítonos no interior do verso (seis dentre as oito palavras seguidas de um desses dois cortes). Ao contrário, na estrofe central o corte jamais precede a quarta sílaba mas a segue nos três primeiros versos. Nesta estrofe, quatro dentre os seis interiores caem na última sílaba da palavra, e estes cortes masculinos fazem ressaltar o caráter masculino da rima que une os versos ímpares: II. 1. *aportou* — 3. *bastou* 5. *criou.* O monossilabismo da cláusula prevalece sobre sua estrutura bivocálica.

A estrofe terminal não apresenta corte após a quarta sílaba e nos três versos onde esta sílaba leva o acento o corte segue a quinta sílaba segundo o modelo da estrofe inicial. De outro lado, a ausência de corte após a terceira sílaba opõe as duas estrofes não iniciais à inicial. Ao lado destas características que ligam a terceira estrofe a uma das duas outras, ela apresenta um traço que só nela existe: quando o acento recai na segunda sílaba, esta se faz seguir de um corte. Em conseqüência, na última estrofe, as três palavras que acentuam a segunda sílaba do verso são todas oxítonas, enquanto que os três acentos de palavra que incidem sobre a quarta sílaba do verso pertencem a paroxítonos. O contraste entre os paroxítonos da primeira estrofe e os oxítonos da segunda se transforma numa alternância regular desses dois tipos prosódicos no interior da terceira estrofe, que sintetiza os traços divergentes das estrofes anteriores.

A primeira estrofe consagrada à exaltação do Mito excele pela nitidez de seu desenho métrico. Este arranjo, que tanto a distingue, é que deve ter inspirado a harmonização vocálica de toda a estrofe. As duas últimas vogais dos paroxítonos iniciais formam uma rede de correspondências constantes com as duas vogais das rimas. O fonema /u/ é aqui a única vogal postônica no fim e no início do verso. As vogais sob o primeiro e o último acento de palavra nos três versos ímpares da estrofe inicial realizam os fonemas /i/ e /u/, ambos difusos mas ao mesmo tempo opostos um ao outro por sua tonalidade. Estas cinco palavras se recortam contra o fundo dos versos pares da estrofe que não toleram nenhuma vogal difusa em suas sílabas acentuadas: 1. *mito — tudo,* 3. *mito — mudo,* 5. *vivo — desnudo.* Elas põem em relevo o primeiro substantivo e o motivo condutor do poema, MITO, o único termo lexical repetido no interior de uma estrofe e marcado além disto por um jogo de inversões: 1. *O mito é . . . que é . . .* 2. *O . . . que* 3. *É um mito.* A tripla alternância fônica extrai as palavras mais eficazes para a exaltação do mito que é aclamado como todo-poderoso (*tudo*), inefável (*mudo*), vital (*vivo*) e despido de todo disfarce (*desnudo*).

IX

O estudo de "Ulisses" nos permite observar, sem mesmo ser necessária a consideração de outros exemplos, o que representa na obra e na doutrina estética de Fernando Pessoa o que para ele era um verdadeiro "poeta da estruturação"; um tal poeta lhe parece ser necessariamente mais *limitado* que os poetas da *variedade* naquilo que ele exprime, assim como menos profundo na expressão: por isto mesmo, é mais complexo, porque exprime, segundo as próprias palavras do autor "construindo, arquiteturando, estruturando" (ver acima).

Nada, a palavra reiterada que baliza as três estrofes de "Ulisses", nos deixa entrever a firmeza monolítica do princípio arquitetural que governa a expressão poética de Pessoa. *Nada,* totalidade negativa, se acha oposto a *tudo,* totalidade positiva, e estes dois quantificadores totalizantes se opõem, por seu turno, a um quantificador parcelante, *metade,* e o contraste dos dois gêneros, masculino de *nada* e *tudo* em face do feminino *metade,* vem reforçar esta oposição.[24] Em dois poemas de Pessoa, escritos ambos em 1933, pouco antes da composição de *Mensagem,* vamos encontrar de novo as mesmas três personagens do drama, mas seus papéis e relações recíprocas parecem variar. Na sextilha atribuída a Ricardo Reis e datada de 14-2-1933 (período em que Pessoa sofreu uma grave crise de neurastenia), é o inteiro, o todo, que põe o nada fora de jogo, e cada parcela incorpora o todo e nele se funde:

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.[25]

De outro lado, na estrofe inicial de um poema que leva a data de 13-9-1933 e incluído no *Cancioneiro,* a redução do todo (*tudo*) a sua *metade* culmina na imagem global de uma metamorfose do *infinito* em um *nada.*

Tudo que faço ou medito
Fica sempre na metade.
Querendo, quero o infinito.
Fazendo, nada é verdade.[26]

No fundo, estes três dramas de Tudo, do Nada e da Metade são variações sobre o mesmo tema. *Quero o infinito,* o todo é a meta de *tudo que faço ou medito;* os cinco imperativos encantatórios da sextilha citada pretendem abolir o *nada*

[24] Pela sua significação o pronome indefinido *tudo,* como *algo e nada*, os demonstrativos *isto, isso e aquilo,* é neutro; mas o gênero neutro, que só aí se encontra em português e sem marca especial, se comporta na concordância como masculino, e pode morfologicamente se incluir neste último gênero, em contraste com o feminino: *Ela é meu tudo, quero algo bom, o nada implacável, isto é mau.* (Esta nota foi redigida por J. Mattoso Câmara Jr., a pedido do tradutor. A respeito, observou Roman Jakobson em carta ao tradutor que, de um ponto de vista sincrônico, *tudo,* no português contemporâneo, parecia-lhe masculino). (N. do T.)

[25] *Obra Poética,* p. 289. (N. do A.)

[26] *Obra Poética,* p. 172. (N. do A.)

e integrar o *mínimo* no todo; enfim, é o "assim seja", a verdade intencional do mito que no início de "Ulisses" transforma o *nada* em um *tudo,* enquanto que os fatos que existem *in actu* parcelam, desintegram, aniquilam o todo: *Fazendo, nada é verdade.*[27]

[27] Resta-nos o agradável dever de exprimir nosso reconhecimento aos que nos assistiram neste trabalho, a Haroldo de Campos, Aila Gomes e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (N. do A.)

ROMAN JAKOBSON

CARTA A HAROLDO DE CAMPOS SOBRE A TEXTURA POÉTICA DE MARTIN CODAX*

Tradução de Francisco Achcar

* Traduzido do original inglês "Letter to Haroldo de Campos on Martin Codax's poetic texture" (1968-1969).

Foi Luciana Stegagno Picchio quem, com seu indefectível gosto literário, chamou a minha atenção para as fascinantes Cantigas do trovador galego-português. A monografia fundamental de Celso Ferreira da Cunha, *O Cancioneiro de Martin Codax* (Rio de Janeiro, 1956) e uma instrutiva conversa com Francis Rogers ajudaram-me a penetrar essas magníficas criações de uma época excepcional na história da arte verbal européia.

Admirador que sou da suprema acuidade para os mais íntimos elos entre som e sentido, uma acuidade que fundamenta e sustém os seus ousados experimentos poéticos e estimulantes descobertas e que inspira as suas extraordinárias transposições dos poemas aparentemente intraduzíveis das mais diversas línguas, gostaria de compartilhar com você minhas rápidas observações sobre um raro espécime das jóias verbais do século XIII, a quinta das sete Cantigas d'amigo de Martin Codax.

Quantas sabedes amar amigo
treydes comig' a lo mar de Vigo
e banhar nos emos nas ondas.
Quantas sabedes amar amado
treydes comig' a lo mar levado
e banhar nos emos nas ondas.
Treydes comig' a lo mar de Vigo
e veeremo' lo meu amigo
e banhar nos emos nas ondas.
Treydes comig' a lo mar levado
e veeremo' lo meu amado
e banhar nos emos nas ondas. [1]

Cada uma das quatro estrofes contém 1) um dístico composto de dois decassílabos rimados e 2) um refrão não rimado de nove sílabas (ou, na nomenclatura

[1] Para propiciar a compreensão do poema por parte do leitor estrangeiro, acrescentou-se ao texto inglês deste trabalho a tradução francesa de François Dehoucke, que, segundo refere Jakobson, "segue de perto o texto original":

Vous toutes qui savez aimer un ami, / venez avec moi à la mer de Vigo / et nous nous baignerons dans les flots. / Vous toutes qui savez aimer un aimé, / venez avec moi à la mer agitée / et nous nous baignerons dans flots. / Venez avec moi à la mer de Vigo, / et nous verrons mon ami, / et nous nous baignerons dans les flots. / Venez avec moi à la mer agitée, / et nous verrons mon aimé, / et nous nous baignerons dans les flots.

Chansons d'ami traduites du portugais (Bruxelas, 1945), p. 79. (N. do T.)

portuguesa corrente, que não conta a sílaba final átona, 1) eneassílabos graves e 2) octossílabo grave). O refrão e um verso de cada dístico apresentam imagens marinhas, enquanto que o outro verso dos dísticos trata de um motivo amoroso. A cesura divide os versos amorosos em dois cólons iguais (5 + 5), e.g. *Quantas sabedes / amar amigo,* ao passo que os cólons dos versos marinhos são assimétricos: (4 + 6) nos dísticos — *Treydes comig' / a lo mar de Vigo* — e (6 + 3) no refrão — *e banhar nos emos / nas ondas.*

A montagem dos componentes repetitivos móveis introduz um critério diferente para a divisão dos versos rimados: cada um consiste em dois segmentos — o primeiro de sete sílabas, chamado "tema" [*stem*], e o segundo de três sílabas, denominado "coda".

Cada verso rimado contém quatro tempos fortes [*downbeats*], que caem na primeira, quarta, sétima e nona sílabas: *Quantas sabedes amar amado.* Assim, a penúltima sílaba da coda e a sílaba final do tema são sempre acentuadas. Os três tempos fortes do tema são separados um do outro por seqüências dissilábicas de tempos fracos [*upbeats*]. A invariante estrutural dos cólons, nos versos dos dísticos, é constituída por seu par de tempos fortes, enquanto que a divisão desses mesmos versos em temas e codas é assinalada pela diferença entre as duas seqüências dissilábicas internas de tempos fracos do tema e os dois tempos fracos monossilábicos externos da coda.

Quanto ao refrão, o padrão [*pattern*] acentual de seu primeiro cólon, hexassilábico, reproduz o último cólon, igualmente hexassilábico, do verso marinho antecedente: *a lo mar de Vigo / e banhar nos emos.* Todo o refrão é construído sobre uma alternância regular de quatro tempos fracos — dois dissilábicos e dois monossilábicos —, separados um do outro por três tempos fortes.

A composição das codas divide as estrofes da Cantiga em duas *ÍMPARES* e duas *PARES.* Em cada um desses dois grupos de duas estrofes as codas são idênticas,, ao passo que as estrofes pares e ímpares apresentam dois diferentes pares de palavras na rima. Em cada um destes dois pares uma palavra é amorosa e a outra pertence ao motivo marinho. Assim, *amigo* rima com *de Vigo* nas estrofes ímpares, e *amado* com *levado* nas pares. Na seqüência fonêmica terminal VCVCV das codas só o segundo par de V(ogal) e C(onsoante) diferencia essas duas rimas, enquanto que o resto da seqüência permanece invariável: *am. . o* — *ev. . o.*

As duas estrofes *ANTERIORES* (I. e II.) da Cantiga diferem das duas estrofes *POSTERIORES* (III. e IV.) tanto pela composição de seus temas como pela ordem de temas e codas. O tema que em cada dístico porta a imagem marinha é invariável através das quatro estrofes (*treydes comig' a lo mar),* ao passo que o outro, de motivo amoroso, permanece inalterável em cada par de dísticos mas distingue as estrofes anteriores (I., II. *Quantas sabedes amar)* das posteriores (III., IV. *e veeremo' lo meu).* Nas estrofes anteriores o tema variável precede o tema marinho invariante, enquanto que nas estrofes posteriores a ordem dos dois temmas e, correspondentemente, a ordem das duas codas que rimam encontram-se invertidas. Assim, o tema invariante é seguido nas estrofes posteriores pelas mes-

mas codas que nas anteriores. Em contraposição à prótase amorosa subordinada *(Quantas)* e à apódose marinha dos dísticos anteriores, nos dísticos posteriores a prótase marinha é seguida por uma apódose amorosa coordenada *(e)*, ou, em relação ao refrão constante, o motivo amoroso aparece envolvido pelas metáforas marinhas,[2] de forma que ambas as idéias se fundem.

Os finais dos temas rimam nos dísticos anteriores (amar — a *lo* mar) e compartilham uma seqüência comum de três fonemas nos dísticos posteriores *(a* lo m*ar* — lo m*eu)*. Assim, versos de motivos dissimilares (marinho *vs.* amoroso) ligam-se fonicamente não só por suas codas mas também por seus temas. Por outro lado, as unidades vocabulares iniciais dos dois cólons hexassilábicos invariantes, de motivo marinho, nas quatro estrofes rimam entre si: *a lo mar — e banhar.*

Além disso, nas estrofes ímpares (a segunda palavra acentuada a partir do fim), *comig' comigo,* forma uma rima potencialmente plena com a coda do verso adjacente *amigo,* ao passo que nas estrofes pares o verbo posicionalmente correspondente do tema invariável forma uma rima gramatical com o verbo do verso seguinte: II. *sabedes — treydes* e IV. *veer*emo' —emos. Assim, em meio a todas as variações do tema e da coda, a textura sonora liga intimamente o verso amoroso aos versos vizinhos de imagem marinha.

O refrão, com seus traços nasais reiterados cinco vezes e com suas quatro palavras terminadas por /s/, exibe uma confrontação trocadilhística [*punlike*] de n*o*s e n*a*s. O final *ondas* do refrão responde às palavras iniciais das quatro estrofes — I., II. *Qua*ntas e II., IV. *Trey*des. A estrutura íntima de todos os versos dos quatro dísticos, com suas dezoito labionasais, apresenta uma repetição de /m/ e da vogal precedente ou de ambas as vogais circundantes: nos quatro temas invariantes — *comig' a lo* m*ar,* e no outro verso dos quatro dísticos as estrofes anteriores exibem uma figura etimológica — I. am*ar* am*igo,* II. am*ar* am*ado* — e as estrofes III., IV. invertem a ordem das vogais adjacentes — *veer*emo' *lo* me*u*. Assim, a nasal grave une a família de palavras *amar* (I., II.), *amigo* (I., III.), *amado (II., IV.)* com a palavra *mar* (I. — IV.) — metonímica, mas principalmente metafórica —, e com categorias gramaticais semanticamente subjetivas como a primeira pessoa do plural das formas do futuro em *emos* (I., II., III. bis, IV. bis) e especialmente a primeira pessoa do singular dos pronomes *comig'* (I. — IV.) e *meu* (III., IV.). Quase desprovidos de outras nasais, os dísticos diferem visivelmente do refrão ambiental com suas nasais predominantemente agudas [*high-pitched*], os quatro /n/ e /ṇ/.

Se se aceitar a leitura do tema marinho proposta por J. J. Nunes em sua *Crestomatia arcaica* (Lisboa, 1906), pág. 343 — *treydes vos mig',* com uma construção verbal reflexiva paralela à forma gramatical do refrão (cf. Celso Cunha, pág. 69) — a textura sonora desse verso ganha um novo elo entre o tema e a coda: *trey*des vos — de *Vigo / le*vado. O verso parece exceder em reduplicações de fone-

[2] Sobre a referência, nas "metáforas marinhas", aos *banhos de amor* medievais, que remontam à tradição pagã dos banhos públicos de Roma, v. Celso Cunha, *op. cit.*, Glossário, s.v. *banhar.* (N. do T.)

mas consonantais. Há seis grupos de dois fonemas nas variantes ímpares e seis nas variantes pares: *Treydes vos mig' a lo mar de Vigo* (2 /r/, 2 /d/, 2 /s/, 2 /v/, 2 /m/, e 2 /g/); *treydes vos mig' a lo mar levado* (2 /r/, 2 /d/, 2 /s/, 2 /v/, 2 /m/ e 2 /l/). Em resumo, tanto nas variantes pares como nas ímpares desse verso doze dentre treze fonemas consonantais adjacentes a uma vogal tomam parte em pares reduplicativos.

Em contraposição ao último tempo forte do refrão — *ondas* —, os tempos fortes dos dísticos não caem nunca em vogais arredondadas, bemolizadas, [3] e estão ligados a apenas três silábicos: 12 /à/, 12 /é/ e 8 /í/, com uma notável distribuição simétrica dos contrastes vocálicos entre os quatro dísticos do poema e entre os quatro tempos fortes dos seus oito decassílabos:

Dísticos:	Internos	Externos	Anteriores	Posteriores	Pares	Ímpares
a	6	6	8	4	8	4
e	6	6	4	8	6	4
i	4	4	4	4	2	6
Tempos fortes						
a	6	6	2	10	4	8
e	6	6	10	2	4	8
i	4	4	4	4	8	—

O par de dísticos externos (I., IV.) apresenta a mesma distribuição das três vogais acentuadas que o par de dísticos internos (II., III.), i. e., exatamente metade do número total atribuído a cada uma dessas vogais nos quatro dísticos da Cantiga. Seis /á/ e seis /é/ ocorrem em cada um dos dois pares. Observamos um equilíbrio vocálico surpreendentemente similar entre os dois tempos fortes externos e os dois internos dos oito versos dos dísticos, ou em outras palavras, entre os inícios e os fins dos seus dois cólons.

As duas outras oposições entre os dísticos, sua divisão em dois dísticos anteriores (I., II.) e depois posteriores (III., IV.) e em dois dísticos ímpares (I., III.) e dois pares (II., IV.), enriquecem os dois pares correlativos com uma diferença opositiva [*contrary difference*] na freqüência do /á/ e do /é/ ou /í/. Os dísticos anteriores contêm quatro /á/ a mais e quatro /é/ a menos que os dísticos posteriores, enquanto que o número de /í/ é idêntico nos dois pares de dísticos. Paralelamente, os dísticos pares contêm quatro /á/ a mais e quatro /í/ a menos que os dísticos ímpares, ao passo que o número de /é/ permanece o mesmo nos dois pares de dísticos.

Uma oposição análoga entre a freqüência do /á/ e a de uma das vogais palatais, agudas, determina a relação entre os tempos fortes anteriores e posteriores e entre os pares e ímparess, mas, nestes casos, a diferença na freqüência atinge oito

[3] Traduzo *flat* por *bemolizado*. Mattoso Câmara prefere o termo *rebaixado;* v. R. Jakobson, *Fonema e Fonologia*, seleção, tradução e notas de J. Mattoso Câmara Jr. (Rio de Janeiro, 1967), p. 126, nota 3. (N. do T.)

e a orientação da prevalência numérica é invertida em comparação com a distribuição das mesmas vogais entre os dísticos anteriores e posteriores e os pares e ímpares. Os tempos fortes anteriores contêm oito /á/ a menos e oito /é/ a mais do que os tempos fortes posteriores, enquanto que o número de /í/ permanece idêntico, tal como já observamos no caso dos dísticos anteriores e posteriores. Entre os tempos fortes pares e ímpares a relação de freqüência é a mesma, quatro para oito, para /á/ e /é/, de forma que os tempos fortes pares exibem oito /á/ e /é/ a menos e oito /í/ a mais do que os tempos fortes ímpares. A ausência total de /í/ nos tempos fortes ímpares torna esse contraste particularmente eficaz enquanto que a alternância das rimas finais torna evidente a prevalência dos dois fonemas duplamente opositivos /á/ nos dísticos pares e /í/ nos ímpares.

Função significativa assumem a seleção rigorosa e a distribuição simétrica das classes gramaticais. Nenhum sujeito nominal ocorre na Cantiga. Usam-se nomes no fim dos quatro versos amorosos como objetos diretos regidos por verbos transitivos, ao passo que nos oito versos marinhos os nomes comuns funcionam como adjuntos adverbiais de lugar introduzidos por uma preposição: no refrão eles fecham o verso *(nas ondas),* mas nos dísticos eles são seguidos de um adjunto adnominal final — o nome próprio *(de Vigo)* ou o adjetivo *(levado).* Cada verso contém um verbo finito, sempre no plural. Nos dísticos, o masculino singular de todos os nomes contrasta distintamente com o plural dos verbos finitos e com o feminino das interlocutoras referido por essas formas verbais e expresso pelo pronome relativo *Quantas.* Contrariamente aos versos rimados, o refrão estende o número fixado e o gênero visado pelo verbo através de todo o verso com sua forma feminina plural *ondas.*

Somente duas formas verbais finitas ocorrem no poema: a segunda pessoa do plural do presente do indicativo (*sabedes* e, talvez, com uma conotação imperativa, *treydes)* e a primeira pessoa do plural do futuro do indicativo *(veeremo'* e *banhar nos emos).* Cada uma dessas duas variedades temporais e pessoais aparece seis vezes no poema, mas a primeira ocorre quatro vezes nas estrofes anteriores e somente duas nas posteriores, enquanto que a segunda exibe a ordem inversa: duas vezes nas estrofes anteriores e quatro vezes nas posteriores. A distribuuição dos pronomes referentes à primeira pessoa do singular (duas vezes nas estrofes anteriores e quatro vezes nas posteriores) ostenta a mesma tendência para uma gradual inclusão e promoção do ego do remetente feminino: *e veeremo' lo meu amigo / amado.* Este verso amoroso das duas estrofes posteriores, com seus tempos fortes agudos, de tonalidade alta [*high-pitched*], e com suas vogais e consoantes manifestamente preponderantes em face de um único obstrutor — /g/ ou /d/ — no fim forma uma extasiante réplica à abundância de sete obstrutores no cólon *Quantas sabedes,* o *incipit* da Cantiga.

LOUIS TROLLE HJELMSLEV

A ESTRATIFICAÇÃO DA LINGUAGEM*

Tradução de **José Teixeira Coelho Netto**

* Traduzido do original francês "La stratification du langage" (1954) publicado em *Essais Linguistiques*, Copenhague, 1959, Nordisk Sprog og Kulturforlag, pp. 36-68.

Não se poderia prestar contas, ainda que de modo rudimentar, da lingüística atual — nem mesmo, de modo mais geral, da ciência do homem, de que ela faz parte — sem atribuir um amplo espaço à distinção entre *forma* e *substância* e entre *conteúdo (significado)* e *expressão (significante).* Com efeito, esta dupla distinção, introduzida por F. de Saussure e desenvolvida em certos ramos da lingüística moderna, constitui o núcleo central ao redor do qual gravitam necessariamente, a distâncias diversas, todas as discussões de método e de princípio. A introdução desta dupla distinção foi uma descoberta, se não (tal como, aliás, acreditamos) de um método necessário, pelo menos de um método possível. Ora, uma vez descoberta esta dupla distinção possível, não se pode mais fugir dela, e seja qual for a atitude que ele adota com relação a esse problema ou com os múltiplos problemas que daí derivam, o lingüista vê-se obrigado a tomar consciência do problema fundamental levantado por esta dupla distinção. Todo método lingüístico, explícito ou não, pode e deve definir-se em relação às duas distinções fundamentais.

De nosso lado, acreditamos estar fazendo algo útil ao extrair experimentalmente as conseqüências extremas da dupla distinção saussureana, visando fazer com que a lingüística distinga claramente as vantagens e as dificuldades que tal axiomática comporta. Dado que uma das definições possíveis (e mesmo, a nosso ver, a definição mais fundamental) de uma *língua,* na acepção saussureana desse termo, é a que consiste em defini-la como uma forma específica organizada entre duas substâncias, a do conteúdo e a da expressão (portanto, como uma forma específica de conteúdo e de expressão), a tarefa que consiste em extrair todas as conseqüências da dupla distinção mencionada pode ser reduzida a uma fórmula ainda mais simples: trata-se simplesmente, de fato, de deduzir todas as conclusões que se podem tirar da frase final do *Curso de Lingüística Geral:* "a lingüística tem por objeto único e verdadeiro a língua considerada nela mesma e por ela mesma". (Naturalmente, *objeto* deve aqui ser entendido no sentido que lhe atribui Pascal. [1]) É neste sentido que se pode qualificar o método aqui preconizado como sendo o da lingüística *imanente.*

[1] Cf. A. Lalande, *Vocabulaire de la Philosophie,* 4.ª ed., p. 531, col. 2, alínea B ("aquilo que nos propomos atingir ou realizar através da ação").

Permitam-nos lembrar, a respeito, uma fórmula que apresentamos desde o começo de nossa atividade neste campo:[2]

"De modo geral, todos os autores que abordaram a gramática... colocam o problema gramatical sob outros tantos pontos de vista diferentes. Por isso mesmo, contribuíram amplamente para o esclarecimento do problema metodológico... Esperamos, entretanto, (poder) completar de modo útil a série dos pontos de vista possíveis... acrescentando-lhe um novo ponto de vista, até aqui negligenciado, e que, no entanto, parece-nos ser o ponto de vista principal: aquele que consiste em colocar-se, de modo empírico, no campo da própria linguagem, delimitando do modo mais nítido possível os fatos lingüísticos, de um lado, e os fatos não linguísticos, do outro".

Com efeito, apenas esta atitude é que permitirá isolar, no emaranhado de funções no qual ela está ancorada, a língua como o objeto que se tem em vista e do qual se parte para proceder a todas as deduções.

Ora, os esforços no sentido de enterrar profundamente nossos alicerces sobre esta nova base demonstraram constituir um trabalho de grande fôlego. Foi apenas gradualmente, e tateando, que chegamos, se ousamos dizê-lo, a avaliar todo o alcance da descoberta, a descobrir todas as conseqüências que dela decorrem, e a levar à perfeição o instrumento fornecido pelas novas noções. Foi assim que chegamos a estabelecer a doutrina conhecida sob o nome de *glossemática* que, de fato e praticamente, pode ser caracterizada através de quatro traços particulares: 1.º o que consiste em recomendar, como o único adequado, o procedimento analítico (também chamado dedutivo, um termo que demonstrou prestar-se a equívocos), e em considerar a síntese (ou descrição das unidades pelas partes que as compõem ou, melhor dizendo, por suas funções interiores gerativas) como pressupondo a análise; 2.º o que consiste em insistir sobre a forma, até então negligenciada em favor da substância; 3.º o que consiste em querer compreender na forma lingüística a forma do conteúdo, e não apenas a forma da expressão; e, como conseqüência destes princípios, 4.º o que consiste em considerar a linguagem, no sentido comumente adotado pelo lingüistas, como um caso particular de um sistema semiótico, isto é, como um sistema que comporta planos diferentes e, no interior de cada plano, uma diferença entre forma e substância (exceção feita da ausência de substância tal como é constatada no caso de um sistema construído, por exemplo, na lingüística genética ou num cálculo tipológico, a menos que se lhe acrescente uma manifestação específica), e em situar a lingüística no quadro de uma semiótica (ou semiologia) geral. As definições exatas que propomos para *sistema semiótico* e para *língua (linguagem)* já foram dadas em outro lugar.[3]

Esta doutrina constitui, aliás, apenas uma hipótese de trabalho que, esperamos, ajudará a encontrar a axiomática que melhor se lhe adapte.

Esta doutrina e a dupla distinção fundamental acima mencionada, sobre a qual ela se assenta, estão, hoje, sujeitas a discussão. Ao aceitar o convite para

[2] Do autor, *Principes de Grammaire Générale,* 1928, p. 5 — Foi em 1931 que, dando nossa contribuição para a primeira sessão de trabalho do Círculo Lingüístico de Copenhague, apresentamos a fórmula explícita do "método imanente em lingüística" (cf. *Bulletin du Cercle Ling. de Copenhague,* II, p. 14).

[3] Do autor, *Prolegomena to a Theory of Language,* 1953, p. 85 e ss., definições n.os 53 e 88. Versão francesa dessas definições (acompanhada por uma apreciação crítica) por A. Martinet no *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris,* XLII, I, p. 33.

colaborar neste volume com uma contribuição sobre a teoria e o método da glossemática, consideramos que não poderíamos fazer melhor do que apresentar, sobre a dupla distinção que foi indicada, algumas reflexões que acreditamos adequadas para um esclarecimento maior da questão, para fixar de modo útil as idéias e para precisar melhor certos pontos tais como nos permitem fazer nossos últimos resultados. A fim de evitar as repetições e as banalidades, partiremos da suposição de que são conhecidos os contornos essenciais da teoria tais como foram expostos em outro lugar. [4] Portanto, que não se espere encontrar nas linhas que se seguem uma introdução à glossemática; trata-se, pelo contrário, de uma contribuição que visa tornar compreensível um problema mais restrito, mais essencial, talvez o mais essencial nesta ordem de idéias.

Ainda que isto venha a ser, manifestamente, vestir algo já conhecido com roupa nova, permitimo-nos, não sem escrúpulos, reaproveitar, para esta exposição, o título de um trabalho publicado em 1869 por Max Muller, *A Estratificação da Linguagem.* É verdade que "a estratificação" que temos em mente não se identifica de modo algum com aquela que o venerável oxoniano pretendeu esclarecer. No entanto, acreditamos que, apesar desta fortuita coincidência, esse título se verá justificado. *Estratificação* apresenta-se como o termo mais natural para expressar nossas idéias; confessamos apenas que, sob pena de correr o risco de sermos acusados de inexatidão em matéria de terminologia, deveríamos ter colocado: *A Estratificação do Sistema Semiótico.* [5]

Com efeito, uma das teses que vamos sustentar (e que se encontra nas últimas páginas deste artigo implica, sob certos aspectos, uma relação análoga entre a substância do conteúdo, a forma do conteúdo, a forma da expressão e a substância da expressão, de tal modo que se se passar na ordem indicada (para a frente ou para trás) de um desses quatro compartimentos para o outro, é possível fazer, em relação a cada um desses passos, as mesmas observações. Parece possível enunciar leis que dirigem as relações entre essas quatro grandezas, tomando-as duas a duas, leis que se verificarão indiferentemente válidas para qualquer um desses pares, seja qual for. Por conseguinte, existe o interesse de se dispor de um nome comum para designá-los. Aliás, é digno de atenção o fato de que, na terminologia consagrada desde o *Cours* de Saussure, disponha-se da palavra *planos* para designar o conteúdo (o significado) e a expressão (o significante), mas não de um termo comum que sirva para designar as quatro grandezas que estamos considerando. Propomos denominá-las *strata.*

Consideraremos útil para nossos objetivos colocar esses quatro *strata* num mesmo pé, e observá-los a partir de um ângulo que os torna coordenados, o que permitirá manejá-los livremente e sem idéias preconcebidas, classificá-los de dife-

[4] Do autor, *Prolegomena* (v. n. 3). Uma tradução francesa desta obra (publicada inicialmente em dinamarquês, em 1943), sob o título de *Prolégomènes à une Théorie du Language,* está sendo publicada pelos *Travaux du Cercle Ling. de Copenhague.* O índice de termos e definições que se encontra no final deste trabalho nos dispensa da maioria das remissões mais detalhadas.

[5] Com a condição de com isso abranger a progressão (em inglês: *process)* (o texto) que determina o sistema (a língua) (cf. *Prolegomena,* p. 24).

rentes maneiras, e comparar como se quiser (e de todos os pontos de vista) as classes de strata assim obtidas.

Desse modo, constataremos, entre as classes de strata, diferenças e analogias. Trataremos, inicialmente, e longamente, das diferenças, terminando por insistir sobre as analogias.

Antes de entrar nessas demonstrações, temos de realizar, no entanto, uma tarefa prática, que se demonstrará útil e mesmo indispensável: a de introduzir designações unívocas para cada um dos strata. O mais simples e o mais fácil consiste em utilizar um jogo de símbolos analíticos.

De modo geral, no sistema de símbolos que será utilizado na glossemática, as grandezas do conteúdo (também denominadas grandezas pleremáticas) são simbolizadas por caracteres gregos, e as grandezas da expressão (também denominadas grandezas cenemáticas) por caracteres latinos (itálicos ou romanos); a fim de simbolizar uma grandeza que pertence a qualquer um dos dois planos, servimo-nos de uma letra latina precedida por um asterisco sob a linha. Por exemplo, $_{*}g$ é o símbolo de um glossema (invariavelmente irredutível), enquanto que γ simboliza especialmente um glossema do conteúdo (ou plerematema), e g um glossema da expressão (ou cenematema). Do mesmo modo, $_{*}G$ significa taxema, Γ taxema do conteúdo, G taxema da expressão.

Para designar a manifestação (a relação específica entre a forma e a substância) servimo-nos dos signos V e $\wedge$. Estes símbolos foram escolhidos para evocar a palavra *valor:* pode-se dizer, com efeito (por analogia com o valor de troca das ciências econômicas), que uma dada grandeza que depende da forma constitui o valor que no sistema semiótico considerado é atribuído à grandeza de substância que lhe corresponde e pela qual ela se manifesta. Por exemplo, pode-se dizer que a grandeza fônica [p] tem o valor *p* (onde *p* representa um taxema de expressão de um dado estado de língua) ou, tomando um exemplo em que a diferença entre forma e substância se revela mais nitidamente na notação, pode-se dizer que, em francês, a grandeza fônica [~] (nasalidade) tem, em certos casos demonstráveis, o valor de uma variante (definida) do taxema *n* (tal como na palavra que se escreve *bon).* [6] Nestes casos, escreve-se:

$$p \text{ V } [\text{p}]$$
$$\text{var.}(n) \text{ V } [\sim]$$

ou, se for o caso de inverter os termos,

$$[\text{p}]\ [\text{p}] \wedge p$$
$$[\sim]\ \wedge \text{var.}(n)$$

Portanto, V significa 'manifestado (por)' ou 'forma (em relação a)', e $\wedge$ significa 'manifestante' ou 'substância (em relação a)'.

[6] K. Togeby, *Structure Immanente de la Langue Française (Travaux du Cercle Ling. de Copenhague,* VI, 1951), p. 28-77.

Se além do mais, por uma disposição arbitrária, o signo ° é escolhido para designar um stratum ou classe de strata, obtêm-se os seguintes símbolos que serão utilizados a seguir:

$_*g^o$	=	a forma semiótica (forma do conteúdo ou forma da expressão, forma sem relação com o plano ou nos dois planos indiferentemente, e compreendida em seu conjunto)
γ^o	=	a forma do conteúdo (em seu conjunto)
g^o	=	a forma da expressão (em seu conjunto)
$\wedge_*g^o$	=	a substância semiótica (substância do conteúdo ou substância da expressão, substância sem relação com o plano ou nos dois planos indiferentemente, e compreendida em seu conjunto)
$\wedge\gamma^o$	=	a substância do conteúdo (em seu conjunto)
$\wedge g^o$	=	a substância da expressão (em seu conjunto)

A fim de atender a objetivos particulares, é natural introduzir, para as substâncias da expressão, símbolos como os que seguem (que podem ser multiplicados conforme as necessidades):

$\wedge g_f$	=	grandeza fônica que manifesta um glossema da expressão (ou cenematema)
$\wedge G_f$	=	fonematema (grandeza fônica que manifesta um taxema da expressão)
$\wedge g^o_f$	=	substância fônica (fonemática)
$\wedge g_g$	=	grandeza gráfica que manifesta um glossema da expressão (cenematema)
$\wedge G_g$	=	grafematema (grandeza gráfica que manifesta um taxema da expressão)
$\wedge g^o_g$	=	substância gráfica (grafemática)

Se se designar a facultatividade através de parênteses, pode-se indicar por (V) a ausência possível de manifestação devida ao fato de ser a forma selecionada pela substância. Obtém-se então:

γ^o(V)	=	plano do conteúdo
g^o(V)	=	plano da expressão
$*g^o$(V)	=	plano

Se for o caso, é possível ampliar facilmente esses símbolos de diversos modos.

Assim, paradigmática (ou sistema semiótico) e sintagmática (ou progressão simiótica distinguem-se naturalmente pelos signos de correlação ($\vdots$) e de relação (R) respectivamente. Utilizando um sistema preciso de símbolos, esta distinção é, evidentemente, rigorosa.

Além do mais, pode-se designar por um L uma "semiótica lingüística" (isto

é, uma "língua" no sentido tradicional dos lingüistas, e que abrange o texto, ou sintagmática lingüística).

Deste modo, pode-se escrever, se for o caso:

$\gamma^o g$ (V):	=	uma paradigmática
$\gamma^o g^o$(V)R	=	uma sintagmática
$\gamma^o g^o$(V)	=	uma semiótica *(i.e.,* o conjunto de uma paradigmática e de uma sintagmática)
L$\gamma^o g^o$(V):	=	língua (no sentido de um *sistema* lingüístico)
L$\gamma^o g^o$(V)R	=	texto
L$\gamma^o g^o$(V)	=	uma semiótica lingüística

Parece difícil, e mesmo indesejável, traduzir esses símbolos e suas combinações numa terminologia, ou suplantá-los por termos mais ou menos artificiais. Pelo contrário, os símbolos e suas combinações são úteis mesmo nos casos em que já se dispõe de um termo consagrado, visto que aos termos consagrados não falta ambigüidade. Por exemplo, a introdução dos símbolos faz com que se veja de imediato que, apesar das nuanças sutis que se tornaram possíveis através da delicada distinção que o francês estabelece entre *língua* e *linguagem,* esses termos não admitem, de modo algum, a univocidade absoluta que será indispensável para o objetivo que nos propomos aqui. A análise que iremos realizar fará com que se veja, também, entre outras coisas, a vantagem que se tem em simbolizar de um modo breve e simples a forma e a substância *semióticas,* e as vantagens de com isso evitar as ambigüidades dos termos gerais *forma* e *substância.*

Para comodidade de nossa exposição, e a fim de evitar complicações inúteis, dar-se-á como suposto, em princípio, que o objeto de investigação seja uma única semiótica (e não, por exemplo, uma família ou uma sucessão genética de línguas, nem uma classe tipológica que encerra duas ou mais línguas, nem um aglomerado de línguas diferentes representadas, como freqüentemente é o caso, num único e mesmo texto escolhido como objeto de análise). Além do mais, supõe-se igualmente, salvo indicação em contrário, que a semiótica considerada não é nem uma semiótica conotativa nem uma meta-semiótica. De fato, e praticamente, o leitor poderá representar-se um estado de língua ordinária ou, se for preciso, uma semiótica não lingüística que, do ponto de vista escolhido e em princípio, mais se assemelhe a um estado de língua ordinária.

Aliás, as observações que vamos fazer aplicam-se a qualquer semiótica ou classe de semióticas, incluindo-se as semióticas conotativas, as meta-semióticas, as classes tipológicas, famílias genéticas, etc., etc. A fim de salvaguardar um método empírico, o analista deve prever todas as possibilidades e manter uma atitude agnóstica em relação à classe que, em cada estádio, constitui o objeto da análise. Se o objeto da análise é uma hierarquia, isto é, uma classe de classes, ele pode revelar-se como uma hierarquia de hierarquias, sem conformidade entre elas: portanto, a partir do momento em que, num certo estádio da análise desse objeto complexo, denuncia-se uma falta de conformidade, o analista deve reconhecer a existência de duas hierarquias diferentes, e proceder, por conseguinte, tendo em

vista esgotar a análise completa, a duas análises separadas. Deste modo, se o objeto da análise é uma semiótica (isto é, se no curso da análise vê-se que ele satisfaz à definição de uma semiótica), é preciso distinguir os dois planos e analisá-los em separado, exatamente a partir do momento em que, durante a análise do conjunto, eles revelam entre si uma diferença de estrutura; do mesmo modo, no caso de uma semiótica manifestada, é preciso distinguir e analisar separadamente forma e substância desde o momento em que, durante a análise do conjunto, elas deixam de ser mutuamente conformes. É assim que se distinguem também os dois planos de uma meta-semiótica (cujo plano de conteúdo se revela como sendo uma semiótica) e os de uma semiótica conotativa (cujo plano da expressão revela-se como sendo uma semiótica), do mesmo modo como as estruturas divergentes que, à medida que a análise de um texto progride, revelam ser línguas diferentes, cujas contigüidades se explicam ou por uma relação específica geradora do conjunto (de ordem tipológica ou genética) ou por um encontro mais fortuito num único e mesmo texto, e assim por diante. O princípio é sempre o mesmo: a exigência de uma análise exaustiva quer que se distinga aquilo que carece de conformidade, e que a separação seja realizada a partir do momento em que essa ausência de conformidade se denuncia; o princípio de simplicidade exige, por outro lado, que não se proceda a nenhuma distinção antes desse momento, sob pena de operarem-se distinções inúteis.

Portanto, o princípio se aplica indiferentemente a não importa qual classe de hierarquias. Segue-se que ele se aplica, mais particularmente, às classes constituídas por essas hierarquias que denominamos de strata, e que se observam mais facilmente numa semiótica ordinária, ou num estado de língua ordinária. Pode-se, portanto, para simplificar, começar por limitar-se a esses casos. É verdade, por outro lado, que uma tal limitação é um artifício que, na maior parte do tempo, corresponde mal aos fatos empíricos tais como na maioria das vezes eles se apresentam ao lingüista, uma vez que num estado de língua ordinária as conotações se impõem constantemente. Mas esse artifício é inocente, porque a uniformidade do princípio tornará as generalizações fáceis de operar.

Em nosso exame das diferenças entre as classes de strata, parece natural começar pelas classificações dos strata que abrangem as duas distinções saussureana: aquela entre γ^o(V) e g^o(V) (que é a distinção dos dois planos) e aquela entre ${}_*g^o$ e $\wedge\,{}_*g^o$ (ou entre forma e substância).

Pode-se observar, inicialmente, que uma primeira diferença entre essas duas distinções reside no estádio de análise em que elas se impõem: a distinção entre o conteúdo e expressão é superior à distinção entre forma e substância, de tal modo que, no procedimento da análise, a bifurcação que leva à separação da hierarquia constituída pelo plano do conteúdo e pelo plano de expressão encontra-se num estádio anterior àquela que separa forma e substância. É por isso que é necessário falar, como já o fizemos e como faremos a seguir, da 'forma do conteúdo', da 'substância do conteúdo', da 'forma da expressão' e da 'substância da expressão', enquanto seria insensato, porque inadequado, falar de um 'conteúdo da substância', de um 'conteúdo da forma', de uma 'expressão da substância' ou de "expressão da forma'. A distinção entre conteúdo e expressão é a primeira encruzilhada,

a da forma e substância a segunda, e a distinção de forma e de substância está portanto subordinada à existente entre os planos.

Desse modo, a distinção dos planos se enxerta sobre a das substâncias, e a segunda distinção saussureana será traduzida não pela simples distinção entre $_*g^o$ e $\wedge_* g^o$ mas sim peia distinção entre γ^o e $\wedge\gamma^o$ de um lado, e pela distinção entre g^o e $\wedge g^o$ do outro. Não há função (ou dependência imediata) entre $\wedge\gamma^o$ e g^o, nem entre $\wedge g^o$ e γ^o, nem aliás entre $\wedge\gamma^o$ e $\wedge g^o$. Em outras palavras, a multiplicação das duas distinções saussureanas já leva a que se estabeleçam exatamente três classes de strata: 1) $\gamma^o(V)$ e $g^o(V)$, 2) γ^o e $\wedge\gamma^o$ e 3) g^o e $\wedge g^o$.

Desse modo, as classes sao concebidas do ponto de vista sintagmático ou do ponto de vista paradigmático, portanto como cadeias ou como paradigmas, respectivamente. É verdade que, no caso, é a concepção sintagmática que mais se impõe, porque os strata apresentam-se à análise imediata como coexistindo, e porque, por conseguinte, a função geradora de uma classe de strata é, para análise imediata, uma relação (ou conjunção lógica) entre os strata compreendidos na classe. Até aqui, a teoria tem insistido de um modo exclusivo, se bem que natural, sobre as relações entre strata; aliás, nós as reencontraremos num instante. Mas, para sermos completos, temos de suprir essa falha concebendo os strata como alternando, portanto como membros de um paradigma cuja função geradora é uma correlação. Uma vez que este ponto de vista constitui apenas um corolário que só raramente apresenta um verdadeiro interesse prático, não faremos mais do que mencioná-lo de passagem. Indiquemos simplesmente que, deste ponto de vista, os planos parecem ser mutuamente autônomos, enquanto que, no interior de cada plano, forma e substância são mutuamente complementares; portanto, as três classes de strata obtidas pela multiplicação das duas distinções saussureanas definem-se, se forem concebidas como paradigmas, conforme as seguintes fórmulas: [7]

$$\gamma^o(V) \nsim g^o(V)$$
$$\gamma^o \nsim \wedge\gamma^o$$
$$g^o \nsim \wedge g^o$$

Mas, já o dissemos, as relações entre strata oferecem um interesse bem mais considerável que as correlações. Ora, ainda desse ponto de vista há uma diferença entre as duas distinções de Saussure. A relação que reúne os dois planos (a *relação semiótica* ou, mais especialmente, no caso de uma semiótica ordinária, a *denotação*) é, já se sabe, uma solidariedade, enquanto que a relação entre forma e substância (que se denomina *manifestação*) é uma seleção, com a substância selecionando (manifestando) a forma.

Mas é possível ser mais preciso a respeito destas definições. Consideradas ao pé da letra e tais como são, seriam traduzidas pelas fórmulas:

$$\gamma^o(V) \sim g^o(V) \qquad (1)$$
$$\wedge_* g^o \longrightarrow {}_*g^o \qquad (2)$$

[7] Em relação aos termos e símbolos utilizados para designar as diversas funções remetesse ao leitor aos *Prolegomena*. especialmente p. 25, nota.

Ora, já se sabe, pelo que foi exposto acima, que a fórmula (2) deve ser cindida em duas:

$$\wedge\, \gamma^o \longrightarrow \gamma^o$$
$$\wedge\, g^o \longrightarrow g^o$$

Em relação à fórmula (1), é preciso dar-se conta do fato de que, permanecendo subordinada à distinção tal como vimos, a distinção entre forma e substância enxerta-se também na distinção entre conteúdo e expressão, tal como é indicado pelo símbolo (V) que entra na fórmula geral $_*g^o$(V). Uma vez que a forma é, no interior de cada plano, selecionada pela substância, é possível em parte (mas não, acreditamos, segundo todos os pontos de vista) concentrar as relações entre os dois planos (e as grandezas que dependem de dois planos diferentes) de modo a considerar essas relações como contraídas pela forma do conteúdo (ou por grandezas que dela dependem) e a forma da expressão (ou por suas grandezas) simplesmente, fazendo-se abstração nos dois planos da substância. É de fundamental importância prática saber quais são as relações que permitem uma tal concentração.

A resposta a esta questão não está longe de nós. Uma vez que a determinação (função unilateral entre a substância como variável e a forma como constante) só é válida do ponto de vista sintagmático (como uma seleção), enquanto que do ponto de vista paradigmático há reciprocidade (mais particularmente: complementaridade) entre forma e substância, a substância não pode desempenhar o papel de uma variável a não ser nos casos claros em que a sintagmática é a única coisa que está em causa para a análise imediata. Nestes casos, portanto, parece certo que o campo de relação entre os planos pode ser concentrado do modo indicado, isto é, de modo a compreender apenas a forma, enquanto que se podem prever outros casos, tornados mais complicados pelo fato de um concurso entre sintagmática e paradigmática, e nos quais, por conseguinte, a substância deve ser compreendida nos dois planos (ou nas grandezas que deles dependem) a fim de definir as funções que eles contraem entre si.

Parece certo que a interdependência constituída pela função semiótica é de ordem nitidamente sintagmática (portanto, como dissemos, uma solidariedade) e que, como conseqüência desse fato, a relação semiótica deve ser considerada como contraída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão apenas, sem o concurso das substâncias, de tal modo que a fórmula (1) será substituída doravante pela fórmula mais simples e mais exata

$$\gamma^o \sim g^o$$

Ressaltamos de imediato que o fato de que a correlação entre os planos parece poder definir-se como uma autonomia não serve para complicar a situação: do ponto de vista paradigmático, tal como do ponto de vista sintagmático, os planos contraem apenas uma reciprocidade, e não há, para os planos, o conflito entre a paradigmática e a sintagmática que se observa em relação à forma e à substância.

Por outro lado, parece que a *comutação,* que é, para a análise imediata e, aliás, de todos os pontos de vista, uma correlação (que contrai uma relação com

uma correlação do plano oposto) e, de modo mais geral, as correlações entre variantes que, não importa qual seja o estádio da análise de cada plano, permitem a identificação[8] dos elementos, constituem o domínio próprio no qual o concurso da substância (no caso em que ela existir) se impõe. Essa questão, aliás, só se apresenta em circunstâncias particulares, a saber, para a verificação de um objeto empírico, tal como uma língua que constitui o objeto de uma pesquisa; para os outros casos (estruturas que resultam de um puro cálculo, ou de uma reconstituição genética) a substância, ainda que ela seja introduzida, é construída propositalmente de modo a satisfazer as exigências de comutações e de identidades numéricas previstas pela forma. Portanto, a partir do momento em que se trata da comutação e das identificações de elementos que daí derivam, o plano não se reduz à forma pura, mas define-se como $_{*}g^{o}$ (V) : γ^{o} (V) e g^{o} (V), respectivamente.

Acreditamos que os esclarecimentos que acabamos de fazer, na base do sistema de fórmulas mais exatas que introduzimos, permitirão que se compreenda melhor a posição do problema, freqüentemente debatido, das relações entre forma e substância no seio da estrutura semiótica. Haverá ainda outros esclarecimentos a fazer, e se falará ainda de certas diferenças entre os strata antes de abordar a questão das analogias. No entanto, detenhamo-nos um instante para chamar a atenção sobre certas conseqüências mais gerais da distinção entre forma e substância e substância tal como ela foi agora colocada.

As fórmulas que escolhemos para veicular os termos 'forma' e 'substância', e para esclarecer uma certa ambigüidade encontrada no termo 'plano' (como implicando ou não a manifestação possível) só são válidas para a forma e a substância *semióticas*. Mas os termos 'forma' e 'substância', tais como foram introduzidos por F. de Saussure, admitem sem dúvida uma aplicação mais geral. É provável que toda análise científica, não importa de qual objeto (considerado a partir de então como uma classe, no sentido que atribuímos a esta palavra), implica necessariamente a distinção entre dois strata, ou hierarquias, que se podem identificar com a forma e a substância na acepção saussureana (porém geral) desses termos. A "forma", neste sentido geral, define-se como o conjunto total (porém exclusivo) dos traços que, segundo a axiomática escolhida, são constitutivos das definições.[9] Tudo que não estiver compreendido numa tal "forma", mas que evidentemente pertenceria a uma descrição exaustiva do objeto estudado, é relegado a uma outra hierarquia que, em relação à forma, desempenha o papel de "substância". Forma e substância semióticas constituem, com efeito, apenas um caso particular dessa distinção geral. Num outro trabalho[10] chamamos a atenção para uma tal generalização possível, ressaltando ao mesmo tempo, contudo, o fato (sobre o qual insistimos novamente aqui) de que, a partir do momento em que se muda de ponto de vista e se procede à análise científica da "substância", esta "substância" torna-se necessariamente, por sua vez, uma "forma" de um grau

[8] No sentido de "identificação de um criminoso". gcf. Lalande, *op. cit.*, III, p. 69.

[9] Seríamos tentados a dizer traços *pertinentes* não fosse o fato de que na lingüística moderna, esta palavra foi reservada para significar 'aquilo que na substância é (supõe-se) pertinente por uma diferença na forma'.

[10] *Cf. Prolegomena*, p. 79.

diferente, é verdade, mas não obstante uma "forma" cujo complemento ainda é uma "substância", compreendendo mais uma vez os resíduos que não foram aceitos como traços constitutivos das definições. Isto equivale a dizer que, neste sentido geral, "forma" e "substância" são termos *relativos*, e não termos absolutos.

Deste ponto de vista, seria evidentemente injusto pretender, como fizemos mais acima, que a distinção entre forma e substância se subordine à distinção entre conteúdo e expressão. Pelo contrário, das duas distinções saussureanas, tais como nos foram transmitidas no *Cours*, a distinção dos planos aplica-se apenas à esfera semiótica — ela é específica à semiótica, a ponto mesmo de defini-la — enquanto que a distinção entre "forma" e "substância" parece ser de aplicação bem mais geral: parece tratar-se simplesmente da *abstração*, que é o inconveniente de toda análise científica.

Não se deve dissimular o fato de que, deste ponto de vista, a terminologia saussureana pode prestar-se a confusão. Só seria possível remediar este fato através dos artifícios que propusemos, e que consistem em reservar, em matéria semiótica, por uma disposição arbitrária, os termos de "forma" e de "substância" para designar apenas a forma e substância *semióticas, i.e.*, $_*g$ e $\wedge\,_*g^o$ respectivamente ou, mais exatamente ainda, γ^o e $\wedge\gamma^o$, g e $\wedge g^o$ segundo os dois planos nos quais elas se acham, a partir daí, necessariamente ancoradas.

O que nos resta ainda dizer sobre as diferenças entre (classes de) strata dirá respeito exclusivamente à diferença entre forma e substância, e servirá portanto, ao mesmo tempo, para elucidar certas analogias entre γ^o e g^o de um lado, e entre $\wedge\gamma^o$ e $\wedge g^o$ do outro.

É verdade que aquilo que iremos dizer tem um caráter amplamente hipotético, e constitui apenas uma primeira sondagem num terreno mal decifrado. Isto certamente não deixará de surpreender o leitor menos avisado, visto que a questão em jogo é fundamental, até mesmo elementar, a saber, a questão dos grandes princípios da estrutura interna da substância. Com efeito, esta é uma situação que nos faz pensar, pois se se pretende, especiosamente, que a substância (e sobretudo a da expressão, que constituiu o objeto favorito das pesquisas lingüísticas durante um século pelo menos) é melhor conhecida que a forma semiótica, o abismo de ignorância diante do qual nos encontramos no estádio atual das pesquisas faz compreender, de modo particularmente impressionante, que a lingüística está ainda em seus primeiros passos. No entanto, consideramos que o único meio para remediar essa situação e para contribuir ao seu progresso consiste em emitir hipóteses: *citius emergit veritas ex errore quam ex confusione.*

Estas hipóteses se impõem tanto mais quanto são inevitavelmente suscitadas por certos fatos evidentes que saltam aos olhos e que exigem uma explicação.

Um desses fatos, e talvez o mais saliente, é a multiplicidade das substâncias. É um fato bem conhecido, por exemplo, que uma única e mesma forma de expressão pode ser manifestada por substâncias diversas: fônica, gráfica, sinais por bandeiras, etc. Freqüentemente se hesita diante desse fato, que é explicado de diversos modos. Pode-se discuti-lo, mas não se pode pô-lo de lado. Ele continua a existir.

A respeito desse fato parece útil proceder a três observações.

Em primeiro lugar, se se diz que uma mesma forma semiótica pode revestir

substâncias diversas, é importante compreender que, na terminologia glossemática que aqui utilizamos, *substância* significa substância *semiótica:* $\wedge_{*}g^{o}$. A substância já está sob o domínio da forma semiótica ou $_{*}g^{o}$. É uma substancia *semioticamente formada.* Ora, por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, é exatamente essa noção particular de substância que nos será útil pôr em evidência a relação entre forma e substância. Um exemplo tornará isso mais claro. No caso normal de uma língua como o francês ou o inglês, a análise fonemática e a análise grafemática do plano da expressão fornecerão apenas duas formas semióticas diferentes, e não uma única e mesma forma semiótica manifestada por substâncias diferentes. Portanto, este caso não nos fornece o exemplo desejado. A fim de obtê-lo, é necessário que a forma semiótica permaneça idêntica a si mesma, mas que seja manifestada diferentemente. Exemplos válidos nos são fornecidos por uma pronúncia (portanto, substância fonemática) e uma notação fonológica correspondente (ou uma ortografia suscetível de funcionar como tal) (portanto, substância grafemática), ou então por uma ortografia (portanto, substância grafemática) e um sistema de sinais por bandeiras em que cada sinal, ou cada bandeira, corresponde a um único grafema (letra do alfabeto, por exemplo; portanto, substância "mapemática", se nos permitem introduzir esse termo) ou uma datilolalia como a dos surdos-mudos (substância a que chamamos "geremática"). Nos exemplos desse gênero é preciso poder dizer que, apesar do fato (inevitável) de que a substância reflete a forma semiótica, várias substâncias concorrem para manifestar a forma. Vê-se no mesmo instante, aliás, que será impossível inverter os termos e pretender que uma mesma substância possa revestir formas semióticas diferentes.

Para designar a manifestante sem implicar que ela seja semioticamente formada, isto é, sem distinguir manifestante semioticamente formada e manifestante semioticamente não formada, o que é uma noção inteiramente diferente, propomos o termo *matéria.*[11] Entre outras coisas, esse termo é elaborado expressamente para permitir dizer que uma mesma matéria (por exemplo, matéria fônica, gráfica, etc.) pode servir para manifestar formas semióticas diferentes, o que é outra coisa, e por conseguinte sem contradição com o que acaba de ser dito. Acrescentemos, aliás, que, sob pena de escapar ao conhecimento, essa matéria deve ser cientificamente formada, pelo menos num grau que permita distingui-la de outras matérias; toda ciência é uma semiótica, é verdade, mas de uma ordem diferente daquela com a qual nos ocupamos; que isto seja dito simplesmente a fim de sermos completos e ao mesmo tempo para evitar confusão.

A seguir, a fim de bem compreender a multiplicidade das substâncias em relação à forma semiótica, é necessário dar-se conta do fato de que a regra dada vale para a forma de cada plano considerado à parte: para γ^{o} e para g^{o}, respectivamente. Ora, convém lembrar, a respeito, o caráter arbitrário da função semiótica que reúne γ^{o} e g^{o}; este fato, que revela uma analogia entre a função semiótica e a manifestação, e ao qual teremos de voltar, significa que uma mesma forma de conteúdo pode ser exprimida por várias formas de expressão, e inversamente, fato

[11] Ou *sentido;* em inglês, *purport, Prolegomena,* p. 31.

responsável exatamente pela situação que se acabou de constatar para os sistemas de expressão, de manifestação gráfica e fônica respectivamente, do inglês e do francês. Mas mesmo a forma de expressão cuja manifestação habitual é de ordem fônica pode, como se sabe, para o inglês ou o francês, ser fornecida por uma notação fonológica, utilizando-se, portanto, uma substância diferente; do mesmo modo, o alfabeto inglês ou francês pode ser veiculado por sinais com bandeiras, e assim por diante. Portanto, aquilo que vale para uma língua cujo uso só permite uma única forma de expressão, vale, pela mesma razão, para cada uma das formas de expressão *(i.e.,* para cada $_{*}g^{o}$) de uma língua que, como o francês ou o inglês, admite várias formas dessa ordem: uma única e mesma forma pode revestir substâncias diversas, mas não inversamente. Acrescentemos, aliás, para sermos completos, que, teoricamente pelo menos, uma semiótica pode comportar mais de dois planos. Mas este fato, ainda que previsível de um ponto de vista calculatório, em nada muda o princípio, que permanece o mesmo, a saber, $_{*}g^{o}{}_{1}$ ou γ^{o}, $_{*}g^{o}{}_{2}$ ou g^{o}, $_{*}g^{o}{}_{3} \ldots$, $_{*}g^{o}{}_{n}$, pode revestir mais de uma substância, mas não inversamente.

Enfim, não seria possível assinalar o fato constituído pela multiplicidade das substâncias sem insistir, ao mesmo tempo, sobre um outro fato que vem complicá-lo, aparentemente: queremos com isso nos referir ao fato de uma mesma substância comportar, por sua vez, vários aspectos, ou, como preferimos dizer, vários *níveis.* Este é um fato muito importante, mas muito mal estudado. Sabe-se que a substância fônica considerada em seu conjunto e no sentido mais amplo do termo, exige pelo menos uma descrição fisiológica (também chamada articulatória, miocinética, etc.) e uma descrição puramente física (ou acústica, no sentido próprio desse termo), e que é preciso acrescentar a isso, sem dúvida, uma descrição auditiva, segundo a apercepção dos sons da linguagem pelos sujeitos falantes. Em princípio, as outras substâncias de expressão concebíveis não se comportam de modo diferente: também para elas haverá pelo menos uma descrição física e uma descrição por apercepção. A substância do conteúdo não parece estar isenta de uma diferenciação análoga: não se separam de modo útil as grandezas semânticas suscetíveis de uma descrição física (tais como 'cavalo', 'cachorro', 'montanha', 'abeto') e aquelas que se prestam, sobretudo, ou talvez mesmo unicamente, a uma descrição que utiliza os termos apercepção ou avaliação (tais como 'grande', 'pequeno', 'bom', 'mau'). Pelo contrário, observando a substância do conteúdo em seu conjunto e a partir do exterior, os dois pontos de vista se confundem e se suprem constantemente, embora em graus variados, e existe uma interpenetração constante entre eles. Isto não significa dizer que não se deve distingui-los: só que separar e distinguir não são a mesma coisa. Sob análise (que não é necessariamente uma partilha ou uma divisão) o todo se apresenta justamente como comportando diversos aspectos ou níveis que se correspondem e se completam e que a análise deve isolar. Coisa que ela não poderia fazer sem se dar conta de uma certa ordem hierárquica desses níveis, e esse fato é talvez, à primeira vista, mais evidente e mais fácil de apreender em relação ao conteúdo do que em relação à expressão. Em relação à substância do conteúdo, com toda evidência, é a descrição pela avaliação que se impõe de imediato. Não é pela descrição física das coi-

sas significadas que se chegaria a caracterizar de modo útil o uso semântico adotado numa comunidade lingüística e que pertence à língua que se quer descrever; pelo contrário, isso se dará através das avaliações adotadas por essa comunidade, as apreciações coletivas, a opinião social. A descrição da substância deve, portanto, consistir antes de mais nada numa aproximação da língua às outras instituições sociais, e constituir o ponto de contato entre a lingüística e os outros ramos da antropologia social. É assim que uma única e mesma "coisa" física pode receber descrições semânticas bem diferentes conforme a civilização que se estiver considerando. Isto não vale apenas para os termos de apreciação imediata como 'bom' ou 'mau', nem apenas para as coisas criadas diretamente pela civilização, tais como 'casa', 'cadeira', 'rei', mas também para as coisas da natureza. Não apenas 'cavalo', 'cachorro', 'montanha', 'abeto', etc. serão definidos de modo diverso numa sociedade que os conhece (e os *re*conhece) enquanto indígenas e numa outra sociedade para a qual eles são fenômenos estrangeiros — o que, aliás, não impede, sabe-se muito bem, que a língua disponha de um nome para designá-los, como, por exemplo, a palavra russa para elefante: *slon*. Mas o elefante é algo bem diferente para um hindu ou um africano que o utiliza e o cria, que o teme e o ama, e para uma determinada sociedade européia ou americana para as quais o elefante só existe como objeto de curiosidade exposto num jardim de aclimatação e em circos e feiras, e descrito nos manuais de zoologia. O 'cachorro' receberá uma definição semântica inteiramente diferente entre os esquimós, onde é sobretudo animal de tração, entre os persas, onde é animal sagrado, numa determinada sociedade hindu, onde é tido como pária, e nas sociedades ocidentais onde é sobretudo o animal doméstico feito para a caça ou para a vigilância.

É verdade que estas considerações não dizem respeito apenas à substância e que tem graves repercussões sobre a análise formal das unidades em questão. Isso não impede, no entanto, que a substância imediata do conteúdo pareça consistir em elementos de apreciação; pode-se mesmo dizer que, graças a esta análise formal, o nível imediato da substância se reduzirá, com maior razão ainda, a ser apenas de natureza nitidamente apreciativa.

Em suma, um exame provisório da substância do conteúdo convida a que se conclua que no interior dessa substância o nível primário, imediato, porque o único diretamente pertinente do ponto de vista linqüístico e antropológico, é um nível de apreciação social. Este resultado foi obtido sobretudo graças a um exame da linguagem, mas poderá facilmente ser generalizado de modo a valer, em princípio, para qualquer semiótica. Diga-se de passagem que o método que consiste em descrever o nível de apreciação social apresenta também a vantagem, indispensável para o lingüista, de poder prestar contas, em termos suficientes, das "metáforas" que em alguns casos desempenham um papel pelo menos tão considerável quanto o "sentido próprio", e que na maioria das vezes provêm justamente de uma tal apreciação coletiva que arbitrariamente põe em evidência certas qualidades atribuídas preferencialmente (muitas vezes alternativamente, por sincretismo) ao objeto considerado (por exemplo, se numa ou noutra língua, 'raposa' pode sig-

nificar 'homem astucioso', ou 'homem ruivo').[12] As terminologias científicas são em grande parte criadas expressamente para evitar tais implicações metafóricas ou apreciações coletivas e tradicionais; freqüentemente conseguem esse objetivo apenas de modo parcial, e, a menos que se ocultem numa brenha de fórmulas absolutamente arbitrárias, em princípio partilham da mesma sorte de uma língua natural.

Parece, portanto, que o primeiro dever do lingüista ou, em termos mais gerais, do semioticista que deseja empreender uma descrição da substância do conteúdo consistiria em descrever aquilo que denominamos de nível de apreciação coletiva, seguindo o corpo de doutrina e de opinião adotado nas tradições e nos usos da sociedade considerada. Por outro lado, é evidente que a fim de proporcionar uma descrição exaustiva e adequada do conjunto convém conplementá-la com uma descrição dos outros níveis, que apresente relações com o nível imediato. Alías, não se deve acreditar que este seja um nível físico e nada além disso. Será necessário, sem dúvida, considerar também um estudo das condições sociobiológicas e do mecanismo psicofisiológico que, graças a disposições naturais e a hábitos adquiridos, válidos para as experiêcias sensoriais e outras, permitem aos sujeitos falantes, que pertencem à comunidade lingüística em questão, criar, reproduzir, evocar e manejar de diversos modos os elementos de apreciação de que acabamos de falar, e as unidades que a partir daí se podem formar.

Isto permite-nos voltar atrás a fim de reexaminar deste ponto de vista a substância da expressão. A questão que se coloca é a de saber se se está autorizado a concebê-la como estando em princípio submetida ao mesmo regime. Acreditamos poder responder pela afirmativa. Com efeito, basta lembrar o que foi dito mais acima ao falar-se da substância da expressão. É evidente que ainda aqui se está na presença de um nível físico e de um nível sociobiológico que são, sob todos os aspectos, comparáveis aos da substâcia do conteúdo; a definição que acabamos de dar do nível sociobiológico da substância do conteúdo aplica-se, com efeito, tal qual, e sem modificação alguma, à substância da expressão. Não é menos evidente que é o caso de acrescentar à descrição desses dois níveis a descrição de um terceiro, a que chamamos mais acima de descrição auditiva ou, de modo mais geral, a descrição por apercepção, que é bem assimilada pela descrição das apreciações coletivas que consideramos em relação à substância do conteúdo.

Concluamos, portanto, pelo menos provisoriamente, que toda substância semiótica, ou $\wedge_{*} g^{o}$ (considerada constantemente no interior de um único plano) comporta vários níveis, entre os quais existe, bem entendido, funções definidas e

[12] A respeito, vem-nos à mente uma observação feita por Vilh. Gronbech: "Sinto de imediato o que significa arriscar-se na toca de um leão ao entrar na sala do chefe do escritório, consigo ouvir o rugido do leão que provém do tirano e do demagogo, e admirar a coragem de leão e o orgulho de leão manifestados pelo herói; conheci muitos dos modos burlescos e das estripulias dessa raposa que é o Senhor Fulano; e é através disso que reconheço o leão e Mestre Raposa quando os encontro num jardim zoológico ou na floresta. A raposa e o leão não chegam até mim através de um manual, eles provêm da Bíblia, das fábulas, dos poemas, e seria uma tarefa natural e fascinante para a lingüística elucidar esta árvore genealógica" (*Sprogets Musik,* Copenhague, 1943, p.18).

numa ordem hierárquica. Parece que o nível que vem à frente dessa ordem hierárquica é o nível de apreciação coletiva que, em conseqüência desta circunstância, pode ser considerada como a substância por excelência, a única substância (no sentido mais estrito desse termo) que do ponto de vista semiótico é de imediato pertinente. Pode-se expressar esse fato na terminologia funcional dizendo que esse nível, ou substância semiótica imediata, que evidentemente seleciona a forma que ela manifesta, e com a qual ela é complementar, é por sua vez selecionado pelos outros níveis, entre os quais consideramos dois: o nível físico e o nível sociobiológico. Estes dois últimos níveis, aliás, são igualmente especificados pela substância semiótica imediata. Acrescentemos, ainda, para sermos completos, que relação e correlação parecem estar orientadas em sentido inverso no que diz respeito aos relacionamentos entre o nível físico e o nível sociobiológico: o nível físico parece selecionar o nível sociobiológico, e o nível sociobiológico parece especificar o nível físico. Resumindo, se um nível é designado pela fórmula $\wedge_{*}g^{o}$ munida de um número índice segundo a ordem hierárquica das seleções, obtêm-se:

$\wedge_{*}g^{o}{}_{1}$ = nível de apreciações coletivas (ou substância semiótica imediata)

$\wedge_{*}g^{o}{}_{2}$ = nível sociobiológico

$\wedge_{*}g^{o}{}_{3}$ = nível físico

$$ {}_{*}g^{o} \leftarrow \wedge_{*}g^{o}{}_{1} \begin{cases} \leftarrow \wedge_{*}g^{o}{}_{2} \\ \uparrow \\ \leftarrow \wedge_{*}g^{o}{}_{3} \end{cases} $$

$$ {}_{*}g^{o} \dashv \wedge_{*}g^{o}{}_{1} \begin{cases} \vdash \wedge_{*}g^{o}{}_{2} \\ \top \\ \vdash \wedge_{*}g^{o}{}_{3} \end{cases} $$

Se esta conclusão só pode ser dada com reservas e a título de hipótese, a principal razão é que, no estado atual das pesquisas, o nível de apreciações coletivas constitui, sobretudo no plano da expressão e particularmente em relação à substância fônica, um objeto mal estudado. É verdade que nestes últimos tempos os fatos auditivos reivindicaram em parte a estima que lhes cabe, mas a nosso ver são freqüentemente confundidos com os fatos físicos, ou acústicos no sentido próprio. Ainda que, supondo-se que nossa hipótese tenha um bom fundamento, a descrição por apercepção, e sobretudo (dada a supremacia tradicional da fonologia sobre o estudo das outras substâncias da expressão) a descrição auditiva dos sons da linguagem seja o maior *desideratum* da lingüística atual, os contornos de uma tal disciplina só se esboçam de um modo ainda muito vago. Parece evidente que, uma vez que se trata de isolar apreciações relativamente ingênuas, e cujo único fundamento "teórico" deve ser procurado naquilo que chamamos de "corpo de doutrina" adotado nas opiniões da sociedade, a "metalinguagem" de que uma tal disciplina poderia se servir a fim de atingir seus objetivos só poderia ser a linguagem de todos os dias. Os termos técnicos desta metalinguagem deveriam ser procurados sobretudo em certos adjetivos qualificativos encontrados na própria língua que se estuda (portanto, está-se na presença de um desses casos em que a metalinguagem é idêntica, totalmente ou em parte, à língua-objeto): arrisquemos, ao acaso, alguns exemplos relativamente prováveis, tais como 'claro' : 'escuro',

'forte' : 'fraco', 'comprido' : 'curto', 'alto' : 'baixo', 'pesado' : 'leve', etc. Seja como for, um tal estudo exige como preparativo indispensável um exame do sistema de adjetivos da língua considerada e da substância de conteúdo que eles comportam. Exigiria, além do mais, um certo número de outros preparativos que, no estado atual das pesquisas, não estão, é necessário confessá-lo, ao alcance imediato do pesquisador. É preciso contar, entre estes, os fatos de ordem psicológica, incluindo, entre outros, os da sinestesia.

Coisa curiosa, a lingüística, que já há muito tempo tinha-se posto em guarda contra toda tintura de "psicologismo", parece aqui, mesmo que numa certa medida e guardadas as devidas proporções, estar de volta à "imagem acústica" de F. de Saussure, e igualmente ao "conceito", com a condição de interpretar-se essa palavra em conformidade estrita com a doutrina que acabamos de expor; em suma, reconhecer, ainda que com as reservas necessárias, que dos dois lados do signo lingüístico estamos na presença de "fenômeno inteiramente psíquico".[13] Mas trata-se aqui mais de uma parcial coincidência de nomenclaturas do que de uma analogia real. Os termos introduzidos por F. de Saussure, e as interpretações dadas no *Cours,* foram abandonadas porque se prestavam a equívocos, e convém não cometer novamente esses erros. Aliás, de nossa parte hesitamos diante da questão que consiste em saber em que medida as pesquisas que aqui preconizamos podem ser consideradas como sendo de ordem psicológica; a razão é que a psicologia parece ser uma disciplina cuja definição deixa consideravelmente muita coisa a desejar.

Acrescentemos rapidamente que o exame aqui considerado não se confunde com a psicologia lingüística no sentido vago do estudo do "sentimento lingüístico", nem com o estudo da estética da linguagem, nem aliás com o da correção lingüística — outros tantos assuntos que estão ligados, mas que constituem um domínio inteiramente à parte.

Em suma, o fato de que uma única e mesma forma, ou $_{*}g^{o}$, pode, no interior de cada plano, ser considerada à parte, ser manifestada por duas ou várias substâncias, não se confunde com o outro fato, inteiramente diferente, segundo o qual cada uma das substâncias comporta vários níveis (previmos, para estes, o número de três) dos quais um está à frente, dado que selecionado pelos outros e, como conseqüência desta circunstância, pode ser definido como a substância semiótica imediata. Substância e nível não se confundem. Parece que os níveis constituem, sem menção à substância considerada, um sistema universal (para o qual é necessário prever, naturalmente, lacunas possíveis nas realizações concretas), o que não acontece com as substâncias. Aliás, há várias outras circunstâncias, como veremos a seguir, que induzem a pensar que os níveis se comportam entre si de modo diverso do que o fazem as substâncias entre si e — pode-se acrescentar — que nem as substâncias nem os níveis constituem strata diferentes: pelo contrário, é o conjunto da categoria composta das diversas substâncias (cada uma organizada num sistema de níveis) que pertencem a uma única e mesma forma, ou $_{*}g^{o}$, que depende de um único plano, que constitui, em relação a essa forma, um único stratum, ainda que diversificado do modo indicado.

[13] *Cours de Linguistique Générale,* p. 28 (citamos a 2.ª ed.).

Isto ainda é necessariamente hipotético. Gostaríamos, inicialmente, de chamar a atenção sobre certos fatos, obtidos é verdade por uma indução amplificadora, baseada na simples experiência das semióticas até aqui observadas, e das quais a maioria não foi, no estado atual de nossos conhecimentos, examinada a fundo. Estes fatos dizem respeito à natureza das relações intrínsecas que se observam no interior de cada stratum. A natureza dessas relações intrínsecas parece ser específica à forma e à substância respectivamente, e, por conseguinte, suscetível de definir uma diferença entre forma e substância no interior de cada plano, enquanto que, ao contrário, as diversas substâncias e os diversos níveis parecem seguir, em relação a este ponto, as mesmas regras. Isto é no mínimo um índice heurístico para não se confundir a diferença entre substâncias e a diferença entre níveis com aquela entre strata.

Combinando os pontos de vista tradicionais sobre a delimitação da lingüística com a análise funcional empreendida pela glossemática, todos estarão de acordo quanto a reconhecer que o domínio devido à lingüística, o domínio que lhe está reservado e que constitui seu objeto próprio e específico, é constituído pelo conjunto das unidades, a mais ampla das quais é a frase[14] e a menor das quais é o glossema. É verdade, por outro lado, que esta linha de demarcação não deve ter nada de absoluto, e que, pelo contrário, o ponto de vista ampliado introduzido pela glossemática e a necessidade de uma descrição exaustiva exigem não apenas que na descrição a hierarquia da forma, esgotada pelo estabelecimento dos glossemas, seja acompanhada, se for o caso, pelas hierarquias das substâncias, mas também que a análise circunscrita pela linha de demarcação indicada seja precedida por uma análise que isole as unidades mais amplas (tais como, por exemplo, produções literárias, obras, capítulos, parágrafos; premissas e conclusões, etc.). É assim que a semiótica exige o direito de uma disciplina que possa servir de norma para todas as ciências do homem.[15] Mesmo assim, com a condição de salvaguardar uma colaboração útil, impõe-se uma divisão do trabalho. Ora, parece que a divisão do trabalho tradicional (entre (1) semiótica propriamente, à qual incumbe o dever específico de realizar a análise que vai da frase ao glossema, (2) as disciplinas de substâncias, tal como a fonemática, grafemática, semática, e (3) outras disciplinas tais como o estudo da literatura, lógica, etc.) reflete bem uma certa diferença na natureza das relações intrínsecas características dos três domínios.

A experiência demonstra que as relações contraídas pelas categorias de unidades amplas (relegadas, pela tradição, ao estudo da literatura, lógica, etc.) normalmente são reciprocidades (e na maioria das vezes combinações: note-se que estamos falando das relações mútuas contraídas apenas pelas categorias, e não das relações entre seus membros, que podem ser inteiramente diferentes[16]), enquanto que as seleções entre categorias encontram-se na semiótica propriamente. No procedimento de análise pode-se mesmo fixar um estádio em que as seleções entre categorias se encontram pela primeira vez, e a experiência mostra

[14] Mais exatamente: a *lexia (Selskab for Nordisk Filologi* [Copenhague], *Arsberetning for 1948-49-50*, p. 13).

[15] Cf. *Prolegomena*, pp. 63 e 69.

[16] *Prolegomena*, p. 55.

que esse estádio coincide tão freqüentemente com aquilo que é considerado como começo da análise propriamente semiótica, que o aparecimento da seleção entre categorias pode ser utilizado como critério. Por conseguinte, duas bases de divisão[17] sucedem-se no decorrer da análise: uma primeira, reciprocidade sintagmática, para as unidades de grande extensão, e uma segunda, seleção, para as unidades propriamente semióticas, e que está em vigor desde o primeiro aparecimento de uma seleção entre categorias até o estádio em que se isolam os taxemas. É evidente, aliás, que não se podem indicar por uma regra universal quais são as realidades que em cada caso correspondem às unidades isoladas nos estádios mencionados. O taxema é definido simplesmente como o elemento isolado no estádio em que a análise por seleção está esgotada; os taxemas são, a seguir, analisados em glossemas cujas categorias são, por definição, mutuamente solidárias.[18] Freqüentemente, mas não necessariamente, os taxemas são, na substância fônica, refletidos pelos fonematemas (incluindo os fonemas). Do mesmo modo, pode-se dar à unidade, que é a primeira a admitir uma análise por seleção, uma denominação arbitrária: será chamada de "lexia".[19] Freqüentemente, mas não necessariamente, ela corresponderá à frase, em todos os casos em que esta admite uma análise principal (*i.e.*, selecionada) e subordinada (*i.e.*, selecionante).

No domínio da substância, pelo contrário, os conhecimentos de que dispomos atualmente nos levam a pensar que as relações entre categorias são, pelo menos nos estádios mínimos da análise, constantemente solidariedades. Isto parece ser talvez o que acontece com toda substância e, ao mesmo tempo, com todos os níveis.

Consideremos como um primeiro exemplo o nível sociobiológico da substância fônica, isto é, a "fisiologia dos sons", ou fonologia articulatória. Aqui, toda unidade, cada som, devem ser caracterizados em relação a um repertório de categorias (ou dimensões, se se quiser) cada uma das quais reflete um sistema sublógico[20] cujos pólos são, por exemplo:

sonoro	:	surdo
nasal	:	oral
arredondado	:	não arredondado
lateral	:	não lateral
etc.,		etc.

Do mesmo modo, ao nível das apreciações da substância fônica, isto é, ao nível auditivo, cada som deve ser caracterizado em relação a um repertório de categorias, das quais tentamos dar alguns exemplos mais acima. No nível físico (acústico no sentido próprio), a situação é a mesma, em princípio. Aliás, é menos fácil dar bons exemplos para estes níveis, uma vez que a terminologia deixa ainda a desejar e está freqüentemente encavalada sobre estes dois níveis.

Supomos que este princípio vale para toda substância e para todo nível, e que

[17] *Prolegomena*, pp. 54 e ss.
[18] *Prolegomena*, p. 89.
[19] Cf. nota 14.
[20] Do autor, *La Catégorie des Cas*, I (*Acta Jutlandica*, VII 1, Aarhus, 1935), p. 127.

sempre se está na presença de categorias mutuamente solidárias, e de tal forma que cada unidade deve ser caracterizada em relação a todas essas categorias, e se define como composta por um elemento proveniente de cada uma delas: toda categoria é representada por um de seus membros em não importa qual unidade.[21]

A substância parece, portanto, exigir uma base de análise diferente da exigida pela forma semiótica propriamente. Ora, apesar desse princípio de solidariedade das categorias que lhes é comum, as diversas substâncias podem muito bem apresentar estruturas muito diferentes entre si, e isto sem dúvida acontece, ainda que provavelmente num grau menor, com uma única e mesma matéria que faz parte de semióticas diferentes. Além do mais, consideramos como provável que, no interior de uma única e mesma substância que faz parte de uma única e mesma semiótica, há uma certa correspondência de estrutura interna nos diferentes níveis, de modo a tornar conexos os níveis mutuamente superponíveis, segundo um princípio que ainda falta encontrar. Uma tal conformidade não se encontra nem entre as diversas substâncias, nem entre substância e forma, nem, aliás, entre os dois planos γ^o e g^o. Esta consideração nos conduz a evitar a classificação dos níveis como sendo strata.

A distinção operada entre substância e nível nos ajudará a melhor compreender o fato da multiplicidade das substâncias. Esta multiplicidade possível se deve a um fato curioso que diz respeito à relação mútua entre os níveis: o nível de apreciação, ou substância semiótica imediata, não abrange necessariamente o domínio integral de cada um dos outros níveis; pelo contrário, pode concentrar-se em refletir apenas um setor escolhido, de tal forma que, uma vez feita essa triagem, este setor escolhido é projetado na tela do nível de apreciação; portanto, apenas este setor é pertinente para a substância num tal caso. É evidente que aquilo que constitui a verdadeira diferença entre substâncias tais como a substância fônica, a substância gráfica, os sinais por bandeiras, etc. é a escolha de setor dos níveis sociobiológico e físico: pode tratar-se, para ficarmos com uma indicação grosseira, da ordem acústica ou da ordem visual, e estes dois setores podem ainda subdividir-se, de modo a valorar apenas uma dessas partes, como acontece às vezes com as cores que podem ser pertinentes para os sinais com bandeiras mas não para os caracteres do alfabeto.

[21] É evidente que se deve prever, aqui como em toda parte, sincretismos e participações, conforme o sistema reconhecido pela semiótica particular que constitui o objeto da análise. Deste modo, um som, numa dada língua, não é *a priori* necessariamente surdo ou sonoro; pode ser surdo e sonoro (quer seja alternativamente ou à força de uma passagem no curso de sua emissão) e pode (pelo menos teoricamente) receber a definição "nem surdo, nem sonoro", que representa o caso neutro da categoria; mesmo neste último caso, a categoria está, portanto, representada. De modo geral, nunca há *ausência* de uma categoria numa unidade de substância. Vê-se que nossa análise difere da dos adeptos da teoria dos "traços distintivos". Discutiremos, em outra parte, os fundamentos dessa teoria. Acrescentemos apenas, para maior clareza desta exposição, que num exemplo tal como o fornecido pelo *g* russo, não hesitamos em reconhecer que se trata de uma consoante oral (ou, pelo menos, em caracterizá-la positivamente em relação à categoria 'nasal': 'oral'). Omitir, na definição fonemática do *g* russo, toda menção a esse fato seria cometer uma falsa analogia com as análises por seleção: não se procederia da mesma maneira em outros casos. Deste modo, dadas as unidades *pe, po, to* (mas, no mesmo estádio da análise, nem *te,* nem *e)* pode-se e deve-se identificar o *p* de *pe* como um *p*. Do mesmo modo, com relação a *tr* e *pr,* e na ausência, no mesmo estádio da análise, de *ʃ* e de *pʃ* se identificaria muito bem o *t* em *tʃ*.

Segue-se que uma tal delimitação de setores nos dois níveis inferiores da substância é a condição da multiplicidade das substâncias. No momento em que este seccionamento deixa de se produzir, e a substância cobre o domínio integral dos níveis inferiores sem se concentrar sobre um setor em particular, só pode haver aí uma única substância.

Este caso pode ser observado sobretudo em relação ao plano do conteúdo das semióticas lingüísticas, e é por isso que os lingüistas só podem reconhecer, para o conteúdo dessas estruturas, uma única substância. A razão para isso não é muito difícil de distinguir: é que uma língua é por definiçao uma semiótica *passe-partout,* destinada a formar não importa qual matéria, não importa qual sentido, portanto, uma semiótica para a qual toda outra semiótica pode ser traduzida sem que o contrário seja verdadeiro.[22] Este caráter integral da substância de conteúdo de uma língua chega ao ponto de incluir nessa substância a substância da expressão, e aliás, também, as formas da mesma língua, o que constitui a condição necessária para poder utilizar a língua como a metalinguagem de que nos servimos para descrevê-la. A correlação entre a substância do conteúdo e a da expressão, é, portanto, no caso de uma semiótica lingüística, uma participação unilateral completa, segundo a fórmula $a \dot{:} A$.[23]

Nas semióticas não lingüísticas, pelo contrário, os níveis são sempre representados por setores, e uma multiplicidade de substâncias do conteúdo é, por conseguinte, possível: uma mesma forma do conteúdo admite diversas "interpretações".

É possível acrescentar que se pode prever igualmente uma estrutura em que o domínio da substância da expressão ocupa um domínio ilimitado. Este caso se verifica, com efeito, em relação às semióticas conotativas cujo plano da expressão é constituído por uma semiótica lingüística.

Nossa tese final, de que vamos nos ocupar agora, e à qual já se aludiu no começo deste artigo, diz respeito a uma série de analogias notáveis que imperam para cada um dos pares seguintes de strata: 1.º - substância do conteúdo e forma do conteúdo, 2.º - forma do conteúdo e forma da expressão, 3.º - forma da expressão e substância da expressão. Com efeito, pode-se estabelecer certas leis que dirigem as relações entre strata (manifestação de uma parte, relação semiótica ou denotação de outra) ou, sobretudo, as relações que existem entre as relaçoẽs entre strata (relações "interstráticas", se se quiser) de um lado, e, de outro lado, as relações que valem no interior de um único e mesmo stratum (e que chamaremos de relações *intrínsecas).*

No interior de cada um desses pares, as relações interstráticas consistem numa projeção de certas unidades de um stratum sobre o outro, e inversamente. Graças a essa projeção surgem, em cada stratum, além das unidades intrínsecas, outras unidades, definidas não pelas relações reconhecidas por esse mesmo stra-

[22] Cf. *Prolegomena,* p. 70.
[23] Em relação a esses símbolos, cf. sobretudo *La Catégorie des Cas* I, p. 113.

tum, mas pela projeção, portanto, unidades que, do ponto de vista do stratum considerado, são estranhas, intrusas, impostas a esse stratum por um outro; e denominaremos estas de unidades *extrínsecas.*

Consideremos de início o par central, constituído por γ^o e g^o.

Em cada stratum desse par, as unidades extrínsecas são as duas faces do signo, ligadas entre si pela relação semiótica (ou, no caso de uma língua, pela denotação); propomos denominá-las *glossematias,* e designar uma glossematia pela fórmula $_*g^\frown$. Em γ^o essas unidades extrínsecas são os "conteúdos de signos" ou *plerematias* ($\gamma^\frown$), impostas ao plano do conteúdo pelo plano da expressão; em g^o, as unidades extrínsecas são as "expressões de signos" ou *cenematias* ($g^\frown$), impostas ao plano da expressão pelo plano do conteúdo.

A respeito destas unidades temos quatro observações a fazer.

1.º As unidades em questão, ou glossematias, sempre são, em princípio, *variantes.*

Todos concordarão em reconhecer que isso é o que acontece na maioria das vezes, uma vez que é o caso banal dos homônimos e sinônimos. Neste caso, diz-se que as glossematias em questão são variantes de uma mesma *glossia* (as plerematias serão as variantes de uma mesma *pleria,* e as cenematias serão as variantes de uma mesma *cenia;* a fórmula empregada para indicar uma glossia será) (isto é, parênteses invertidos entre os quais se colocam as variantes, ou glossematias, que são membros da glossia em questão).

Assim, o fato de que, no francês escrito, $g^{\frown}\!\!-s$ serve para exprimir o plural dos nomes e, no verbo, a segunda pessoa do singular *(parle-s)* ou um sincretismo da primeira e da segunda pessoa do singular *(fini-s, vend-s)* constitui uma homonímia que produz a pleria

) 'plur.', -2.ª p. sg.', 'l.ª/2.ª p. sg.' (

Do mesmo modo, dado que $g^{\frown}\!\!-e$ *exprime o feminino de adjetivos e o singular do presente do subjuntivo*[24] *(vend-e, e-s)* ou de um sincretismo do indicativo e do subjuntivo *(parl-e, -e-s)* obtém-se a pleria

) 'fem.', 'subj. pres. sg.' 'ind./subj. pres. sg.' (

Inversamente, os sinônimos produzem cenias, como, por exemplo, a constituída pelas desinências do particípio passado e pelas raízes do verbo *aller:*

) -é, -i, -u (

) all-, ir-, v- (

Mas é necessário apenas um pouco de reflexão para reconhecer que aquilo que a tradição nos descreve como homônimos e sinônimos constituem apenas um caso particular de um fenômeno mais amplo, e que há apenas uma diferença de grau entre esses casos extremos e uma multidão de outros casos em que é igualmente fácil distinguir a diferença das variantes. É por isso que a homonímia e a sinonímia estão, na lingüística tradicional, mal definidas, e que a tradição tende muitas vezes a ampliar consideravelmente o valor desses termos. Basta, sem dúvida, que se lembre rapidamente que as diversas significações de uma mesma pala-

[24] Fazemos abstração do imperfeito do subjuntivo a fim de evitar complicações inúteis.

vra necessitarão, em muitos casos, de definições parcialmente diferentes da forma pleremática: é por isso que, em francês, as palavras *plume* ou *fille* constituem sem dúvida plerias relativamente complexas,[25] e que a forma fonemática do francês *plus* permita que se estabeleça uma cenia

) plyz, ply, pyz, py, plys (

ou que as diversas formas fonemáticas assumidas pelo tema do adjetivo *grand* (diante de vogal inicial, diante de consoante, diante de *-e* feminino) constituem igualmente uma cenia que compreende vários membros. Com efeito, prestando mais atenção, os exemplos se multiplicam, e convém reconhecer que as glossematias sempre são, em princípio, variantes.

2.º As glossematias são *arbitrárias*. Este fato é suficientemente sabido, não sendo necessário insistir muito a respeito. Com efeito, nem do ponto de vista interstrático, nem do ponto de vista intrínseco, nada há de inerente que motive a relação semiótica particular para cada signo, nem a forma particular assumida pela glossematia em cada caso dado. É por isso que as homonímias e as sinonímias têm esse caráter fortuito, reunindo numa mesma categoria (glossia) membros absolutamente díspares e heterogêneos. Além do mais, salvo alguns casos que constituem sobretudo uma exceção e não uma regra (línguas monossilábicas, por exemplo), as glossematias não coincidem com unidades intrínsecas; as extensões das glossematias são arbitrárias e diversas.

3.º A terceira observação é apenas uma conseqüência e uma explicação das anteriores: a relação interstrática (na espécie, a relação semiótica) depende do *uso*. Dado que em princípio ela não apresenta nenhuma relação com as funções intrínsecas, a relação interstrática não tem ascendência sobre o esquema, de tal forma que os signos de uma língua podem mudar inteiramente sem que a estrutura interna da língua seja com isso afetada.

4.º As unidades intrínsecas de que uma glossematia se compõe podem ser chamadas de *figuras*,[26] as figuras mínimas são os taxemas; uma glossematia pode ser formada por uma única ou por várias figuras. Mas não se deve pensar que as figuras são isoladas através de uma análise do signo: são isoladas, pelo contrário, apenas por uma análise das unidades intrínsecas. O caráter arbitrário da glossematia, e particularmente de sua extensão sintagmática, basta para tornar isso evidente. Ora, o que nos parece aqui particularmente interessante é que *as unidades intrínsecas de onde se extraem as figuras podem ser de uma extensão sintagmática maior que uma glossematia na qual elas entram.* Deste modo, as figuras que se reconhecem, em francês, em $g\widehat{f}$ al-, $g\widehat{f}$ ir-e $g\widehat{f}$ v (formas fonéticas assumidas pela cenia do verbo *aller)* são conseguidas e definidas na base da (pseudo) sílaba, e de preferência da (pseudo) sílaba da extensão máxima. (Observar, aliás, que em $g\widehat{f}$ *al* e $g\widehat{f}$ *ir-*, a fronteira silábica separa as duas figuras.)

Passemos agora aos dois pares marginais, os constituídos pela forma e substância ou, mais exatamente, por γ^o e $\wedge\gamma^o$ e por g^o e $\wedge g^o$, respectivamente. A respeito desses pares, e das unidades de que consistem, podem-se fazer exatamente as

[25] J. Vendryes, *Le Langage*, p. 208.
[26] *Prolegomena*, p.29.

mesmas observações feitas em relação ao par central: a respeito de muitos pontos essenciais, a manifestação, ou relação entre forma e substância no interior de um plano, comporta-se exatamente como a relação semiótica ou denotação. Aliás, não é necessário insistir longamente sobre os traços característicos que se encontram nos dois pares marginais e que acabam de ser descritos em relação ao par central: a maioria deles é bem conhecida. Assim, é evidente que:

1.º as unidades extrínsecas são, ainda aqui, *variantes;*[27]

2.º as unidades extrínsecas são *arbitrárias,* tal como é arbitrária a escolha da substância em relação a uma forma dada;

3.º a relação interstrática, no caso, a manifestação, depende do *uso.*

Nestes três pontos há, portanto, uma analogia muito nítida entre os dois pares marginais e o par central, com a condição de que se leve em conta as diferenças enumeradas mais acima entre os dois tipos de pares, e das quais a mais decisiva é aquela segundo a qual a relação semiótica é uma solidariedade, enquanto que a manifestação é uma seleção.

O quarto ponto ainda é um ponto de analogia, e o único sobre o qual nos deteremos:

4.º a fim de dispor de uma terminologia relativamente simples (correspondente ao emprego dos termos *glossematia, plerematia, cenematia* para as variantes de unidades extrínsecas no domínio do par central de strata) propomos, para o domínio dos pares marginais de strata, chamar uma variante de uma unidade extrínseca de *termo de manifestação;* na forma, um termo de manifestação está chamado de *manifestada;* na substância, um termo de manifestação será chamado de *manifestante.* Propomos ainda, dada a analogia, que vamos descrever, ampliar o emprego do termo *figura* de modo a torná-lo utilizável também para o estudo das relações entre forma e substância. Portanto, por *figuras* entender-se-á, na forma e na substância respectivamente, as unidades intrínsecas de que um termo de manifestação se compõe. Aqui, ainda, um termo de manifestação pode ser elaborado com uma única ou várias figuras. Exemplo de manifestante que consiste de uma única figura é a grandeza fônica [~] em francês que foi citada mais acima: [~] manifesta um taxema da expressão *(n,* no caso) e é, por conseguinte, uma manifestante; consiste apenas de uma figura de substância fônica, a saber, a nasalidade.

Aqui ainda pode-se mostrar que as unidades intrínsecas de onde se extraem as figuras podem ser de uma extensão sintagmática maior que a de um termo de manifestação do qual participam. No estádio atual de nossos conhecimentos, será portanto mais fácil, sem dúvida, demonstrar esse fato buscando exemplos na manifestação fonemática. Suponhamos que *bec de gaz* é pronunciado com *k* sonoro (que nos permitiremos escrever [g]) diante de *d*: a unidade sonora [-gd-] é uma grandeza fônica que é refletida na forma pela manifestada correspondente, que é - *k* (∂) *d*-, dividida numa seqüência de (pseudo)sílabas, e decomponível em taxemas, ou elementos intrínsecos da forma, que deste modo só se isolam do conjunto. Da mesma forma, a vocóide nasal da palavra francesa *bon* tem por manifestada

[27] A respeito da concepção de variante ver *Prolegomena,* pp. 52 e ss.

correspondente uma unidade composta por uma vogal $+n$, o que só se demonstra comparando-se com os casos em que esses dois taxemas são divididos em duas (pseudo)sílabas. A nasal velar de algumas línguas, tais como o dinamarquês, tem por manifestada, pelo menos em alguns casos, o grupo *ng*, com a condição de que este grupo seja homossilábico; por conseguinte, só se decompõe em taxema se se partir de sílabas inteiras e mesmo de grupos de sílabas. Esses exemplos, que servem para mostrar a regra em relação às manifestadas, multiplicam-se facilmente. Seria igualmente fácil dar exemplos em relação aos manifestantes. Assim, o taxema *m* em *mère*, por exemplo, tem por manifestante o som [m]. Este som pode ser decomposto em figuras fônicas, tais como 'nasalidade', 'sonoridade', 'oclusão bucal', etc. Ora, essas figuras são extraídas de unidades intrínsecas de ordem fônica que têm uma extensão maior que o próprio som [m]; assim, a nasalidade encontra-se através da palavra inteira *maman* [mãmã], que, em virtude desse fato, está em contraste com a palavra *baba* [babá]; a sonoridade encontra-se em todo o percurso de um enunciado tal como *je vous aime bien, ma mère adorée.*

Esta última observação parece-nos apresentar um interesse particular para o método a ser utilizado na análise. A decomposição das unidades intrínsecas de substância em figuras (definidas, bem entendido, por funções intrínsecas) freqüentemente pode ser relacionada com uma operação que, no procedimento, é em muito anterior àquela em que a análise da forma permite isolar os taxemas. Isto significa que a bifurcação entre forma e substância começa num momento mais avançado da análise do que freqüentemente se acredita, e que as duas hierarquias já se separam nesse estádio. Desde o próprio momento em que se encontra uma diferença tal como a existente entre *baba* e *maman*, está-se diante de uma escolha: ou se deve proceder à divisão dessas unidades em (pseudo)sílabas, (pseudo)vogais, (pseudo)consoantes, ou então são elas analisadas conjuntamente em nasalidade e outras qualidades fônicas. Na verdade, não é uma escolha, mas sim uma obrigação seguir os dois caminhos, porém evidentemente — já que há conflito entre eles — segui-los separadamente. Este critério para a distinção entre forma e substância semiótica parece precioso.

De modo mais geral, as quatro observações que pudemos fazer sobre as analogias entre os pares de strata parecem constituir um critério útil para determinar com mais rigor e exatidão as fronteiras entre os strata. Acreditamos também que elas podem ser utilizadas de modo negativo, e que podem servir para mostrar, entre outras coisas, que as diversas substâncias que podem encontrar-se no interior de um mesmo plano e os diversos níveis não são strata diferentes. Aqui, ainda, encaramos a quarta observação como sendo particularmente decisiva.

No decorrer da última parte desta exposição, tivemos a ocasião de considerar os fatos do *uso*. Acreditamos, com efeito, que as reflexões que agora encerramos permitem dar uma definição não apenas do *uso* mas também, em termos mais gerais, da *fala* e, por outro lado, mais particularmente, da *norma*, na medida em que esse termo de abstração se mostraria útil. Submetemos essas definições ao leitor:

Pode-se definir a *fala* pelo próprio encontro e entrecruzamento dos strata. A fala é, com efeito, em última análise, tudo aquilo que é arbitrário na linguagem. A fala define-se como o conjunto das relações interstráticas efetivamente executadas.

O *uso,* por sua vez, é evidentemente aquilo que há de estável na fala. O uso é definido como o conjunto das conexões [28] interstráticas efetivamente executadas. As combinações que são variantes das conexões interstráticas pertencem à fala sem pertencer ao uso. Elas constituem, em outras palavras, aquilo que resta da fala ao dela se subtrair o uso. É o que se chama de *ato* lingüístico em semiótica.

Diversamente do uso, a *norma* deve ser o conjunto das relações interstráticas admitidas.

O *esquema* semiótico (e lingüístico), pelo contrário, está fora desta ordem de idéias: esse termo relaciona-se apenas com as funções intrínsecas na forma de cada um dos planos considerados à parte.

Esperamos que o estudo que acaba de ser lido poderá contribuir, pelo menos provisoriamente, para desfazer certos mal-entendidos, e certas confusões que, salvo erro, ainda se encontram nesse domínio que, observando-o mais de perto, demonstrou ser ainda praticamente virgem. Os resultados que acreditamos ter obtido ainda deixam a desejar, sem dúvida, e exigirão ulteriores esclarecimentos, correções e remanejamentos. A primeira condição de tal progresso é que nos sirvamos de noções tão bem definidas quanto possível. É possível, se se desejar, comprazer-se em construir alegorias mais ou menos espirituais, pretendendo por exemplo que a substância gráfica 'exprime' a substância fônica, portanto, considerar essas duas substâncias como 'planos' de segundo grau, ou então que os níveis inferiores seriam 'substâncias' de segundo grau em relação à substância semiótica imediata considerada como 'forma' do segundo grau. Mas quisemos exatamente prevenir contra esse abuso de metáforas e de uma terminologia que ainda traz a marca desse "corpo de doutrina" que constitui o nível superior da substância do conteúdo da linguagem, mas do qual a ciência deve se livrar.

[28] Ou *coesões* (tal como nos *Prolegomena).*

LOUIS TROLLE HJELMSLEV

PROLEGÔMENOS A UMA TEORIA DA LINGUAGEM*

Tradução de **José Teixeira Coelho Netto**

*Traduzido da versão inglesa de Francis J. Whitfeld, *Prolegomena to a Theory of Language,* Madison, 1963, The University of a Winscosin Press.

1. Estudo da linguagem e teoria da linguagem

A linguagem — a fala — é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam à nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana até os momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não *é* tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas.

É por isso que a linguagem cativou o homem enquanto objeto de deslumbramento e de descrição, na poesia e na ciência. A ciência foi levada a ver na linguagem seqüências de sons e de movimentos expressivos, suscetíveis de uma descrição exata, física e fisiológica, e cuja disposição forma signos que traduzem os fatos da consciência. Procurou-se, através de interpretações psicológicas e lógicas, reconhecer nesses signos as flutuações da psique e a constância do pensamento: as primeiras na evolução e na vida caprichosa da língua; a segunda, em seus próprios signos, dentre os quais distinguiu-se a palavra e a frase, imagens concretas do conceito e do juízo. A linguagem, como sistema de signos, devia fornecer a chave do sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem. A linguagem, como instituição social superindividual, devia contribuir para a caracterização da nação; a linguagem, com suas flutuações e sua evolução, devia abrir

caminho ao conhecimento do estilo da personalidade e ao conhecimento das longínquas vicissitudes das gerações desaparecidas. A linguagem ganhava assim uma posição-chave que iria abrir perspectivas em muitas direções.

Assim considerada, e mesmo quando é objeto da ciência, a linguagem deixa de ser um fim em si mesma e torna-se um meio: meio de um conhecimento cujo objeto principal reside fora da própria linguagem, ainda que seja o único caminho para chegar até esse conhecimento, e que se inspira em fatos estranhos a este. Ela se torna, então, o meio de um conhecimento transcendental — no sentido próprio, etimológico do termo — e não o fim de um conhecimento imanente. É assim que a descrição física e fisiológica dos sons da linguagem corre o risco de cair no físico e no fisiológico puros, e que a descrição psicológica e lógica dos signos — isto é, das palavras e das frases — reduz-se facilmente a uma psicologia, uma lógica e uma ontologia puras, perdendo de vista, com isso, seu ponto de partida lingüístico. A história o confirma. E ainda que não fosse esse o caso, os fenômenos físicos, fisiológicos, psicológicos e lógicos, enquanto tais, não constituem a própria linguagem, mas sim apenas aspectos a ela exteriores, fragmentários, escolhidos como objeto de estudo não tanto porque interessam à linguagem quanto porque abrem domínios aos quais esta permite chegar. Encontra-se a mesma atitude quando, baseando-se em tais descrições, a pesquisa lingüística atribui-se como objeto a compreensão da sociedade humana e a reconstituição das relações pré-históricas entre povos e nações.

Isto é dito não para diminuir o valor de tais pontos de vista nem de tais empreendimentos, mas sim com o objetivo de chamar a atenção para um perigo, o perigo que consiste em apressar-se demasiado na direção do objetivo fixado pela pesquisa e, com isso, negligenciar a própria linguagem, que é o meio de atingir esse objetivo. Na realidade, o perigo reside no fato de que a linguagem *quer* ser ignorada: é seu destino natural o de ser um meio e não um fim, e é só artificialmente que a pesquisa pode ser dirigida para o próprio meio do conhecimento. Isso é válido na vida cotidiana, onde normalmente a linguagem não atravessa o umbral da consciência; mas isto é igualmente verdadeiro na pesquisa científica. Há já algum tempo se compreendeu que, ao lado da filologia, que deseja encontrar no estudo da língua e dos textos o meio de atingir uma consciência literária e histórica, há lugar para uma lingüística que se constitua no próprio objetivo desse estudo.Mas, do projeto à sua realização o caminho era bem longo. Mais uma vez, a linguagem deveria desapontar seus admiradores científicos, pois a história e a comparação genética das línguas, que se tornaram o objeto essencial da lingüística tradicional, não se atribuíam nem por objetivo nem por resultado o conhecimento da natureza da linguagem, a qual não passava de um meio para chegar-se ao estudo das sociedades e ao estudo dos contatos entre os povos nas épocas histórica e pré-histórica. Mas aqui também o que se tem é filologia. Sem dúvida acredita-se, quando se trata da técnica interna de comparação das línguas, estar lidando com a própria língua, mas isto é ilusão. Não é a própria língua, mas seus *disiecta membra,*[1] que não permitem apreender a totalidade que é a

[1] Elementos (membros) esparsos. (N. do E.)

língua; um tal método alcança as contribuições físicas e fisiológicas, psicológicas e lógicas, sociológicas e históricas da língua, mas não a própria língua.

A fim de construir uma lingüística deve-se proceder de outro modo. Esta não deve ser nem uma simples ciência auxiliar, nem uma ciência derivada. Essa lingüística deve procurar apreender a linguagem não como um conglomerado de fatos não lingüísticos (físicos, fisiológicos, psicológicos, lógicos, sociológicos), mas sim como um todo que se bastá a si mesmo, uma estrutura *sui generis*. É só deste modo que a língua enquanto tal poderá ser submetida a um tratamento científico e deixar de nos mistificar ao escapar à nossa observação.

A importância deste modo de proceder será avaliada a longo prazo nas repercussões que obtiver sobre os diversos pontos de vista transcendentais, sobre as filologias e sobre a assim chamada lingüística tradicional. Os resultados desta nova lingüística permitiram, entre outros, estabelecer uma base homogênea de comparação das línguas ao fazer desaparecer o particularismo na criação dos conceitos (particularismo este que é o principal escolho da filologia) e apenas esta base é que tornará possível uma lingüística genética racional. Quer se identifique a estrutura da linguagem com a da existência ou que se veja nela apenas um reflexo desta, mais ou menos deformado, a curto prazo é através de sua contribuição à epistemologia geral que a lingüística revelará, de modo inconteste, sua importância.

O trabalho preliminar de uma tal lingüística consiste em construir uma teoria da linguagem que formule e descubra as premissas dessa linguagem, que indique seus métodos e fixe seus caminhos.

O presente estudo constitui os prolegômenos de uma tal teoria.

O estudo da linguagem, com seus objetivos múltiplos e essencialmente transcendentais, tem muitos adeptos. A teoria da linguagem que se quer exclusivamente imanente, pelo contrário, quase não os tem. A respeito desta colocação, não se deve confundir teoria da linguagem com filosofia da linguagem. Como qualquer outra disciplina científica, o estudo da linguagem conheceu, no decorrer de sua história, tentativas filosóficas que procuravam justificar seus métodos de pesquisa; o interesse atribuído, nestes últimos anos, aos fundamentos da ciência é tal que certas escolas de lingüística transcendental acreditam mesmo ter encontrado os sistemas de axiomas sobre os quais se baseia esse estudo.[2] Todavia, é extremamente raro que essas especulações da filosofia da linguagem atinjam uma tal precisão e que sejam elas efetuadas numa escala ampla, de modo sistemático, por pesquisadores que tenham um conhecimento suficiente da lingüística e da epistemologia. Na maior parte do tempo, tais especulações são subjetivas, e é por isso que nenhuma delas, salvo talvez quando de uma moda passageira, conseguiu reunir à sua volta um grande número de defensores. Portanto, é impossível traçar o desenvolvimento da teoria da linguagem e escrever sua histó-

[2] Leonard Bloomfield, "A set of postulates for the science of language" *(Language* II, 1926, pp. 153-164). Karl Buhler, *Sprachtheorie,* Iena, 1934, *id.,* "Die Axiomatik der Sprachwissenschaften" *(Kantstudien* XXXVIII, 1933, pp. 19-90).

ria: falta-lhe a continuidade. Por causa disso, todo esforço no sentido de formular uma teoria da linguagem viu-se desacreditado e considerado como uma vã filosofia, um diletantismo matizado de apriorismo. Essa condenação, aliás, parece justificada pois, nesse domínio, diletantismo e apriorismo têm prevalecido a tal ponto que é muitas vezes difícil, do exterior, distinguir o verdadeiro do falso. O presente estudo gostaria de contribuir para que se reconhecesse que tais características não são necessariamente inerentes a toda tentativa de lançar as bases de uma teoria da linguagem. Será mais fácil chegar a ela se houver um esforço por esquecer o passado e por fazer tábula rasa de tudo aquilo que nada forneceu de positivo e que pudesse ser utilizado. Em grande parte nos apoiaremos no material recolhido pela pesquisa lingüística anterior, material este que, reinterpretado, constituirá o essencial da teoria da linguagem. Aderimos explicitamente ao passado em certos pontos a respeito dos quais sabemos que outros conseguiram resultados positivos antes de nós. Um único teórico merece ser citado como pioneiro indiscutível: o suíço Ferdinand de Saussure.[3]

Um trabalho muito importante, preparatório da teoria da linguagem aqui exposta, foi realizado em colaboração com alguns membros do Círculo Lingüístico de Copenhague, particularmente com H. J. Uldall, entre 1934 e 1939. Algumas discussões na Sociedade de Filosofia e de Psicologia de Copenhague, bem como muitas trocas de pontos de vista com Jörgen Jörgensen e Edgar Tranekjaer Pasmussem, foram-nos extremamente preciosas no desenvolvimento de nossa teoria. No entanto, o autor declara-se o único responsável por esta obra.

3. Teoria da linguagem e empirismo

Uma teoria, para ser a mais simples possível, só deve elaborar a partir das premissas que sejam necessariamente exigidas por seu objeto. Além do mais, para permanecer fiel a seu objetivo, ela deve, em suas aplicações, conduzir a resultados conformes aos "dados de experiência", reais ou que assim se presumem.

Essa é uma exigência metodológica com a qual toda teoria se vê confrontada, e cujo sentido cabe à epistemologia pesquisar. Não pretendemos, aqui, abordar esse problema. Cremos satisfazer as exigências acima esboçadas a respeito do assim chamado empirismo ao adotar esse princípio, que prima sobre todos os outros e pelo qual a teoria da linguagem já se distingue nitidamente de todos os empreendimentos da filosofia da linguagem:

A descrição deve ser não contraditória, exaustiva e tão simples quanto possível. A exigência de não contradição prevalece sobre a da descrição exaustiva, e a exigência da descrição exaustiva prevalece sobre a exigência de simplicidade.

Assumimos o risco de denominar esse princípio de *princípio do empirismo,*

[3] Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale,* publicado por Ch. Bally e Alb. Sechehaye, Paris, 1916, 2.ª ed. 1922, 3a. ed. 1931, 1949.

mas estamos preparados para abandonar esse termo se a epistemologia, examinando-o, considerá-lo impróprio. Trata-se apenas de uma questão de terminologia que não afeta em nada a manutenção do princípio.

4. Teoria da linguagem e indução

A asserção de nosso princípio do empirismo não nos torna, de modo algum, escravos do método indutivo, se se entender por isso a exigência de uma passagem gradual do particular para o geral, ou de um objeto limitado para outro que o seja menos. Encontramo-nos novamente diante de termos cuja análise e determinação cabem à epistemologia, mas que, mais tarde, teremos ocasião de utilizar num sentido mais preciso do que aquele que aqui lhes podemos atribuir. Há, ainda aqui, um problema terminológico que teremos de resolver com a colaboração da epistemologia. Mas, por enquanto, trata-se apenas de determinar nossa posição frente à lingüística anterior. Esta se caracteriza tipicamente pela elaboração de uma hierarquia que vai dos sons particulares ao fonema (classe de sons), dos fonemas particulares às categorias de fonemas, dos diversos sentidos à significação geral ou fundamental e, enfim, às categorias de significações. Tem-se o hábito, na lingüística, de neste caso falar em *indução*. É possível defini-la em poucas palavras como a passagem do componente para a classe e não da classe para o componente. É um movimento que sintetiza ao invés de analisar, que generaliza ao invés de especificar

A experiência põe em evidência os inconvenientes de um tal método. Este conduz inevitavelmente à extração de conceitos hipostasiados como sendo reais. Esse realismo (no sentido medieval do termo) não fornece uma base utilizável para a comparação, dado que os conceitos assim obtidos não têm valor geral e só se aplicam a um determinado estágio de uma dada língua. A terminologia tradicional completa mostra o fracasso desse realismo: as classificações da gramática indutiva, tais como "genitivo", "perfeito", "subjuntivo", "passivo", etc. são exemplos notáveis desse fato. Nenhum desses termos, em sua acepção corrente, é suscetível de uma definição geral. Genitivo, perfeito, subjuntivo e passivo abarcam fenômenos inteiramente diferentes em duas línguas como, por exemplo, o latim e o grego. Todos os conceitos da lingüística tradicional, sem exceção alguma, estão neste mesmo caso. A indução, neste campo, não leva das flutuações à constância, mas apenas das flutuações ao acidental. Em última análise, o método indutivo entra em conflito com o princípio de empirismo que formulamos: ele não permite que se realize uma descrição não contraditória e simples.

Se se pretende partir dos dados supostos da experiência, é exatamente o procedimento inverso que se impõe. Se é possível falar em dados (colocamos essa frase no condicional por razões epistemológicas), esses dados são, para o lingüista, o *texto* em sua totalidade absoluta e não analisada. O único procedimento possível para isolar o sistema que esse texto subentende é uma análise que considera o texto como uma classe analisável em componentes; estes componentes

são, por sua vez, considerados como classes analisáveis em componentes, e assim por diante até a exaustão das possibilidades de análise. É possível definir rapidamente esse procedimento como sendo uma passagem da classe ao componente, e não como no procedimento contrário. É um movimento que analisa e especifica e não um movimento que sintetiza e generaliza, o contrário do empreendimento indutivo tal como conhece a lingüística tradicional. A lingüística contemporânea, que ilustra essa oposição, designou esse procedimento, e outros que lhe são mais ou menos análogos, com o termo *dedução*. Sabe-se, por experiência, que esse termo choca os epistemólogos, mas mesmo assim o conservamos na esperança de provar, posteriormente, que esta contradição terminológica nada tem de insuperável.

5. Teoria da linguagem e realidade

Com a terminologia que escolhemos podemos caracterizar o método da teoria da linguagem como sendo necessariamente empírico e dedutivo, e desse modo pudemos jogar luz sobre a questão fundamental das relações entre a teoria da linguagem e aquilo a que se denomina "os dados da experiência". No entanto, resta ainda esclarecer esta mesma questão a partir de um outro ponto de vista, isto é, resta procurar o sentido unilateral ou recíproco das influências possíveis entre a teoria e seu objeto (ou seus objetos). Formulando o problema de um modo simplista, tendencioso e voluntariamente ingênuo: é o objeto que determina e afeta a teoria ou é a teoria que determina e afeta seu objeto?

Mais uma vez temos que recusar o problema puramente epistemológico em seu conjunto; ater-nos-emos aqui ao único aspecto sob o qual ele se nos coloca. Sabemos muito bem que o termo *teoria,* mal empregado e desacreditado, pode ser compreendido de diversas maneiras. Entre outras coisas, pode designar um sistema de hipóteses. Neste sentido, freqüentemente utilizado em nossos dias, é fora de dúvida que a relação de influência entre a teoria e seu objeto é unilateral: é o objeto que afeta e determina a teoria, e não o inverso. A hipótese, depois de confrontada com o objeto, pode revelar-se verdadeira ou falsa. Já deveria ser evidente que, de nossa parte, empregamos o termo *teoria* num sentido diferente. Dois fatores têm, aqui, igual importância:

1. A teoria, em si mesma, não depende da experiência. Em si mesma nada há que indique que terá ou não aplicações relacionadas com os dados da experiência. Em si mesma, ela não implica nenhum postulado de existência. Ela constitui aquilo que se denominou de sistema dedutivo puro, no sentido em que é a teoria, e ela apenas, que, a partir das premissas por ela enunciadas, permite o cálculo das possibilidades que resultam destas premissas.

2. O teórico sabe, por experiência, que certas premissas enunciadas na teoria preenchem as condições necessárias para que esta se aplique a certos dados da experiência. Estas premissas são tão gerais quanto possível e podem ser, assim, aplicáveis em um grande número de dados da experiência.

A fim de caracterizar estes dois fatores, diremos que a teoria, no primeiro caso, é *arbitrária,* e no segundo, *adequada* (ou conforme a seu objetivo). Parece necessário incorporar estes dois fatores na elaboração de toda teoria. Todavia, daquilo que foi exposto decorre que os dados da experiência nunca podem confirmar ou contrariar a validade da própria teoria, mas sim, apenas, sua aplicabilidade.

A teoria permite que se deduzam teoremas que devem ter todos a forma da implicação (no sentido lógico desse termo) ou poder serem transpostos para uma forma condicional dessa relação. Um tal teorema enuncia simplesmente que, se uma condição for preenchida, pode-se concluir pela verdade da proposição. A aplicação da teoria mostrará se a condição é preenchida no caso considerado.

A teoria e os teoremas que dela são deduzidos permitem, por sua vez, elaborar hipóteses (entre as quais, as leis) cuja validade, contrariamente à da teoria, depende exclusivamente de sua verificação.

Os termos *axioma* e *postulado* não foram aqui mencionados. Deixamos para a epistemologia o trabalho de decidir se nossa teoria exige que proposições desse tipo estejam na base das premissas que explicitamente enunciamos. As premissas da teoria da linguagem remontam tão longe que tais axiomas pressupostos teriam uma tal generalidade que nenhum deles poderia ser específico à teoria da linguagem em oposição a outras teorias. É que nosso objetivo é justamente o de remontar tão longe quanto possível na direção dos princípios fundamentais, sem com isso ultrapassar aquilo que nos parece diretamente utilizável para a teoria da linguagem. Esta atitude nos obriga a invadir o domínio da epistemologia, tal como o fizemos nos parágrafos anteriores. Isto na convicção de que nenhuma teoria científica pode ser elaborada sem uma colaboração ativa com a epistemologia.

A teoria da linguagem, portanto, define assim soberamente seu objeto ao estabelecer suas premissas através de um procedimento simultaneamente arbitrário e adequado. A teoria consiste num cálculo cujas premissas são em número tão restrito e são tão gerais quanto possível e que, na medida em que tais premissas são específicas a tal teoria, não parecem ser de natureza axiomática. Este cálculo permite prever possibilidades, mas de modo algum se pronuncia a respeito da realização destas. Deste ponto de vista, se relacionarmos a teoria da linguagem com a realidade, a resposta à questão que consiste em saber se o objeto determina e afeta a teoria, ou se é o contrário, é dupla: em virtude de seu caráter arbitrário, a teoria é a-realista; em virtude de seu caráter adequado, ela é *realista* (atribuindo a este termo seu sentido moderno e não, como mais acima, seu sentido medieval).

6. Objetivo da teoria da linguagem

É possível dizer, portanto, que uma teoria -- no sentido em que entendemos esse termo -- tem por objetivo elaborar um procedimento por meio do qual se

possa descrever, não contraditoriamente e exaustivamente, objetos dados de uma suposta natureza. Uma tal descrição permite aquilo que se tem por hábito denominar reconhecimento ou compreensão do objeto em questão; do mesmo modo podemos dizer, sem corrermos o risco de errar ou de sermos obscuros, que a teoria tem por objetivo indicar um método de reconhecimento ou de compreensão de um dado objeto. Deste modo, a teoria não pode limitar-se a dar-nos meios de reconhecer um determinado objeto; ela deve, além disso, ser concebida de modo a permitir a identificação de todos os objetos concebíveis da mesma suposta natureza que o objeto dado. Uma teoria deve ser geral, no sentido em que ele deve pôr à nossa disposição um instrumental que nos permita reconhecer não apenas um dado objeto ou objetos já submetidos à nossa experiência, como também todos os objetos possíveis da mesma natureza suposta. Armamo-nos com a teoria para nos depararmos não apenas com todas as eventualidades já conhecidas, mas com qualquer eventualidade.

A teoria da linguagem se interessa por textos, e seu objetivo é indicar um procedimento que permita o reconhecimento de um dado texto por meio de uma descrição não contraditória e exaustiva desse texto. Mas ela deve também mostrar como é possível, do mesmo modo, reconhecer qualquer outro texto da mesma natureza suposta, fornecendo-nos instrumentos utilizáveis para tais textos.

Exigimos da teoria da linguagem, por exemplo, que ela permita descrever não contraditoriamente e exaustivamente não apenas todos os textos dinamarqueses existentes como também todos os textos dinamarqueses possíveis e concebíveis — mesmo os textos de amanhã, mesmo aqueles que pertencem a um futuro não definido — na medida em que forem da mesma suposta natureza dos textos até aqui considerados. A teoria da linguagem satisfaz essa exigência ao basear-se nos textos dinamarqueses que existem; a extensão e a quantidade destes são tais que essa teoria, de fato, tem de contentar-se com uma seleção desses textos. Ora, graças a nossos instrumentos teóricos, essa simples seleção de textos permite constituir um fundo de conhecimento que por sua vez poderá ser aplicado a outros textos. Estes conhecimentos dizem respeito, naturalmente, aos *processos* ou *textos* de que foram extraídos; mas não reside nesse ponto seu interesse único e essencial: tais conhecimentos dizem respeito também ao *sistema* ou *língua* a partir da qual se elabora a estrutura de todos os textos de uma mesma suposta natureza, e que nos permite construir novos textos. Graças aos conhecimentos lingüísticos assim obtidos, poderemos elaborar, para uma mesma língua, todos os textos concebíveis ou teoricamente possíveis.

Todavia, não basta que a teoria da linguagem permita descrever e elaborar todos os textos possíveis de uma dada língua; é necessário ainda que, sobre a base dos conhecimentos que a teoria da linguagem em geral contém, essa teoria possa fazer a mesma coisa em relação a todos os textos de qualquer outra língua. Ainda uma vez o teórico da linguagem só pode satisfazer essa exigência se tomar por ponto de partida uma seleção restrita de textos que pertencem a diferentes línguas. Percorrer todos os textos existentes é, naturalmente, humanamente impossível, e seria de resto inútil uma vez que a teoria também deve ser válida

para textos que ainda não estão realizados. O lingüista, como qualquer outro teórico, deve portanto ter a precaução de prever todas as possibilidades concebíveis, incluindo-se aqui aquelas que são ainda desconhecidas e as que não estão realizadas. Deve admiti-las na teoria de tal modo que esta se aplique a textos e a línguas que ele ainda não encontrou, e dos quais talvez alguns nunca se realizem. Somente deste modo é que ele pode estabelecer uma teoria da linguagem cuja aplicabilidade seja certa.

Essa é a razão pela qual é necessário assegurar a aplicabilidade da teoria, e cada aplicação necessariamente a pressupõe. Mas é da maior importância não confundir a teoria com suas aplicações ou com o método prático de aplicação. A teoria conduzirá a um procedimento, mas um "procedimento de descoberta" (prático) não será exposto nesta obra que, em termos estritos, não apresenta a teoria sob uma forma sistemática, mas apenas seus prolegômenos.

Em virtude de sua adequação, a teoria da linguagem realiza um trabalho empírico; em virtude de seu caráter arbitrário, realiza um trabalho de cálculo. Baseando-se em certos fatos da experiência — necessariamente limitados, embora seja útil que sejam tão variados quanto possível —, o teórico empreende, num campo preciso, o cálculo de todas as possibilidades. Ele baliza arbitrariamente esse campo, isolando propriedades comuns a todos os objetos a respeito dos quais se está de acordo em denominá-los de línguas, a fim de, em seguida, generalizar essas propriedades e estabelecê-las por definição. A partir desse momento ele decidiu — de um modo arbitrário mas adequado — quais são os objetos aos quais a teoria pode ser aplicada e quais aqueles aos quais ela não o pode ser. Todos os objetos assim definidos são então submetidos a um cálculo geral que prevê todos os casos concebíveis. Esse cálculo, deduzido a partir da definição apresentada e independentemente de qualquer referência à experiência, fornece o instrumental que permite descrever ou reconhecer um dado texto e a língua na qual ele está elaborado. A teoria da linguagem não pode ser nem verificada, nem confirmada, nem invalidada através do recurso aos textos e às línguas de que trata. Ela só admite um controle: a não-contradição e a exaustividade do cálculo.

Se o cálculo permite estabelecer diversos procedimentos possíveis que conduzem todos a uma decrição não contraditória e exaustiva de um texto e de uma língua quaisquer, deve-se escolher entre esses procedimentos aquele que permitir a descrição mais simples. Se vários procedimentos permitem descrições cujos resultados têm o mesmo grau de simplicidade, deve-se escolher aquele que toma o caminho mais simples. Chamaremos esse princípio, que é deduzido de nosso princípio de empirismo, de *princípio de simplicidade*.

É o único princípio que permite afirmar que tal solução não contraditória e exaustiva é correta e que tal outra não o é. É considerada correta aquela que melhor satisfaz ao princípio de simplicidade.

Portanto, é possível decidir sobre o valor da teoria da linguagem e de suas aplicações, verificando se o resultado obtido, na medida em que responde às exigências da não-contradição e da exaustividade, é ao mesmo tempo o mais simples possível.

Assim, é apenas em relação ao "princípio de empirismo" que ela enunciou que a teoria da linguagem deve ser julgada. Segue-se que é possível imaginar várias teorias da linguagem que se aproximam do ideal formulado nesse princípio. Apenas uma delas deve ser a teoria definitiva, e toda teoria da linguagem apresentada sob uma forma concreta aspira a ser exatamente isso. Ora, a teoria da linguagem, como disciplina, não se define por sua realização concreta; deste modo, é igualmente possível e desejável vê-la progredir através da elaboração de novas realizações concretas que se aproximam cada vez mais de seu princípio fundamental.

Nos prolegômenos à teoria, o que nos interessa é o lado realista desta teoria, a melhor maneira de satisfazer a exigência da aplicabilidade. Para isso, será necessário isolar os traços constitutivos de toda estrutura lingüística e examinar as conseqüências lógicas do estabelecimento destes em definições.

11. Funções

Uma dependência que preenche as condições de uma análise será denominada *função*. Deste modo, diremos que há função entre uma classe e seus componentes (entre uma cadeia e suas partes, entre um paradigma e seus membros), do mesmo modo como há função mútua entre os componentes (partes e membros). Serão denominados *funtivos* de uma função os termos entre os quais esta existe, entendendo-se por *funtivo* um objeto que tem uma função em relação a outros objetos. Diz-se que um funtivo *contrai* sua função. Das definições resulta que também funções podem ser funtivos, uma vez que pode haver função entre funções. Deste modo, existe uma função entre a função que as partes contraem entre si e a função contraída entre a cadeia e suas partes. Um funtivo que não for também uma função será denominado *grandeza*. No caso que já consideramos, os grupos de sílabas, as sílabas e as partes das sílabas são grandezas.

Adotamos aqui o termo *função* num sentido que se situa a meio caminho entre seu sentido lógico-matemático e seu sentido etimológico, tendo este último representado um papel considerável em todas as ciências, incluindo-se aqui a lingüística. O sentido em que o tomamos está formalmente mais próximo do primeiro, sem com isso ser-lhe idêntico. É exatamente de um tipo assim de conceito intermediário que necessitamos na lingüística. Poderemos dizer que uma grandeza no interior de um texto ou de um sistema tem determinadas funções e, com isso, aproximarmo-nos do emprego lógico-matemático desse termo, com ele exprimindo: primeiramente, que a grandeza considerada mantém dependência ou relações com outras grandezas, de modo que certas grandezas pressupõem outras, e, segundo, que pondo em causa o sentido etimológico do termo, esta grandeza funciona de uma determinada maneira, representa um papel particular, ocupa um "lugar" preciso na cadeia. Num sentido, pode-se dizer que a acepção etimológica da palavra *função* é sua definição realista, que evitamos explicitar e incluir no sis-

tema de definições porque ela supõe premissas mais numerosas que as da definição formal à qual é redutível.

Ao mesmo tempo em que adotamos o termo técnico *função,* desejamos evitar a ambigüidade do uso tradicional no qual ele designa tanto a relação entre dois termos e um ou mesmo ambos esses termos no caso em que se diz que um termo é "função" do outro. É para eliminar essa ambigüidade que propusemos o termo técnico *funtivo* e que tentamos evitar dizer, como normalmente se faz, que um funtivo é "função" do outro, preferindo a seguinte formulação: um funtivo *tem uma função com* o outro. A ambigüidade que censuramos no emprego tradicional da palavra *função* é encontrada com mais freqüência nos termos que, na terminologia tradicional, designam espécies particulares de funções, como, por exemplo, quando *regime* significa tanto *rectio* como *regimen.* A mesma ambigüidade ocorre com a palavra *pressuposição,* que pode ser empregada para designar uma função e um funtivo. Esta ambigüidade dos conceitos oculta-se atrás da definição realista das espécies de funções (cf. capítulo 9) que, por isso mesmo, deve ser excluída das definições formais. A palavra *significação* é um outro exemplo disso: é empregada tanto para a designação quanto para o próprio designado; é necessário dizer, aliás, que esse termo é obscuro também em relação a muitos outros aspectos.

Podemos agora oferecer uma visão sistemática das diferentes espécies de funções de que, prevemos, necessitaremos na teoria da linguagem, e ao mesmo tempo apresentar as definições formais das funções que até aqui introduzimos apenas a título operacional.

Por *constante* entendemos um funtivo cuja presença é uma condição necessária para a presença do funtivo com o qual tem função. Por *variável,* pelo contrário, entenderemos um funtivo cuja presença não é uma condição necessária para a presença do funtivo com o qual tem função. Estas definições baseiam-se em conceitos não específicos e indefiníveis: *presença, necessidade, condição,* bem como nas definições de função e funtivo.

A partir daí, podemos definir a *interdependência* como uma função entre duas constantes; a *determinação,* como uma função entre uma constante e uma variável, e a *constelação* como uma função entre duas variáveis.

Em certos casos, teremos necessidade de uma designação comum para a interdependência e a determinação, que são as duas espécies de funções das quais pelo menos um dos funtivos é uma constante: nós as denominaremos *coesões.* Podermos do mesmo modo ter necessidade de uma designação comum para a interdependência e a constelação, que possuem, ambas, apenas um tipo de funtivo, com a interdependência ligando apenas constantes e a constelação ligando apenas variáveis: serão denominadas *reciprocidades,* termo que indica bem que, contrariamente à determinação, estas duas funções não são "orientadas".

Em virtude desta "orientação" (devida à natureza diversa dos funtivos), deve-se distinguir entre os funtivos de uma determinação (seleção ou especificação). Denominar-se-á *determinada (selecionada* ou *especificada)* à constante, e *determinante (selecionante* ou *especificante)* à variável de uma determinação; do funtivo cuja presença é condição necessária para a presença do outro funtivo da determi-

nação diz-se *ser determinado (selecionado* ou *especificado) por* ele, e do funtivo cuja presença não é uma condição necessária à presença do outro funtivo diz-se *determinar (selecionar, especificar)* este último. Em compensação os funtivos que contraem uma reciprocidade podem ostentar o mesmo nome: chamaremos *interdependentes (solidários, complementares)* ou funtivos que contraem uma interdependência (solidariedade, complementaridade) e *constelares (combinados, autônomos)* os funtivos que contraem uma constelação (combinação, autonomia). Dos funtivos que contraem uma reciprocidade diz-se que são *recíprocos* e dos que contraem uma coesão, *coesivos.*

Ao formular as definições de nossas três espécies de funções, previmos apenas os casos em que há dois funtivos que as contraem, e apenas dois. É possível prever que as funções poderão ser contraídas por mais de dois funtivos, mas sempre se poderá considerar essas funções *multilaterais* como sendo funções entre funções *bilaterais.*

Uma outra distinção, essencial para a teoria da linguagem, é a que existe entre a função "e . . . e", ou "conjunção", e a função "ou . . . ou" ou "disjunção". É sobre esta distinção que se baseia a distinção entre processo e sistema: no processo, no texto, encontra-se um e . . . e, uma conjunção, ou uma coexistência entre os funtivos que dela participam. No sistema, pelo contrário, existe um ou . . . ou, uma disjunção ou uma alternância entre os funtivos que dele participam. Consideremos, por exemplo:

t o a
v i m

Intercambiando *t* e *v, o* e *i, a* e *m,* respectivamente, obtêm-se as palavras *toa, tom, tia, vim, voa, via,* todas diferentes. Estas grandezas são cadeias que entram no processo da língua (o texto); *t* e *v, o* e *i, a* e *m,* tomados dois a dois, constituem, pelo contrário, *paradigmas* que entram para o sistema da língua. Em *toa* há conjunção, coexistência, entre *t* e *o* e *a;* existe "realmente" para nós, ao mesmo tempo, *t* e *o* e *a.* Do mesmo modo, há coexistência ou conjunção de *v* e *i* e *m* em *vim.* Mas entre *t* e *v* há disjunção, alternância, e aquilo que "de fato" temos diante de nossos olhos *ou é t ou é m.* Do mesmo modo, há disjunção ou alternância entre *o* e *i,* e entre *a* e *m.*

Num sentido, pode-se admitir que são as mesmas grandezas que entram no processo (texto) e no sistema lingüísticos: considerado como uma parte (derivada) da palavra *toa, t* entra num processo e, por conseguinte, numa conjunção, enquanto que, considerado como um membro (derivado) do paradigma

t

v

ele entra num sistema e, portanto, numa disjunção. Do ponto de vista do processo, *t* é uma parte; do ponto de vista do sistema, é um membro. Estes dois pontos de vista distintos permitem reconhecer a existência de dois objetos diferentes, pois a definição funcional varia de um para outro. Mas, unindo ou multiplicando as duas definições funcionais distintas, poderemos nos ver autorizados a dizer que

estamos lidando com o "mesmo" *t*. É nesta medida que se pode dizer que todos os funtivos da língua entram ao mesmo tempo num processo e num sistema, que eles contraem ao mesmo tempo a relação de conjunção (ou de coexistência) e a de disjunção (ou de alternância). A interpretação desses funtivos, em cada caso particular, como sendo conjuntos ou disjuntos, coexistentes ou alternantes, dependerá do ponto de vista que se adotar, por escolha.

Em nossa teoria da linguagem — diversamente da lingüística tradicional, e em relação consciente contra ela — procuraremos utilizar uma terminologia que evite qualquer ambigüidade. Entretanto, o teórico da linguagem se vê às vezes embaraçado em matéria de terminologia; é o que acontece aqui. Denominamos provisoriamente de conjunção a função e . . . e, de acordo com a terminologia lógica do termo, ou coexistência, e denominamos de disjunção (sempre de acordo com a terminologia lógica) ou de alternância a função ou . . . ou. Mas seria totalmente inoportuno manter essas designações. Com efeito, os lingüistas entendem por *conjunção* algo inteiramente diferente, e deveremos (nisto, seguindo a tradição) utilizar o termo da mesma maneira (para designar uma "parte do discurso", embora não estejamos pensando em defini-la como tal). O emprego do termo disjunção teve uma ampla difusão na lingüística, mas apenas para designar um tipo particular da função ou . . . ou, e adotar esse termo para todas as funções ou . . . ou seria favorecer confusões e enganos. *Alternância,* enfim, é um termo lingüístico profundamente ancorado, sem dúvida nenhuma impossível de ser desenraizado e, além do mais, é cômodo para designar uma função específica — principalmente os fenômenos chamados *Ablaut* e *Umlaut* — que, aliás, mantêm estreitas relações com a função ou. . . ou, e da qual não passa, na verdade, de forma particularmente complexa. Portanto, não convém adotar *alternância* para designar a função ou. . . ou em geral. *Coexistência* não é, evidentemente, um termo já utilizado, mas não o recomendamos porque, entre outras razões, um uso já bem difundido na lingüística relaciona-o num certo sentido com a coexistência entre membros de um paradigma.

Devemos, portanto, procurar outros termos e procuraremos sempre, desde que possível, estabelecer contato com a terminologia lingüística já existente. Tornou-se prática bastante difundida na lingüística chamar de *correlação* a função que existe entre os membros de um paradigma. Parece, portanto, que convém adotar esse termo para a função ou . . . ou. E entre as designações possíveis da função e . . . e, ficaremos com a palavra *relação,* atribuindo-lhe um sentido mais limitado do que ela tem na lógica, onde *relação* é empregada essencialmente no sentido que atribuímos à palavra *função.* Este fato parece-me que provoca dificuldades apenas iniciais, fáceis de serem superadas.

Por correlação,[4] entenderemos portanto a função ou. . . ou, e por *relação*[5] a função e. . . e. Denominaremos os funtivos que contraem essas funções, respectivamente, de *correlatos* e *relatos*. A partir desta colocação, podemos definir um

[4] Ou *equivalência* (cf. H. J. Uldall, "On Equivalent Relations", *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague,* V, pp. 71-76).
[5] Ou *conexão.*

sistema como uma hierarquia correlacional, e um *processo* como uma hierarquia relacional.

Ora, como já vimos (cap.2), processo e sistema são conceitos de uma grande generalidade, e que não poderiam ter seu uso restrito exclusivamente a objetos semióticos. Encontramos designações cômodas e tradicionais para um processo e um sistema semióticos nos termos *sintagmática* e *paradigmática.* Quando se trata da língua natural falada, que é a única a nos interessar no momento, podemos também utilizar termos mais simples: chamaremos aqui o processo de *texto,* e o sistema de *língua.*

Um processo e o sistema subentendido contraem uma função mútua que, conforme o ponto de vista adotado, pode ser considerada como uma relação ou como uma correlação. Um exame aprofundado dessa função mostra facilmente que é uma determinação cujo sistema é a constante: *o processo determina o sistema.* Não é essencial que, visto do exterior, o processo seja mais imediatamente perceptível à observação, enquanto que o sistema deve ser antes "relacionado" com o processo "descoberto" atrás dele mediante um procedimento; é apenas por isso que o único modo de conhecê-lo é o modo indireto, a menos que ele se apresente de imediato a partir de um procedimento preliminar. Esta situação poderia levar a pensar que o processo pode existir sem o sistema e não o contrário. Mas o importante é que a existência de um sistema seja uma condição necessária para a existência de um processo. O processo só existe em virtude do sistema subjacente que o governa e que determina sua formação possível. Não seria possível imaginar um processo sem um sistema por trás dele porque neste caso tal processo seria inexplicável, no sentido absoluto da palavra. Um sistema, pelo contrário, não é inconcebível sem um processo. A existência de um sistema não pressupõe a existência de um processo. O sistema não existe em virtude de um processo.

Portanto, é impossível ter um texto sem uma língua que esteja por trás dele. Pelo contrário, uma língua pode existir sem que se concontre um texto construído nessa língua. Isso quer dizer que essa língua é prevista pela teoria da linguagem como um sistema possível, sem que nenhum processo correspondente tenha sido *realizado.* O processo textual é *virtual.* Esta observação obriga-nos a definir a *realização.*

Chamaremos de *universal* uma operação com um resultado dado se se afirmar que ela pode ser efetuada sobre não importa qual objeto, e chamaremos suas resultantes de *universais.* Pelo contrário, se se afirma que uma operação pode ser efetuada sobre um dado objeto, mas não sobre um outro objeto qualquer, dizemos que ela é *particular,* e suas resultantes serão *particulares.* Diremos então de uma classe que ela é *realizada* se ela puder tornar-se o objeto de uma *análise particular,* e que é *virtual* no caso contrário. Pensamos, com isso, ter obtido uma definição formal que nos libertará das obrigações metafísicas, e que fixará, de modo necessário e suficiente, aquilo que entendemos por *realização.*

Se existir apenas uma língua (sistema), prevista como possível pela teoria,

mas nenhum texto (processo) correspondente, natural ou elaborado pelo teórico a partir de um tal sistema, pode-se afirmar a possibilidade da existência de tais textos, mas não se pode fazer deles o objeto de uma análise particular. Diremos, neste caso, que o texto é virtual. Mas um texto, ainda que puramente virtual, pressupõe um sistema lingüístico realizado, no sentido da definição. De um ponto de vista realista, esta situação provém do fato de que um processo tem um caráter mais "concreto" do que um sistema, e um sistema um caráter mais "fechado" do que um processo.

Com base na análise detalhada das funções introduzidas no capítulo 9, concluiremos apresentando um quadro esquemático das espécies de funções que previmos:[6]

	função	relação (conexão)	correlação (equivalência)
coesão	determinação	seleção	especificação
reciprocidade	interdependência	solidariedade	complementaridade
	constelação	combinação	autonomia

12. Signos e figuras

Há uma particularidade a ser observada a respeito das grandezas que resultam de uma dedução; diremos, provisoriamente, que uma frase pode ser composta por uma única proposição e uma proposição por uma única palavra. Esta característica encontra-se nos textos mais variados. Com o imperativo latino *i*, "vá!", ou a interjeição portuguesa *ah* temos uma grandeza que se pode considerar ao mesmo tempo como uma frase, uma proposição e uma palavra. Neste caso, encontramos também uma sílaba que compreende uma única parte de sílaba (uma parte central, cf. capítulo 9). Devemos levar em conta essa possibilidade ao preparar a análise. Para tanto, convém introduzir uma "regra de transmissão" que impedirá a análise ulterior de uma dada grandeza num estágio prematuro do procedimento e que permitirá que certas grandezas passem intatas de um estágio para outro em dadas condições, enquanto que grandezas de mesmo grau serão submetidas à análise.

Em cada divisão particular poderemos fazer o inventário das grandezas que contraem as mesmas relações, isto é, que podem ocupar um único e mesmo "lu-

[6] O emprego dos símbolos glossemáticos para as diferentes funções é ilustrado pelos seguintes exemplos, nos quais *a* e *b* representam um termo qualquer, *v* uma variável e *c* uma constante: FUNÇÃO: $a \varphi b$; RELAÇÃO: a R b; CORRELAÇÃO: $a : b$; DETERMINAÇÃO: $v \twoheadrightarrow c$ ou $c \twoheadrightarrow v$; SELEÇÃO: $v \rightarrow c$; ou $c \leftarrow v$; ESPECIFICAÇÃO: $v /\!- c$ ou $c -\!/ v$; INTERDEPENDÊNCIA: $c \leftrightarrow c$; SOLIDARIEDADE: $c \sim c$; COMPLEMENTARIDADE: $c + c$; CONSTELAÇÃO: $v \mid v$; COMBINAÇÃO: $v - v$; AUTONOMIA: $v + v$;. Naturalmente, o número de termos não se limita a dois.

gar" na cadeia. Podemos, por exemplo, fazer o inventário de todas as proposições que poderiam ser intercaladas no lugar de uma dada proposição. Em certas condições, isso poderia conduzir ao inventário de todas as proposições principais e de todas as proposições subordinadas. É possível, do mesmo modo, proceder ao inventário de todas as palavras, de todas as sílabas e de todas as partes de sílabas que tenham determinadas funções. Em certas condições, isso poderia conduzir ao inventário de todas as partes de sílabas centrais. A exigência da exaustividade torna necessário levantar tais inventários; isso permitirá registrar uma função de um tipo particular entre as grandezas que podem ocupar um único e mesmo lugar na cadeia.

Quando não comparados os inventários assim obtidos nos diferentes estágios da dedução, é notável ver que o número deles diminui à medida que o procedimento da análise avança. Se o texto é ilimitado, isto é, se for possível acrescentar-lhe algo constantemente, como é o que acontece com uma língua viva, pode-se registrar um número ilimitado de frases, de proposições e de palavras. Cedo ou tarde, no curso da dedução, encontra-se no entanto um ponto em que o número das grandezas inventariadas é limitado e a partir daí, em termos gerais, ele diminui. No entanto, parece certo que uma língua tem um número limitado de sílabas, ainda que esse número seja relativamente elevado. Se podemos dividir as sílabas em partes centrais e marginais, o número dos membros dessas classes será inferior ao número de sílabas da língua. Continuando a dividir as partes das sílabas, chega-se às grandezas que, na terminologia atual, denominam-se fonemas. Em todas as línguas, o número destes é tão pequeno que pode ser escrito com dois algarismos; em muitas línguas, esse número chega mesmo a baixar à casa dos vinte.)

Este fato, constatado indutivamente em todas as línguas observadas até aqui, está na base da invenção do alfabeto. De fato, se não houvesse inventários limitados, a teoria da linguagem não poderia esperar alcançar seu objetivo: tornar possível uma descrição simples e exaustiva do sistema que está por trás do processo textual. Se no decorrer da análise não fosse possível a existência de inventário limitado algum, não poderia haver descrição exaustiva. Do mesmo modo, quanto mais o inventário é restrito no último estágio da análise, melhor se atenderá à exigência de uma descrição simples feita pelo princípio do empirismo. É por isso que a teoria da linguagem atribui uma importância tão grande à possibilidade de uma execução apurada da idéia que, desde os tempos pré-históricos, presidiu à invenção da escrita: idéia de fazer uma análise que conduza às grandezas de extensão mínima e em menor número possível.

As duas observações precedentes, que querem, de um lado, que uma grandeza possa às vezes ter a mesma extensão de uma grandeza de um outro grau (é o caso de *i)* e, por outro lado, que os inventários tornem-se cada vez mais limitados no decorrer do procedimento e que, de ilimitados no início, tornem-se limitados, assumirão sua importância quando passarmos a considerar a linguagem como um *sistema de signos*.

O fato de que uma linguagem é um sistema de signos parece ser uma proposição evidente e fundamental que a teoria deve levar em consideração desde o

início. Quanto ao sentido que se deve atribuir a esta proposição e, sobretudo, à palavra *signo,* é à teoria da linguagem que cabe decidir. Provisoriamente, devemos nos ater à definição tradicional, realista e imprecisa. Ela nos diz que um "signo" (ou, como diremos a fim de antecipar uma distinção terminológica que será introduzida mais tarde (cap. 13), a *expressão de um signo)* é, de início e acima de tudo, signo *de* alguma outra coisa, particularidade que nos interessa desde logo pois parece indicar que um "signo" define-se por uma função. Um "signo" funciona, designa, significa. Opondo-se a um não-signo, um "signo" é portador de uma significação.

Contentar-nos-emos com esta colocação inicial e tentaremos, sobre esta frágil base, decidir em que medida é verdadeira a proposição segundo a qual uma linguagem é um sistema de "signos".

Em seus estágios iniciais, a tentativa de análise de um texto parece confirmar plenamente esta proposição. Grandezas como as frases, as proposições e as palavras parecem preencher a condição imposta; elas veiculam uma significação e, portanto, são "signos"; os inventários que faremos no decorrer da análise nos conduzirão a um sistema de signos que está por trás do processo de signos. Aqui, mais uma vez, será interessante levar a análise tão longe quanto possível a fim de assegurar uma descrição ao mesmo tempo exaustiva e tão simples quanto possível. As palavras não são os signos últimos, irredutíveis, da linguagem, tal como podia deixá-lo supor o imenso interesse que a lingüística tradicional dedica à palavra. As palavras deixam-se analisar em partes que são igualmente portadoras de significações: radicais, sufixos de derivação e desinências flexionais. Em relação a este ponto, certas línguas vão mais longe que outras. A terminação latina *-ibus* não é decomponível em signos de extensão mais limitada, é um signo único que veicula ao mesmo tempo a significação do caso e a do número. A terminação húngara do dativo plural numa palavra como *magyaroknak* (de *magyar,* húngaro) é um signo composto formado por um signo *-ok,* que veicula a indicação do plural, e por um outro signo, *-nak,* que veicula a indicação do dativo. Esta análise não se vê afetada de modo algum pelo fato de existirem línguas desprovidas de sufixos de derivação e de desinências flexionais e pelo fato de que, mesmo nas línguas que os possuem, possam existir palavras que comportem apenas um radical. Uma vez que observamos que uma grandeza pode às vezes ser da mesma extensão de uma grandeza de grau superior, e deve então ser transmitida intata de operação para operação, este fato não mais nos deveria incomodar. Por esta razão, a análise tem o mesmo caráter neste caso e nos outros; ainda aqui, ela deve ser conduzida até o ponto em que se pode dizer que ela se esgotou. Deste modo, pode-se constatar que numa palavra inglesa como *in-act-iv-ate-s* podem-se distinguir cinco grandezas diferenciadas, veiculando cada uma uma significação, isto é, cinco signos.

No momento da apresentação de uma análise assim realizada, análise que aliás repousa em bases tradicionais, talvez não seja supérfluo observar que a "significação" atribuída a cada uma dessas grandezas mínimas deve ser compreendida como sendo puramente contextual. Nenhuma das grandezas mínimas, nem

mesmo o radical, tem existência "independente" tal que se lhe possa atribuir significações lexicais. E, segundo o ponto de vista fundamental que adotamos de uma análise contínua à base das funções no texto, não existem significações reconhecíveis outras que não as significações contextuais. Toda grandeza, e por conseguinte todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto. Portanto, torna-se absurdo distinguir entre as significações puramente contextuais e as que poderiam existir fora de todo contexto ou — no dizer dos velhos gramáticos chineses — entre palavras "vazias" e palavras "cheias". As significações ditas lexicais de certos signos são sempre apenas significações contextuais artificialmente isoladas ou parafraseadas. Considerado isoladamente, signo algum tem significação. Toda significação de signo nasce de um contexto, quer entendamos por isso um contexto de situação ou um contexto explícito, o que vem a dar no mesmo; com efeito num texto ilimitado ou produtivo (uma língua viva, por exemplo), um contexto situacional pode sempre ser tornado explícito. É necessário, assim, abster-se de acreditar que um substantivo está mais carregado de sentido do que uma preposição, ou que uma palavra está mais carregada de significação do que um sufixo de derivação ou uma terminação flexional. Conforme o caso, pode tratar-se não apenas de significação diferente como também de diferentes tipos de significação; em todos os casos pode-se falar de significação com exatamente a mesma legitimidade relativa. O fato de que a significação, em seu sentido tradicional, é uma noção imprecisa que teremos de analisar mais de perto em nada muda esta situação.

Ainda que se leve a análise das expressões de signos até o ponto em que é possível considerá-la como esgotada, a experiência indutiva mostra que, em todas as línguas conhecidas, chega-se a um estágio na análise da expressão em que as grandezas que surgem não mais veiculam significação e, portanto, não mais são expressões de signos. As sílabas e os fonemas não são expressões de signos, mas apenas partes das expressões de signos. O fato de que uma expressão de signo, palavra ou sufixo, pode consistir de uma única sílaba ou um único fonema não quer dizer que a sílaba e o fonema sejam expressões de signos. De um certo ponto de vista, é um fonema. Os dois pontos de vista conduzem ao reconhecimento de dois objetos diferentes. Pode-se muito bem conservar a formulação segundo a qual a expressão de signo *s* compreende apenas um único fonema, mas isso seria coisa bem diferente do que o ato de identificar a expressão de signo com o fonema; com efeito, o fonema entra em outras combinações onde não aparece como expressão de signo (por exemplo, na palavra *sell).*

Tais considerações levam-nos ao abandono de uma tentativa de análise em "signos", e somos levados a reconhecer que uma descrição que esteja de acordo com nossos princípios deve analisar conteúdo e expressão separadamente, cada uma destas análises isolando finalmente um número limitado de grandezas que não são necessariamente suscetíveis de serem comparadas com as grandezas do plano oposto.

A economia relativa entre os inventários de signos e de não-signos responde inteiramente àquilo que é provavelmente a finalidade da linguagem. Segundo sua

finalidade, uma linguagem é, antes de mais nada, um sistema de signos; a fim de preencher plenamente esta finalidade, ela deve ser sempre capaz de produzir novos signos, novas palavras e novas raízes. Contudo, além disso, e apesar dessa riqueza ilimitada, deve ser fácil de manejar, prática de aprender e de ser utilizada, o que, dada a exigência de uma quantidade ilimitada de signos, só é realizável se todos os signos forem formados com a ajuda de não-signos cujo número é limitado e, mesmo, extremamente reduzido. Tais não-signos que entram como partes de signos num sistema de signos serão denominados *figuras*, denominação puramente operacional que é cômodo introduzir. A linguagem, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos. Uma língua que não fosse assim constituída não poderia preencher sua finalidade. Portanto, temos inteira razão de pensar que encontramos na construção de signos a partir de um número bem restrito de figuras um traço essencial e fundamental da estrutura da linguagem.

As línguas não poderiam ser descritas como simples sistemas de signos. A finalidade que lhes atribuímos por suposição faz delas, antes de mais nada, sistemas de signos; mas, conforme sua estrutura interna, elas são sobretudo algo de diferente: sistemas de figuras que podem servir para formar signos. A definição da linguagem como sistema de signos não resiste, portanto, a uma observação mais profunda. Esta definição só presta contas das funções externas da linguagem, das relações da língua com seus fatores extra-lingüísticos, e não de suas funções internas.

13. Expressão e conteúdo

Até aqui, mantivemo-nos apegados à antiga tradição segundo a qual um signo é, antes de mais nada, signo *de* alguma coisa. Essa é a concepção corrente à qual nos conformamos, e é também uma concepção amplamente difundida em epistemologia e lógica. No entanto, queremos demonstrar agora que, do ponto de vista lingüístico, ela é insustentável; aliás, sob este aspecto estamos de acordo com as teorias lingüísticas modernas.

Segundo a teoria tradicional, o signo é a *expressão* de um *conteúdo* exterior ao próprio signo; pelo contrário, a teoria moderna (formulada em particular por F. de Saussure e, a seguir, por Leo Weisberger)[7] concebe o signo como um todo formado por uma expressão e um conteúdo.

É o critério de adequação que deve decidir sobre a escolha entre as duas concepções. Para tanto, deixaremos, pelo momento, de falar em signos pois, não sabendo o que são, procuramos defini-los, a fim de falar daquilo cuja existência

[7] Leo Weisberger, *Germanisch-romanische Monatsschrift*, XV, 1927, pp. 161 e ss.; *idem, Indogermanische Forschungen*, XXXVI, 1928, pp. 310 e ss.; *idem, Muttersprache und Geistesbildung*, Göttingen, 1929.

constatamos, isto é, a *função semiótica,* situada entre duas grandezas: *expressão* e *conteúdo.* É partindo dessa consideração fundamental que poderemos decidir se é adequado considerar a função semiótica como uma função externa ou interna da grandeza que chamamos de *signo.*

Adotamos os termos *expressão* e *conteúdo* para designar os funtivos que contraem a função em questão, a função semiótica; esta é uma concepção puramente operacional e formal e, nesta ordem de idéias, nenhum outro significado é atribuído aos termos *expressão* e *conteúdo.*

Sempre haverá solidariedade entre uma função e (a classe de) seus funtivos: não se pode conceber uma função sem seus termos, os quais não passam de pontos extremos dessa função e, por conseguinte, inconcebíveis sem ela. Se uma única e mesma grandeza contrai alternativamente diversas funções diferentes, e parece poder ser concebida como selecionada por essas funções, mesmo assim não se tem aí um único funtivo, mas sim vários, que se transformam em objetos diferentes segundo a função a partir da qual são considerados. De um outro ponto de vista, isso não impede que se possa falar de "mesma" grandeza, por exemplo quando se consideram as funções que dela participam (que são contraídas por suas partes) e a estabelecem. Se várias séries de funtivos contraem uma única e mesma função, isso quer dizer que há solidariedade entre a função e o conjunto desses funtivos; conseqüentemente, cada funtivo seleciona a função.

Também há solidariedade entre a função semiótica e seus dois funtivos: expressão e conteúdo. Não poderá haver função semiótica sem a presença simultânea desses dois funtivos, do mesmo modo como nem uma expressão e seu conteúdo e nem um conteúdo e sua expressão poderão existir sem a função semiótica que os une.

A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. Se se pensa sem falar, o pensamento não é um conteúdo lingüístico e não é funtivo de uma função semiótica. Se se fala sem pensar, produzindo séries de sons sem que aquele que os ouve possa atribuir-lhes um conteúdo, isso será um abracadabra e não uma expressão lingüística, e tampouco será o funtivo de uma função semiótica. Evidentemente, não se deve confundir ausência de conteúdo com ausência de sentido: o conteúdo de uma expressão pode perfeitamente ser caracterizado como desprovido de sentido de um ponto de vista qualquer (por exemplo, o da lógica normativa ou do fisicalismo) sem com isso deixar de ser um conteúdo.

Se se deixasse, na análise do texto, de considerar a função semiótica, não se poderia delimitar os signos, e não se poderia de modo algum proceder a uma descrição exaustiva do texto — e, por conseguinte, tampouco uma descrição empírica no sentido que aqui lhe atribuímos — respeitando as funções que o estabelecem (cf. capítulo 9). Em suma, não teríamos um critério objetivo que pudesse ser utilizado como base para a análise.

Com o objetivo de precisar a natureza da função semiótica, Saussure aventurou-se a considerar a expressão e o conteúdo, tomados separadamente, sem se ocupar com a função semiótica. Eis ao que ele chegou: "Considerado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias preestabelecidas, e nada se distingue antes do aparecimento da língua... A substância fônica não é nem mais fixa nem mais rígida; não é um molde cujas formas o pensamento deva necessariamente tomar, mas sim uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas a fim de fornecer os significantes de que o pensamento necessita. Portanto, podemos representar (...) a língua (...) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das idéias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons (...); a língua elabora suas unidades ao constituir-se entre duas massas amorfas (...) *esta combinação produz uma forma, não uma substância*".[8]

Mas esta experiência pedagógica, por mais feliz que seja sua formulação, na realidade não tem sentido e o próprio Saussure deve tê-lo imaginado. Numa ciência que evita qualquer postulado não necessário, nada autoriza que se faça preceder a língua pela "substância do conteúdo" (pensamento) ou pela "substância da expressão" (cadeia fônica) ou o contrário, quer seja numa ordem temporal ou numa ordem hierárquica. Se conservamos a terminologia de Saussure, temos então de nos dar conta — e justamente a partir de seus dados — de que a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente.

Uma experiência que, contrariamente, parece justificada, consiste em comparar diferentes línguas e daí extrair, a seguir, aquilo que há de comum em todas elas, seja qual for o número de línguas que se esteja considerando. Se se procede a uma abstração do princípio de estrutura propriamente dito, que comporta a função semiótica e todas as funções que dela se pode deduzir — princípio que, enquanto tal, é naturalmente comum a todas as línguas, mas cuja execução é diferente em cada uma delas — descobre-se que esse fator comum é uma grandeza que só se define pela função que a une ao princípio de estrutura da língua e a todos os fatores que fazem com que as línguas se distingam umas das outras. A este fator comum chamaremos *sentido*.

Podemos ver assim que, em diferentes línguas, as cadeias

jeg véd det ikke	(dinamarquês)
I do not know	(inglês)
je ne sais pas	(francês)
en tiedä	(finlandês)
naluvara	(esquimó)

apesar de todas as diferenças têm um fator comum: o sentido, o mesmo pensamento que, assim considerado, apresenta-se provisoriamente como uma massa

[8] F. de Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, 2.ª ed., pp. 155-157.

amorfa, uma grandeza não analisada, definida apenas por suas funções externas, isto é, por sua função contraída com cada uma das proposições citadas. Seria possível pensar que o sentido é analisável a partir de vários pontos de vista, e que análises diferentes podem fazê-lo surgir como outros tantos objetos diferentes. Seria possível, por exemplo, analisá-lo de um ponto de vista lógico qualquer ou de um ponto de vista psicológico qualquer. Percebe-se que ele deve ser analisado de um modo particular em cada uma dessas línguas, coisa que só podemos compreender do seguinte modo: o sentido é ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas:
em dinamarquês, tem-se inicialmente *jeg* (eu), a seguir *véd* (sei — presente do indicativo), a seguir, um objeto, *det* (o) e enfim a negação, *ikke*;
em inglês, tem-se de início "eu", a seguir um conceito verbal que não tem existência autônoma na proposição dinamarquesa, a seguir a negação e finalmente o conceito "saber" (mas nada que corresponda a "sei", e nenhum objeto);
em francês, tem-se de início *eu* seguido por uma espécie de negação (que, no entanto, é algo bem diferente das negações dinamarquesa e inglesa, pois nem sempre ela tem o sentido de negação), a seguir *sei* e um outro signo curioso que é às vezes chamado de negação mas que também pode significar "um passo"; tal como em inglês, não há objeto;
em finlandês, vem de início um verbo que significa "eu-não" (ou, mais exatamente, "não-eu" com o signo para "eu" vindo em segundo lugar; nesta língua, a negação é um verbo que assume as marcas da pessoa e do número: *en* "eu-não", *et* "tu-não", ei "ele-não", *emme* "nós-não", etc.), a seguir o conceito "saber" sob uma forma que pode significar o imperativo em outras combinações; aqui ainda não há objeto;
em esquimó, tem-se "não-sabendo-sou-eu-isso", isto é, um verbo derivado de *nalo* "ignorância" com sufixos de primeira pessoa, sujeito, e de terceira pessoa, objeto.[9]

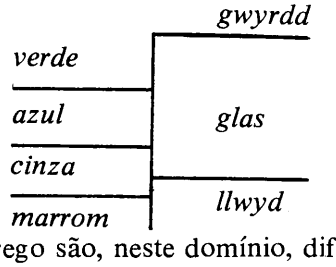
Vemos, portanto, que o sentido "não formado" que se pode extrair dessas cadeias lingüísticas assume uma forma de modo diferente em cada língua. Cada uma dessas línguas estabelece suas fronteiras na "massa amorfa do pensamento" ao enfatizar valores diferentes numa ordem diferente, coloca o centro de gravidade diferentemente e dá aos centros de gravidade um destaque diferente. É como os grãos de areia que provêm de uma mesma mão e que formam desenhos diferentes, ou ainda como a nuvem no céu que, aos olhos de Hamlet, muda de forma de minuto a minuto. Assim como os mesmos grãos de areia podem formar desenhos dissemelhantes e a mesma nuvem pode assumir constantemente formas novas, do mesmo modo é o mesmo sentido que se forma ou se estrutura diferentemente em diferentes línguas. São apenas as funções da língua, a função semiótica e aquelas que dela decorrem, que determinam sua forma. O sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não tem outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer.

[9] Fizemos abstração do fato de que o mesmo sentido também pode, em algumas dessas línguas, assumir a forma de cadeias lingüísticas bastante diferentes: em francês *je l'ignore*, em esquimó *asuk* ou *a sukiak* (derivado de *aso* que significa mais ou menos "basta!").

Portanto, constatamos no *conteúdo* lingüístico, em seu processo, uma *forma* específica, a *forma do conteúdo,* que é independente do *sentido* com qual ela se mantém numa relação arbitrária e que ela transforma em *substância do conteúdo.*

Vê-se, sem dificuldades, que isso é igualmente válido para o *sistema* do conteúdo. Pode-se dizer que um paradigma numa língua e um paradigma correspondente numa outra língua podem abranger uma mesma zona de sentido que, destacada dessas línguas, constitui um contínuo amorfo e não analisável no qual as fronteiras se colocam apenas através da formação das línguas.

Por trás dos paradigmas que, nas diferentes línguas, são formados pelas designações de cores, podemos, por subtração das diferentes, isolar um tal contínuo amorfo: o espectro das cores no qual cada língua estabelece arbitrariamente suas fronteiras. Enquanto que essa zona de sentido se forma, no todo, mais ou menos do mesmo modo nas principais línguas da Europa moderna, não é difícil encontrar em outros lugares formações diferentes. Em galês, "verde" é em parte *gwyrdd* e em parte *glas,* "azul" corresponde a *glas,* "cinza" é ora *glas,* ora *llwyd,* "marrom" corresponde a *llwyd;* o que significa que o domínio do espectro recoberto pela palavra portuguesa *verde* é, em galês, atravessado por uma linha que leva uma parte desse mesmo domínio para o domínio coberto pelo português *azul,* e que a fronteira que a língua portuguesa traça entre o *azul* e *verde* não existe em galês; a fronteira que separa *azul* e *cinza* também lhe falta, assim como aquela que, em português, opõe *cinza* e *marrom;* em compensação, o domínio representado em português por *cinza* é, em galês, dividido em dois, de tal modo que a metade se relaciona com a zona do português *azul* e a outra metade à do *marrom.* Um quadro esquemático permite perceber de imediato a não-concordância entre as fronteiras:

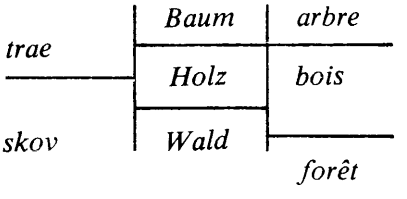


Também o latim e o grego são, neste domínio, diferentes das principais línguas européias modernas. A gama de "claro" para "escuro" que, em várias línguas, se divide em três regiões: *branco, cinza, preto,* é dividida, em outras línguas, num número diferente de regiões, seja pela supressão da região média cinza, seja, pelo contrário, por uma subdivisão mais detalhada dessa mesma zona.

Os paradigmas dos morfemas fazem surgir uma situação semelhante. A zona do número é analisada de diferentes maneiras, conforme as línguas distinguem apenas um singular e um plural ou conforme acrescentam a estes um dual (como o grego antigo e o lituano) ou mesmo um paucal, quer se trate apenas de um trial (como na maioria das línguas da Melanésia, em sanir, língua indonésia ocidental falada nas ilhas entre Mindanao e Celebes, e em certos dialetos do kulin,

língua do sul da Austrália) ou um quadral (como na língua micronésia das ilhas Gilbert). A zona temporal é analisada de modo diferente, de um lado nas línguas que (com exceção das perífrases) têm apenas um pretérito e um presente (como o dinamarquês) e onde o presente cobre o domínio daquilo que é futuro em outras línguas e, de outro lado, nas línguas que estabelecem uma fronteira entre o presente e o futuro; a formação é ainda diferente nas línguas que, (como o latim, grego antigo e português) distinguem várias formas de pretérito.

Esta ausência de concordância no interior de uma mesma zona de sentido encontra-se em toda parte. Comparam-se, por exemplo, as seguintes correspondências entre o dinamarquês, o alemão e o francês:



Podemos disto concluir que a função semiótica institui uma forma em um de seus funtivos, a saber o conteúdo, a *forma do conteúdo* que, do ponto de vista do sentido, é arbitrária, e explicável apenas pela função semiótica de que ela é manifestamente solidária. É neste sentido que Saussure tem razão evidentemente, ao distinguir entre forma e substância.

Pode-se fazer a mesma observação a respeito do segundo funtivo da função semiótica, a expressão. Tal como a zona das cores e as zonas dos morfemas se subdividem diferentemente nas línguas uma vez que cada língua tem seu número de palavras para exprimir as cores, seu número de números, seu número de tempos, etc., de tal modo que uma comparação das línguas faz surgir zonas no campo fônico, zonas que se subdividem diferentemente conforme as línguas. Pode-se pensar, por exemplo, num domínio fonético-fisiológico do qual se pode dar uma representação espacial de várias dimensões, e que se apresenta como um contínuo não analisado mas analisável como, por exemplo, na base do sistema de fórmula "antalfabéticas" de Jespersen. Numa tal zona amorfa encaixam-se arbitrariamente figuras (fonemas) em número variável segundo as línguas, uma vez que as fronteiras se estabelecem em diferentes lugares do contínuo. É o que acontece com o contínuo definido pelo perfil mediano da parte superior da boca, da faringe aos lábios; nas línguas que nos são familiares, esta zona se subdivide em três regiões: uma região posterior *k*, uma região média *t* e uma região anterior *p;* se nos atemos às oclusivas, vemos no entanto que o esquimó e o letão distinguem duas regiões de k cuja fronteira é diferente nessas duas línguas. O esquimó situa-se entre uma região uvular e uma região velar, o letão entre uma região velar e uma região palato-velar; inúmeras línguas hindus distinguem duas regiões de *t*, uma retroflexa e uma dental, etc. Um outro contínuo evidente é fornecido pela zona vocálica. O número de vogais varia de uma língua para outra, pois suas fronteiras são estabelecidas de modo diverso. O esquimó distingue apenas uma região *i*, uma região *u* e uma região *a;* na maioria das línguas, a primeira se

decompõe em uma região *i* mais estreita e uma região *e;* a segunda em uma região *u* mais estreita e uma região *o;* em várias línguas, cada uma dessas regiões pode ser abrangida por uma linha que separa as vogais arredondadas *y, ∅;u,o)* das que não o são *(i, e;ɯ,ɤ;* estas últimas — curiosas vogais "opacas" que são raras na Europa — podem ser encontradas por exemplo no tamul, em várias línguas do Ural oriental e no rumeno); com a mesma abertura que *i* e *u,* pode-se formar vogais mediolinguais arredondadas, como no norueguês e em sueco (tt) ou não arredondadas, como em russo (t). Graças à extraordinária mobilidade da língua, as possibilidades que a linguagem pode utilizar são infinitamente grandes, mas permanece o fato característico de que cada língua coloca suas próprias fronteiras no interior dessa infinidade de possibilidades.

Sendo manifestamente a mesma a situação para a expressão e seu conteúdo, convém ressaltar este paralelismo pelo uso de uma mesma terminologia para a expressão e para o conteúdo. Seria possível assim falar de um *sentido da expressão,* e nada impede de fazê-lo, embora isso seja algo contrário ao habitual. Os exemplos citados, o perfil mediano da parte superior da boca e o contínuo das vogais, são assim zonas fonéticas de sentido que se formam diferentemente nas línguas conforme suas funções específicas, e que, enquanto *substância* da expressão, ligam-se, através desse fato, à sua *forma* da expressão.

Constatamos esse fenômeno em relação ao *sistema* da expressão, mas podemos, como fizemos em relação ao conteúdo, demonstrar que o mesmo acontece com o *processo.* A formação específica do sistema de uma dada língua produz naturalmente efeitos sobre o processo, em virtude da simples coesão que existe entre o sistema e o processo. Por um lado as fronteiras internas do sistema que não coincidem de uma língua à outra; por outro lado, na cadeia, as relações possíveis entre os fonemas (certas línguas, por exemplo as da Oceania e as africanas, não admitem grupos consonantais; outras línguas só conhecem certos grupos consonantais definidos, variáveis de uma língua para outra; a posição do acento é regida por leis diferentes conforme as línguas, etc.) que fazem com que um *sentido da expressão* não assuma a mesma *forma* nas diferentes línguas. O inglês [bə:ˈlɪn] , o alemão [bɛɾˈli:n] , o dinamarquês [bæɐˈli?n] , o japonês [bɛ]u]inu] representam diversas formas de um mesmo e único sentido de expressão (o nome da cidade de Berlim). Evidentemente, é indiferente que o sentido do conteúdo seja também o mesmo, como acontece aqui. Poderíamos dizer, do mesmo modo, que a pronúncia do inglês *got,* do alemão *Gott* e do dinamarquês *godt* representam formações diferentes de um mesmo sentido de expressão. Neste exemplo, o sentido da expressão é o mesmo, mas o sentido do conteúdo é diferente, tal como em *je ne sais pas* e *I do not know* o sentido do conteúdo é o mesmo, enquanto que o sentido da expressão é diferente.

Aquele para quem o sistema de funções de uma língua dada (sua língua materna, por exemplo) é familiar forma nessa língua um sentido de conteúdo ou um sentido de expressão que ele percebeu. "Falar com um sotaque" é essencialmente formar um sentido de expressão, conforme as condições funcionais sugeridas pela língua materna do elocutor.

Isto nos mostra que as duas grandezas que contraem a função semiótica, a expressão e o conteúdo, comportam-se de modo homogêneo em relação a ela: é em virtude da função semiótica, e apenas em virtude dela, que existem esses seus dois funtivos que se pode agora designar com precisão como sendo a forma do conteúdo e a forma da expressão. Do mesmo modo, é em razão da forma do conteúdo e da forma da expressão, e apenas em razão delas, que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão, que surgem quando se projeta a forma sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua.

Podemos agora voltar a nosso ponto de partida, a significação mais adequada da palavra signo, a fim de ver claro na controvérsia que opõe a lingüística tradicional à moderna. Parece justo que um signo seja signo de alguma coisa e que essa alguma coisa resida de algum modo fora do próprio signo; é assim que a palavra *bois* (madeira, lenha, bosque) é signo de um tal objeto determinado na paisagem e, no sentido tradicional, esse objeto não faz parte do signo. Ora, esse objeto da paisagem é uma grandeza relevante da substância do conteúdo, grandeza que, por sua denominação, liga-se a uma forma do conteúdo sob a qual ela se alinha com outras grandezas da substância do conteúdo, por exemplo, a matéria de que é feita minha porta. O fato de que um signo é signo de alguma coisa significa, portanto, que a forma do conteúdo de um signo pode compreender essa alguma coisa como substância do conteúdo. Tal como antes sentíamos a necessidade de empregar a palavra *sentido* para a expressão tanto quanto para o conteúdo, também agora devemos, no desejo de esclarecer as coisas e a despeito da atitude consagrada cuja estreiteza de visão torna-se evidente, inverter a orientação do signo. Dever-se-ia assim dizer que um signo é o signo de uma substância de expressão: a seqüência de sons [bwa] enquanto fato único pronunciado *hic et nunc,* é uma grandeza que pertence à substância da expressão que, em virtude apenas do signo, se liga a uma forma da expressão sob a qual é possível reunir outras grandezas de substância da expressão (outras pronúncias possíveis, por outros elocutores ou em outras ocasiões, do mesmo signo).

Por mais paradoxal que possa parecer, o signo é, portanto, ao mesmo tempo, signo de uma substância de conteúdo e de uma substância da expressão. É neste sentido que se pode dizer que o signo é signo de alguma coisa. Por outro lado, não há razão alguma para decidir que o signo é apenas o signo da substância de conteúdo ou (coisa que certamente ninguém ainda imaginou) apenas signo da substância da expressão. O signo é uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectiva dos dois lados, com efeito nas duas direções: "para o exterior", na direção da substância da expressão; "para o interior", na direção da substância do conteúdo.

Toda terminologia é arbitrária e, portanto, nada pode impedir o emprego da palavra *signo* para designar mais particularmente a forma da expressão (ou mesmo, se se quiser, a substância da expressão, o que entretanto seria tão absurdo quanto inútil). Contudo, parece mais adequado utilizar a palavra signo para designar a unidade constituída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão e

estabelecida pela solidariedade que denominamos de função semiótica. Se o termo é empregado para designar apenas a expressão ou qualquer uma de suas partes, a terminologia, ainda que protegida por definições formais, corre o risco de provocar ou de favorecer, conscientemente ou não, o engano bastante difundido segundo o qual uma língua não passa de uma nomenclatura pura e simples, uma reserva de etiquetas destinadas a serem atribuídas a objetos preexistentes. Por sua natureza, a palavra signo será sempre ligada à idéia de um termo designado; é por isso que deve ser utilizada de tal maneira que a relação entre o signo e aquilo que ele designa seja em evidência do modo mais claro possível e não possa constituir-se em objeto de simplificações que a deformem.

A distinção entre a expressão e o conteúdo, e sua interação na função semiótica, são fundamentais na estrutura da linguagem. Todo signo, todo sistema de signos, toda língua enfim, abriga em si uma forma da expressão e uma forma do conteúdo. É por isso que a análise do texto deve conduzir, desde seu primeiro estágio, a uma divisão nessas duas grandezas. A fim de ser exaustiva, a análise deve ser realizada de tal modo que em cada estágio a divisão se faça em partes mais extensas possíveis, isto é, partes em menor número possível, quer seja no interior da cadeia em sua totalidade ou no interior da de qualquer uma de suas seções. Se um texto compreende, por exemplo, frases e proposições, pode-se mostrar que o número das proposições é mais elevado que o de frases. Portanto, não nos devemos aventurar de início a dividir o texto em proposições, mas sim dividi-lo em frases, e a seguir passar para a divisão em proposições. Se nos ativermos a esse princípio, descobriremos que no primeiro estágio um texto é sempre divisível em duas partes; este número extremamente pequeno garante-lhe uma extensão máxima, e são a *linha da expressão* e a *linha do conteúdo* que, através da função semiótica, são solidárias uma em relação à outra. Divide-se a seguir a linha da expressão e a linha do conteúdo, tomadas separadamente, levando-se necessariamente em conta sua interação no interior dos signos. Do mesmo modo, a primeira articulação do sistema da língua levará a que se estabeleçam seus dois paradigmas mais amplos: a *face da expressão* e a *face do conteúdo*. A fim de designar por um mesmo termo, de um lado, a *linha da expressão* e a *face da expressão* e, do outro lado, a *linha do conteúdo* e a *face do conteúdo,* escolhemos respectivamente os termos *plano da expressão* e *plano do conteúdo* (escolhemos esses termos conforme a formulação de Saussure que citamos anteriormente: "o plano (. . .) das idéias (. . .) e (. . .) o (. . .) dos sons").

No decorrer da análise, este modo de proceder traz simultaneamente clareza e simplificação, ao mesmo tempo em que ilumina com uma luz até aqui desconhecida todo o mecanismo da língua. Partindo desse ponto de vista, será fácil organizar os domínios secundários da lingüística segundo um esquema judicioso e superar de uma vez por todas a subdivisão atual da gramática em fonética, morfologia, sintaxe, lexicografia e semântica, subdivisão pouco satisfatória, claudicante sob vários aspectos e cujos domínios em parte se sobrepõem. Uma vez realizada, a análise mostra além do mais que o plano da expressão e do conteúdo podem ser descritos, exaustivamente e não contraditoriamente, como construídos de modo

inteiramente análogo, de modo que se pode prever nos dois planos categorias definidas de modo inteiramente idêntico. Isso só fará confirmar novamente a correção da concepção segundo a qual expressão e conteúdo são grandezas da mesma ordem, iguais sob todos os aspectos.

Os próprios termos *plano da expressão* e *plano do conteúdo* e, de modo mais geral, *expressão* e *conteúdo,* foram escolhidos conforme o uso corrente e são inteiramente arbitrários. Através de sua definição funcional é impossível sustentar que seja legítimo chamar uma dessas grandezas de *expressão* e a outra de *conteúdo,* e não contrário. Elas só se definem como solidárias uma em relação à outra, e nem uma nem outra podem ser definidas de modo mais exato. Consideradas em separado, só é possível defini-las por oposição e de modo relativo, como funtivos de uma mesma função que se opõem um ao outro.

22. Semióticas conotativas e meta-semióticas

Enquanto nos capítulos anteriores, por uma simplificação voluntária, apresentamos a língua "natural" como o único objeto da teoria da linguagem, no capítulo anterior, apesar de uma considerável ampliação de nossa perspectiva, ainda procedemos como se o único objeto da teoria fossem as *semióticas denotativas.* Entendemos, por esse termo, semióticas das quais nenhum dos planos é uma semiótica. Resta-nos demonstrar, ampliando mais ainda nossa perspectiva, que há também semióticas cujo plano da expressão é uma semiótica e também outras cujo plano do conteúdo é uma semiótica. Chamaremos as primeiras de *semióticas conotativas* e as segundas de *meta-semióticas.* Como o plano da expressão e o plano do conteúdo só se definem por oposição de um em relação ao outro, segue-se que as definições aqui propostas de semiótica conotativa e de meta-semiótica são apenas definições "realistas" provisórias, às quais não se pode nem mesmo atribuir um valor operacional.

Quando, no capítulo anterior, definimos a *semiótica,* esta definição não dizia respeito à semiótica individual por oposição a outras semióticas, mas sim semióticas por oposição a não-semióticas, isto é, a *semiótica* como um tipo hierárquico superior, a *língua* como conceito enquanto *class as one.* Quando se trata de opor uma semiótica individual a uma outra semiótica, sabemos que o teórico a prevê em seu cálculo como um tipo possível de estrutura. Por outro lado, ainda não consideramos a maneira como o teórico deve comportar-se na análise do texto a fim de reconhecer e identificar como tal a semiótica individual. Quando estabelecemos o procedimento da análise, admitidos tacitamente que o objeto proposto era um texto redigido numa dada semiótica e não numa mistura de duas ou mais semióticas.

Em outras palavras, a fim de estabelecer uma situação-tipo simples trabalhamos supondo que o texto dado apresenta uma homogeneidade estrutural e que, legitimamente, só podemos nele introduzir, por catálise, um único sistema semió-

tico. No entanto, esta suposição não resiste a um exame; pelo contrário, todo texto, se não for reduzido demais para constituir uma base suficiente de dedução do sistema generalizável a outros textos, habitualmente contém derivados que repousam sobre sistemas diferentes. Diversas partes ou partes de partes de um texto podem apresentar-se:

1. sob diversas *formas estilísticas* (verso e prosa, mistura de ambos);
2. sob diversos *estilos* (estilo criador e estilo imitativo, dito estilo normal; estilo ao mesmo tempo criador e imitativo, denominado arcaizante);
3. sob diversos *estilos de valores* (estilo de valor elevado e estilo de valor mais baixo, dito vulgar; e também um estilo de valor neutro que não pode ser considerado nem como um nem como o outro desses);
4. sob diversos *gêneros de estilos* (fala, escrita, gestos, código de bandeiras, etc.);
5. sob diversos *movimentos* (cólera, alegria, etc.);
6. sob diversos *idiomas,* entre os quais se deve distinguir:
   a) diversos tipos vernaculares (linguagem comum a uma comunidade, linguagens que pertencem a diversos grupos sociais e profissionais);
   b) diversas *línguas nacionais;*
   c) diversas *linguagens regionais* (linguagem corrente, dialeto, etc.);
   d) diversas *fisionomias* (no que diz respeito à expressão, diferentes "órgãos" ou "voz").

Forma estilística, estilo, estilo de valor, gênero de estilo, movimento, vernáculo, língua nacional, linguagem regional e fisionomia são categorias mutuamente solidárias, de modo que todo funtivo de semiótica denotativa deve ser definido simultaneamente em relação a cada uma delas. Combinando um membro de uma categoria com um membro de uma outra categoria, surgem híbridos que freqüentemente já receberam ou facilmente podem receber designações particulares: estilo literário para um estilo criador que é um estilo de valor elevado; gíria para um estilo criador que é um estilo de valor ao mesmo tempo elevado e vulgar; jargão e código para estilos criadores que não são estilos de valores nem elevados nem vulgares;[10] linguagem familiar para um estilo normal que não é um estilo de valor nem elevado nem vulgar; estilo oratório para um estilo de valor elevado que é fala e linguagem comum; estilo predicatório para um estilo de valor elevado que é fala e linguagem profissional; estilo administrativo para um estilo de valor elevado que é estilo arcaizante, escrita e linguagem profissional, e assim por diante.

A finalidade desta enumeração não é esgotar o assunto e menos ainda dar definições formais, mas apenas mostrar a existência desses fatos e sua multiplicidade.

Os membros individuais de cada uma dessas classes e as unidades que resul-

[10] Um *jargão* pode ser definido como um estilo de valor neutro com signos específicos (mais freqüentemente, expressões de signos), e um *código,* como estilo de valor neutro com manifestações específicas da expressão. Aplicando o termo *estilo de gênero* a um idioma solidário de determinados gêneros literários (certos dialetos do grego antigo são um exemplo típico), podemos definir uma *terminologia* como sendo, simultaneamente, um jargão e um estilo de gênero, e uma *semiótica científica* (contanto que não seja um sistema de símbolos) como, simultaneamente, um código e um estilo de gênero.

tam de sua combinação serão chamados de *conotadores*. Entre esses conotadores, alguns podem ser solidários de certos sistemas de esquemas semióticos; outros, de certos sistemas de usos semióticos, e outros, ainda, de ambos ao mesmo tempo. Não se pode sabê-lo antecipadamente pois isso depende das situações. Citando apenas possibilidades que podem parecer extremas, é impossível saber antecipadamente se uma fisionomia (as falas de uma pessoa em oposição à de uma outra) representa apenas um uso específico e não, ao mesmo tempo, um esquema específico (que talvez mal difira do outro, mas que mesmo assim em algo dele difere), ou se uma língua nacional representa um esquema lingüístico específico ou então, por oposição a uma outra língua nacional, apenas um uso específico, enquanto que os esquemas das duas línguas são idênticos. É por isso que, a fim de assegurar uma descrição não contraditória e exaustiva, a teoria deve prescrever um procedimento de análise do texto que permita distinguir entre essas situações. É curioso constatar que, até aqui, a lingüística atribui apenas um interesse menor a esta necessidade. Devem-se procurar as razões para isso nos pontos de vista transcendentais que foram adotados, como por exemplo o ponto de vista sociológico a partir do qual se acreditou ser legítimo sustentar o postulado (falso segundo toda probabilidade) segundo o qual, em virtude da existência de uma norma social, a estrutura interna de uma língua nacional seria específica e homogênea e, inversamente, uma fisionomia lingüística enquanto tal seria uma *quantidade negligenciável* que pode ser considerada simplesmente como representante de uma língua nacional. Apenas a escola de Londres foi conscientemente prudente: a definição do fonema dada por D. Jones aplica-se expressamente apenas à *"pronunciation of one individual speaking in a definite style"*. [11]

Dada esta extensibilidade ilimitada do texto (sua produtividade), sempre haverá "traduzibilidade", isto é, substituição da expressão entre dois signos que pertencem cada um à sua classe de signos, cada uma das quais é solidária com seu conotador. Este critério é particularmente aplicável aos signos de maior extensão que a análise do texto encontra em suas operações iniciais: todo derivado de texto (um capítulo, por exemplo) pode ser traduzido de uma forma estilística, de um estilo, de um estilo de valor, de um gênero de estilo, de um movimento, de um vernáculo, de uma língua nacional, uma língua regional, de uma fisionomia para qualquer outra delas. Vimos que essa traduzibilidade não é sempre recíproca quando se trata de semióticas que não são línguas; mas, neste caso, uma traduzibilidade unilateral é sempre possível. Na análise do texto, os conotadores aparecerão portanto como partes que entram em funtivos de tal maneira que estes contraem uma substituição mútua quando essas partes são deduzidas e que em determinadas condições encontram-se em todos os funtivos de um determinado grau. Todavia, isto não basta para definir um conotador. Chamaremos de *indicador* uma grandeza que possui essas propriedades, e deveremos distinguir entre dois tipos de indicadores: os *sinais* (cf. capítulo 14) e os *conotadores;* o que os diferencia do ponto de vista operacional é que um sinal se deixa sempre relacionar

[11] Ver sobretudo D. Jones, *Travaux du Cercle Linguistique de Prague* IV, 1931, p. 74

sem ambigüidade a um único dos planos da semiótica, coisa que nunca é possível para um conotador. Um *conotador,* por conseguinte, é um indicador que, em determinadas condições, encontra-se nos dois planos da semiótica.

No decorrer da análise, os conotadores deverão ser isolados da dedução. Os signos que diferem apenas porque são solidários de seus diferentes conotadores aparecerão, então, como variedades. Contrariamente às variantes ordinárias (cf. capítulo 16), essas variedades são particulares e devem ser tratadas à parte na análise ulterior. Procede-se assim a uma proteção contra a confusão entre esquemas semióticos diferentes (e usos diferentes); se se constatar mais tarde que há identidade, uma confrontação a tornará evidente.

Todavia está claro agora que os conotadores constituem, eles também, um objeto que depende da semiótica, e não da disciplina que analisa as semióticas denotativas e cuja única tarefa é a de extrair os conotadores e conservá-los em vista de um tratamento ulterior. Este tratamento pertence a uma disciplina especial que determina o estudo das semióticas denotativas.

Parece evidente, agora, que a solidariedade que existe entre determinadas classes de signos e de determinados conotadores é uma *função semiótica,* uma vez que as classes de signos são a *expressão* desses conotadores considerados como *conteúdo.* Deste modo o ou os esquemas e usos semióticos que chamamos de língua portuguesa são a *expressão* do conotador "português". Do mesmo modo, o ou os esquemas e usos semióticos que chamamos de fisionomia lingüística NN são a *expressão* da fisionomia real NN (isto é, de uma tal pessoa). O mesmo acontece em todos os outros casos. Não é sem razão que a língua nacional é o "símbolo" da nação e que o dialeto é o "símbolo" de uma região.

Parece portanto legítimo considerar o conjunto dos conotadores como um conteúdo cujas semióticas denotativas são a expressão, e designar o todo formado por esse conteúdo e essa expressão pelo nome de *semiótica,* ou, antes, de *semiótica conotativa.* Em outros termos, após o término da análise da semiótica denotativa, a semiótica conotativa deve ser submetida à análise segundo o mesmo procedimento, exatamente. Novamente, trata-se aqui de distinguir entre um esquema e um uso semióticos. Os conotadores deverão ser analisados à base de suas funções mútuas e não à base do sentido do conteúdo que lhes é atribuído ou que o pode ser. O estudo do esquema de uma semiótica conotativa não trata, portanto, das noções de caráter social ou religioso que normalmente se associam aos conceitos de língua nacional, dialeto, vernáculo, estilo, etc., mas é necessário atribuir-lhe um estudo de seu uso tal como acontece com as semióticas denotativas.

Uma semiótica conotativa é portanto uma semiótica que não é uma língua e cujo plano da expressão é constituído pelos planos do conteúdo e da expressão de uma semiótica denotativa. É portanto uma semiótica da qual um dos planos, o da expressão, é uma semiótica.

O que poderá surpreender aqui é que tenhamos encontrado uma semiótica cujo *plano da expressão* é uma semiótica. Os recentes desenvolvimentos da lógica, tais como os conhecemos através dos trabalhos dos lógicos poloneses, nos prepa-

raram com efeito para reconhecer a existência de semióticas cujo *plano do conteúdo* é, ele próprio, uma semiótica. Foi a isso que se denominou metalinguagem[12] (diríamos nós, *meta-semiótica),* isto é, uma semiótica que trata de uma semiótica; em nossa terminologia, isso deve significar uma semiótica cujo conteúdo é uma semiótica. A própria lingüística deve ser uma meta-semiótica.

Como já ressaltamos, os conceitos de expressão e de conteúdo não podem dar lugar a definições formais, pois são designações atribuídas arbitrariamente a grandezas que só existem por oposição uma à outra e que só podem ser definidas negativamente. Deste modo definiremos sobre uma outra base, articulando primeiramente a classe de semióticas em uma classe de semióticas científicas, depois em uma classe de semióticas não científicas; isso pressupõe o conceito de *operação* que definimos acima. Chamaremos de *semiótica científica* [13] uma semiótica que é uma operação, e *semiótica não científica* uma semiótica que não o é. Assim, definiremos uma *semiótica conotativa* como sendo uma semiótica não científica da qual um ou vários planos é (são) uma semiótica(s); e uma *meta-semiótica* como uma semiótica científica da qual um ou vários planos é (são) uma semiótica(s). De fato, vimos que nos casos mais freqüentes um *único* dos dois planos é uma semiótica.

Como já observaram os lógicos, é possível além do mais imaginar uma semiótica científica que trata de uma meta-semiótica e, na terminologia deles, podemos definir uma *meta-(semiótica científica)* como uma meta-semiótica cuja semiótica-objeto é uma semiótica científica (uma semiótica que entra como um plano numa semiótica denomina-se *semiótica-objeto* desta). De acordo com a terminologia de Saussure, podemos definir a semiologia como uma meta-semiótica cuja semiótica-objeto é uma semiótica não científica. Chamaremos assim de *meta-semiologia* uma *meta-(semiótica científica)* cujas semióticas-objetos são semiologias.

A fim de explicitar não apenas os fundamentos da lingüística mas também suas conseqüências últimas, a teoria da linguagem vê-se obrigada a acrescentar ao estudo das semióticas denotativas um estudo das semióticas conotativas e das meta-semiologias. Esta obrigação cabe à lingüística porque ela só pode ser resolvida de modo satisfatório a partir das premissas específicas à linguística.

Nossa última tarefa será, aqui, considerar a organização mais apropriada da *meta-semiologia* do ponto de vista lingüístico.

Normalmente, uma meta-semiótica será (ou poderá ser) inteiramente ou parcialmente idêntica à sua semiótica-objeto. A lingüística, por exemplo, que descreve uma língua, recorre a essa mesma língua em sua descrição. Do mesmo modo, as semiologias que descrevem semióticas que não são línguas poderão fazer essa descrição numa língua. Se este não for o caso, a semiótica de que se servirão sempre poderá ser traduzida numa língua (cf. a definição de língua). Disto

[12] A respeito, ver a exposição de J. Joergensen, pp. 9 e ss.

[13] Se não dizemos simplesmente *ciência* é porque é preciso encarar a possibilidade de que certas ciências não sejam semióticas no sentido que atribuímos a esse termo, mas sim sistemas de símbolos.

resulta que se a meta-semiologia deve fornecer uma descrição completa da semiótica de semiologia, ela virá a repetir uma grande parte dos resultados desta. No entanto, o princípio de simplicidade convida a que se siga um procedimento que permita evitar isso. Por considerações de adequação, devemos conceber a meta-semiologia de tal modo que, na prática, seu objeto seja exclusivo em relação ao objeto da semiologia; aliás, devemos comportar-nos do mesmo modo com relação a eventuais meta-semiologias de uma ordem superior, e evitar criar novas meta-semiologias que não teriam objetos exclusivos em relação aos objetos já tratados.

A meta-semiologia deve portanto concentrar seus esforços não sobre a língua já descrita pela semiologia, língua na qual essa semiologia também está elaborada, mas sobre as modificações eventuais dessa língua ou sobre as adições que ela lhe traz a fim de produzir seu jargão especial. Segue-se, de modo claro, que a meta-semiologia não tem necessidade de fornecer a descrição das proposições que entram na teoria da semiologia se ela puder provar que essas proposições são unidades possíveis que já podiam ser previstas pelo sistema da língua. Seu domínio é, por outro lado, a *terminologia* específica da semiologia, e veremos que ela utiliza três tipos de termos:

1. Termos que entram como definíveis no sistema de definições da semiologia e cujo conteúdo portanto já está definido, isto é, analisado (cf. capítulo 14) pela própria semiologia. Estes termos não pertencem ao domínio específico da meta-semiologia.

2. Termos que são emprestados da língua e que como indefiníveis entram para o sistema de definições da semiologia. Contrariamente à situação dos indefiníveis em outras ciências, estes têm uma condição particular na semiologia: foram extraídos da semiótica-objeto da semiologia que já os terá definido em sua análise do plano do conteúdo. Esses termos tampouco pertencem ao domínio específico da meta-semiologia.

3. Termos que não são tirados da língua (mas em relação aos quais deve-se supor que tenham uma estrutura de expressão que concorda com o sistema da língua) e que entram como indefiníveis nas proposições da semiologia. É ainda necessário distinguir aqui entre dois tipos de termos:

a) Os termos que designam variações de último grau de invariante de último grau, isto é, variações de glossemas (e variações de sinais) de último grau, as variações últimas "mínimas" (individuais e/ou variações localizadas) das quais a semiologia veio a tratar em sua análise. Essas variações são necessariamente conservadas como indefiníveis pela semiologia, dado que definição para nós significa análise e que uma análise no interior da semiologia é aqui, justamente, impossível. Por outro lado, uma análise dessas variações torna-se possível no interior da meta-semiologia, uma vez que estas devem ali ser descritas como signos mínimos que entram na semiologia, e serem analisadas então como o foram os signos mínimos da língua na semiologia, isto é, através de uma resolução em figuras baseada na prova da comutação aplicada à semiótica de semiologia, e por uma articulação em variantes. Veremos efetivamente que as grandezas que entram como variantes nos planos do conteúdo e da expressão da língua (ou em

qualquer semiótica-objeto de primeiro grau) serão invariantes do plano de conteúdo da semiologia.

b) Os termos que designam categoria de variantes e de invariantes de todos os graus. Considerados como *class as one,* seus conteúdos serão sincretismos das grandezas anteriormente mencionadas em (a) ou sincretismos dos sincretismos destas.

Cabe portanto à meta-semiologia submeter os signos mínimos da semiologia, cujo conteúdo é idêntico às últimas variantes do conteúdo e da expressão da semiótica-objeto (a língua), a uma análise relacional efetuada segundo as mesmas regras prescritas para a análise dos textos. Neste caso, como nessa análise dos textos, deve-se procurar registrar, tanto quanto possível, grandezas realizadas, isto é, grandezas suscetíveis de uma análise *particular.*

A fim de compreender o que pode ocorrer aqui, não se deve esquecer que a distinção de Saussure entre forma e substância não pôde ser mantida sem modificação, e que na realidade ela se revelou como abrangendo uma distinção entre duas formas, cada uma no interior de sua hierarquia. Na língua, por exemplo, um funtivo pode ser considerado seja como forma lingüística seja como forma de sentido. Estas duas maneiras de ver fazem parecer diferentes dois objetos que no entanto podem, num certo sentido, ser considerados como idênticos, uma vez que a única coisa que aí há de diferente é o ponto de vista adotado. A distinção de Saussure e a formulação que ele deu, portanto, não devem levar-nos a acreditar que os funtivos descobertos graças à análise de um esquema lingüístico não podem ser considerados, com alguma razão, como sendo de natureza física. Pode-se muito bem dizer que são grandezas físicas (ou seus sincretismos) que são definidas por função mútua. Do mesmo modo, é legítimo dizer que a análise que a meta-semiologia faz do conteúdo dos signos mínimos é uma análise de grandezas físicas que se definem por função mútua. Em que medida é possível, enfim, considerar todas as grandezas de uma semiótica qualquer, tanto em seu conteúdo como em sua expressão, como grandezas físicas ou, pelo menos, como redutíveis a grandezas físicas? Esta é uma questão puramente epistemológica do fisicalismo contra o fenomenalismo. Esta questão tem sido objeto de um debate[14] a respeito do qual não vamos aqui tomar posição, e em relação ao qual tampouco o esquema lingüístico tem de tomar posição. Por outro lado, no debate lingüístico atual pudemos discernir uma certa tendência, tanto entre os adeptos como entre os adversários do ponto de vista glossemático, a incorrerem em erro a respeito da essência do problema, como se o objeto que o lingüista analisa ao introduzir por catálise uma forma lingüística não pudesse ser de natureza física, como o objeto que o "teórico da substância" deve analisar ao introduzir por catálise esta ou aquela forma de sentido não lingüístico. É necessário dissipar esse mal-entendido a fim de compreender a tarefa da meta-semiologia. Graças à mudança de ponto de vista que implica a passagem de uma semiótica-objeto para sua meta-semiótica, a meta-semiologia adquire, novamente, meios para retomar e levar mais adiante,

[14] A respeito, ver, entre outros, os trabalhos já citados de Bloomfield e de Neurath (p. III, nota 37) e de Adolf Ross, "On the Illusion of Consciousness" *(Theoria* VII, 1941, pp. 171 e ss.).

através da aplicação dos próprios métodos semiológicos, a análise que, do ponto de vista semiológico, estava esgotada. O que significa dizer, simplesmente, que as variantes últimas da língua são submetidas a uma análise particular ulterior numa base inteiramente física. *Por outras palavras, na prática a meta-semiologia é idêntica à descrição da substância.* A tarefa da meta-semiologia é efetuar uma análise não contraditória, exaustiva e mais simples possível dos *objetos* que, para a semiologia, são individuais irredutíveis (ou grandezas localizadas) do conteúdo, e dos *sons* (ou dos caracteres da escrita) que igualmente são, para a semiologia, individuais (ou grandezas localizadas) irredutíveis da expressão. É sobre a base das funções e segundo o procedimento já indicado, que a análise meta-semiológica deve ser realizada até que ela se veja esgotada e que, aí também, sejam atingidas as variantes irredutíveis para as quais o critério das coesões nada mais oferece, se bem que a explicação por um encadeamento de razões e de causas deva ceder diante de uma descrição puramente estatística, que é então a única possível: a situação final da física e da fonética dedutiva.

Torna-se imediatamente evidente que uma meta-semiótica pode e deve ser acrescentada à semiótica conotativa a fim de aí realizar a análise de seus objetos últimos. Assim como a meta-semiologia das semióticas denotativas tratará na prática os objetos da fonética e da semântica sob uma forma reinterpretada, a maior parte da lingüística propriamente sociológica e a lingüística externa de Saussure encontrarão na meta-semiótica das semióticas conotativas o seu lugar sob uma forma, ela também, reinterpretada. Cabe a esta meta-semiótica analisar os múltiplos sentidos do conteúdo — geográficos e históricos, políticos e sociais, religiosos, psicológicos — que se ligam à nação (como conteúdo da língua nacional), à região (como conteúdo da língua regional), às formas de apreciação dos estilos, à personalidade (como conteúdo da fisionomia, tarefa essencialmente caracteriológica), aos movimentos, etc. Pode-se prever que inúmeras ciências especiais e antes de mais nada, sem dúvida, a sociologia, a etnologia e a psicologia, deverão fazer aqui sua contribuição.

Seguindo o espírito do princípio de simplicidade, meta-semiologias de ordens superiores não deverão ser estabelecidas pois tal tentativa poderia demonstrar que elas não trariam outros resultados além daqueles obtidos pela meta-semiologia de primeiro grau.

LOUIS TROLLE HJELMSLEV

A ESTRUTURA E O USO DA LÍNGUA*

Tradução de José Teixeira Coelho Netto

* Traduzido da versão espanhola de Maria Victoria Catalina, *El lenguaje,* Madrid, 1968, Editorial Gredo S.A., pp. 43-58.

Toda língua apresenta-se de imediato como um sistema de *signos,* isto é, como um sistema de unidades de expressão às quais une-se um conteúdo (sentido). As palavras são signos desse tipo, mas também partes de palavras podem ser signos: por exemplo, em latim ī é um signo de genitivo *(pater Paulī)* e um signo da passiva (amarī). Uma palavra como in-acredit-ável é um signo que se compõe de três signos diferentes, menores. Um signo pode comportar apenas um único elemento de expressão e um elemento de conteúdo; por exemplo, o signo inglês *'s* em *Peter's son* consiste no elemento de expressão *s,* ao qual se une o elemento de conteúdo "genitivo". Ou um signo pode ser composto — tanto do lado da expressão como do lado do conteúdo — por dois elementos ou mais; é o caso do signo francês *-ra* em *aimera,* que se compõe de dois elementos de expressão, *r* e *a,* unidos a quatro elementos de conteúdo: "futuro", "indicativo", "3.ª pessoa", "singular".

Ao olhar para um texto impresso ou escrito, vemos que este compõe-se de signos, e que estes, por sua vez, compõem-se de elementos que se desenvolvem numa determinada direção (quando se utiliza o alfabeto latino, a direção é da esquerda para a direita; quando se utiliza o alfabeto hebreu, da direita para a esquerda; quando se utiliza o alfabeto mongol, de cima para baixo; mas sempre se desenvolvem numa determinada direção). E quando ouvimos um texto falado, este se compõe, para nós, de signos, e estes signos compõem-se por sua vez de elementos que se desenvolvem no tempo: uns vêm antes, outros depois. Os signos formam uma *cadeia,* e os elementos de cada signo também formam uma cadeia. Chamamos de *relação* à função (dependência, relação) que existe entre os signos ou entre os elementos no interior de uma mesma cadeia: os signos ou os elementos estão *unidos* entre si na cadeia.

Se tomamos um signo inglês como a palavra *pit* (poço), podemos formar a partir dele outros signos substituindo cada um de seus elementos por outros. Podemos empreender uma operação semelhante com os elementos do conteúdo tal como fazemos com os elementos de expressão que o formam, mas nos limitaremos aqui aos elementos de expressão que são mais fáceis de abordar; podemos, pois, substituir todos e cada um dos elementos de expressão de que consta o signo *pit* e, assim, formar novos signos: *pit sit fit lit; pit put pot pat; pit pin pig.* Podemos representar o signo *pit* como sendo uma cadeia horizontal que se desenvolve

da esquerda para a direita e depois, debaixo de cada elemento que o compõe, colocar em uma coluna vertical outros elementos que poderiam entrar em seu lugar:

pit
sal
fun
. . .
. . .

Chamaremos de paradigmas às colunas verticais de que falamos aqui; um paradigma de elementos é, por conseguinte, uma classe de elementos que se pode colocar no mesmo lugar de uma cadeia: *p i t* é uma cadeia; *p s f* é um paradigma. Chamaremos de *correlação* a função que existe entre os membros de um paradigma. Entre *p, i* e *t* temos uma relação; entre *p, s* e *f,* uma correlação.

É essencial observar que não se pode colocar um elemento qualquer num paradigma qualquer. O que nos interessa, por ora, não é o fato de que deste modo é possível produzir signos que até agora não foram empregados em inglês (por exemplo, *bip, mit);* os signos deste tipo são lingüisticamente possíveis no sentido em que as regras que regem a relação dos elementos em inglês permitem tais formações. Mas poderíamos produzir conglomerados que seriam contrários a estas regras; por exemplo, não se poderia formar um signo inglês *mdt* ou *mgt* ou *mkt.* Os elementos são válidos, cada um deles isoladamente, mas estão ligados de modo incorreto, e o signo é impossível.

Podemos, assim, compor um paradigma com os elementos que só se podem introduzir em determinados lugares da cadeia, e não em outros. Chamaremos a um paradigma desse tipo de *categoria; i, a,* e *u* pertencem, assim, a uma categoria; *d, g,* e *k* a outra.

No entanto, o fato que aqui comprovamos, ou seja, que há certas restrições na formação de signos, foi adquirido apenas através de uma observação lingüística completamente exterior. Partimos da Língua tal como ela aparece de imediato, ou seja, como um sistema de signos. Se, querendo aprofundar a questão, nos perguntarmos a que se devem estas restrições na formação de signos, qual é a característica estrutural da língua que faz com que um signo não possa ser composto de uma maneira qualquer, encontraremos a razão na existência de regras que determinam a estrutura da *sílaba.* O fato de que não se pode ter um signo inglês *mdt* ou *mgt* ou *mkt* deve-se às causas seguintes: 1) Não pode haver em inglês uma sílaba *mdt* ou *mgt* ou *mkt;* se isto fosse possível, *mdt mgt mkt* poderiam perfeitamente ser signos em inglês; teriam a mesma validade que *pit, put* ou *pot,* ou *bip* ou *mit,* que pertencem ao inglês como possibilidades de signos inexplorados, mas, mesmo assim, como possibilidades de signos precisamente em virtude do hiato de que se formaram de acordo com as regras inglesas da estrutura da sílaba; 2) em inglês não pode haver sílabas que terminem em *-mdt, -mgt* ou *-mkt;* se isto fosse possível, *mdt mgt mkt* seriam signos tão bons, por exemplo, quanto *-s* ou *-t (burnt)* ou *-th (tenth)* que, embora não formem sílabas à parte, são signos utilizáveis em inglês, uma vez que as sílabas inglesas podem terminar em *-s, -rnt,*

-nth, etc.; 3) em inglês não pode haver sílabas que comecem por *mdt-, mgt-* ou *mkt-;* se isto fosse possível, não se poderia deixar de reconhecer *mdt, mgt, mkt* como signos ingleses; neste caso, teriam de aparecer sempre no princípio da sílaba, tais como *-s* e *-rnt* aparecem no final; 4) em inglês não pode haver sílabas que acabem em *-md, -mg* ou *-mk,* nem sílabas que comecem por *dt-, gt-, kt-;* se isto fosse possível, tampouco não se poderia deixar de reconhecer *mdt mgt mkt* como signos ingleses; só que, a cada utilização deles, permaneceriam sempre simultaneamente presentes em duas sílabas: *amd-ta* ou *am-dta,* etc.

Comprovamos, pois, que os signos possíveis dependem das sílabas possíveis; a estrutura da língua não comporta regras particulares para a constituição do signo: pode ser uma sílaba (por exemplo *pit),* um elemento de sílaba (por exemplo, *-s*) ou uma reunião de sílabas (assim, os signos que introduzimos há pouco, *paradigma* e *categoria,* compõem-se de quatro e cinco sílabas, respectivamente). Mas na estrutura da língua existem regras particulares para as sílabas; os signos agrupam-se à margem das regras, não sendo possível construir signo algum infringindo as regras relativas à sílaba.

Ora, que é uma sílaba? Uma sílaba não é um signo (a palavra *paraíso,* por exemplo, compõe-se de quatro sílabas, mas nenhuma delas é um signo); pode coincidir por mero acaso com um signo, porque um signo pode compor-se de uma única sílaba (cf.*me),* mas inclusive neste caso a sílaba e o signo não são a mesma coisa; a primeira parte da palavra *meta* é a mesma sílaba que *me,* mas não o mesmo signo. Uma sílaba é outra coisa: é uma *unidade produzida pela relação de certos elementos.* A estrutura da sílaba depende das relações nas quais podem entrar os elementos, e para cada elemento ou para cada categoria de elementos aplicam-se regras particulares. Dissemos que em inglês *i, a* e *u* pertencem a uma categoria, *d, g* e *k* a outra; chamaremos de *vogais* à categoria a que pertencem *i, a* e *u* e *consoantes* à categoria a que pertencem *d, g* e *k.* As vogais têm a propriedade de poder constituir uma sílaba, elas mesmas; as consoantes não têm esta propriedade. Vogais e consoantes caracterizam-se, além disso, pela possibilidade de combinar-se umas com as outras no interior de uma mesma sílaba, ou então por formarem, juntas, uma sílaba. Mas as combinações entre vogais ou entre consoantes em uma mesma sílaba estão submetidas a certas restrições; um elemento não pode combinar-se com um elemento qualquer de sua categoria. Às vezes, inclusive, há regras que regem por exemplo, para as consoantes, a ordem das combinações: assim, uma sílaba portuguesa pode começar por *tr-,* mas não por *rt-*

Portanto, cada elemento da língua entra em uma categoria determinada, definida por certas possibilidades de combinações determinadas e pela exclusão de outras delas. Estas categorias constituem, com suas definições, o sistema de elementos da língua, ou aquilo a que chamamos de *estrutura da língua.* Esta estrutura determina que sílabas — e por conseguinte, que signos — são possíveis ou impossíveis.

A estrutura da língua inglesa autoriza sílabas tais como, por exemplo, *pit, sit, fit, put, pot, pat, pin, pig, sal, fun.* É o que podemos concluir a partir do esquema apresentado à página 224. E, de fato, todas estas sílabas existem em palavras

inglesas. Mas nem sempre se dá que as possibilidades das sílabas deduzíveis da estrutura da língua sejam realmente exploradas. A estrutura da língua francesa permite formar sílabas francesas que comecem por *str-*. Ora, comprovamos que se de fato as possibilidades das sílabas *stra-, stri- (stradifier, strier)* são realmente exploradas nas palavras francesas, o mesmo não acontece com *strou-*. Mas é impossível estabelecer alguma classe de regras para determinar as possibilidades de exploração de uma estrutura complicada: o fato de ser escolhida uma determinada possibilidade, ou outra qualquer, se deve ao mero acaso.

Algo muito semelhante se aplica aos signos. Como um signo, tal como qualquer outro segmento da cadeia da língua, está obrigado a seguir as regras estruturais da formação de sílabas, segue-se que certas formações de signos são excluídas; mas segue-se, também, que se permitem outras formações de signos. Por conseguinte, as possibilidades das sílabas citadas mais acima são também possibilidades de signos, mas não se conhecem signos ingleses *bip, mut, nar*. São possibilidades de signos inexploradas; e o fato de serem exatamente estas as inexploradas e outras as exploradas se deve ao mero acaso. E mais: temos a liberdade de explorá-las sempre que o desejarmos. Podemos, amanhã, introduzir uma palavra inglesa com alguma significação sob a forma *bip, mut* ou *nar*. Isto nos é permitido, porque estas combinações são de sílabas possíveis, o que significa que seus elementos estão destinados, conforme a estrutura da língua, a poder ocupar, entre outras, as posições que têm nestes agrupamentos.

De um modo imediato uma língua nos aparece, já o dissemos, como um sistema de signos. Agora compreendemos que, na realidade, uma língua é, sobretudo, uma outra coisa: ou seja, um sistema de elementos destinados a ocupar certas posições determinadas na cadeia, a entrar em certas relações determinadas, com exclusão de outras. Estes elementos podem ser utilizados, de acordo com as regras que os regem, para compor signos. O número de elementos e as possibilidades de união de cada elemento se fixaram, de uma vez para sempre, na *estrutura da língua*. O *uso da língua* decide quais destas possibilidades serão exploradas.

Podemos concluir que se se deseja descrever uma língua, o pior procedimento é aquele que as considerações superficiais e exteriores apresentariam como o único utilizável: começar por enumerar os signos utilizados na língua. Subentende-se que se se quiser aprender uma língua, não basta conhecer a estrutura, é necessário conhecer também seu uso, mas o uso da língua pressupõe sua estrutura e supõe uma considerável economia de tempo estudar primeiro a estrutura. Os elementos de expressão de uma língua são muito limitados em números; em regra geral são cerca de vinte, e raras vezes ultrapassam cinqüenta. O número de sílabas freqüentemente pode ser escrito com quatro algarismos. Mas o número de signos pode elevar-se a dezenas de milhares sem que se possa, dada a natureza da língua, fixar-lhe um limite. Uma lista de signos, um dicionário, será sempre e necessariamente incompleto, senão por outras razões, pelo simples fato de que estão surgindo novos signos exatamente quando se está redigindo o dicionário, e muitos mais ainda quando se está utilizando esse dicionário. Mesmo assim, a língua em que estes novos signos se formam permanece a mesma que era no momento em

que se começou o dicionário. Com efeito, uma língua permanece idêntica enquanto sua estrutura for idêntica, mesmo quando é objeto de usos e empregos diferentes. O francês, por exemplo, continua a ser francês mesmo quando se introduzem palavras novas, contanto que estas palavras se componham com os mesmos elementos das precedentes e respeitem a mesma estrutura silábica. Portanto, é a estrutura da língua, e ela apenas, que condiciona a identidade e a constância de uma língua. Enquanto se tiver a mesma estrutura da língua, teremos o direito de dizer que se trata da mesma língua. Sem este critério só se poderia ter por constante o fato de que a língua se modifica sem cessar e que, ao despertar, nos deparamos com uma língua diferente da que tivemos na véspera; no jornal da manhã encontramos a todo momento um signo que é novo em francês ou, em todo caso, novo para nós. Além do mais, sem este critério, nunca poderíamos dizer, com certo fundamento, que possuímos uma língua: não há ninguém que saiba e compreenda todos os signos que se utilizaram em francês e se utilizam diariamente nos diferentes ofícios, nas diferentes regiões ou nos diferentes meios.

Mas se a estrutura da língua condiciona a identidade de uma língua, ela está também na base da diferença entre as línguas. Aquele que só conhece uma língua, ou algumas poucas línguas de estrutura quase idêntica, se sentirá inclinado a acreditar que as regras que nelas regem a combinação dos elementos são absolutamente necessárias. Se lhe for dito que esta ou aquela combinação não é permitida em francês, pode ser que esse alguém se incline, para explicar esse fato, a pensar que esta sucessão não poderia ser pronunciada pelos lábios humanos. Na realidade, isto se deve exclusivamente a seus próprios hábitos de pronúncia. Há bem poucas combinações de sons que são impossíveis; os órgãos da palavra são, em seu estado natural, autênticos prestidigitadores. O que ocorre é que estamos acostumados apenas a executar um número muito exíguo de jogos: esses órgãos poderiam executar movimentos se os tivéssemos adestrado de outra maneira, isto é, para outro fim que não a pronúncia de nossa língua materna. *Vlk* e *Krk* são palavras impossíveis em francês, mas valem perfeitamente em tcheco (com o significado de "lobo" e "colarinho"). *Lgatj* e *rvatj* seriam palavras inconcebíveis em francês, mas são autênticas palavras em russo ("mentir" e "tirar"); do georgiano (no Cáucaso) se poderia citar palavras como *vhšdsam* (eu como), *mtha* (monte), *mkbenare* (cortante), *dsqali* (água), palavras que, segundo seus hábitos de pronúncia, um francês diria serem fisiologicamente impossíveis. As combinações dinamarquesas demonstram-se tão insólitas e tão difíceis como estas para povos cuja língua materna tenha uma estrutura essencialmente diferente. A um finlandês, palavras como *skvat* ou *skvulp* causariam dificuldades quase insuperáveis, e para um francês palavras como *skoelmsk,* já que o finlandês não permite a aglomeração de consoantes no princípio da sílaba e o francês não a permite no final.

A relação entre os elementos e os signos, que mencionamos aqui, é o verdadeiro segredo de todo o mecanismo maravilhosamente prático da língua; mais ainda, poderíamos ver-nos tentados a dizer: o segredo genial da construção da língua. Sempre se tem a possibilidade de formar novos signos, sem ter de fazer mais do que remover reagrupamentos de uma maneira nova, mas conforme regras bem

conhecidas e elementos bem conhecidos, já que regras e elementos, por serem pouco numerosos, são rapidamente aprendidos. Um punhado de elementos com as regras correspondentes dadas de uma vez para sempre bastam para que se tenha tantas possibilidades de combinação (e, por conseguinte, tantos signos) quantas se desejarem. O sistema de elementos está acabado, mas o sistema de signos é produtivo; os elementos constituem uma série fechada; os signos, uma série aberta; o número de elementos é invariável no interior de uma mesma língua; o número de signos pode aumentar conforme as necessidades e o arbítrio da sociedade ou do indivíduo (por exemplo, do poeta ou do técnico) e, inversamente, pode diminuir, já que certas palavras podem sair da língua, serem suprimidas se se demonstram supérfluas ou indesejáveis. Pela sua própria instabilidade, o sistema de signos não está ligado a certos estados ou a certas situações, podendo adaptar-se a todas as modificações. Por isto, nenhuma língua está ligada a um campo conceitual determinado, a um meio determinado ou a uma civilização determinada; os americanistas ressaltaram com razão que as línguas índias seriam tão aptas como qualquer outra para expressar a civilização ocidental, embora não tenham tido ocasião, por estarem ao serviço da civilização índia, de proporcionar signos para uma multidão de novos conceitos, técnicos ou científicos, por exemplo; se chegassem a sentir essa necessidade, poderiam formar tais signos de uma maneira perfeitamente apropriada. Toda língua possui, além dos signos efetivamente utilizados, uma reserva praticamente inesgotável de possibilidades inexploradas.

Como conseqüência, é possível imaginar uma língua explorada de muitas maneiras: a uma mesma estrutura podem corresponder os usos mais díspares. Seria possível substituir uma por uma todas as palavras do dicionário francês por outras, de nova formação, sem com isso modificar a estrutura lingüística subjacente: bastaria conservar os mesmos elementos, sem acrescentar outros, e agrupá-los segundo as mesmas regras do dicionário primitivo.

Mas se usos diferentes são suscetíveis de corresponder a uma mesma estrutura de língua, não se pode dizer que o inverso seja verdadeiro: a um só uso só pode corresponder uma única estrutura. Na função que une a estrutura e o uso, a estrutura faz o papel de constante e o uso da *variável*. Compreende-se, assim, que seja a estrutura de uma língua, e não seu uso, aquilo que decide sobre sua identidade e que a define por oposição a uma outra.

A estrutura da língua especifica, portanto, o número de elementos com os quais se deve operar e a forma pela qual cada um pode unir-se aos demais. Nada além disso. Todos os fenômenos que se podem observar por acréscimo na língua podem variar, permanecendo idênticos o número de elementos e as regras de construção. Por conseguinte, estes fenômenos surgem do uso. É o caso da formação de signos, que é apenas a exploração das possibilidades de signos. Contudo, muitas outras coisas são variáveis em relação à estrutura, e por conseguinte pertencem ao uso. A notação gráfica ou a denominação dos elementos não é fixada pela estrutura da língua e pode, portanto, variar arbitrariamente em relação a esta; os elementos de uma mesma estrutura lingüística podem ser anotados ou denominados arbitrariamente de qualquer maneira contanto que se conserve o número de ele-

mentos distintos exigidos pela estrutura. Por exemplo, podem-se utilizar símbolos gráficos e designar cada elemento por uma letra. Estas letras devem ser diferentes entre si, mas, quanto ao resto, podem ter o aspecto que se queira. Podemos escolher e fazer variar livremente sua forma, sua cor, etc., conservando, não obstante, a mesma estrutura da língua. Poderíamos anotar a mesma estrutura através de um sistema de escritura que tenhamos inventado, através de um código convencionado de signos gráficos e, apesar disso, a língua assim designada permaneceria a mesma. Assim, podemos utilizar, para designar os elementos de expressão franceses, um alfabeto distinto do latino, por exemplo, o alfabeto Morse, e o francês não se alteraria. Também se pode denominar acusticamente os elementos, e designar cada elemento através de uma onda sonora específica cuja escolha em si mesma carece de importância contanto que sejam suficientemente diferentes entre si (de resto, é possível acostumar o ouvido humano de modo a distinguir matizes muito sutis; o que dissemos dos órgãos da palavra é válido aqui; o ouvido também é um prestidigitador, mas como está treinado especialmente para distinguir as diferenças que desempenham um papel na língua materna, cada vez é menos capaz de distinguir os matizes utilizados em outras línguas; deste modo, também por influência dos hábitos da língua materna se pretende freqüentemente que estes matizes são fisicamente impossíveis de perceber). Também carece de importância o meio de produção das ondas: um fonógrafo, uma trilha cinematográfica, uma máquina falante, um silvo ou a boca e a garganta humanas. Os elementos da estrutura da língua também podem ser denominados através de bandeirinhas desenhadas e coloridas de diferentes maneiras; assim, os navegantes, no mundo inteiro, utilizam um sistema internacional de sinais que lhes permite falar em inglês ou em qualquer outra língua; do mesmo modo, cada marinha de guerra tem seu próprio código de bandeiras, que permite às tripulações comunicar-se na língua nacional. O alfabeto manual dos surdos-mudos é outro exemplo de uma designação ou denominação especial dos elementos de expressão de uma língua. Seria possível ampliar indefinidamente a lista dos exemplos: cada homem, conforme sua engenhosidade, pode encontrar uma multidão de novos meios para pôr em prática uma mesma estrutura lingüística, para falar uma mesma língua. Os elementos da estrutura da língua lembram as grandezas com que opera a álgebra; *a, b, c, x, u, z,* etc., grandezas que podem ser substituídas aritmeticamente por diferentes valores e, no cálculo prático, por diferentes números que representam coisas diferentes. Contanto que se observem as regras da álgebra, pode-se designar e denominar essas grandezas bem como se entender. Fazendo uma comparação, que sem dúvida poderíamos levar mais adiante, pode-se dizer que uma língua está construída à maneira de um jogo, por exemplo, de um jogo de xadrez ou de cartas. Os elementos são as peças ou os naipes; tal como nos diferentes jogos, as diferentes línguas têm regras total ou parcialmente diferentes. Estas regras indicam a maneira pela qual se deve ou não se deve usar um elemento, uma peça ou um determinado naipe. Limitam em certa medida as possibilidades de combinação, mas, na língua, como no jogo de xadrez, o número de combinações possíveis, de formações de signos possíveis, continua sendo imenso. Pode-se chamar de estru-

tura de um jogo ao conjunto de regras que indicam o número de peças existentes no jogo e a forma pela qual cada uma dessas peças pode combinar-se com as demais, e difere do uso do jogo da mesma maneira como a estrutura da língua difere do uso da língua. Para descrever o uso do jogo seria necessário informar não tanto sobre os *possíveis* modos de jogar (a estrutura) mas sim sobre a maneira pela qual se *costuma* jogar ou como, de fato, se tem jogado até agora (pois nisto se estriba o uso); resumindo, as combinações consagradas pelo costume em condições dadas. Do mesmo modo, para descrever o uso da língua se deveria informar sobre os signos utilizados habitualmente, em um momento e meio determinados, em determinadas condições. Quem quiser descrever o uso do jogo deve, além do mais, indicar a maneira como habitualmente são feitas as peças, ou a maneira pela qual até aqui foram feitas, ou aquela que é mais indicada, assim como o aspecto sob o qual se apresenta geralmente cada peça ou cada tipo de peça, ou sob o qual elas se apresentaram até aqui (o cavalo do xadrez apresenta-se como a cabeça de um cavalo, etc.); do mesmo modo, uma descrição do uso da língua deveria precisar a matéria, gráfica, fônica, etc., de que são feitos os elementos, bem como o aspecto particular sob o qual cada um aparece. Todo uso do jogo pressupõe uma estrutura, não sendo certo o contrário: a uma mesma estrutura do jogo pode corresponder toda uma variedade de usos. A estrutura do jogo permanece a mesma, seja qual for a maneira pela qual cada um se serve das regras dadas; esta é a razão pela qual uma mesma estrutura pode servir para combinações sempre novas, para jogos sempre novos, tal com uma estrutura da língua pode servir para formar signos sempre novos. De resto, a estrutura do jogo permanece idêntica, embora se fabriquem as peças de outra maneira ou se lhes atribua um aspecto diferente; a respeito, a estrutura do jogo permite completa liberdade, com a única restrição de que, se duas peças obedecem a regras combinatórias diferentes, elas devem ser facilmente distinguidas uma da outra. A propósito podem lembrar que é possível jogar xadrez telegraficamente sem necessidade alguma de utilizar as peças; os elementos do jogo são designados, nesse caso, por signos Morse.

Os usuários da língua são facilmente induzidos a relacionar com ela, de forma mais ou menos consciente, certas idéias de caráter bem diferente. Estas idéias também devem ser atribuídas ao uso da língua; em todo caso, não são do domínio da estrutura. Em geral, dependem diretamente, de algum modo, da aparência exterior das designações, por exemplo, da imagem sonora ou da imagem gráfica; umas são consideradas bonitas e outras feias; notam-se, entre elas, semelhanças e dessemelhanças, ou inclusive observa-se que esta, mas não aquela, se parece com algo exterior à língua. A esta última classe de fatos pertence aquilo que habitualmente se denomina de expressividade dos sons: como certas palavras inglesas, como *little* (pequeno), *bit* (pedaço), *a little bit* (um pouco), *a wee bit* (um pedacinho), *kid* (menino) compreendem um elemento designado foneticamente, no uso da língua, por *i*, e como, de um modo ou outro, todas estas palavras evocam por sua significação a idéia de pequenez, pode dar a impressão de que existe alguma vaga relação entre o som *i* e a idéia de algo pequeno. Ressaltamos quão subjetivas são estas semelhanças e dessemelhanças entre os sons, entre as letras ou

inclusive entre os sons ou as letras e as realidades exteriores à língua. O fato de uma coisa parecer-se ou não com uma outra depende inteiramente do ponto de vista a partir do qual se estabelece a comparação: um objeto nunca se parece com um outro sob todos os aspectos, mas sim sob um determinado aspecto apenas e, com suficiente engenhosidade, sempre se encontrará um aspecto sob o qual duas coisas se parecem por mais diferentes que sejam entre si quanto ao resto. Entre dois sons da linguagem, ou duas significações de signos, quaisquer que sejam, é sempre possível encontrar, com um pouco de imaginação, uma semelhança qualquer.

Evidentemente, todas estas idéias, que estão associadas à imagem exterior das designações, podem também ser relacionadas com as combinações habituais nas quais entram as designações, quando as exigências estruturais da língua o permitem; por exemplo, com os signos e os grupos de signos, as locuções, etc. Como estão determinadas pela própria matéria das designações, ou motivam-nas outras causas válidas para toda uma população em um momento e um meio determinados, não poucas delas podem tornar-se coletivas: a maioria dos membros de uma coletividade lingüística tem certas crenças de uma maneira mais ou menos clara ou pelo menos deixam-se facilmente persuadir de que as tem. É ao conjunto de todas as idéias desta natureza que normalmente se denomina de sentido lingüístico, de *familiaridade com uma língua*. É, como se vê, um fenômeno psíquico que deve ser estudado pelos psicólogos e lingüistas em conjunto; no entanto, continua sendo, em sua maior parte, um campo inexplorado.

NOAM CHOMSKY

ASPECTOS DA TEORIA DA SINTAXE

Tradução de Armando Mora D'Oliveira

* Traduzido do original inglês *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, Mass., 1965, The M.I.T. Press, pp. 3-62.

CAPÍTULO I

Preliminares Metodológicos

§ 1. *As Gramáticas Gerativas como Teorias da Competência Lingüística*

Este estudo vai tocar numa variedade de tópicos da teoria sintática e da sintaxe inglesa, muito poucos com alguma minúcia, vários superficialmente, e nenhum deles exaustivamente. Tratará do componente sintático duma gramática gerativa, quer dizer, das regras que especificam as seqüências bem-formadas com unidade *(formatives)* mínimas que funcionam sintaticamente e que atribuem informação estrutural de várias espécies tanto a estas seqüências quanto àquelas que se desviam sob certos aspectos da boa-formatividade.

A estrutura geral dentro da qual terá seguimento esta investigação foi apresentada em muitos lugares, e pressupõe-se alguma familiaridade com os estudos teóricos e descritivos relacionados na bibliografia. Neste capítulo examinarei com brevidade algumas das principais hipóteses básicas, sem contudo aqui levar a cabo qualquer tentativa séria de justificá-las, mas somente delineá-las com clareza.

A teoria lingüística acha-se interessada, em primeiro lugar, num falante-ouvinte ideal, dentro duma comunidade de fala completamente homogênea, o qual conhece a sua língua perfeitamente e que não é afetado por circunstâncias gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, mudanças de atenção ou interesse, e erros (de acaso ou característicos) ao aplicar o seu conhecimento da língua no desempenho efetivo. Esta parece-me ter sido a posição dos fundadores da moderna lingüística geral e nenhuma razão concludente para modificá-la foi oferecida. Para estudar o desempenho lingüístico concreto, temos de considerar a interação de uma variedade de fatores, sendo que a competência subjacente do falante-ouvinte constitui apenas um dentre eles. Neste sentido, o estudo da linguagem não é diferente da investigação empírica de outros fenômenos complexos.

Assim é que efetuamos uma distinção fundamental entre *competência* (o conhecimento de sua língua por parte do falante-ouvinte) e *desempenho*[1] (o uso efetivo da língua em situações concretas). É somente partindo da idealização exposta no parágrafo precedente que o desempenho reflete diretamente a competência. Na prática, obviamente, não pode refletir de maneira direta a competência. Uma gravação do falar natural exibirá numerosas hesitações, desvios das regras, mudanças de plano a meio caminho, e assim por diante. O problema para o lingüista, bem como para a criança aprendendo a linguagem, consiste em determi-

[1] Respectivamente: *competence/performance.* (N. do T.)

nar, a partir dos dados de desempenho, o sistema de regras subjacentes que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele passa a usar no desempenho efetivo. Por isso mesmo é que, em sentido técnico, a teoria lingüística é mentalista, uma vez que se acha interessada em descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento presente.[2]

A observação do uso da linguagem, ou disposições hipotéticas a responder, hábitos, e outros, podem fornecer provas no que toca à natureza desta realidade mental, mas não constituir-se no verdadeiro assunto da lingüística, se esta tiver de ser disciplina séria. A distinção que estou apontando aqui está relacionada com a distinção *langue-parole* de Saussure; mas deve-se rejeitar o seu conceito de *langue* como mero inventário sistemático de itens e regressar, de preferência, à concepção humboldtiana duma competência subjacente como sistema de processos geradores. Para discussão veja-se Chomsky (1964).

A gramática de uma língua pretende ser uma descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte ideal. Se, além disso, for perfeitamente explícita — por outras palavras, não se fiar na inteligência do leitor entendido, mas antes fornecer uma análise explícita de sua contribuição —, podemos (de algum modo redundantemente) chamá-la *gramática gerativa.*

[2] Aceitar o mentalismo tradicional, deste modo, não significa aceitar a dicotomia de Bloomfield de "mentalismo" *versus* "mecanismo". Lingüística mentalista é simplesmente a lingüística teórica que usa desempenho como dados (ao lado de outros dados, por exemplo, os fornecidos pela introspecção) para determinação da competência, sendo esta última tomada como objeto primário de sua investigação. O mentalista, neste sentido tradicional, não necessita propor hipóteses acerca da possível base fisiológica para à realidade mental que estuda. Particularmente, não precisa negar que exista tal base. Pelo contrário, é de crer que são os estudos mentalísticos que terão maior valia para a investigação dos mecanismos neurofisiológicos, uma vez que só eles estão preocupados em determinar abstratamente as propriedades que tais mecanismos devem exibir e que funções devem desempenhar.

De fato, o problema de mentalismo *versus* antimentalismo em lingüística diz respeito tão-somente a objetivos e prioridades, e não aparentemente a questões de verdade ou falsidade, sentido ou contra-senso. Pelo menos três posições acham-se envolvidas nesta controvérsia algo inútil: (a) dualismo — as regras subjacentes ao desempenho estão representadas num *medium* não material?; (b) behaviorismo — os dados do desempenho esgotam o domínio de interesse para o lingüista, ou ele se preocupa também com outros fatos, particularmente com aqueles concernentes a sistemas mais profundos que são a base do comportamento?; (c) introspeccionismo — pode-se fazer uso de dados introspectivos na tentativa de determinar as propriedades destes sistemas básicos? Esta é a posição dualista que Bloomfield irrelevantemente censurou. A posição behaviorista não é um assunto discutível. É simplesmente uma expressão de falta de interesse pela teoria e explanação. Isto é claro, por exemplo, na crítica de Twaddell (1935) à fonologia mentalista de Sapir, que usou respostas informativas e comentários como apoio evidente à realidade psicológica de algum sistema abstrato de elementos fonológicos. Para Twaddell, o empreendimento não tem objetivo porque tudo que lhe interessa é o próprio comportamento, "que já é acessível aos estudantes de linguagem, embora numa forma menos concentrada". Caracteristicamente, esta falta de interesse pela teoria lingüística expressa-se no propósito de reduzir o termo "teoria" a "sumários de dados" (como nos escritos de Twaddell, ou, para tomar um exemplo mais recente, em Dixon, 1963, embora a discussão de "teorias" no último seja suficientemente vaga para permitir outras interpretações do que ele possa ter em mente). Talvez esta perda de interesse na teoria, no sentido usual, tivesse sido fomentada por certas idéias *(e. g.,* operacionalismo estrito ou verificacionismo forte) que foram admitidas por um lapso de tempo na filosofia da ciência, mas foram rejeitadas em seguida nos anos de trinta. Em qualquer evento, a questão (b) não coloca um problema substantivo. A questão (c) surge somente se se rejeitarem as limitações behavioristas de (b). Sustentar, com fundamentos na pureza metodológica, que os juízos introspectivos do informante (freqüentemente, do próprio lingüista) não devem ser considerados, é, no momento presente, condenar o estudo da linguagem a uma completa esterilidade. É difícil imaginar que razão possa ser fornecida para fazê-lo. Voltaremos mais tarde a este ponto. Para mais discussão veja-se Katz (1964) *Mentalism in Linguistics.* (N. do A.)

Uma gramática plenamente adequada deve atribuir a cada uma das sentenças pertencentes a uma série infinita uma descrição estrutural indicando como a sentença é entendida pelo falante-ouvinte ideal. Tal é o problema tradicional da lingüística descritiva, e, na verdade, as gramáticas tradicionais dão rica informação acerca da descrição estrutural das sentenças. Contudo, mesmo valiosas, as gramáticas tradicionais são deficientes ao deixarem de expressar muitas das regularidades básicas da língua sobre a qual trabalham. Este fato é particularmente claro no nível da sintaxe, onde nenhuma gramática tradicional ou estrutural passa da classificação de exemplos particulares para o estágio da formulação de regras gerativas numa escala significativa. Uma análise das melhores gramáticas existentes revelará prontamente que se trata neste particular dum erro de princípio, e não apenas dum caso de detalhe empírico ou precisão lógica. Não obstante, parece óbvio que a tentativa de explorar este território em grande parte não cartografado deva com proveito iniciar-se por um estudo do tipo de informação estrutural apresentado pelas gramáticas tradicionais e dos processos lingüísticos exibidos — ainda que de maneira não formal — nestas gramáticas.[3]

As limitações das gramáticas tradicionais e estruturalistas deveriam ser claramente apreciadas. Embora tais gramáticas possam conter listas completas e explícitas de exceções e irregulariedades, só fornecem exemplos e ligeiras sugestões no que diz respeito aos processos de produção sintática regular. A teoria lingüística tradicional não deixava de estar consciente do fato. Por exemplo, James Beattie (1788) observa que:

> "As línguas, portanto, assemelham-se aos homens por que, embora cada uma possua as suas peculiaridades pelas quais é distinguida das demais, todas elas têm em comum certas qualidades. As peculiaridades dos idiomas individuais acham-se explicadas nas gramáticas e dicionários respectivos. Aquelas coisas que todas as línguas têm em comum, ou que são necessárias a cada uma delas, são tratadas numa ciência que alguns chamaram gramática *Universal ou Filosófica*".

Um pouco mais cedo, Du Marsais define gramática universal e particular do modo seguinte:[4]

> "Há na gramática observações que convêm a todas as línguas; estas observações formam o que se chama gramática geral: tais são as notas feitas acer-

[3] O que foi negado recentemente por diversos lingüistas europeus *(e. g.,* Dixon, 1963; Uhlenbeck, 1963, 1964). Contudo, eles não fornecem razões para o seu ceticismo sobre a gramática tradicional. Qualquer que seja a comprovação hoje disponível, ela parece-me mostrar que, de um modo geral, os pontos de vista tradicionais, até certo ponto, estão basicamente corretos e as pretendidas inovações não se justificam. Por exemplo, tome-se a sugestão de Uhlenbeck, segundo a qual a análise de constituintes efetuada sobre *"the man saw the boy"* é [*the man saw*] [*the boy*], uma sugestão que presumivelmente implica também que nas sentenças [*the man put*] [*it into the box*], [*the man aimed*] [*it at John*] [*the man persuaded*] [*Bill that it was unlikely*], etc., os constituintes seriam como está indicado. Existem muitas observações relevantes para a determinação da estrutura de constituintes (cf. nota 19); pelo que sei, apóiam a análise tradicional sem exceção contra esta sugestão, cujo único argumento é que resulta de uma "análise puramente lingüística". Veja-se Uhlenbeck (1964) e a discussão. Quanto às objeções de Dixon às gramáticas tradicionais, uma vez que não oferece nem alternativa nem argumento (além da observação correta mas irrelevante de que foram "há muito condenadas pelos lingüistas profissionais"), não há mais o que discutir, no caso presente. (N. do A.)

[4] Em 1729. Citado em Gunvor Sahlin, *César Chesneau Dumarsais et son Rôle dans l'Évolution de la Grammaire Générale,* 1928, pp. 29-30. (N. do T.)

ca dos sons articulados, sobre as letras que são os sinais destes sons; sobre a natureza das palavras e sobre as diferentes maneiras por que devem ser arranjados ou terminados para fazer sentido. Além destas observações gerais, existem as que pertencem a uma língua particular, e é isto que constitui as gramáticas particulares de cada língua".

Dentro da teoria lingüística tradicional, além disso, entendia-se claramente que uma das qualidades que todas as línguas têm em comum é o seu aspecto "criativo". Assim, uma propriedade essencial da linguagem consiste em fornecer os recursos para expressar pensamentos infinitos e reagir apropriadamente numa série infinita de situações novas (para referências, Chomsky, *Cartesian Linguistics).* A gramática de uma língua particular, então, tem de ser suplementada por uma gramática universal que acolha o aspecto criativo do uso da linguagem e expresse regularidades situadas a um nível profundo, as quais sendo universais acham-se omitidas na própria gramática. Portanto, é bastante normal que uma gramática discuta apenas exceções e irregularidades com algum detalhe. É só quando suplementada por uma gramática universal que a gramática de uma língua oferece uma análise integral da competência do falante-ouvinte. Todavia, a lingüística moderna não reconheceu explicitamente a necessidade de suplementar uma "gramática particular" de uma língua através duma gramática universal, para poder realizar a adequação descritiva. Rejeitou, de fato, o que é característico, o estudo da gramática universal como tola; e como já foi observado anteriormente, não empreendeu trabalhar o aspecto criativo do uso da linguagem. Não sugere, pois, uma saída para superar a fundamental inadequação descritiva das gramáticas estruturalistas.

Uma outra razão para o fracasso das gramáticas tradicionais, particulares ou universais, em obter um enunciado preciso dos processos regulares da formação e interpretação das sentenças reside na crença largamente partilhada segundo a qual existe uma "ordem natural dos pensamentos" que é espelhada pela ordem das palavras. Daí que as regras de formação da sentença não pertençam realmente à gramática mas a outro tópico no qual a "ordem dos pensamentos" é estudada. Assim, na *Grammaire Générale et Raisonnée* (Lancelot *et al.,* 1660) é afirmado que, afora o discurso figurado, a seqüência das palavras segue uma *ordre naturel,* conforme *à l'expression naturelle de nos pensées.* Conseqüentemente, poucas regras gramaticais precisam ser formuladas além das regras da elipse, inversão e similares, que determinam o uso figurado da linguagem. O mesmo ponto de vista surge sob muitas formas e variantes. Para só mencionar um outro exemplo — num interessante ensaio dedicado em grande parte à questão de saber como a formação simultânea e em seqüência das idéias se acha refletida na ordem das palavras, Diderot conclui que o francês é único entre as línguas na medida em que nele a ordem das palavras corresponde à ordem natural dos pensamentos e idéias. [5] Assim, "qualquer que seja a ordem dos termos numa

[5] Diderot, *Lettre sur les Sourds et Muets,* 1751. Citações da ed. J. Assézat, *Oeuvres Complètes de Diderot,* vol. 1, Garnier, 1875. (N. do T.)

língua antiga ou moderna, o espírito do escritor seguiu a ordem didática da sintaxe francesa" (p. 390). "Dizemos as coisas em francês, da maneira como o espírito é forçado a considerá-las não importando a língua que se escreva" (p. 371). Numa consistência admirável continua até concluir que "a nossa língua *pedestre* possui sobre as outras a vantagem do útil sobre o agradável" (p. 372); assim, o francês é apropriado às ciências, enquanto que o grego, o latim, o italiano e o inglês "são mais vantajosos nas letras". Além disso,

> "o bom senso escolheria a língua francesa; mas (. . .) a imaginação e as paixões darão preferência às línguas antigas e às dos nossos vizinhos (. . .); é mister falar francês na sociedade e nas escolas de filosofia; e grego, latim, inglês, nas tribunas e nos teatros; . . . a nossa língua será a da verdade, se ela voltar um dia à terra; e. . . a grega, a latina e as outras serão as línguas da fábula e da mentira. O francês é feito para instruir, esclarecer e convencer; o grego, o latim, o italiano e o inglês para persuadir, comover e enganar; falai grego, latim, italiano ao povo, mas falai em francês com o sagez" (pp. 371 s). [5a]

Em qualquer caso, desde que a ordem das palavras seja determinada por fatores independentes da linguagem, não se torna necessário descrevê-la numa gramática particular ou universal, e, portanto, possuímos princípios de base para excluir da gramática uma formulação explícita dos processos sintáticos. É digno de relevo que este ponto de vista ingênuo sobre a estrutura da linguagem persiste até os tempos modernos, sob várias formas, por exemplo, na concepção de Saussure de uma seqüência de expressões correspondendo a uma seqüência amorfa de conceitos ou na caracterização corrente do uso da linguagem como sendo mero caso de uso de palavras e frases (por exemplo, Ryle, 1953).

Mas a razão fundamental para esta inadequação das gramáticas tradicionais é mais técnica. Não obstante se compreendesse muito bem que os processos lingüísticos são de algum modo "criativos", os dispositivos técnicos para expressar um sistema de processos recursivos não se encontravam disponíveis até há bem pouco tempo. De fato, uma verdadeira compreensão de como uma língua é capaz (nas palavras de Humboldt) de "fazer uso infinito de meios finitos" desenvolveu-se apenas nos últimos trinta anos, na decorrência de estudos nos fundamentos da matemática. Agora que estas descobertas se acham à nossa disposição, é possível voltar aos problemas que tinham sido levantados, mas não resolvidos, na teoria lingüística tradicional, e empreender uma formulação explícita dos processos "criativos" da linguagem. Em suma, não mais existe uma barreira técnica ao estudo em escala total das gramáticas gerativas.

Retornando ao tema principal, por uma gramática gerativa refiro-me simplesmente a um sistema que, por um meio explícito e bem definido atribui descrições estruturais a sentenças. Obviamente, o falante de uma *língua dominou e* internalizou uma gramática que expressa o conhecimento de sua língua. Isto não quer dizer que esteja consciente das regras da gramática ou até que possa tor-

[5a] Palavra portuguesa arcaica equivalente ao francês *sage*. (N. do T.)

nar-se consciente delas ou que suas afirmações acerca do conhecimento intuitivo da língua sejam necessariamente exatas. Qualquer gramática gerativa dotada de interesse tratará, em grande parte, de processos mentais que estão muito além do nível de uma consciência atual ou potencial; além disso, é sabido que os depoimentos de um falante e os pontos de vista acerca de seu comportamento e competência podem estar errados. Deste modo, uma gramática gerativa busca especificar o que o falante realmente conhece, não aquilo que possa informar sobre o seu conhecimento. Similarmente, uma teoria da percepção visual tentará analisar o que uma pessoa vê realmente e os mecanismos que o determinam, mais do que suas afirmativas acerca do que vê, embora esses enunciados possam fornecer prova útil, de fato constrangedora, para tal teoria.

A fim de evitar o que tem sido um equívoco contínuo, vale talvez a pena reiterar que uma gramática gerativa não constitui um modelo para ouvinte ou falante. Procura caracterizar, nos termos mais neutros possíveis, o conhecimento da língua que proporciona a base para o uso efetivo da língua por parte de um falante-ouvinte. Quando dizemos que uma gramática gera uma sentença com certa descrição estrutural, queremos simplesmente dizer que a gramática atribui esta descrição estrutural à sentença. Quando dizemos que uma sentença possui determinada derivação com relação a uma gramática gerativa particular, nada é dito de como o falante ou o ouvinte possam agir, de modo prático ou eficiente, a fim de construírem tal derivação. Essas questões pertencem à teoria do uso da linguagem — teoria do desempenho. Não há dúvida de que um modelo razoável do uso da linguagem incorporará, como um componente básico, a gramática gerativa que expressa o conhecimento da linguagem por parte do falante-ouvinte; mas esta gramática em si própria não prescreve a natureza ou funcionamento de um modelo perceptivo ou de um modelo de produção da fala. Para várias tentativas de clarificar este ponto, ver Chomsky (1957), Miller e Chomsky (1963), Gleason (1961), e muitas outras publicações.[6]

Sobre este assunto houve confusão suficientemente persistente, de molde, então, a autorizar uma mudança terminológica. Mesmo assim, penso que o termo "gramática gerativa" é completamente apropriado, e continuarei, portanto, a usá-lo. O termo "gerar"[7] no sentido utilizado aqui é corrente em lógica, particularmente na teoria de Post dos sistemas combinatórios. Além disso, "gerar", parece ser a tradução mais apropriada para o termo *erzeugen* de Humboldt, este o usa muitas vezes, ao que parece, no sentido aqui adotado. Uma vez que este uso do termo *generate* se acha perfeitamente estabelecido, tanto na lógica como na tradição da teoria lingüística, não vejo qualquer razão para uma revisão terminológica.

§ 2. *Para uma Teoria do Desempenho*

Parece haver poucos motivos para questionar o ponto de vista tradicional

[6] *Syntatic Structures; Finitary Models of Language Users.* (N. do T.)
[7] Também *"engendrar"*. (N. do T.)

segundo o qual a investigação do desempenho progredirá apenas na medida permitida pela compreensão da competência subjacente. Trabalhos recentes parecem apoiar ainda mais esta hipótese. Tanto quanto sei, os únicos resultados concretos obtidos e as únicas hipóteses claras adiantadas a respeito da teoria do desempenho, fora da fonética, vieram de estudos de modelos de desempenho que incorporaram gramáticas gerativas de tipo específico — quer dizer, de estudos baseados em hipóteses sobre competência subjacente.[8] Em particular existem algumas observações sugestivas respeitantes a limitações no desempenho impostas por organização da memória, limites da memória, e a respeito da exploração de instrumentos gramaticais para formar setenças desviantes de vários tipos. (. . .) Para esclarecer um pouco mais a distinção entre competência e desempenho, pode ser útil sumariar brevemente algumas das sugestões e resultados surgidos nos últimos anos no estudo de modelos de desempenho com limitações de memória, tempo e acesso.

Para os fins a que se propõe esta discussão, vamos usar o termo "aceitável" para referir expressões que são perfeitamente naturais e imediatamente compreensíveis sem análise com lápis e papel e de forma alguma bizarras ou longínquas. Aceitabilidade, é óbvio, será caso de grau, segundo dimensões várias. Podem-se propor vários testes operacionais para especificar a noção mais precisamente (por exemplo, rapidez, correção e uniformidade de recordação e recognição, normalidade de entonação).[9] Dados os objetivos presentes, não será necessário delimitá-la mais cuidadosamente. Como ilustração, as sentenças (1) são algo mais aceitáveis, neste sentido, que as sentenças (2):

(1) (i) *I called up the man who wrote the book that you told me about*
(ii) *quite a few of the students who you met who come from New York are friends of mine*
(iii) *John, Bill, Tom, and several of their friends visited us last night*

(2) (i) *I called the man who wrote the book that you told me about up*
(ii) *the man who the boy who the students recognized pointed out is a friend of mine.*[10]

As sentenças mais aceitáveis são as mais prováveis de serem produzidas, mais facilmente compreensíveis, menos toscas, e, de algum modo, mais naturais.[11]

[8] Além do que, parece-me que a percepção da fala é também melhor estudada dentro deste modelo. Veja-se, por exemplo, Halle e Stevens (1962). (N. do A.)

[9] Testes que parecem determinar uma útil noção deste tipo foram descritos em várias oportunidades, por exemplo, Miller e Isard (1963). (N. do A.)

[10] (1) (i) Eu telefonei ao homem que escreveu o livro de que você me falou
(ii) um bom número dos alunos que você encontrou que vieram de Nova York são amigos meus
(iii) John, Bill, Tom e diversos amigos seus visitaram-nos a noite passada
(2) (i) (forma equivalente no Brasil) Telefonei ao homem que escreveu o livro de que você me falou, amigo (cara, seu, bicho, etc. ou qualquer outro adjetivo meramente enfático depois da sentença. N. do T.)
(ii) O homem que o rapaz que os alunos reconheceram apontou é meu amigo. (N. do T.)

[11] Estas caracterizações são igualmente vagas e os conceitos envolvidos igualmente obscuros. A noção "provável de ser produzido" ou "provável" é pensada às vezes como sendo mais "objetiva" e, de antemão,

Haveria tendência a evitar as sentenças inaceitáveis e substituí-las por variantes mais aceitáveis, onde fosse possível, no discurso real.

A noção de "aceitável" não deve ser confundida com "gramatical". Aceitabilidade é um conceito que pertence ao estudo do desempenho enquanto que gramaticalidade pertence ao estudo da competência. As sentenças de (2) ocupam uma posição baixa na escala de aceitabilidade, mas alta na de gramaticalidade no sentido técnico emprestado a este termo. Isto é, as regras gerativas da língua atribuem-lhe uma interpretação exatamente no mesmo sentido em que atribuem uma interpretação às sentenças algo mais aceitáveis de (1). Tal como a aceitabilidade, a gramaticalidade é, sem dúvida, uma questão de grau (cf. Chomsky, 1955, 1957, 1961),[12] mas as escalas da gramaticalidade e aceitabilidade não coincidem. A gramaticalidade é apenas um dos muitos fatores que se inter-relacionam para determinar a aceitabilidade. Desta forma, embora se possam propor vários testes operacionais para a aceitabilidade, é improvável que se consiga inventar um critério operacional necessário e suficiente para a noção muito mais abstrata e, de longe, mais importante de gramaticalidade. As sentenças gramaticais inaceitáveis não podem, freqüentemente, ser usadas por razões que têm a ver, não com a gramática, mas antes com limitações de memória, fatores estilísticos e de entonação, elementos "icônicos" do discurso, por exemplo, uma tendência para colocar o sujeito lógico e o objeto adiantado e não atrasado; (. . .) e assim por diante. Observe-se que seria praticamente impossível caracterizar as setenças inaceitáveis em termos gramaticais. Por exemplo, não se pode formular regras particulares de gramática de forma a excluí-las. Nem tampouco se pode excluí-las, limitando o número de reaplicações das regras gramaticais na geração de uma sentença, uma vez que a inaceitabilidade pode também surgir da aplicação de regras distintas, cada uma delas sendo aplicada apenas uma vez. De fato, torna-se claro que nós só

melhor definida que as outras, com base na hipótese de que existe um significado claro para a noção "probabilidade de uma sentença" ou "probabilidade de um tipo de sentença". Realmente, estas noções só são objetivas e de antemão claras se probabilidade for baseada em estimativa de freqüência relativa e se tipo de sentença significar algo como "classes de seqüências de palavra ou morfema". (Além do que, para a noção ter mesmo alguma significação, tais classes devem ser extremamente reduzidas e compostas de elementos mutuamente substituíveis, senão as setenças inaceitáveis e não gramaticais serão tão "prováveis" e aceitáveis como as gramaticais). Mas neste caso, embora "probabilidade de uma sentença (tipo)" seja clara e bem definida, constitui uma noção sem nenhuma utilidade, uma vez que todas as sentenças altamente aceitáveis (em sentido intuitivo) têm probabilidade empiricamente indistinguível de zero e pertencem a sentenças (tipo) com probabilidade empiricamente indistinguíveis de zero. Assim, as sentenças aceitáveis ou gramaticais (ou sentenças tipo) não são mais prováveis, em nenhum sentido objetivo da palavra, que as outras. O que permaneceu verdade, se considerarmos não "probabilidade" mas "probabilidade relativa a uma dada situação", sempre que as "situações" forem especificadas em termos de propriedades físicas observáveis e não sejam construtos mentalísticos. É digno de nota que os lingüistas que falam de um obstinado estudo do uso das sentenças em situações reais quando chegam a citar exemplos concretos descrevem invariavelmente as "situações" em termos completamente mentalísticos. Cf., *e.g.*, Dixon (1963, p. 101), quando no único exemplo ilustrativo do livro, diz-se que uma sentença obtém seu significado da situação "cultura britânica". Descrever cultura britânica como "uma situação" é, em primeiro lugar, erro de categoria; além disso, encará-la como padrão abstraído do comportamento observado, e portanto, descritível objetivamente em termos puramente físicos, trai total incompreensão do que se possa esperar da pesquisa antropológica.
Para maior argumentação, veja-se Katz e Fodor (1964). (N. do A.)

[12] *The Logical Structure of Linguistic Theory* (tese de doutoramento de Chomsky), na biblioteca do MIT; *Syntatic Structures; Some Methodological Remarks on Generative Grammar.* (N. do T.)

poderemos caracterizar sentenças inaceitáveis nos termos de alguma propriedade "global" de derivações e das estruturas por elas definidas — uma propriedade que não é atribuível a uma regra particular, mas, antes, à forma pela qual as regras se inter-relacionam numa derivação.

Esta observação sugere que o estudo do desempenho pode proveitosamente começar por uma investigação da aceitabilidade das estruturas formais mais simples em sentenças gramaticais. A propriedade formal mais óbvia das expressões é a produção de colchetes para constituintes de vários tipos, quer dizer, a "estrutura-em-árvore" associada a elas. Entre tais estruturas podemos distinguir várias espécies — por exemplo, estas a que damos os seguintes nomes técnicos convencionais, atendendo à presente argumentação:

(3) (i) construções aninhadas
(ii) construções auto-embutidas
(iii) construções com ramificação múltipla
(iv) construções com ramificação à esquerda
(v) construções com ramificação à direita.

As frases *A* e *B* formam uma construção aninhada se *A* se aloja inteiramente dentro de *B*, com algum elemento não nulo à sua esquerda dentro de *B* e algum elemento não nulo à sua direita dentro de *B*. Assim, a frase *the man who wrote the book that you told me about* está aninhada na frase *called the man who wrote the book that you told me about up*, em (2i).

A frase *A* acha-se auto-embutida em *B* se *A* estiver aninhada em *B* e, além disso, se *A* for uma frase do mesmo tipo que *B*. Assim, *who the students recognized* está auto-embutida em *who the boy who the students recognized pointed out*, em (2ii), dado que ambas são proposições relativas. Assim, aninhamento tem a ver com colchetização e auto-embutimento, com rotulação de colchetes também. Uma construção de ramificação múltipla não possui estrutura interna. Em (1iii), a frase nominal sujeito é de ramificação múltipla, uma vez que *John, Bill, Tom* e *several of their friends* são os seus constituintes imediatos, e que não têm outra associação entre si. Em termos de colchetização, uma construção de ramificação múltipla tem a forma [[A] [B] . . . [M]]. Uma estrutura de ramificação à esquerda tem a forma [[[. . .] . . .] . . .] — por exemplo, em inglês, estruturas indefinidamente repetíveis como [[[[*John*] *'s brother*] *'s father*] *'s uncle*] ou [[[*the man who you met*] *from Boston*] *who was on the train*] [13], ou (1ii), que combina diversos tipos de ramificação à esquerda. As estruturas com ramificação à direita são as que têm a propriedade oposta — por exemplo, o objeto direto de (1i) ou [*this is* [*the cat that caught* [*the rat that stole the cheese*]]]. [14]

O efeito destes aspectos da superfície da estrutura da sentença no desempenho tem sido tópico de estudo quase que desde o início do trabalho recente em gramática gerativa e existem algumas observações sugestivas a respeito de seu

[13] O tio do pai do irmão de John; o homem que você encontrou de Boston que estava no comboio. (N. do T.)
[14] Este é o gato que agarrou o rato que roubou o queijo. (N. do T.)

papel determinante na aceitabilidade (isto é, seu papel na limitação do desempenho). Resumindo rapidamente esse trabalho, parecem ser plausíveis as seguintes observações:

(4) (i) aninhamento repetido contribui para a inaceitabilidade
(ii) auto-embutimento contribui ainda mais radicalmente para a inaceitabilidade
(iii) construções de ramificação múltipla são ótimas em aceitabilidade
(iv) aninhamento de um elemento longo e complexo reduz a aceitabilidade
(v) não existem exemplos claros de inaceitabilidade envolvendo somente ramificação à esquerda e somente à direita, embora tais construções sejam não naturais por outros motivos — por exemplo, ao ler a construção — de ramificação à direita — *this is the cat that caught the rat that stole the cheese,* as pausas da entonação são correntemente inseridas nos pontos errados (isto é, depois de *cat* e *rat* em lugar dos pontos onde aparecem os colchetes).

Numa certa medida, estes fenômenos são facilmente explicados. Assim, sabe-se[15] que um dispositivo perceptivo ótimo, mesmo com uma memória limitada pode aceitar ilimitadas estruturas de ramificação à esquerda e à direita, embora estruturas aninhadas (finalmente auto-embutidas) vão além de sua capacidade de memória. Desta forma o caso (4i) é simplesmente uma conseqüência da finitude da memória, e a inaceitabilidade de exemplos como (2ii) não levanta problema.

Se (4ii) for correto,[16] possuímos prova para uma conclusão acerca da organização da memória que ultrapassa a trivialidade de que deve ser finita em tamanho. Um dispositivo perceptivo finito ótimo do tipo discutido por Chomsky não necessita ter maiores dificuldades com auto-embutimento do que com outros tipos de aninhamento.[17]

Para dar conta da maior inaceitabilidade do auto-embutimento (admitindo tratar-se de um fato), devemos acrescentar outras condições ao dispositivo perceptivo, além da mera limitação da memória. Podemos assumir, por exemplo, que o

[15] *On Certain Formal Properties of Grammars,* 1959. (N. do T.)

[16] Que possa ser assim, é sugerido por diversas observações (de momento não testadas o bastante). Por exemplo, em Chomsky e Miller (1963, p. 286), cita-se o seguinte exemplo: *"anyone who fells that if so many more students whom we haven't actually admitted are sitting in on the course than ones we have that the room had to be changed, then probably auditors will have to be excluded, is likely to agree that curriculum needs revision".**

O exemplo contém seis dependentes aninhadas (junto com outras dependentes que ultrapassam o aninhamento) sem auto-embutimento. Embora não seja um feliz modelo de estilo, parece francamente compreensível, e não estar extremamente baixo na escala da aceitabilidade. Comparativamente, auto-embutimento de grau dois ou três parece perturbar a aceitabilidade mais severamente. O assunto é digno de estudo, e um resultado positivo sobre (4ii) apoiaria, como foi notado, uma conclusão acerca da organização da memória — o que não é inteiramente óbvio. (N. do A.)

* Quem acha que, se muito mais alunos, a quem nós realmente não admitimos, estão vindo ao curso, do que os que temos, que a sala tem de ser mudada, (e que) então terão de ser excluídos ouvintes, provavelmente concordará que o currículo precisa de revisão.

[17] Bar-Hillel e outros, *Measures of Syntatic Complexity,* 1963, para discussão deste ponto. (N. do T.)

dispositivo perceptivo possui uma soma de métodos analíticos à sua disposição, cada um correspondendo a um tipo de frase, e que se acha organizado de tal forma que é incapaz (ou lhe é difícil) utilizar um método φ enquanto estiver executando φ. Não se trata dum traço necessário num modelo perceptivo, mas é bastante plausível e daria conta de (4ii).[18] A alta aceitabilidade da ramificação múltipla, como no caso (4iii), é facilmente explicada com base na hipótese bastante plausível segundo a qual a *ratio* do número de frases para o número de formativos (razão entre nó e terminal de nó no diagrama em árvore duma sentença) é uma medida grosseira da quantidade de computação que tem de ser realizada na análise. Deste modo, a coordenação múltipla seria o tipo mais simples de construção oferecido a um dispositivo analítico — imporia o menor esforço de memória.[19]

[18] Veja-se Bar-Hillel, Kasher, e Shamir, *Measures of Syntatic Complexity*, 1963. (N. do T.)

[19] Afirmou-se, algumas vezes, que as tradicionais estruturas coordenadas são necessariamente recursivas à direita (Yngve, 1960) ou recursivas à esquerda (Harman, 1963, p. 613, regra 3i). Conclusões que me parecem igualmente inaceitáveis. Assim, assumir (segundo Harman) que a frase *"a tall, young, handsome, intelligent man"* * tem a estrutura[[[[*tall young*] *handsome*] *intelligent*] *man*] não me parece mais justificável que assumir que tenha a estrutura [*tall* [*young* [*handsome* [*intelligent man*]]]]. De fato, não existe motivação gramatical para qualquer estrutura interna, e, como já notei, a hipótese de que não exista estrutura interna é apoiada também com fundamento na aceitabilidade e em hipóteses extremamente fracas e plausíveis acerca da organização da memória. Observe-se que existem casos em que uma estrutura ulterior pode ser justificada *(e.g.*, [*intelligent* [*young man*]] ou talvez, [*YOUNG* [*intelligent man*]], com ênfase contrastiva em *young* — mas o problema é se é sempre necessária.

O mesmo acontece com o tipo muito diferente de construção adjetivo-nome que encontramos em frase como *"all the young, old, and middle-aged voters"* (para uma interessante discussão destes vários tipos de modificação de relações, veja-se Ornan, 1964). Aqui, também, nem a estrutura [[*young, old*] *and middle-aged*] nem [*young* [*old and middle-aged*]] possui qualquer justificação.

De igual modo, é seguramente impossível assumir, com Yngve, que na frase *"John, Mary, and their two children"* a estrutura seja [*John*] [[*Mary*] [*and their two children*]], de forma que "John" esteja coordenado com *"Mary and their two children"*, sendo esta estrutura analisada, por seu turno, em dois itens coordenados, *"Mary"* e *"their two children"*. O que vai inteiramente contra o sentido. Note-se, novamente, que a conjunção *pode* ter esta estrutura *(e.g., "John, as well as Mary and her child")*, mas é falso decerto que *deva* ter esta estrutura.

Nestes casos as considerações conhecidas — sintáticas, semânticas, fonéticas e perceptivas — convergem para apoiar o ponto de vista tradicional segundo o qual estas construções são típicas de coordenação (ramificação múltipla). Observe-se também que se trata de hipótese mais fraca. O ônus da prova fica por conta de quem exige estrutura adicional. Existem várias formas de justificar atribuições da estrutura de constituintes. Por exemplo, numa frase como *"all (none) of the blue, green, red, and (or) yellow pennants"*, se se quiser argumentar que *"blue, green, red"* é um constituinte *(i.e.*, que a estrutura é de ramificação à esquerda), ou que *"green, red, and (or) yellow"* é um constituinte (que a estrutura é de ramificação à direita), ter-se-á que mostrar que estas análises são exigidas por regra gramatical, que as frases intermédias postuladas devem receber uma interpretação semântica, definir contorno fonético, que existam razões perceptivas para tal análise, ou coisa semelhante. Todas as exigências são patentemente falsas no caso presente, e nos outros aqui mencionados. Assim, nenhuma interpretação semântica pode ser atribuída a *"old and middle-aged"* em *"young, old, and middle-aged voters"* ou *"green, red, or yellow"* em *"none of the blue, green, red, or yellow pennants"*, ou a *"Mary and their two children"* em *"John, Mary, and their two children"*;** as regras fonéticas excluem explicitamente tal análise constituinte; não existem regras gramaticais que solicitem tais análises; não existem argumentos perceptivos ou outros para apoiá-las. Parece, então, difícil descobrir qualquer base para opor-se à análise tradicional e insistir em categorização adicional intermédia, em casos como este.*** (N. do A.)

*Um homem alto, jovem, elegante, inteligente. (N. do T.)

**Todos os votantes jovens, velhos e de meia idade; João, Maria e seus dois filhos; João, bem como Maria e o filho dela; todas (nenhuma) (d) as flâmulas azuis, verdes, vermelhas e (ou) amarelas. (N. do T.)

***Em ligação com isto, veja-se Miller e Isard, *Free Recall of Self-Embedded English Sentences*, 1964. (N. do T.)

O caso (4iv) sugere talvez queda de memória, mas levanta problemas não solucionados.[20]

O caso (4v) segue-se do resultado acerca de modelos perceptivos ótimos anteriormente mencionados. Mas não é claro por que estruturas de ramificação à esquerda e à direita devem tornar-se não naturais a partir de certo ponto, se isso é fato.[21]

Pode-se perguntar se a atenção prestada a aspectos menos superficiais da estrutura gramatical que os de (3) pode levar a conclusões algo mais profundas sobre modelos de desempenho. O que parece inteiramente possível.

Por exemplo, em Miller e Chomsky[22] são aduzidas algumas considerações sintáticas e perceptivas apoiando uma sugestão (na verdade, altamente especulativa) quanto à organização mais detalhada de um dispositivo perceptivo. Em geral, parece que o estudo dos modelos de desempenho incorporando gramáticas gerativas pode constituir-se num estudo proveitoso, além do que é difícil imaginar qualquer outro caminho que possa servir de base ao desenvolvimento de uma teoria do desempenho.

Houve muita crítica ao trabalho da gramática gerativa, alegando que ela descuida o estudo do desempenho em favor do estudo da competência subjacente. Os fatos, contudo, parecem colocar que, fora da fonética (contudo veja-se a nota 8), os únicos estudos de desempenho são aqueles defendidos como resultado de trabalho em gramática gerativa. Em particular, o estudo de limitações da memória que

[20] *Some Methodological Remarks*. . . art. cit., nota 19. (N. do T.)

[21] Yngve (1960, e vários outros ensaios) propôs uma teoria diferente para explicar certas observações, como em (4). Além da condição óbvia da limitação da memória, a teoria assume também que a ordem de geração é idêntica à ordem de produção — que falante e ouvinte produzem sentenças "de cima para baixo" (decidem primeiro acerca das estruturas maiores, depois as subestruturas, etc., deixando mesmo para o fim o processo de escolha dos itens lexicais). Sob esta hipótese adicional altamente restritiva, o dispositivo perceptivo antes mencionado não pode mais ser construído, e ramificação à esquerda e ramificação múltipla, tanto como aninhamento e auto-embutimento contribuem para "profundidade" na acepção de Yngve, para a inaceitabilidade, portanto. Para apoiar esta hipótese seria necessário mostrar (a) ter ela alguma plausibilidade inicial, e (b) que ramificação à esquerda e ramificação múltipla contribuem de fato exatamente como o fazem aninhamento e auto-embutimento.

Quanto a (a), não vejo plausibilidade alguma na hipótese segundo a qual o falante deve uniformemente selecionar sentença tipo, depois, determinar subcategorias, etc., finalmente, no último estágio, decidir acerca de o que vai falar; ou que o ouvinte deveria invariavelmente tomar todas as decisões de nível mais alto antes de efetuar qualquer análise de nível inferior. Quanto a (b), a hipótese não é confirmada por nenhuma prova. Os exemplos dados por Yngve envolvem todos aninhamento e auto-embutimento e são, portanto, irrelevantes para a hipótese, uma vez que a inaceitabilidade neste caso se segue unicamente, da hipótese da limitação da memória sem a hipótese adicional da produção "de alto para baixo" para ouvinte e falante. Além disso, a hipótese é contraditada pela observação (4iii) segunddo a qual estruturas multiplamente coordenadas são as mais aceitáveis (cf. nota 19) (em vez de as menos aceitáveis, como previsto) e que as estruturas de ramificação à esquerda são de longe mais aceitáveis que as estruturas aninhadas de igual "profundidade", na acepção de Yngve. Não consegue também explicar porque os exemplos do tipo (4iv), tais como (2i), embora muito reduzidos em "profundidade", são ainda inaceitáveis.

Todavia, Yngve afirma algo importante nestes ensaios, a saber, que algumas transformações podem ser usadas para diminuir aninhamento, conseqüentemente para diminuir a resistência perceptiva. O que sugere interessante argumento quanto à necessidade das gramáticas conterem regras transformacionais. Um peso adicional é fornecido, ainda, pela discussão dos modelos de desempenho envolvendo gramáticas transformacionais em Miller e Chomsky (1963, 2.ª parte). (N. do A.)

[22] *"Finitary Models*. . . *op. cit.* (N. do T.)

acabamos de resumir e o estudo do desvio das regras como procedimento estilístico, ao qual voltaremos nos cap. 2 e 4, foram desenvolvidos dentro desta orientação. E mais, parece que essa linha de investigação pode esclarecer o desempenho. Portanto, a crítica não tem razão de ser, e acha-se, além disso, mal endereçada. É a limitação de princípio do descritivista ao remeter-se à classificação e organização dos dados, à "extração de padrões" de um *corpus* de fala observada, à descrição de "hábitos lingüísticos" ou "estruturas de hábito" na medida em que possam existir, etc., que impede o desenvolvimento de uma teoria do desempenho efetivo.

§ 3. *A Organização de uma Gramática Gerativa*

Voltando agora à questão da competência e às gramáticas gerativas que têm por escopo descrevê-la, acentuamos novamente que o conhecimento de uma língua envolve a habilidade implícita para compreender um número indefinido de sentenças.[23] Daí, que uma gramática gerativa deva ser um sistema de regras que podem ser repetidas a fim de gerar um número indefinidamente grande de estruturas. Este sistema de regras pode ser analisado nos três principais componentes de uma gramática gerativa: o componente sintático, o fonológico e o semântico.[24]

O componente sintático especifica um conjunto infinito de objetos formais abstratos, cada um dos quais incorporando toda a informação relevante para interpretação única de uma sentença particular.[25] Um vez que neste livro estarei interessado apenas no componente sintático, passarei a usar o termo "sentença" para designar seqüências de formativos[26] mais do que seqüências de fonemas. Recorde-se que uma seqüência de formativos especifica unicamente uma seqüência de fonemas (conforme variação livre), mas não reciprocamente.

O componente fonológico de uma gramática determina a forma fonética de uma sentença gerada pelas regras sintáticas. Quer dizer, liga uma estrutura gerada pelo componente sintático a um sinal representado foneticamente. O componente semântico determina a interpretação semântica de uma sentença. Quer dizer, liga uma estrutura gerada pelo componente sintático a certa representação semântica. Os componentes fonológico e semântico são ambos, portanto, puramente interpretativos. Cada um deles utiliza informação fornecida pelo componente sintático relativa a formativos, suas propriedades inerentes, e inter-relações dentro de uma sentença dada. Conseqüentemente, o componente sintático de uma gramática

[23] E espantoso que mesmo este truísmo foi recentemente posto em dúvida. Ver Dixon, 1963. Contudo, parece que quando Dixon nega que uma língua possua um número infinito de sentenças, usa o termo "infinito" em sentido algo obscuro e peculiar. Assim, na mesma página (p. 83) onde objeta "que exista um número infinito de sentenças numa língua", afirma que "evidentemente somos incapazes de dizer que exista um número definido, *N*, tal que nenhuma sentença contenha mais que *N* orações (quer dizer, afirma que a linguagem é infinita). Ou isto constitui uma ruidosa autocontradição, ou Dixon possui um sentido novo de "infinito". Para discussão, veja-se *Cartesian Linguistics*. (N. do A.)

[24] Tirando a terminologia sigo aqui a exposição de Katz e Postal (1964). Em especial, assumirei daqui em diante que o componente semântico é essencialmente como eles descrevem e que o componente fonológico é como vem descrito em Chomsky, Halle e Lukoff (1956); Halle (1959b, 1962a); Chomsky (1962b); Chomsky e Miller (1963); Halle e Chomsky (1960) e (1968). (N. do A.)

[25] Assumo daqui em diante que o componente sintático contém um léxico, e que o *componente sintático se* acha especificado no léxico em termos de traços semelhantes intrínsecos quaisquer (. . .) (N. do A.)

[26] Também morfemas; unidades (mínimas). (N. do T.)

deve especificar, para cada sentença, uma *estrutura profunda* que determina a sua interpretação semântica e uma *estruta* de *superfície* que determina a sua interpretação fonética. A primeira é interpretada pelo componente semântico; a segunda, pelo componente fonológico.[27]

[27] Em lugar dos termos "estrutura profunda" e "estrutura de superfície" podemos usar as noções humboldtianas correspondentes de "forma interna" de sentença e "forma externa" duma sentença. Todavia, embora me pareça que "estrutura profunda" e "estrutura de superfície", no sentido em que serão usados aqui, correspondem rigorosamente aos termos de Humboldt "forma interna" e "forma externa" respectivamente (para uma sentença), usei a terminologia mais neutra para evitar a questão da interpretação textual. Os termos "gramática profunda" e "gramática superficial" são conhecidos na filosofia moderna num sentido algo próximo do meu (cf. a distinção de Wittgenstein entre a *Tiefengrammatik* e *Oberflachengrammatik,* 1953, p. 168); Hockett usa terminologia similar na sua discussão da inadequação da lingüística taxonômica (Hockett, 1958, cap. 29). Postal usou os termos "estrutura subjacente" e "estrutura de superfície" (Postal, 1964b) para as mesmas noções.

A distinção entre estrutura superficial e profunda, no sentido em que os termos são aqui usados, é estabelecida de maneira clara na *Gramática* de Port-Royal (Lancelot *et al.,* 1660). Veja-se Chomsky, 1964, pp. 15-16; e *Cartesian Linguistics,* para discussão e referências. A distinção é introduzida muitas vezes na discussão filosófica na tentativa de mostrar como certas posições filosóficas têm origem em analogias gramaticais falsas, ao considerar-se erroneamente que a estrutura superficial de certas expressões possa ser interpretada semanticamente por meios apropriados tão somente para outras expressões, superficialmente similares. Assim Thomas Reid (1785) sustenta que uma das origens mais correntes do erro filosófico reside no fato de que:

> "... em todas as línguas existem frases que possuem uma significação distinta; enquanto ao mesmo tempo, pode existir algo que não concorde com a analogia da gramática ou com os princípios da filosofia ... Assim, falamos de sentir dor, como se dor fosse algo distinto da sua sensação. Dizemos que a dor vem e vai, e passa dum lado para outro. Tais frases visam um sentido que por parte dos que as usam não é nem obscuro nem falso. Mas o filósofo coloca-as no seu alambique, as reduz a seus princípios primeiros, extrai delas um sentido que nunca fora o pretendido, e assim imagina ter descoberto um erro de vulgo (pp. 167-168)".

Mais geralmente, Reid critica a teoria das idéias por estar baseada num desvio do "sentido popular" no qual "ter uma idéia de alguma coisa não significa nada mais que pensar nela" (p. 105). Mas os filósofos consideram que uma idéia é "o objeto que o espírito contempla" (p. 105); ter uma idéia, pois, é possuir no espírito uma imagem, quadro ou representação como objeto imediato do pensamento. Segue-se que existem dois objetos de pensamento: a idéia, que está no espírito, e a coisa por ela representada. De tal conclusão é que se seguem os absurdos, como Reid os considera, da teoria tradicional das idéias. Uma das origens destes absurdos é a incapacidade do filósofo para chegar "à distinção entre as operações do espírito e os objetos destas operações... embora esta distinção seja familiar ao vulgo, e achada na estrutura de todas as línguas..." (p. 110). Observe-se que estes dois sentidos de "ter uma idéia" são distinguidos por Descartes no Prefácio às *Méditations* (1641, p. 138). O reparo lingüístico de Reid foi feito bem mais cedo por Du Marsais*, numa obra publicada postumamente em 1769, na passagem seguinte (pp. 179-180):

> "Assim, como dissemos *j'ai un livre, j'ai un diamant, j'ai une montre,* dizemos por imitação *j'ai la fièvre, j'ai envie, j'ai peur, j'ai un doute, j'ai pitiè, j'ai une idée,* etc. Mas *livre, diamant, montre,* são outros tantos nomes de objetos reais que existem independentemente de nosso modo de pensar; ao passo que *santé, fièvre, peur, doute, envie* são termos metafísicos que designam tão-somente maneiras de seres considerados por pontos de vista particulares do espírito.
>
> Neste exemplo, *j'ai une montre, j'ai* é expressão que deve ser tomada no sentido próprio: mas em *j'ai une idée, j'ai* é dita por imitação. É expressão emprestada. *J'ai une idée,* quer dizer, *je pense, je conçois de telle ou telle manière. J'ai envie,* quer dizer, *je désire; j'ai la volonté,* quer dizer, *je veux,* etc. Assim, *idée, concept, imagination,* não assinalam objetos reais, e menos ainda seres sensíveis que pudéssemos unir entre si".

Em anos mais recentes, foi amplamente defendido que os objetivos da filosofia deveriam se limitar estritamente à "detecção das fontes recorrentes de interpretações errôneas e teorias absurdas dentro dos idiomas lingüísticos" (Ryle, 1931). (N. do A.)

* Trata-se de alguns dos artigos que Du Marsais publicara na *Enciclopèdie* sob o título *Logique* ou "Reflexions sur les principales opérations de l'esprit" (republicada sob o título *Logique et principes de grammaire,* passou à categoria de "manual" para ensino da recém-criada disciplina de "grammaire philosophique" dentro da reforma educacional oriunda da Revolução. (N. do T.)

Poder-se-á supor que a estrutura superficial e a estrutura profunda sejam sempre idênticas. De fato, as teorias sintáticas surgidas na moderna lingüística estrutural (taxonômica) podem ser sumariamente caracterizadas por se basearem na hipótese de que as estruturas profunda e superficial sejam realmente as mesmas.[28] A idéia central da gramática transformacional é a de que em geral são distintas e de que a estrutura superficial é determinada pela repetida aplicação de certas operações formais denominadas "transformações gramaticais" a objetos de tipo mais elementar. Se isto for verdade (como assumirei daqui em diante), então o componente sintático deve gerar estruturas profundas e superficiais para cada sentença, e deve interligá-las. A idéia foi substancialmente esclarecida em trabalho recente, de uma maneira que será descrita mais tarde. No capítulo 3,[29] apresentarei uma proposta específica, e, em parte nova, de como isto deveria ser formulado. No momento, basta notar que embora a análise em constituintes imediatos (colchetização rotulada) de uma seqüência atual de formativos possa ser adequada como investigações da estrutura superficial, ela não é certamente adequada como análise de estrutura profunda. Neste livro o meu interesse dirige-se, em primeiro lugar, à estrutura profunda, em particular, aos objetos elementares de que é composta a estrutura profunda.

Para deixar clara a exposição, usarei a terminologia seguinte, com revisões ocasionais à medida que a discussão for caminhando.

A *base* do componente sintático é um sistema de regras que gera um conjunto altamente restrito (talvez finito) de *seqüências básicas,* cada uma das quais tendo associada uma descrição estrutural denominada indicador de frase básico.[30] Estes indicadores de frase básicos são as unidades elementares de que se constituem as estruturas profundas. Vou assumir que regras de base não introduzem qualquer ambigüidade. Esta hipótese parece-me correta, mas não acarreta conseqüências importantes para o que se segue, embora simplifique a exposição. Subjacente a cada uma das senteças da língua, existe uma série de indicadores de frase básicos, cada um dos quais gerado pela base do componente sintático. Referir-me-ei a esta série como a *base* da sentença à qual está subjacente.

Adicionado à base, o componente sintático de uma gramática gerativa contém um subcomponente *transformacional.* Sua tarefa é gerar a sentença, com a estrutura superficial, partindo da base. A partir deste momento, pressupõe-se alguma familiaridade com a operação e efeitos das regras transformacionais.

Uma vez que a base gera somente um conjunto restrito de indicadores de frase básicos, a maior parte das sentenças terá uma série de tais objetos como base subjacente. Dentre as sentenças com um só indicador de frase básico como base, podemos delimitar um subconjunto peculiar denominado "sentenças nuclea-

[28] Chomsky, *Current Issues. . . op. cit* e P. M. Postal, *Constituent Structure: a Study of Contemporary Models of Syntatic Description,* 1964. (N. do T.)

[29] Intitulado *Estruturas Profundas e Transformações Gramaticais.* (N. do T.)

[30] Em parte da terminologia lingüística européia o termo *"phrase"* é traduzido como *"sintagma"*! Assim NP *(noun phrase)* surge como SP (sintagma nominal); PM *(phrase-marker)* como (indicador sintagmático). (N. do T.)

res". Trata-se de sentenças particularmente simples que envolvem um mínimo de aparato transformacional em sua geração. Acho que a noção de "sentença nuclear" possui uma significação intuitiva importante, mas, dado que as sentenças nucleares não desempenham papel distinto na geração ou interpretação das sentenças, nada mais direi aqui sobre elas. Deve-se tomar cuidado para não confundir sentenças nucleares com as seqüências básicas que lhes são subjacentes. As seqüências básicas e os indicadores de frase básicos desempenham, na verdade, parece, um papel distintivo e crucial no uso da linguagem.

As transformações não são consideradas aqui em detalhes e não será feita uma distinção cuidadosa, no caso de uma sentença com um único elemento na base entre a seqüência básica subjacente e a própria sentença. Por outras palavras, em muitos pontos da exposição adotarei a hipótese tacitamente simplificadora (e que contraria os fatos) segundo a qual a seqüência básica subjacente *é* a sentença, neste caso, e que o indicador de frase básico é a estrutura de superfície bem como a estrutura profunda. Vou tentar selecionar exemplos que minimizem a possível confusão, mas a hipótese simplificadora deve estar presente ao espírito o tempo todo.

§ 4. *Justificação das Gramáticas*

Antes de entrar diretamente numa investigação do componente sintático de uma gramática gerativa é importante dedicar alguma reflexão a questões metodológicas de justificação e adequação.

Primeiro que tudo, há a questão de como se pode obter informação acerca da competência do falante-ouvinte, acerca de seu conhecimento da linguagem. Como ocorre com a maior parte dos fatos de interesse e importância (tal conhecimento) não se acha presente para observação direta nem pode ser extraído dos dados através de métodos indutivos de tipo conhecido. É claro que os dados atuais do desempenho lingüístico fornecerão muito material probatório para determinar a correção das hipóteses acerca da estrutura lingüística subjacente juntamente com relatórios introspectivos (de autoria do falante nativo ou do lingüísta que aprendeu a língua). Esta é a posição universalmente adotada na prática, embora haja discussões metodológicas que parecem implicar uma relutância em usar o desempenho observado ou relatórios introspectivos como evidência para alguma realidade subjacente.

Em suma, o que infelizmente acontece é que não se conhecem técnicas formalizáveis adequadas para obter informação segura acerca dos fatos da estrutura lingüística (o que não constitui surpresa especial). Existem, em outras palavras, muito poucos métodos experimentais de confiança ou métodos de processamento de dados para obter informação significativa a respeito da intuição lingüística do falante nativo. É necessário ter presente que, quando um procedimento operacional é proposto, deve ser testado para adequação (exatamente como uma teoria da intuição lingüística — uma gramática deve ser testada para adequação) avaliando-a a partir do padrão fornecido pelo conhecimento tácito que tenta especificar e descrever. Assim, um teste operacional proposto, digamos,

para a segmentação em palavras, deve preencher a condição empírica de conformar-se, dentro de uma massa de casos claros e cruciais, com a intuição lingüística do falante relativa a tais elementos. De outro modo, não tem valor. O mesmo se diga no caso de qualquer método operacional ou de qualquer descrição gramatical proposta. Se estivessem disponíveis métodos operacionais que atendessem a este teste, poderíamos nos considerar justificados estendendo seus resultados a casos não claros e difíceis. Todavia, isto constitui mais uma esperança futura do que uma realidade presente. É a situação objetiva do trabalho lingüístico de hoje em dia; alusões a "técnicas de elicitação" presumivelmente bem conhecidas ou a "métodos objetivos" simplesmente obscurecem a situação atual em que a lingüística, no momento presente, tem de atuar. Além disso não há razão para esperar que critérios operacionais de confiança para noções teóricas da lingüística mais profundas e importantes (como as de "gramaticalidade" e "paráfrase") estejam para aparecer.

Mesmo que poucos métodos operacionais seguros tenham sido desenvolvidos, a investigação teórica (isto é, gramatical) do conhecimento do falante nativo pode perfeitamente ir adiante. O problema crítico para a teoria gramatical hoje não é a escassez de prova, mas antes, a inadequação das teorias presentes da linguagem para analisar massa probatória dificilmente questionável. O problema para o gramático é construir uma descrição, e, onde for possível, uma explicação para a enorme massa de dados inquestionáveis relativos à intuição lingüística do falante nativo (muitas vezes, ele próprio); o problema para quem está interessado em métodos operacionais é desenvolver testes que forneçam resultados corretos e efetuem distinções relevantes. Nem o estudo da gramática nem a tentativa para desenvolver testes úteis são estorvados pela falta de prova para verificar os resultados, no momento presente. Podemos esperar que estes esforços convirjam, mas, ao fazê-lo, devem convergir para o conhecimento tácito do falante nativo, se quiserem ter algum significado.

A pergunta a ser feita é se a necessidade da linguística de hoje em dia dar tal prioridade à evidência introspectiva e à intuição lingüística do falante nativo a exclui dos domínios da ciência. A resposta a esta questão essencialmente terminológica parece não ter relação com qualquer problema sério. No máximo, determina como é que denotaremos o tipo de pesquisa que pode efetivamente ser levada a cabo no estado atual de nossa técnica e interpretação. Contudo, a questão terminológica acha-se ligada a problema diferente e dotado de algum interesse, a saber, a questão se o traço importante das ciências bem sucedidas foi sua busca por compreensão ou a preocupação pela objetividade. As ciências sociais e comportamentais provam amplamente que a objetividade pode ser adotada sem que dela decorra grande ganho em termos de compreensão e *insight*. De outra parte, pode-se defender muito bem o ponto de vista segundo o qual as ciências naturais, de maneira geral, procuraram primacialmente a objetividade, na medida em que esta constitui instrumento para conseguir *insight* (fornecendo fenômenos que podem sugerir ou testar hipóteses explanatórias mais profundas).

Em qualquer evento, num dado estágio de investigação, quem tiver por preo-

cupação *insight* e compreensão (mais do que objetividade como um fim em si próprio) deve perguntar se e até que ponto uma série mais ampla e mais exata de fenômenos é relevante para resolver os problemas que defronta. Em lingüística, parece-me que a nitidez dos dados proporcionada por testes mais objetivos é questão de reduzida importância para os problemas mais próximos. Quem não estiver de acordo com esta avaliação da situação atual da lingüística pode justificar a crença na importância normal de testes operacionais mais objetivos mostrando como podem levar a uma nova e mais profunda compreensão da estrutura lingüística. Talvez chegue o dia em que os tipos de dados ora obteníveis com abundância se revelem insuficientes para resolver questões mais profundas a respeito da estrutura da linguagem. Contudo, para formular hoje muitas questões, de maneira realística e significativa, não é necessária uma massa de prova que requeira aperfeiçoamentos significativos na objetividade da técnica experimental.

Embora não exista maneira de evitar a hipótese tradicional de que a intuição linguística do falante-ouvinte é o padrão que determina a precisão de qualquer gramática, teoria lingüística ou teste operacional propostos, deve ser enfatizado outra vez que este conhecimento tácito pode não ser imediatamente acessível para quem usa a linguagem. Para eliminar o que pareceu a alguns haver de paradoxal nesta observação, vou recorrer a exemplos.

Se uma sentença como *flying planes can be dangerous* for apresentada num contexto apropriadamente construído, o ouvinte interpretá-la-á imediatamente num único sentido, e não chega a detetar-lhe a ambigüidade. De fato, pode rejeitar a segunda interpretação, quando esta lhe é indicada como forçada e antinatural (independentemente de qual tenha sido a interpretação selecionada sob pressão contextual). Mesmo assim, o seu conhecimento intuitivo da linguagem é tal que ambas as interpretações (correspondendo a *flying planes are dangerous* e *flying planes is dangerous)*[31] são atribuídas à sentença pela gramática que o ouvinte, de alguma forma, internalizou.

No caso que acabo de mencionar, a ambigüidade pode ser transparente. Mas observe-se uma sentença como

(5) *I had a book stolen*

Poucos ouvintes haverá conscientes do fato que a sua gramática internalizada oferece pelo menos três descrições estruturais para esta sentença. Apesar disso, pode-se tornar o ouvinte ciente do fato por meio de ligeiras elaborações da sentença (5), por exemplo: (i) *I had a book stolen from my car when I stupidly left the window open,* quer dizer, *someone stole a book from my car;* (ii) *I had a book stolen from his library by a profissional thief who I hired to do the job,* quer dizer, *I had someone steal a book;* (iii) *I almost had a book stolen, but they caught me leaving the library with it,* quer dizer, *I had almost succeed in stealing a book.*[32]

[31] "Aeroplanos voadores podem ser perigosos"; "andar de avião é perigoso"; "aeroplanos voadores são perigosos". (N. do T.)

[32] (5) tive um livro roubado

(5i) tive um livro roubado do meu carro quando estupidamente deixei a janela aberta — quer dizer —

Ao tornar, desta forma, o ouvinte ciente da tripla ambigüidade de (5) não lhe damos informação nova nem tampouco lhe ensinamos algo novo acerca de sua língua — mas, simplesmente, dispomos as coisas de tal forma que a sua intuição lingüística, antes obscurecida, torna-se-lhe evidente.

Como ilustração derradeira, considerem-se as sentenças.

(6) *I persuaded John to leave*
(7) *I expected John to leave.*[33]

A primeira impressão do ouvinte pode ser de que estas sentenças recebem a mesma análise estrutural.

Mesmo uma ponderação cuidadosa pode não chegar para mostrar-lhe que sua gramática internalizada atribui descrições sintáticas muito diferentes a estas sentenças. De fato, tanto quanto pude descobrir, nenhuma gramática inglesa apontou a distinção fundamental entre estas duas construções (em particular, meus próprios esboços de gramática inglesa em Chomsky, 1955, 1962a, falharam neste ponto). Contudo, é claro que as sentenças (6) e (7) não são paralelas na estrutura. A diferença pode ser exibida através da consideração das sentenças

(8) (i) *I persuaded a specialist to examine John*
(ii) *I persuaded John to be examined by a specialist*
(9) (i) *I expected a specialist to examine John*
(ii) *I expected John to examined by a specialist.*[34]

As sentenças (9i) e (9ii) são "cognitivamente sinônimas": uma é verdadeira se e somente se a outra for verdadeira. Mas nenhuma variedade, mesmo de paráfrase fraca, liga (8i) e (8ii). Assim, (8i) pode ser verdadeira ou falsa independentemente da verdade e falsidade de (8ii). Qualquer que seja a diferença de conotação, "tópico" ou ênfase encontrável entre (9i) e (9ii) ela é justamente a diferença que existe entre a sentença ativa *a specialist will examine John* e a sua contrapartida passiva *John will be examined by a specialist.* Mas isto não é tudo no que toca a (8). De fato, a estrutura profunda subjacente para (6) e (8ii) deve mostrar que "John" é o objeto direto da frase verbal bem como o sujeito gramatical da sentença embutida. Além disso, em (8ii) "John" é objeto direto lógico da sentença embutida, enquanto que em (8i) a frase *"a specialist"* é o objeto direto da frase verbal e sujeito lógico da sentença embutida. Em (7), (9i) e (9ii), contudo, as

alguém roubou um livro do meu carro.

(5ii) (tive) um livro roubado da sua biblioteca por um ladrão profissional que aluguei para fazer o serviço— quer dizer — (tive) alguém (para) roubar um livro

(5iii) quase tive um livro roubado mas agarraram-me deixando a biblioteca com ele — quer dizer — quase (tive) sucesso (em) roubar um livro. (N. do T.)

[33] (6) Persuadi John a ir embora
(7) Esperava que John fosse embora. (N. do T.)

[34] (8) (i) Persuadi um especialista a examinar John
(ii) Persuadi John a ser examinado por um especialista
(9) (i) Esperava que um especialista examinasse John
(ii) Esperava que John fosse examinado por um especialista. (N. do T.)

frases nominais *"John"*, *"a specialist"* e *"John"*, respectivamente, não possuem outras funções gramaticais além das situadas no interior da sentença embutida; em particular, *"John"*, é o objeto direto lógico e *"specialist"* o sujeito lógico nas sentenças embutidas de (9). Assim as estruturas profundas subjacentes para (8i), (8ii), (9i) e (9ii) são, respectivamente, as seguintes:[35]

(10) (i) Frase Nominal — Verbo — Frase Nominal — Sentença
(I — persuaded — a specialist — a specialist will examine John)
(ii) Frase Nominal — Verbo — Frase Nominal — Sentença
(I — persuaded — John — a specialist will examine John)
(11) (i) Frase Nominal — Verbo — Sentença
(I — expected — a specialist will examine John)
(ii) Frase Nominal — Verbo — Sentença
(I — expected — a specialist will examine John).

No caso de (10ii) e (11ii), a transformação passiva aplicar-se-á à sentença embutida, e em todos os quatro casos outras operações fornecerão as formas de superfícies finais de (8) e (9). O importante aqui é que (8i) difere de (8ii) na estrutura subjacente embora (9i) e (9ii) sejam essencialmente as mesmas na estrutura subjacente. O que explica a diferença no sentido. Observe-se como apoio a esta diferença na análise, que podemos ter *"I persuaded John that (of the fact that)* sentença", mas não *"I expected John that (of the fact that)* sentença".

O exemplo (6)-(7) serve para ilustrar dois pontos importantes. Primeiro, mostra como a estrutura superficial não é reveladora quanto à estrutura subjacente. Assim, (6) e (7) são idênticas na estrutura superficial, mas muito diferentes na estrutura profunda que lhes é subjacente e determina sua interpretação semântica. Segundo, ilustra o caráter esquivo do conhecimento tácito do falante. Até aparecerem os exemplos (8) e (9) pode não estar nada claro para um falante do inglês que a gramática que de fato internalizou, atribui análises sintáticas muito diferentes às sentenças superficialmente análogas (6) e (7).

Em suma, devemos ser cuidadosos para não perder de vista o fato de que as similaridades de superfície possam ocultar distinções subjacentes de natureza fundamental, e que talvez seja necessário guiar e extrair a intuição do falante através de meios razoavelmente sutis antes de podermos determinar o caráter efetivo do seu conhecimento da língua ou de qualquer outra coisa. Nenhum dos pontos é novo (o primeiro é um lugar comum da teoria lingüística tradicional e da filosofia analítica; o segundo é tão velho como o *Menão* de Platão); ambos são freqüentissimamente negligenciados.

Uma gramática pode ser encarada como a teoria de uma língua; ela é ade-

[35] Estas descrições não são totalmente precisas. De fato, o complemento sentencial em (10) deveria, mais propriamente, considerar-se embutido numa frase preposicional (PP); e, como foi apontado por Rosenbaum, o complemento sentencial de (ii) deveria considerar-se embutido na frase nominal (NP) que é objeto de *expect*. Além disso, o tratamento dos auxiliares verbais em (10) e (11) é incorreto, e existem outras modificações ligadas à indicação da transformação passiva (. . .). (N. do A.)

quada descritivamente na medida em que descreve corretamente a competência intrínseca do falante nativo idealizado. As descrições estruturais atribuídas às sentenças pela gramática, as distinções que efetua entre sentenças bem formadas e desviantes, e assim por diante, devem, para atingir a adequação descritiva, corresponder à intuição lingüística do falante nativo (esteja ele imediatamente ciente ou não do fato) numa classe substancial e significativa de casos cruciais.

Uma teoria lingüística deve conter uma definição de "gramática", quer dizer, uma especificação da classe de gramáticas potenciais. Podemos correspondentemente dizer que uma *teoria lingüística é adequada descritivamente* se coloca à disposição de cada língua natural uma gramática descritivamente adequada.

Embora mesmo adequação em larga escala não seja abordável com facilidade, é crucial para o desenvolvimento produtivo da teoria lingüística que objetivos muito mais elevados que adequação sejam perseguidos. Para facilitar a clara formulação de questões mais profundas é útil considerar o problema de construir um "modelo de aquisição" para a linguagem, quer dizer, uma teoria de aprendizado da linguagem ou construção de gramática. É claro que uma criança que aprendeu uma língua desenvolveu uma representação interna de um sistema de regras que determina como as sentenças devem ser formadas, usadas e compreendidas. Usando o termo "gramática" com ambigüidade sistemática (para referir, primeiro, "a teoria da língua" internamente representada pelo falante nativo e, segundo, a análise dela por parte do lingüista), podemos afirmar que a criança desenvolveu e representou internamente uma gramática gerativa, no sentido descrito. Fez isto tendo como base a observação do que poderíamos denominar dados lingüísticos iniciais. Deve incluir exemplos de desempenho lingüístico considerados como sendo sentenças bem-formadas e pode também incluir exemplos designados como não-sentenças, e fora de dúvida muita outra informação do tipo exigido para o aprendizado da linguagem, qualquer que seja (veja-se p. ex. p. 260). Tendo por base tais dados a criança constrói uma gramática, quer dizer, uma teoria da linguagem na qual as sentenças bem-formadas dos dados lingüísticos iniciais constituem uma amostra reduzida.[36] Para aprender uma língua, então, a criança deve possuir um método para delinear uma gramática apropriada, segundo dados lingüísticos iniciais. Como precondição para o aprendizado da linguagem, a criança deve possuir, primeiro, uma teoria lingüística que especifique a forma da gramática de uma linguagem humana possível, e, segundo, uma estratégia que selecione uma gramática com a forma apropriada compatível

[36] Parece claro que muitas crianças adquirem a primeira e segunda línguas com pleno êxito, mesmo sem cuidado especial dispensado ao ensino, e sem uma atenção especial a seus progressos. Parece também que boa parte do discurso observado consiste em fragmentos e expressões desviantes, de várias espécies. De forma que parece que a criança deve ter a habilidade de "inventar" uma gramática gerativa que define boa formatividade e atribui interpretações a sentenças, mesmo se os dados lingüísticos primários que usa como base para este ato de construção de teoria podem, do ponto de vista da teoria construída, ser deficientes sob vários aspectos. Há uma parcela de verdade na opinião tradicional segundo a qual "as penas que sofremos na conversação . . . não estão no compreender o pensamento alheio mas em desembaraçar seu pensamento dos signos ou palavras que freqüentemente não estão de acordo com ele" (Cordemoy, 1667), e o problema que o fato coloca para a percepção da fala é enormemente engrandecido para o aprendiz da linguagem. (N. do A.)

com os dados lingüísticos iniciais. Como tarefa de longo alcance para a lingüística geral podemos colocar o problema de desenvolver uma análise desta teoria lingüística inata que fornece a base para o aprendizado da linguagem. (Note-se que estamos usando de novo o termo "teoria" — neste caso "teoria da linguagem" mais do que "teoria de uma língua particular" — com ambigüidade sistemática para referir tanto a predisposição inata da criança para aprender uma linguagem de certo tipo como a análise dela por parte do lingüista.)

Na medida em que a teoria lingüística conseguir selecionar uma gramática adequada descritivamente tendo por base dados lingüísticos iniciais podemos dizer que preenche a condição de *adequação explanatória.* Para tal oferece uma explicação para a intuição do falante nativo com base numa hipótese empírica respeitante à predisposição inata da criança ao desenvolvimento de uma certa teoria apta para trabalhar o material que lhe é apresentado. Qualquer uma destas hipóteses pode ser falsificada (todas elas, de fato, e muito facilmente, no momento atual) mostrando que não consegue fornecer uma gramática descritivamente adequada aos dados lingüísticos iniciais de outra língua — evidentemente, a criança não se acha predisposta a aprender tal língua em lugar de outra. A hipótese recebe apoio como explicação adequada para algum aspecto da estrutura lingüística, uma razão do modo por que tal conhecimento possa ter sido obtido.

É evidente que seria utópico esperar a realização de adequação explanatória em escala mais larga no atual estágio da lingüística. Não obstante, considerações de adequação explanatória são muitas vezes críticas por fazerem progredir a teoria lingüística. Caução grosseira para grande massa de dados pode ser conseguida, muitas vezes, através do conflito de teorias; por esta mesma razão não é em si próprio empreendimento de particular interesse teórico e importância. Como em qualquer campo, o problema importante em lingüística é descobrir um complexo de dados que diferencie concepções conflitantes da estrutura lingüística pelo fato de que uma destas teorias conflitantes pode somente descrever os dados por meios *ad hoc* enquanto a outra pode explicá-los com base em alguma hipótese empírica acerca da forma da linguagem. Estudos de adequação explanatória em pequena escala forneceram, de fato, a maior parte do material dotado de significado sério quanto à natureza da estrutura lingüística. Assim, se estamos comparando teorias gramaticais radicalmente diferentes ou tentando determinar a correção de algum aspecto particular de uma das teorias, são as questões de adequação explanatória que devem quase todas as vezes carregar o fardo da justificação. Esta observação não é de forma alguma inconsistente com o fato de que adequação explanatória em larga escala se acha fora de alcance no momento presente. Somente acaba por trazer à luz a natureza de tentamento acentuado de qualquer iniciativa para justificar uma afirmação empírica acerca da estrutura lingüística.

Para resumir, existem dois sentidos em que é possível falar de "justificar uma gramática gerativa". Num nível (o da adequação descritiva), a gramática é justificada na medida em que descreve corretamente seu objeto, isto é, a intuição lingüística — a competência tácita — do falante nativo. Neste sentido, a gramá-

tica é justificada por razões *externas,* de correspondência com o fato lingüístico. Num nível muito mais profundo e portanto mais raramente atingível (o da adequação explanatória) uma gramática é justificada na medida em que constitui um sistema *normativo* descritivamente adequado, pelo fato de que a teoria lingüística com a qual se acha associado seleciona esta gramática sobre outras, colocados certos dados lingüísticos iniciais com os quais todas são compatíveis. Neste sentido, acha-se a gramática justificada por razões *internas,* de sua relação com uma teoria lingüística que constitui uma hipótese explanatória acerca da forma da linguagem enquanto tal. O problema da justificação interna — ou adequação explanatória — é essencialmente o problema de construir uma teoria da aquisição da linguagem, uma análise das habilidades inatas específicas que torna tal proeza possível.

§ 5. *Universais Formais e Substantivos*

Uma teoria da estrutura lingüística que objetiva adequação explanatória incorpora uma avaliação de universais lingüísticos e atribui à criança um conhecimento tácito desses universais. Propõe, pois, que a criança enfrenta os dados com a suposição de que são extraídos de uma linguagem de tipo antecedentemente bem definido, sendo o seu problema determinar qual das línguas (humanamente) possíveis é da comunidade na qual está colocada. A não ser assim, o aprendizado da linguagem seria impossível. A questão importante é: quais são as hipóteses iniciais a respeito da natureza da linguagem trazidas pela criança para o aprendizado da língua, e qual o detalhe e especificidade do esquema inato (a definição geral de "gramática") que se torna gradualmente mais explícito e diferenciado à medida que a criança aprende a língua. De momento, não podemos ir completamente ao ponto de lançar uma hipótese acerca dos esquemas inatos que seja rica, detalhada e específica o bastante para dar conta do fato da aquisição da linguagem. Conseqüentemente, a tarefa principal da teoria lingüística deve ser de desenvolver uma avaliação de universais lingüísticos que, por uma parte não seja falsificada pela atual diversidade das linguas e, por outra parte, seja suficientemente rica e explícita para explicar a rapidez e uniformidade do aprendizado da linguagem e a notável complexidade e âmbito das gramáticas gerativas que são produto do aprendizado da linguagem.

O estudo dos universais lingüísticos é o estudo das propriedades de qualquer gramática gerativa para uma língua natural. Hipóteses particulares acerca de universais lingüísticos podem pertencer tanto ao compónente sintático, semântico ou fonológico, quanto à inter-relação entre os três componentes.

É útil classificar os universais lingüísticos em *formais* ou *substantivos*. Uma teoria de universais substantivos afirma que os itens de espécie particular em qualquer linguagem devem ser extraídos de uma classe fixa de itens. Por exemplo, a teoria dos traços distintivos de Jakobson pode ser interpretada como efetuando uma asserção acerca de universais substantivos relativamente ao componente fonológico de uma gramática gerativa. Assevera que cada saída deste elemento

consiste de elementos caracterizados nos termos de um pequerno número de traços fonéticos fixos e universais (talvez na ordem dos quinze ou vinte), cada um dos quais possuindo uma caracterização substantiva articulatório-acústica independente de qualquer língua particular. A gramática universal tradicional era também uma teoria de universais substantivos, neste sentido. Não somente adiantou pontos de vista interessantes quanto à natureza da fonética universal, mas também sustentou que certas categorias sintáticas fixas (nome, verbo, etc.) podem ser encontradas nas representações sintáticas das sentenças de qualquer língua e que elas fornecem a estrutura sintática geral subjacente a cada língua. Uma teoria de universais semânticos substantivos pode defender, por exemplo, que certas funções designativas devem ser executadas de modo específico em cada língua. Assim, cada língua conteria termos que designam pessoas ou itens lexicais para referir tipos específicos de objetos, sensações, comportamento e outros.

Contudo, é também possível procurar propriedades universais de tipo mais abstrato. Considere-se o requisito de que a gramática de cada língua satisfaz certas condições formais especificadas. A verdade desta hipótese não implicaria em si própria que uma regra particular deva aparecer em todas ou mesmo só em duas gramáticas quaisquer. A propriedade de uma gramática satisfazer certas condições abstratas pode ser denominada universal lingüístico *formal,* se este mostrar ser uma propriedade geral de todas as línguas. Tentativas recentes para especificar as condições abstratas que uma gramática gerativa deve satisfazer conduziram a uma variedade de propostas relativas a universais formais, neste sentido. Por exemplo, considere-se a proposta segundo a qual o componente sintático de uma gramática deve conter regras transformacionais (que consistem em operações de tipo altamente especial) projetando estruturas-profundas-semanticamente-interpretadas como estruturas-superficiais-foneticamente-interpretadas, ou a proposta segundo a qual o componente fonológico de uma gramática consiste de uma seqüência de regras, um subconjunto das quais pode aplicar-se ciclicamente a constituintes mais dominantes da estrutura de superfície (ciclo transformacional no sentido de trabalho muito recente em fonologia).

Tais propostas fazem reivindicações de natureza completamente diferente da reivindicação na qual determinados elementos fonéticos substantivos se encontram disponíveis para representação fonética em todas as línguas, ou que certas categorias específicas devem ser centrais na sintaxe de todas as línguas, ou que certos traços semânticos ou categorias fornecem um esquema universal para a descrição semântica. Universais substantivos como estes dizem respeito ao vocabulário para a descrição da linguagem; universais formais envolvem antes o caráter das regras que aparecem nas gramáticas e as formas por que possam estar interligadas.

No nível semântico, também é possível buscar o que pode ser denominado universais formais, exatamente no sentido que acabamos de descrever. Considere-se, por exemplo, a hipótese de que os nomes próprios, em qualquer língua,

devem designar objetos que satisfaçam a condição da contigüidade espaço-temporal, [37] e que o mesmo seja verdade de outros termos que designem objetos; ou a condição segundo a qual as palavras-para-cores de qualquer língua devem subdividir o espectro das cores em segmentos contínuos; ou a condição segundo a qual os artefatos são definidos em termos de certos fins, necessidades e funções humanas em vez de o fazerem somente em termos de qualidades físicas. [38] Restrições formais deste tipo exercidas sobre um sistema de conceitos podem limitar severamente a escolha (por parte da criança ou do lingüista) de uma gramática descritiva partindo de certos dados lingüísticos iniciais.

A existência de universais formais situados a nível profundo sugeridos por exemplos como estes, implica que todas as línguas são talhadas pelo mesmo padrão, o que implica, contudo, que exista uma correspondência ponto por ponto entre línguas particulares. Não implica, por exemplo, que haja um método razoável para tradução entre as línguas [39]

Em geral, não há dúvida que uma teoria da linguagem, considerada como hipótese acerca da "capacidade-de-formar-linguagem" inata dos seres humanos deve interessar-se pelos universais tanto substantivos como formais. Mas enquanto os universais substantivos têm sido o tradicional objeto de interesses por parte da teoria da lingüística geral, as investigações das condições abstratas que devem ser satisfeitas por qualquer gramática gerativa, só recentemente é que foram empreendidas. Parecem oferecer possibilidades extremamente ricas e variadas de estudo em todos os aspectos da gramática.

[37] Por exemplo, Russell (1940, p. 33 "de um ponto de vista lógico, um nome próprio pode ser atribuído a qualquer porção contínua de espaço-tempo"), se interpretarmos a sua noção de "nome próprio lógico" incorporando uma hipótese empírica. Interpretado assim, Russell descreve aquilo que, sem dúvida alguma, constitui uma verdade psicológica. Interpretado de outro modo, está fornecendo uma definição imotivada de "nome próprio". Não existe necessidade lógica para nomes ou outras "palavras de objeto" que preencham qualquer condição de contigüidade espaço-temporal, ou que possuam outras qualidades *gestálticas,* e é fato não trivial que aparentemente o façam, na medida em que os objetos designados forem do tipo efetivamente perceptível (por exemplo, não é verdadeiro de "Estados Unidos" — similarmente, não precisa ser verdade de noções algo mais abstrata e funcionalmente definidas como "barrier"*. Assim, não existem motivos lógicos para a aparente inexistência nas linguagens naturais de palavras como *LIMB* similares a *limb* exceto no fato de que designam o objeto singular que consiste das quatro pernas de um cão, de modo que *its LIMB is brown* (como *its head is brown)*** significaria que o objeto que consiste nas quatro pernas é marrom. Similarmente não há razão *a priori* por que uma linguagem natural não possa conter uma palavra *HERD,* como o coletivo *herd* exceto no fato de denotar um objeto único disperso tendo vacas como parte, de forma que *a cow lost a leg* implica *the HERD lest a leg,* *** etc. (N. do A.)

* Separador/limite. (N. do T.)

** Membro; o seu MEMBRO é castanho; sua cabeça é castanha. (N. do T.)

*** Manada: "uma vaca perdeu uma perna"; a MANADA perdeu uma perna. (N. do T.)

[38] Assim, para Aristóteles *(De Anima,* 403b) a "essência de uma casa acha-se consignada numa fórmula como 'abrigo contra a destruição do vento, chuva e fogo' ", embora "o físico a descrevesse como 'pedras, tijolos e vigas' ". Para interessantes comentários sobre tais definições, ver Foot (1961), Katz (1964d). (N. do A.)

[39] Por *método razoável* entendo um que não envolva informação extralingüística — quer dizer, que não incorpore uma "enciclopédia". Veja-se Bar-Hillel (1960) para discussão. A possibilidade de um método razoável para tradução entre línguas arbitrárias depende da suficiência de universais substantivos. De fato, embora haja razão para se acreditar que as línguas são fundidas num mesmo molde num âmbito *significativo,* há reduzidos motivos para supor que métodos razoáveis de tradução sejam, em geral, possíveis. (N. do A.)

§ 6. *Notas adicionais sobre teorias descritivas e explanatórias.*

Vamos considerar com um pouco mais de cuidado aquilo que se acha exatamente envolvido na construção de um "modelo de aquisição" para a linguagem. Uma criança capaz de aprendizado da linguagem deve possuir:

(12) (i) uma técnica para representar sinais de entrada
(ii) um meio de representar informação estrutural acerca destes sinais
(iii) alguma delimitação inicial duma classe de hipóteses possíveis acerca da estrutura da linguagem
(iv) um método para determinar o que cada uma de tais hipóteses implica com relação a cada sentença
(v) um método para selecionar uma das (presumivelmente, em número infinito) hipóteses permitidas por (iii) e que são compatíveis com os dados iniciais conhecidos.

Correspondentemente, uma teoria da estrutura lingüística que busque adequação explanatória deve conter:

(13) (i) uma teoria fonética universal que defina a noção de "sentença possível"
(ii) uma definição de "descrição estrutural"
(iii) uma definição de "gramática gerativa"
(iv) um método para determinar a descrição estrutural de uma sentença, dada uma gramática
(v) um meio de avaliar gramáticas alternativas propostas.

Colocando os mesmos requisitos em termos algo diferentes, devemos requerer de tal teoria lingüística que forneça:

(14) (i) uma enumeração de classes S_1, S_2 ,. . . de sentenças possíveis
(ii) uma enumeração de classe SD_1, SD_2,. . . de descrições estruturais possíveis
(iii) uma enumeração da classe G_1, G_2,. . . de gramáticas gerativas possíveis
(iv) especificação duma função f tal que $SD_{f(i,j)}$ seja a descrição estrutural atribuída à sentença si pela gramática G_j, para i, j arbitrários [40]
(v) especificação de uma função m tal que $m(i)$ seja um inteiro associado com a gramática G_i como seu valor (com, digamos, valor mais baixo indicado por número mais alto).

[40] Realmente, um conjunto de descrições estruturais deveria ser atribuído por f a cada s_i (e cada uma das descrições estruturais deve ser atribuída a exatamente em s_i dado G_j uma para cada modo de interpretar a sentença s_i com relação a G_j. Assim, uma sentença não ambígua deveria receber uma descrição estrutural, uma sentença duplamente ambígua, duas descrições estruturais, etc. Assumimos que os "mapeamentos" são efetivos — que existe um algoritmo para enumerar de uma ponta a outra as sentenças, descrições estruturais e gramáticas (isto é menos óbvio) para determinar os valores de f e m em todos os casos. (N. do A.)

A decisão de procurar a adequação explanatória acarreta condições que possuam, pelo menos, esta força.

Uma teoria que satisfaça estas condições empreenderá explicar o aprendizado da linguagem do modo seguinte. Considere-se primeiro a natureza dos dados lingüísticos iniciais. Consiste de uma quantidade finita de informação acerca de sentenças, as quais além disso devem ser bastante restritas em escopo, considerando as limitações de tempo existentes e bastante degeneradas em qualidade (cf. nota 36). Por exemplo, certos sinais podem ser aceitos como sentenças adequadamente formadas, enquanto outras são classificadas como não-sentenças, como resultado da correção das tentativas do aprendiz por parte da comunidade lingüística. Além do que as condições de uso podem ser tais que exijam que as descrições estruturais sejam atribuídas a estes objetos de certa maneira. Que este seja um pré-requisito para a aquisição da linguagem, parece decorrer da opinião amplamente aceita (mas no presente momento completamente sem apoio) de que deve existir uma base parcialmente semântica para a aquisição da sintaxe ou para a justificação de hipóteses acerca do componente sintático de uma gramática. Incidentalmente, não se percebe quão forte é este requisito acerca das habilidades inatas da criança para formação-de-conceitos e do sistema de universais lingüísticos que estas habilidades implicam. Assim, o que se sustenta, presumivelmente, é que a criança possui uma teoria inata de descrições estruturais potenciais que é suficientemente rica e plenamente desenvolvida de modo que seja capaz de determinar, a partir de uma situação real na qual um sinal ocorre, quais descrições estruturais podem ser apropriadas para o sinal, e também que é capaz disto, em parte antecipando-se a qualquer hipótese sobre a estrutura lingüística deste sinal. Afirmar que a hipótese da capacidade inata é extremamente forte não significa dizer que ela é incorreta. Vamos dizer, experimentalmente, para qualquer ocorrência, que os dados lingüísticos iniciais consistem de sinais classificados como sentenças e não-sentenças e de um paralelismo parcial e experimental de sinais e descrições estruturais.

Um dispositivo de aquisição-da-linguagem que satisfaça as condições (i)-(iv) é capaz de utilizar tais dados lingüísticos iniciais como base empírica do aprendizado da linguagem. O dispositivo deve buscar através do conjunto de hipóteses possíveis $G_1, G_2, \ldots$, quais as que estão à sua disposição em virtude da condição (iii), e deve selecionar gramáticas que sejam compatíveis com os dados lingüísticos iniciais, representados em termos de (i) e (ii). É possível testar a compatibilidadade em virtude do fato do dispositivo satisfazer a condição (iv). O dispositivo selecionaria uma destas gramáticas potenciais através da medida de avaliação garantida por (v).[41] A gramática selecionada mune então o dispositivo

[41] Obviamente, para construir uma efetiva teoria do aprendizado lingüístico, seria necessário enfrentar diversos outros problemas muito sérios, envolvendo, por exemplo, o desenvolvimento gradual de hipótese apropriada, simplificação da técnica para encontrar uma hipótese compatível, e o contínuo acréscimo da habilidade lingüística e do conhecimento, e o aprofundamento da análise da estrutura da língua, que pode prosseguir muito depois da forma básica da língua ter sido dominada. O que descrevo é uma idealização na qual apenas o momento de aquisição da gramática correta está sendo considerado. A introdução destas considerações adicionais pode afetar a discussão geral sob múltiplas formas. Por exemplo, de modo limitado,

com um método para interpretar uma sentença arbitrária em virtude de (ii) e (iv). Isso quer dizer que o dispositivo construiu agora uma teoria da linguagem de que os dados lingüísticos primários são uma amostra. A teoria que o dispositivo selecionou e representou internamente especifica sua competência tácita, seu conhecimento da linguagem. A criança que adquire uma língua desta forma, sabe, evidentemente, muito mais do que aquilo que "aprendeu". O seu conhecimento da linguagem, tal como é determinado pela gramática internalizada, vai muito além dos dados lingüísticos iniciais e não constitui de modo algum uma "generalização indutiva" feita a partir deles.

Esta explicação do aprendizado da linguagem pode, obviamente, ser parafraseada diretamente como uma descrição da maneira como o lingüista cuja atividade é guiada por uma teoria lingüística satisfazendo as condições (i)-(v) justificaria uma gramática que constrói para uma língua tendo por base dados lingüísticos iniciais. [42]

Note-se, incidentalmente, que deve haver cuidado para distinguir diversas maneiras diferentes pelas quais os dados lingüísticos iniciais podem ser necessários ao aprendizado da linguagem. Em parte, tais dados determinam a qual das línguas possíveis (isto é, línguas providas de gramáticas de acordo com a restrição *a priori* (iii) o aprendiz da linguagem se acha exposto, e é esta função dos dados lingüísticos iniciais que estamos considerando aqui. Mas tais dados podem desempenhar igualmente um papel inteiramente diferente; a saber, algumas espécies de dados e experiência podem ser necessárias para pôr a funcionar o dispositivo, embora possam não afetar absolutamente o modo de seu funcionamento. Assim, verificou-se que a referência semântica pode facilitar grandemente o desempenho num experimento de aprendizado da sintaxe, mesmo se não afeta, aparentemente, a *maneira* pela qual se processa a aquisição da sintaxe; quer dizer, não desempenha nenhum papel na determinação de quais as hipóteses selecionadas pelo aprendiz (Miller e Norman, 1964). Similarmente, não seria surpresa descobrir que o aprendizado normal da linguagem requer de alguma forma o uso da linguagem em situações da vida concreta. Todavia, isto, mesmo verdadeiro, não seria suficiente para demonstrar que a informação respeitante ao contexto situacional (em parti-

todavia efetivo, as precondições (i)-(v) podem elas próprias possivelmente ser desenvolvidas com base numa estrutura inata mais profunda, de modo a depender em parte dos dados lingüísticos iniciais e da ordem e maneira de sua apresentação. Além disso, pode muito bem ser que uma série de esquemas sucessivamente mais detalhados e altamente estruturados (correspondendo aos estágios de maturação, mas talvez, em parte, eles próprios determinados na forma por degraus anteriores da aquisição da linguagem) sejam aplicados aos dados em estágios sucessivos da aquisição da linguagem. Existem *a priori* muitas possibilidades a serem consideradas neste ponto. (N. do A.)

[42] É instrutivo verificar como a moderna lingüística estrutural tentou preencher estas condições. Assume que a técnica para descobrir as hipóteses corretas (a gramática) deve estar baseada em métodos de segmentação sucessiva e classificação dos itens do *corpus* (que constituem os dados lingüísticos iniciais, quando suplementados, talvez, por certos tipos de informação semântica cuja exata relevância para o problema presente nunca foi esclarecida). Para compensar esta exigência extremamente poderosa endereçada ao método de descoberta gramatical, foi necessário sacrificar a adequação descritiva, numa larga série de casos. De fato, as discussões metodológicas da lingüística moderna dispensam reduzida atenção às considerações (ii)-(iv) (embora impliquem mesmo certas conclusões a seu respeito) e concentram-se quase unicamente no desenvolvimento de métodos construtivos de classificação e segmentação passo a passo. (N. do A.)

cular, um paralelismo de sinais com descrições estruturais que é pelo menos em parte anterior a hipóteses acerca da estrutura sintática) desempenhe qualquer papel em determinar como é que a linguagem é adquirida, uma vez o mecanismo posto a funcionar e empreendida a tarefa do aprendizado da linguagem pela criança. A distinção é bastante conhecida fora do domínio da aquisição da linguagem. Por exemplo, Richard Held mostrou em numerosos experimentos que sob certas condições a estimulação reaferente (isto é, a estimulação resultante de atividade voluntária) constitui um pré-requisito para o desenvolvimento de um conceito de espaço visual, embora possa não determinar a natureza deste conceito (cf. Held e Hein, 1963; Held e Freedman, 1963, e as referências ali citadas). Ora, para tomar um dos inumeráveis exemplos de estudo de aprendizado animal, observou-se (Lemmon e Patterson, 1964) que a percepção da profundidade em cordeiros é consideravelmente facilitada pelo contato entre mãe e neonato, embora, de novo, não exista razão para supor que a natureza da "teoria do espaço visual" do cordeiro dependa deste contato.

Ao estudar a natureza efetiva da aprendizagem, lingüística ou outra qualquer, é evidentemente necessário distinguir cuidadosamente entre estas duas funções dos dados externos — a função de iniciar ou facilitar a operação dos mecanismos inatos e a função de determinar em parte a direção que a aprendizagem tomará. [43]

Retornando agora ao tema principal denominaremos uma teoria da estrutura lingüística que satisfaça as condições (i)-(v) *teoria explanatória* e uma teoria que satisfaça as condições (i)-(iv) *teoria descritiva*. Realmente, uma teoria lingüística que esteja somente preocupada com adequação descritiva, limitará sua atenção aos tópicos (i)-(iv). Tal teoria deve, por outras palavras, tornar disponíveis uma classe de gramáticas gerativas contendo, para cada língua, uma gramática descritivamente adequada dessa língua — uma gramática que (por meio de (iv)) atribua descrições estruturais às sentenças de acordo com a competência lingüística do falante nativo. Uma teoria da linguagem é empiricamente significativa na medida somente em que satisfaz as condições (i)-(iv). A questão ulterior da adequação explanatória só surge em relação a uma teoria que também satisfaz a condição (v). (Todavia veja-se a p. 264). Por outras palavras, só surge na medida em que a teoria fornece uma base fundamentada para a seleção de uma gramática descritivamente adequada com base em dados lingüísticos iniciais através do uso de uma bem definida medida de avaliação.

Esta análise é enganadora num aspecto importante. Sugere que para erguer uma teoria descritivamente adequada ao nível da adequação explanatória basta definir uma medida de avaliação apropriada. O que, todavia, é incorreto. A teoria pode ser adequada descritivamente no sentido definido, e, no entanto, fornecer uma tão ampla série de gramáticas potenciais que não exista possibilidade de descobrir uma propriedade formal que distinga as gramáticas adequadas descritiva-

[43] O ponto tem algum interesse histórico. De fato, como os comentadores têm notado, a tentativa de locke para refutar a doutrina das idéias inatas acha-se grandemente viciada por não observar a distinção que acabamos de discutir, clara para descartes (e mais tarde reenfatizada por Leibniz, na crítica ao *Ensaio* de Locke). Cf. § 8. (N. do A.)

mente, em geral, de dentro da massa de gramáticas compatíveis com quaisquer dados disponíveis. De fato, o verdadeiro problema é sempre restringir a série de hipóteses através da adição de estrutura adicional à noção de "gramática gerativa". Para a construção de um razoável modelo de aquisição, é necessário reduzir a classe das gramáticas conseguíveis [44] compatibilizadas com dados lingüísticos primários ao ponto em que a seleção entre elas possa ser efetuada por medida formal de avaliação. O que requer uma definição precisa e restrita da noção de "gramática gerativa" — uma hipótese rica e restritiva relativa às propriedades universais que determinam a forma da linguagem, no sentido tradicional deste termo.

A mesma questão pode ser colocada de modo algo diferente. Dada uma variedade de gramáticas adequadas descritivamente para línguas naturais, estamos interessados em determinar até que ponto são as únicas e até que ponto existem similaridades profundas subjacentes entre elas atribuíveis à forma da linguagem como tal. O verdadeiro progresso em lingüística consiste na descoberta de que certos traços de dadas línguas podem ser reduzidos a propriedades universais da linguagem e explicados nos termos dos aspectos mais profundos da forma lingüística. Assim, o objetivo maior do lingüista deve ser enriquecer a teoria da forma lingüística através da formulação de restrições mais específicas e condições à noção de "gramática gerativa". Sempre que isto possa ser realizado, as gramáticas particulares podem ser simplificadas eliminando-se delas os enunciados descritivos atribuíveis à teoria geral da gramática (cf. §5). Por exemplo, se concluirmos que o ciclo transformacional [45] é uma característica universal do componente fonológico, torna-se desnecessário descrever, na gramática do inglês, o modo de funcionamento daquelas regras fonológicas que envolvem estrutura sintática. A descrição terá então sido abstraída da gramática do inglês e formulada como universal lingüístico formal, como parte da teoria da gramática gerativa. Tal conclusão, uma vez justificada, representaria um progresso importante na teoria da linguagem, dado que se demonstraria que o que parece ser uma peculiaridade do inglês é realmente explicável nos termos de uma hipótese empírica geral e profunda acerca da natureza da linguagem, hipótese que pode ser refutada, se falsa, através do estudo de gramáticas descritivamente adequadas de outras línguas.

Em suma, o problema mais sério que surge na tentativa de realizar a adequação explanatória é a de caracterizar a noção de "gramática gerativa" de forma suficientemente rica, detalhada e altamente estruturada. Uma teoria gramatical pode ser adequada descritivamente e contudo deixar inexpressos os principais traços que definem propriedades da linguagem natural e que distinguem as lingua-

[44] Ver a nota 41. Um modelo efetivo de aquisição da linguagem deve possuir uma estratégia para achar hipóteses. Suponha-se que a estratégia é considerar apenas gramáticas que tenham mais que certo valor (nos termos da medida avaliatória (v)), em cada estágio do processo de aprendizado da linguagem. O que se exige de uma teoria lingüística significativa, então, é que, fornecidos certos dados lingüísticos iniciais *D*, a classe de gramáticas compatíveis com *D* seja suficientemente "sortida", em termos de valor, de forma que a intersecção da classe de gramáticas compatíveis com *D* e a classe de gramáticas que são altamente valorizadas seja razoavelmente pequena. Só então poderá ocorrer o aprendizado da língua. (N. do A.)

[45] Ver as referências da nota 24. (N. do A.)

gens naturais de sistemas simbólicos arbitrários. É exatamente por esta razão que a tentativa para realizar a adequação explanatória — para descobrir universais lingüísticos — é de tal forma crucial em todos os estágios de compreensão da estrutura lingüística a despeito de mesmo a adequação descritiva em larga escala poder constituir fim não cumprido. Não é necessário realizar a adequação descritiva antes de levantar as questões da adequação explanatória. Pelo contrário, as questões cruciais que têm maior importância para o nosso conceito de linguagem e também para a prática descritiva, são quase sempre as que envolvem adequação explanatória relativa a aspectos particulares da estrutura da linguagem. Para adquirir a linguagem, uma criança deve delinear uma hipótese compatível com os dados apresentados — deve selecionar no depósito das gramáticas potenciais uma específica que seja apropriada para os dados colocados à sua disposição. É logicamente possível que os dados sejam sufucientemente ricos e a classe de gramáticas potenciais suficientemente limitada para que uma única gramática permitida seja compatível com os dados disponíveis ao tempo da efetiva aquisição da linguagem, no nosso modelo "instantâneo" idealizado (cf. notas 41 e 43). Neste caso, nenhum método de avaliação seria necessário como parte da teoria lingüística — quer dizer, como propriedade inata de um organismo ou dispositivo capaz de aquisição da linguagem. É bastante difícil em detalhe como é que esta possibilidade lógica poderia realizar-se, e todas as tentativas concretas para formular uma teoria lingüística empiricamente adequada na verdade deixam ampla margem para gramáticas mutuamente inconsistentes, todas compatíveis com dados iniciais de qualquer espécie que se possa imaginar. Portanto, todas essas teorias requerem suplementação através de uma medida de avaliação se a aquisição da linguagem tiver que ser explicada, e justificada a seleção de gramáticas específicas; e eu continuarei sustentando experimentalmente, como até aqui, que se trata neste caso dum fato empírico acerca da inata *faculté de langage* humana e conseqüentemente, acerca também da teoria lingüística geral.

§ 7. *Métodos de Avaliação*

O status de um método avaliatório para gramáticas (veja-se a condição (v) de (12)-(14)) foi freqüentemente interpretada de maneira errônea. Em primeiro lugar, deve ficar claro que tal medida não é fornecida *a priori*. Mas que, qualquer proposta relativa a tal medida de avaliação é, antes de mais nada, uma hipótese empírica acerca da natureza da linguagem. O que é evidente, tomando em consideração a discussão precedente. Suponha-se que temos uma teoria descritiva que satisfaz as condições (i)-(iv) de (12)-(14) de maneira fixa. Fornecidos dados lingüísticos iniciais D, escolhas diferentes de uma medida de avaliação atribuirão posições bastante diferentes para as hipóteses alternativas (gramáticas alternativas) quanto à língua da qual D é uma amostra, e levarão, portanto, a predições inteiramente diferentes quanto à forma por que uma pessoa que aprende uma língua com base em D interpretará novas sentenças não incluídas em D. Conseqüentemente, a escolha de uma medida de avaliação é questão empírica, e propostas particulares são corretas ou incorretas.

Talvez se possam seguir os vestígios da confusão neste caso, no uso do termo "medida de simplicidade" para medidas de avaliação particulares, admitindo-se que "simplicidade" é noção geral de algum modo compreendida de antemão fora da teoria lingüística. O que, todavia, é concepção errônea. No contexto desta discussão, "simplicidade" (isto é, medida de avaliação m de (v)) é uma noção a ser definida no interior da teoria lingüística, juntamente com "gramática", "fonema", etc. A escolha de uma medida de simplicidade é antes como a determinação do valor de uma constante física. É-nos dado um paralelismo empírico de certos tipos de dados lingüísticos primários com certas gramáticas que são de fato construídas por pessoas confrontadas com tais dados. Uma medida de simplicidade constitui parte do projeto de determinar precisamente a natureza desta associação. Se for assumida uma formulação particular de (i)-(iv) e se pares (D_1, G_1), (D_2, G_2)... de dados lingüísticos iniciais e gramáticas descritivamente adequadas forem fornecidos, o problema de definir "simplicidade" consiste justamente em descobrir como G_i, é determinado por D_i, para cada i. Suponha-se, por outras palavras, que consideramos um modelo de aquisição da linguagem como um dispositivo de entrada-saída que determina uma gramática gerativa particular como "saída", postos certos dados lingüísticos iniciais como entrada. Uma pretensa medida de simplicidade, tomada juntamente com uma especificação de (i)-(iv), constitui hipótese a respeito da natureza de tal dispositivo. A escolha de uma medida de simplicidade é portanto questão empírica com conseqüências empíricas.

Tudo isto já foi dito antes. Repito-o com tanta demora, em virtude de ter sido tão grosseiramente mal compreendido.

Acha-se também que as medidas de avaliação do tipo discutido na gramática gerativa não podem ser usadas para comparar teorias diferentes de gramática; a comparação de uma gramática de uma classe proposta com uma gramática de outra classe, *através de tal medida,* é totalmente sem sentido. Uma medida avaliatória deste tipo é, antes, parte essencial de uma teoria particular de gramática que tem por objetivo adequação explanatória. É verdade que existe um sentido no qual teorias alternativas da linguagem (ou teorias alternativas em outros domínios) podem ser comparadas no tocante à simplicidade e à elegância. O que temos estado a discutir aqui, todavia, não é esta questão geral, mas antes o problema de comparar duas teorias de uma língua — duas gramáticas dessa língua — em termos de uma determinada teoria lingüística geral. Trata-se, então, de formular uma teoria explanatória da linguagem; o que não deve ser confundido com o problema de escolher entre teorias da linguagem que competem entre si. Escolha entre teorias da linguagem competidoras é evidentemente uma questão fundamental e deveria também ser estabelecida, tanto quanto possível, em bases empíricas de adequação descritiva e explanatória. Mas não é a questão envolvida no uso de uma medida de avaliação na tentativa de realizar a adequação explanatória.

Como ilustração concreta considere-se a questão de saber se as regras de uma gramática deveriam ser não ordenadas (denominemo-la teoria lingüística T_U) ou ordenada de alguma maneira específica (teoria lingüística T_O). *A priori,* não há maneira de decidir qual das duas é a correta. Não existe nenhum sentido abso-

luto conhecido de "simplicidade" ou elegância" desenvolvido dentro da teoria lingüística ou da epistemologia geral, de acordo com o qual T_u e T_o possam ser comparadas. Portanto, é completamente sem sentido sustentar que em sentido absoluto T_u seja mais "simples" que T_o ou reciprocamente. Pode-se inventar, facilmente, um conceito geral de "simplicidade" que prefirará T_u a T_o ou T_o a T_u; em nenhum dos casos o conceito terá justificação conhecida. Certas medidas de avaliação foram propostas e em parte empiricamente justificadas dentro da lingüística — por exemplo, minimização da especificação de traços (como vem discutindo em Halle, 1959a, 1961, 1962a, 1964) ou a medida baseada em notações abreviatórias (discutida na p.269s). Estas medidas não se aplicam porque pertencem a uma teoria lingüística específica e sua justificação empírica conta essencialmente com este fato. Para escolher entre T_u e T_o, devemos proceder de maneira inteiramente diferente. Devemos perguntar se T_u ou T_o fornece gramáticas descritivamente adequadas para linguagens naturais, ou conduz a adequação explanatória. Esta é uma questão empírica perfeitamente significativa, se as teorias em questão forem enunciadas com cuidado suficiente. Por exemplo, se $T_u s$ for a nossa conhecida teoria da gramática de estrutura de frases e $T_o s$ for a mesma teoria, mais a condição que as regras se acham ordenadas linearmente e se aplicam ciclicamente, com, pelo menos, uma regra $A \rightarrow X$ sendo obrigatória para cada categoria A, de forma a garantir que cada ciclo não seja vazio — então — pode-se mostrar que $T_u s$ e $T_o s$ são incomparáveis em poder descritivo (em "capacidade gerativa forte" — vejam-se o § 9; Chomsky, 1955, caps. 6 e 7, e Chomsky, 1956, para discussão de tais sistemas). Conseqüentemente, podíamos perguntar se as linguagens naturais caem de fato sob $T_u s$ ou $T_o s$, constituindo teorias não equivalentes e empiricamente distinguíveis. Ora, supondo que $T_u p$ e $T_o p$ sejam teorias do componente fonológico (onde $T_u p$ sustenta que as regras fonológicas não são ordenadas e $t_o p$ sustenta serem parcialmente ordenadas), é fácil inventar "linguagens" hipotéticas para as quais generalizações significativas são expressáveis nos termos de $T_o p$ mas não $T_u p$, ou reciprocamente. Podemos portanto tentar determinar se existem generalizações significativas que sejam expressáveis nos termos de uma teoria mas não nos da outra, no caso de linguagens empiricamente dadas. Em princípio, qualquer dos resultados é possível; trata-se de uma questão inteiramente fatual, que tem a ver com as propriedades de linguagens naturais. Mais tarde veremos que $T_o s$ tem bastante razão de ser como teoria da base, e argumentos poderosos foram oferecidos para mostrar que $T_o p$ é correta e $T_o s$ é errada, como teoria de processos fonológicos (cf. Chomsky, 1951, 1964; Halle, 1959a, 1959b, 1962a, 1964). Em ambos os casos, o argumento gira em volta da questão fatual da possibilidade de expressar generalizações lingüísticas significativas em termos de uma ou outra teoria, e não num pretenso sentido de "simplicidade" que possa colocar T_u e T_o uma relativamente à outra. Em virtude deste ponto não ter sido levado em conta é que houve muita discussão insípida e vazia.

A confusão acerca destas questões pode também ter sido engendrada pelo fato de existirem diversos sentidos diferentes e m que se pode falar de "justificar" uma gramática, como ficou observado nas pp. 256-257 Para repetir o principal:

por um lado, a gramática pode ser justificada por razões externas de adequação descritiva — podemos perguntar se ela coloca corretamente os fatos acerca da linguagem, ou se prediz corretamente como o falante nativo idealizado compreenderá sentenças arbitrárias e se fornece uma explicação correta da base para tal realização; por outro lado, uma gramática pode ser justificada por razões internas se, dada uma teoria lingüística explanatória, puder demonstrar-se que é a gramática de valor mais elevado permitida pela teoria e compatível com dados lingüísticos iniciais. No segundo caso, é apresentada uma base fundamentada para a construção desta gramática, e é, portanto, justificada por razões empíricas muito mais profundas. Ambos os tipos de justificação são evidentemente necessários; é, todavia, importante não confundi-los. No caso de uma teoria lingüística que é meramente descritiva, um só tipo de justificação pode ser oferecido — em suma, podemos demonstrar que a teoria permite gramáticas que satisfazem a condição externa da adequação descritiva.[46] É somente quando todas as condições (i)-(v) de (12)-(14) são preenchidas que a questão mais profunda da justificação interna pode ser levantada.

Fica também patente que a discussão quanto a saber se uma medida avaliatória é uma parte "necessária" da lingüística carece por completo de substância (veja-se, contudo, pp. 264-265). Se o lingüista se contentar com a formulação de descrições, de uma forma ou de outra com reduzida preocupação pela justificação, e se não tiver intenção de passar do estudo dos fatos acerca de línguas particulares para uma investigação das propriedades características da linguagem natural como tal, então a construção de um método de avaliação e as preocupações associadas ligadas à adequação explanatória não precisam preocupá-lo. Neste caso, uma vez que o interesse na justificação foi abandonado, nem prova nem argumento (para além dos requisitos mínimos de consistência) têm qualquer importância naquilo que o lingüista apresenta como descrição lingüística. Por outro lado, se o lingüista deseja obter adequação explanatória em sua análise da estrutura da linguagem, deve debruçar-se sobre o problema de desenvolver uma teoria explicativa da forma da gramática, uma vez que ela fornece um dos principais instrumentos para chegar até uma gramática descritivamente adequada para qualquer caso particular. Em outras palavras, a escolha de uma gramática para uma língua particular *L* será sempre muito indeterminada pelos dados extraídos somente de *L*. Além disso, outros dados relevantes (a saber, gramáticas bem sucedidas para outras línguas ou fragmentos para outras subpartes de *L)* só serão úteis para o lingüista desde que ele possua uma teoria explanatória. Uma teoria assim limita a escolha da gramática através do método binário de impor *condições formais* à gramática e de fornecer uma medida de avaliação para ser aplicada à lín-

[46] O fracasso nas tentativas de justificar uma teoria explanatória pode ser interpretado de várias formas, evidentemente. Pode indicar que a teoria está errada ou que suas conseqüências foram incorretamente determinadas em particular, que a gramática testada para adequação descritiva não era a de valor mais elevado. Uma vez que qualquer medida avaliatória deve ser sistemática, e uma vez que a linguagem é um sistema compactamente interligado, não é de se afastar a segunda hipótese. Em resumo, a justificação da teoria lingüística não evita os problemas enfrentados pela justificação de qualquer hipótese empírica substantiva e não trivial. (N. de A.)

gua *L*, pela qual se acha agora interessado. Tanto as condições formais como o método avaliatório podem ser empiricamente justificáveis por seu êxito em outros casos. Daí que qualquer preocupação de longo alcance com adequação descritiva deva conduzir a uma tentativa para desenvolver uma teoria explanatória que preencha estas duas funções, e que preocupação pela adequação explanatória certamente requeira uma investigação de métodos de avaliação.

O maior problema na construção duma medida de avaliação para gramáticas é o de determinar quais generalizações acerca de uma língua são significativas; uma medida de avaliação deve ser selecionada por forma a favorecê-las. Temos uma generalização quando um conjunto de regras acerca de itens distintos pode ser substituído por uma única regra (ou, mais geralmente, regras parcialmente idênticas) acerca de todo o conjunto, ou quando se pode demonstrar que uma "classe natural" de itens experimenta um certo processo ou conjunto de processos similares. Assim, a escolha de uma medida de avaliação constitui uma decisão quanto ao que sejam "processos similares" e "classes naturais" — em suma, o que sejam generalizações significativas. O problema é delinear um método que atribua uma medida numérica de avaliação a uma gramática em termos do grau de generalização lingüística significativa levada a cabo por esta gramática. A medida numérica óbvia a ser aplicada a uma gramática é a extensão, em termos do número de símbolos. Mas para ela chegar a ser medida plenamente significativa é necessário inventar notações e restringir a forma das regras de maneira que as considerações significativas de complexidade e generalidade sejam convertidas em considerações de extensão, a fim de que as verdadeiras generalizações encurtem a gramática e não as espúrias. Assim são as convenções notacionais usadas na apresentação da gramática que definem "generalização significativa", se a medida avaliatória adotada for a extensão.

De fato, é esta a *ratio* que está por trás das convenções para uso de parênteses, colchetes, etc., que têm sido adotadas em gramáticas explícitas, isto é, gramáticas gerativas. Para discussão detalhada veja-se Chomsky, (1951, 1955), Postal (1962a), e Matthews (1961). Para citar só um exemplo, considere-se a análise do auxiliar verbal inglês. Os fatos são que uma frase desse tipo deve conter tempo (o qual, pode ainda ser *passado* e *presente),* e pode, então, conter ou não um modal e também o aspecto *perfeito* ou *progressivo* (ou ambos), devendo os elementos aparecer na ordem dada. Usando notações convencionais conhecidas, podemos enunciar esta regra da seguinte forma:

(15) Aux→Tempo (Modal) *(Perfeito) (Progressivo)*

(omitindo os detalhes que não são revelantes aqui). A regra (15) é uma abrevição de oito regras que analisam o elemento Aux de oito formas possíveis. Enunciadas por extenso, estas regras envolveriam vinte símbolos, enquanto que a regra (15) envolve quatro (não contando Aux, em ambos os casos). A notação em parênteses significa o seguinte. Assevera que a diferença entre quatro e vinte símbolos é uma medida do grau de generalização lingüística significativa levada a cabo numa língua que possui as formas dadas na lista (16), para Frase do Auxiliar, quando

comparada com uma língua que tem, por exemplo, as formas dadas na lista (17) representativas desta categoria:

(16) Tempo, Tempo⌒Modal, Tempo⌒*Perfeito*, Tempo⌒*Progressivo*, Tempo⌒Modal⌒*Perfeito*, Tempo⌒Modal⌒*Progressivo*, Tempo⌒*Perfeito*⌒*Progressivo*, Tempo⌒Modal⌒*Perfeito*⌒*Progressivo*

(17) Tempo⌒Modal⌒*Perfeito*⌒*Progressivo*, Modal⌒*Perfeito*⌒*Progressivo*⌒Tempo, *Perfeito*⌒*Progressivo*⌒Tempo⌒Modal, *Progressivo*⌒Tempo⌒Modal⌒*Perfeito*, Tempo⌒*Perfeito*, Modal⌒*Progressivo*.

Tanto no caso da lista (16) como da (17), acham-se envolvidos vinte símbolos. A lista (16) abrevia-se na regra (15) graças à convenção notacional; a lista (17) não pode ser abreviada por esta convenção. Resulta daí que a adoção de notações convencionais conhecidas envolvendo o uso de parênteses importa na exigência de que haja uma generalização lingüisticamente significativa subjacente ao conjunto de formas na lista (16) mas não ao conjunto de formas na lista (17). Importa na hipótese empírica de que regularidades do tipo exemplificado em (16) são as encontradas nas línguas naturais, e do tipo que as crianças aprendendo uma língua esperam encontrar; enquanto que as regularidades cíclicas do tipo exemplificado em (17), embora perfeitamente genuínas, abstratamente, não são características da linguagem natural, do tipo buscado intuitivamente pelas crianças nos materiais da língua, e são muito mais difíceis de construir para o aprendiz da língua com base em dados dispersos ou a partir do uso. O que se argumenta, pois, é que dados exemplos dispersos de (16), o aprendiz da língua construirá a regra (15) gerando o conjunto completo com suas interpretações semânticas, ao passo que dados exemplos dispersos que poderiam ser submetidos numa regra cíclica, aquele que aprende a língua não incorporará a "generalização" à sua gramática — não concluirá, por exemplo, da existência de *yesterday John arrived* e *John arrived yesterday* que existe uma terceira forma *arrived yesterday John*, ou da existência de *is John here* e *here is John* que há uma terceira forma *John here is*, etc. Pode-se facilmente propor uma convenção notacional diferente que abreviaria a lista (17) para uma regra mais curta que a lista (16), efetuando assim uma hipótese empírica diferente acerca do que constitui uma generalização lingüisticamente diferente. Não existe razão *a priori* para preferir a convenção usual; ela encarna simplesmente uma pretensão empírica acerca da estrutura da linguagem natural e da predisposição da criança a buscar certos tipos de regularidade na linguagem natural.

Os exemplos ilustrativos do parágrafo precedente devem ser encarados com alguma cautela. É o conjunto completo das convenções notacionais que constitui um método avaliatório, na forma anteriormente delineada. O conteúdo fatual de uma teoria explanatória reside na pretensão que a gramática de valor mais elevado da forma permitida será selecionada com base em dados postos à sua disposição. Daí que as descrições de subsistemas particulares da gramática devam ser avaliados nos termos de seu efeito sobre o sistema global das regras. O grau em que partes particulares da gramática podem ser selecionadas independentemente

de outras é questão empírica acerca da qual pouco se sabe no presente. Embora se possam formular claramente alternativas, são precisos estudos de línguas particulares mais profundos que os atualmente disponíveis para decidir questões imediatamente surgidas quando estes problemas extremamente importantes são levantados. Que eu saiba, a única tentativa para avaliar um subsistema de uma gramática razoavelmente complexo e preenchido encontra-se em Chomsky (1951), mas mesmo aí tudo o que é demonstrado é que o valor do sistema é um "máximo local" no sentido que intercâmbio de regras adjacentes diminui valor. O efeito de modificações em maior escala não está investigado. Alguns aspectos da questão geral, ligados à estrutura léxica e fonológica, acham-se discutidos em Halle e Chomsky (1968).

Um caso especial desta abordagem geral da avaliação elaborado de forma particularmente convincente é a condição de minimização das especificações dos traços distintivos no componente fonológico da gramática. Um argumento muito plausível pode ser fornecido com o propósito de que esta convenção defina as noções de "classe natural" e "generalização significativa" — já implicitamente admitidas — em investigações fonológicas descritivas e histórico-comparativas, e que determinam a distinção dada intuitivamente entre formas "fonologicamente possíveis" e formas sem sentido "fonologicamente impossíveis". Para discussão, veja-se Halle (1959a, 1959b, 1961, 1962a, 1964), Halle e Chomsky (1968). É importante observar que a efetividade desta medida de avaliação depende por completo de uma hipótese forte acerca da forma da gramática, a saber, a hipótese de que só é permitida notação de traços. Se for autorizada a notação fonêmica junto com a notação de traços, a medida (avaliatória) traz conseqüências absurdas, como demonstra Halle. Fica então claro que a escolha de notações e outras convenções não é ponto arbitrário, ou "meramente técnico", se a extensão for adotada como medida de avaliação de uma gramática. Trata-se antes de uma questão que tem conseqüências imediatas e talvez drasticamente empíricas. Quando artifícios notacionais específicos são incorporados a uma gramática do tipo que aqui discutimos, fazemos implicitamente uma exigência empírica, acerca da linguagem natural. Fica implicado que uma pessoa aprendendo uma língua tentará formular generalizações que possam facilmente ser expressas (isto é, com poucos símbolos) nos termos das notações disponíveis nesta teoria, é que selecionará gramáticas contendo tais generalizações e não outras também compatíveis com os dados iniciais, mas que têm tipos diferentes de generalização, conceitos diferentes de "classe natural" e assim por diante. Todas elas podem constituir exigências muito fortes, e de forma alguma precisam ser verdadeiras por razões *a priori*.

Para evitar qualquer confusão retardatária neste assunto, repito mais uma vez que esta discussão do aprendizado da linguagem em termos de formulação de regras, hipóteses, etc., não se refere à formulação e expressão consciente destes elementos, mas sim ao processo de chegar até à representação interna de um sistema gerativo que pode ser adequadamente descrito nestes termos.

Em suma, está claro que nenhuma teoria da linguagem de hoje pode esperar obter adequação explanatória para além de domínios muito restritos. Em outras

palavras, estamos muito longe de ser capazes de apresentar um sistema de universais lingüísticos formais e substantivos que fosse suficientemente rico e detalhado para dar conta dos fatos do aprendizado da linguagem. Para fazer avançar a teoria lingüística na direção da adequação explanatória, podemos tentar refinar a medida avaliatória para gramáticas, ou estreitar as restrições formais impostas às gramáticas de forma a tornar-se mais difícil encontrar uma hipótese de alto valor compatível com os dados lingüísticos iniciais. É fora de dúvida que as teorias presentes da gramática requerem modificação nestes dois sentidos, sendo que o segundo é, em geral, o mais promissor. Assim o problema mais crucial para a teoria lingüística parece ser abstrair enunciados e generalizações das gramáticas particulares adequadas descritivamente, sempre que possível, para atribuí-los à teoria geral da estrutura lingüística, enriquecendo assim a teoria e impondo mais estrutura ao esquema da descrição gramatical. Sempre que isto for feito, uma asserção acerca de uma língua particular é substituída por outra correspondente, da qual a primeira decorre, acerca da linguagem em geral. Se esta formulação duma hipótese mais profunda é incorreta, o fato tornar-se-á evidente quando o efeito sobre a descrição ou outros aspectos da língua, ou descrição de outras línguas, for determinado. Em resumo, o que faço é o comentário óbvio segundo o qual, onde for possível, devem ser formuladas hipóteses gerais acerca da natureza da linguagem das quais possam ser deduzidos aspectos particulares de gramáticas de línguas individuais. Deste modo, a teoria lingüística pode mover-se na direção da adequação explanatória e contribuir para o estudo dos processos mentais e da capacidade intelectual humana — mais especificamente para a determinação das habilidades que tornam possível o aprendizado da linguagem sob limitações primárias de tempo e dados.

§ 8. *Teoria lingüística e aprendizado da linguagem*

Na discussão precedente alguns problemas de teoria lingüística foram formulados como questões acerca dum hipotético dispositivo de aquisição da linguagem. Parece ser um esquema útil e sugestivo onde colocar e considerar estes problemas. Podemos supor que ao teórico é oferecido um emparelhamento empírico de coleções de dados lingüísticos iniciais associados com gramáticas construídas pelo dispositivo com base em tais dados. Muita informação pode ser obtida tanto acerca dos dados iniciais que constituem a entrada e da gramática que constitui a "saída" do dispositivo, e o teórico tem o problema de determinar as propriedades intrínsecas dum dispositivo capaz de mediar a relação entrada-saída.

Pode ser de algum interesse colocar esta discussão num quadro mais geral e tradicional. Historicamente, podemos distinguir duas linhas gerais de abordagem do problema da aquisição do conhecimento, do qual o problema de aquisição da linguagem é um caso especial particularmente informativo. A abordagem empirista assumiu que a estrutura do dispositivo de aquisição está limitada a certos "mecanismos processadores periféricos" elementares — por exemplo, em versões

recentes, um "espaço qualidade"[47] com uma "distância" inata definida nele (Quine, 1960, pp. 83 s),[48] um conjunto de reflexos incondicionados primitivos (Hull, 1943), ou, no caso da linguagem, o conjunto de todos os "componentes auricularmente distinguíveis da 'impressão auditiva' plena" (Bloch, 1950). Além disto, assume que o dispositivo possui mecanismos analíticos processadores de dados ou princípios indutivos de tipo muito elementar, por exemplo, princípios de associação, princípios fracos de "generalização" envolvendo gradientes acompanhando as dimensões do dado espaço-qualidade, ou, no nosso caso, princípios taxonômicos de segmentação e classificação como os que foram desenvolvidos com algum cuidado na lingüística moderna, de acordo com a ênfase saussureana na característica principal de tais princípios. Fica então assumido que os mecanismos processadores periféricos fornecem uma análise preliminar e que os conceitos e conhecimento, além disto, são adquiridos pela aplicação a esta experiência inicialmente analisada dos princípios indutivos disponíveis.[49] Tais opiniões podem ser formuladas claramente de uma forma ou de outra como hipóteses empíricas acerca da natureza da mente.

[47] Uma tradução talvez compatível de *quality space, innate spading of qualities,* etc., conforme explicitações quineanas, seria "diferir qualitativo". (N. do T.)

[48] Presentemente, não está claro se a posição de Quine deve ser considerada como realmente empirista. Assim, vai ele ao ponto de propor a qualidade-espaço inata, uma bola vermelha pode estar menos distanciada de uma bola verde do que de um lenço vermelho, de forma que não apenas possuímos uma caracterização pré-experienciada de distância mas também uma análise inata de distância sob aspectos diversos. Tomando como base esses singelos comentários, podíamos pensar que Quine está propondo que conceitos como "bola" constituem idéias inatas, e que adota, portanto, uma forma extrema de nativismo; pelo menos, é difícil saber onde é que a proposta citada difere desta. Como apoio adicional a uma interpretação antiempirista, pode-se ainda lembrar a virtual renúncia de Quine à teoria do reforço (Cf. a minha nota 49).
Infelizmente, o que nós entendemos como concepções empiristas tem sido formulado de modo tão indefinido que fica quase impossível interpretá-las com alguma certeza, analisá-las ou avaliá-las. Um exemplo, talvez extremo, é a explicação de Skinner de como a linguagem é aprendida e usada (Skinner, 1957). Parecem ser possíveis apenas duas interpretações coerentes dessa análise. Se interpretamos os termos "estímulo", "reforço", "condicionamento", etc., que nela comparecem, como possuindo o significado que lhes é dado pela psicologia experimental, a explicação é tão óbvia e grosseiramente contra os fatos que a discussão está completamente fora de cogitação. Alternativamente, podemos interpretar os termos como extensões metafóricas dos termos (essencialmente homônimos) usados na psicologia experimental, caso em que o que se propõe é uma explicação mentalista que difere das tradicionais somente por que muitas distinções se encontram necessariamente obscurecidas em virtude da pobreza do aparato terminológico disponível para a paráfrase das tradicionais noções mentalistas. O que então passa a ser particularmente intrigante é a afirmação insistente de que esta paráfrase é de alguma forma científica, diferentemente do mentalismo tradicional. (N. do A.)

[49] A aplicação possivelmente é mediada por "reforço" embora muitos behavioristas contemporâneos usem o termo de maneira tão vaga que a referência a reforço nada acrescenta à explicação da aquisição de conhecimento que propõem. Por exemplo, Quine sugere (1960 pp. 82 s) que "alguma predileção básica pela conformidade" pode ocupar o lugar de "valores ulteriores" e que esse reforço da resposta por parte da sociedade pode consistir "tão-somente no uso corroborativo cuja semelhança com o esforço da criança constitui a única recompensa". Como nota Quine corretamente "novamente é bastante análogo ao esquema de Skinner, uma vez que não enumera as recompensas" (o que constitui um dos fatores contribuintes para a quase vacuidade do esquema de Skinner). O que esta proposta acrescenta é que a única função de "reforço" pode ser munir a criança com a informação acerca do uso correto; assim, a exigência empírica da "teoria do reforço" será que o aprendizado da linguagem não pode ter seguimento na ausência de dados. Atualmente, o conceito de "reforço" de Skinner é aparentemente ainda mais fraco, pois nem mesmo exige que o "estímulo reforçador" colida com o organismo respondente; é suficiente que seja ele esperado ou imaginado (para uma coleção de exemplos relativos a este assunto, ver Chomsky, 1959b. (N. do A.)

Uma abordagem bastante diferente do problema da aquisição do conhecimento caracterizou a especulação racionalista acerca dos processos mentais. A abordagem racionalista sustenta que além dos mecanismos processadores periféricos [50] existem idéias inatas e princípios de várias espécies que determinam a forma do conhecimento adquirido — num modo que pode ser bastante restrito e altamente organizado. Uma condição para que os mecanismos inatos venham a ser ativados é que seja apresentada estimulação apropriada. Assim, para Descartes (1647) as idéias inatas são aquelas que surgem da faculdade de pensar mais do que de objetos externos: [51]

> . . .nada acede ao nosso espírito através dos órgãos dos sentidos além de certos movimentos corpóreos. . . mas nem estes movimentos nem as figuras deles provenientes, são concebidos por nós, na forma que assume nos órgãos dos sentidos. . . Donde se segue que as idéias dos movimentos e figuras nos são inatas; e com mais razão ainda as idéias de dor, das cores, dos sons, e coisas semelhantes nos devem ser inatas, a fim de que o nosso espírito, por ocasião de certos movimentos corpóreos, com os quais elas não possuem qualquer semelhança, possa representá-las (p. 443, - ed. ing.).

Similarmente, noções como duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si, são inatas, pois não podem surgir de "movimentos particulares", como princípios necessários. Geralmente,

> a vista. . . apresenta-nos apenas imagens e o ouvido apenas vozes ou sons, de modo que todas as coisas em que pensamos, além das vozes ou imagens, como simbolizadas por elas, nos são apresentadas por meio de idéias que não vêm de outra fonte senão da nossa faculdade de pensar *(cogitandi facultate),* e juntamente com tal faculdade são inatas em nós, quer dizer, sempre existindo em nós potencialmente; pois existência numa faculdade não é existência atual, mas sim potencial, uma vez que a própria palavra "faculdade" significa nada mais nada menos que uma potencialidade. . . Assim, as idéias são inatas no sentido em que em determinadas famílias é inata a generosidade, em outras são inatas doenças como a gota ou a gravela; não que os filhos destas famílias sofram de tais moléstias no ventre materno, mas porque nascem com disposição ou faculdade para contraí-las (p. 442, - ed. ing.).

Já anteriormente Lord Herbert assegura (1624) que as idéias e princípios inatos "permanecem latentes quando seus objetos correspondentes não estão presentes, e chegam até a desaparecer, sem darem sinal de sua existência"; "devem ser

[50] Estes mecanismos, como hoje é sabido, não precisam de forma alguma ser elementares. Confira, por exemplo, Lettvin *et al.* (1959), Hubel e Wiesel (1962), Frishkopf e Goldstein (1963). Esta obra demonstrou que o processamento periférico no sistema receptor ou nos centros corticais inferiores pode fornecer uma complexa análise dos estímulos que, além do mais, parece ser bastante específica para o espaço vivido do animal e bem correlacionada com padrões de comportamento. Assim, parece que nem mesmo o processamento periférico pode ser descrito dentro do modelo não estruturado e atomístico que vem sendo proposto pelo pensamento empirista. (N. do A.)

[51] In *Notae in Programma Quoddam,* ed. AT, VIII, 1905, pp. 355-357. (N. do T.)

considerados não tanto resultado da experiência como princípios sem os quais não teríamos experiência alguma... (p. 132)". Sem estes princípios, "não poderíamos ter qualquer experiência nem ser capazes de observações"; "nunca chegaríamos a distinguir coisas entre elas, ou alcançar uma natureza geral... (p. 105)". Estas noções são grandemente desenvolvidas através de toda a filosofia racionalista do século XVII. Para mencionar apenas um exemplo, Cudworth (1731) fornece longo argumento em apoio da opinião de que "existem muitas idéias do espírito, as quais ainda que suas cogitações sejam freqüentemente solicitadas pelo movimento ou choque dos objetos sensíveis exteriores feitos sobre nossos corpos, não obstante, as próprias idéias não poderiam estar impressas ou estampadas na alma vindo deles, porque a razão não toma conhecimento de tais coisas nos objetos corpóreos, e portanto (as idéias) devem brotar do vigor inato e da atividade do próprio espírito... (Livro IV)". Mesmo em Locke encontramos essencialmente a mesma concepção, como foi apontado por Leibniz e por muitos comentadores desde então.

Na *Lógica* de Port-Royal (Arnauld, 1662) é expresso o mesmo ponto de vista da seguinte forma: [51]

> É portanto falso que todas as nossas idéias venham dos sentidos; pode-se, pelo contrário, dizer que nenhuma idéia que esteja em nosso espírito extrai sua origem dos sentidos, a não ser por ocasião dos movimentos realizados em nosso cérebro, e que tudo o que podem fazer os nossos sentidos é darem ocasião à alma de formar diversas idéias que sem isso não se formariam, embora essas idéias, quase sempre, nada tenham de semelhante ao que se passa nos sentidos e no cérebro e que, além disso, existe um grande número de idéias que, nada tendo a ver com imagens corporais, não podem, sem absurdo evidente, ser atribuídas aos sentidos.

No mesmo estado de espírito, Leibniz recusa-se a aceitar uma distinção cortante entre inato e aprendido:

> Concordo em que aprendemos idéias e verdades inatas tanto considerando sua origem como verificando-as através na experiência... E não posso admitir esta proposição: *tudo aquilo que se aprende não é inato.* As verdades dos números estão em nós, todavia aprendemo-las, [53] tanto extraindo-as de sua origem quando aprendemos através de prova demonstrativa (o que mostra que são inatas), ou testando-as através de exemplos, como fazem os aritméticos comuns... [*Novos Ensaios* p. 75, ed. ing.]. [Assim] toda aritmética e toda geometria estão em nós virtualmente, de forma que podemos encon-

[52] Traduzimos do texto francês, ed. Clair-Girbal, PUF, 1965, p. 46. (N. do T.)

[53] Afasto-me aqui da tradução de Langley, que reproduz esta passagem imprecisamente. O original francês é o seguinte"... *je demeure d'accord que nous apprenons les idées et les vérités innés, soit en prenant garde à leur source, soit en les vérifiant par l'expérience. Ainsi je ne saurais admettre cette propositions, tout ce qu'on apprend n'est pas inné. Les vérités des nombres sont en nous, et on ne laisse pas de les apprendre, soit en les tirant de leur source lorsqu'on les apprend par raison démonstrative (ce qui fait voir quelles sont innées) soit en les éprouvant dans les exemples comme font les arithméticiens vulgaires"... (N. do A.)*

trá-las ali se considerarmos atentamente, e dispusermos na devida ordem o que já temos no espírito... [p. 78]. [Em geral] possuímos infinita quantidade de conhecimento de que nem sempre estamos conscientes, nem mesmo quando dele necessitamos [p. 77]. Os sentidos, embora necessários para todo o conhecimento atual, não são suficientes para no-lo fornecerem por inteiro, uma vez que os sentidos só nos dão exemplos, isto é, verdades particulares ou individuais. Ora, todos os exemplos que confirmam uma verdade geral, qualquer que seja seu número, não chegam para estabelecer a necessidade universal dessa mesma verdade... [pp. 42 s.]. Verdades necessárias... devem ter princípios cuja prova não dependa de exemplos, nem conseqüentemente do testemunho dos sentidos, embora sem os sentidos nunca nos ocorresse pensar nelas... É verdade que não devemos imaginar que estas leis eternas da razão possam ser lidas como num livro aberto... mas é suficiente que possam ser descobertas em nós por força da atenção, para a qual os sentidos fornecem ocasiões, e a experiência bem sucedida serve para confirmar a razão... [p. 44].

[Existem princípios gerais inatos que] entram nos nossos pensamentos, de que formam a alma e a ligação. São necessárias ao pensamento como os músculos e tendões para a marcha, se bem que não tenhamos que pensar neles. O espírito apóia-se sobre estes princípios em todos os instantes, mas não se consegue tão facilmente distingui-los e representá-los distinta e separadamente, pois isso exige grande atenção aos próprios atos do espírito... Muitas coisas possuímos assim, sem que o saibamos.... [p. 74].[54]

(assim por exemplo, os chineses que possuem sons articulados, e portanto a base para a escrita alfabética, embora não a tenham inventado).

Observe-se que através destas discussões clássicas da interação entre os sentidos e a mente na formação das idéias, nenhuma distinção cortante é feita entre percepção e aquisição embora não houvesse inconsistência na hipótese de que as estruturas mentais inatas latentes, uma vez "ativadas" se encontrem então prontas para interpretação dos dados dos sentidos de um modo diferente daquele em que anteriormente se achavam.

Aplicando esta concepção racionalista ao caso especial do aprendizado da linguagem, Humboldt (1836) conclui que não se pode verdadeiramente ensinar a linguagem, mas apenas apresentar as condições sob as quais ela se desenvolverá espontaneamente na mente por forma peculiar. Assim, a *forma de uma língua,* o esquema de sua gramática, é dado, em larga medida, embora não fique disponível para uso sem experiência apropriada para pôr a operar os processos de formação da linguagem. Como Leibniz, reitera a visão platônica, segundo a qual o aprendizado de uma pessoa é em grande parte uma questão de *Wiedererzeugung,* quer dizer, de extrair o que é inato na mente.[55]

[54] A última frase segundo a tradução de A. Sérgio (Coimbra, 1931). (N. do T)

[55] Cf. Chomsky (1964) para discussão adicional e citações ilustrando as opiniões de Humboldt sobre estes problemas. (N. do A.)

Esta concepção contrasta pronunciadamente com a idéia empirista (a concepção prevalecente hoje em dia) de que a linguagem é essencialmente construto adventício, ensinado por "condicionamento" (como sustentariam, por exemplo, Skinner ou Quine) ou, por treino e explicação aberta (como reivindicava Wittgenstein), ou construído por métodos elementares de "processamento de dados" (como tipicamente sustenta a lingüística moderna), mas em qualquer dos casos, relativamente independente em sua estrutura de quaisquer faculdades inatas.

Em suma, a especulação empirista assumiu que somente os métodos e mecanismos para aquisição do conhecimento constituem uma propriedade inata da mente. Assim, para Hume, o método de "raciocínio experimental" é um instinto básico nos animais e nos homens, na mesma linha do instinto" que ensina ao pássaro com tanto rigor, a arte da incubação e toda a economia e ordem de seus trabalhos educativos" — deriva ele da "mão originária da natureza" (Hume, 1748, §9). A forma do conhecimento, todavia, é de sua parte completamente livre. Por outro lado, a especulação racionalista assumiu que a forma geral de um sistema de conhecimento se encontra de antemão fixada como disposição da mente e a função da experiência é fazer com que esta estrutura esquemática geral seja realizada e mais plenamente diferenciada.

Para seguir a iluminadora analogia de Leibniz, podemos fazer

> . . . a comparação de um bloco de mármore que tem veios, de preferência à de uma pedra de mármore bem homogênea, ou de tábuas de cera lisas — isto é, do que se chama entre os filósofos *tabula rasa.* Pois que, se a alma se assemelhasse a tais tábuas, dar-se-ia que as verdades se achariam em nós como a figura de Hércules está num mármore, quando o mármore é de todo indiferente a receber essa figura ou qualquer outra. Mas, se na pedra existissem quaisquer veios que nela marcassem a figura de Hércules preferentemente a todas as outras, estaria a pedra mais determinada a vir a assumir essa mesma figura, e Hércules portanto estaria na pedra como que inato de certa maneira, se bem fosse preciso certo trabalho para se poderem descobrir os ditos veios e para os pôr a claro pelo polimento, eliminando o que impede que eles apareçam. E é assim que nos são inatas, as idéias e as verdades —, como inclinações, disposições, hábitos, ou como virtualidades naturais, e não como ações, apesar de que as virtualidades se acompanham sempre de algumas ações, insensíveis às vezes, que lhe correspondem. [56]

Não é, evidentemente, necessário admitir que os pontos de vista empirista e racionalista possam sempre ser cortantemente distinguidos e que as duas correntes não se cruzem. Apesar de que é historicamente correto tanto quanto heuristicamente válido distinguir entre estas duas abordagens muito diferentes do problema da aquisição do conhecimento. Concepções racionalistas e empiristas particulares podem ser tornadas precisas e então ser apresentadas como hipóteses explícitas acerca da aquisição do conhecimento, em particular acerca da estrutura

[56] Tradução de A. Sérgio, ed. cit., p. 13. (N. do T.)

inata do dispositivo de aquisição da linguagem. De fato, não seria inexato descrever a abordagem taxonômica, de processamento de dados da lingüística moderna como uma concepção empirista que contrasta com a alternativa essencialmente racionalista proposta em recentes teorias da gramática transformacional. A lingüística taxonômica é empirista em sua hipótese de que a teoria lingüística geral consiste somente num corpo de métodos para determinar a gramática de uma língua a partir de um *corpus* de dados, não se achando especificada a forma da linguagem a não ser quando restrições a possíveis gramáticas são determinadas por este conjunto de métodos. Se interpretarmos a lingüística taxonômica como fazendo uma exigência empírica,[57] esta exigência deve ser que as gramáticas que resultam da aplicação dos métodos postulados a uma seleção de dados suficientemente rica sejam descritivamente adequadas — por outras palavras, que o conjunto de métodos possa ser considerado como constituindo uma hipótese acerca do sistema inato de aquisição da linguagem. Em contraste, a discussão da aquisição da linguagem nas seções precedentes era racionalista em sua hipótese de que os vários universais formais e substantivos constituíam propriedades intrínsecas do sistema de aquisição da linguagem, fornecendo um esquema aplicável aos dados e que determina de modo altamente restrito, a forma geral, e, em parte, até mesmo, os aspectos substantivos da gramática que podem emergir da apresentação de dados apropriados. Uma teoria lingüística geral do tipo grosseiramente descrito antes, e elaborada com maiores detalhes nos capítulos seguintes e em outros estudos de gramática transformacional, deve, portanto, ser considerada como uma hipótese específica, de cunho essencialmente racionalista no tocante à natureza das estruturas e processos mentais. (Veja-se Chomsky, (1959b, 1962b, 1964) e Katz (a publicar), para discussão mais extensa do problema.)

Quando estes pontos de vista contrastantes são claramente formulados, podemos perguntar, como questão empírica, qual (se ambos) é o ponto de vista correto. Onde as concepções racionalista e empirista gorem apresentadas com

[57] Não está inteiramente claro que esta seja uma boa interpretação da lingüística taxonômica. Por um motivo — a lingüística estrutural só raramente se interessou pelo aspecto "criativo" do uso da linguagem, que era tema dominante na teoria lingüística racionalista. Deu pouca atenção à produção e interpretação de sentenças novas, não ouvidas, quer dizer, ao uso normal da linguagem. Assim a sugestão segundo a qual as várias teorias de constituintes imediatos podem ser interpretadas como gramáticas de estrutura de frase, gerativas (como em Chomsky, 1956, 1962a ou Postal, 1964a), certamente ultrapassa o explicitamente anunciado pelos lingüistas que desenvolveram essas teorias, bem como deve achar-se fora de suas intenções. Daí que o problema central da adequação descritiva não seja realmente levantado dentro da lingüística estrutural. Em segundo lugar, muitos lingüistas "neobloomfieldianos", aceitando o behaviorismo de Bloomfield na interpretação (b) da nota 2 (assim como firthianos e "neofirthianos" e muitos outros), rejeitaram qualquer interesse pela adequação descritiva, limitando a tarefa da descrição gramatical, pelo menos em teoria, à organização dos dados lingüísticos primários. Outros sustentaram que uma gramática deveria pelo menos descrever os "hábitos" ou "disposições" do falante, embora nunca tenha sido satisfatoriamente esclarecido o modo por que o uso da linguagem pode ser considerado questão de hábito ou disposição. Para ser mais preciso, não existe um sentido claro do termo *hábito* ou *disposição* segundo o qual seria correto descrever a linguagem como "estrutura de hábito" ou "sistema de disposições".
Em geral, não é claro por que é que a maior parte das tendências behavioristas deveriam ser consideradas como variedades do empirismo, uma vez que, separando-se do empirismo clássico não têm interesse algum pelos processos mentais ou faculdades (quer dizer, nos problemas de adequação descritiva ou explanatória). (N. do A.)

suficiente cuidado a fim de que a questão da correção possa ser seriamente levantada, não pode, por exemplo, manter-se que uma delas é "mais simples" que a outra em termos de realização física potencial, [58] e mesmo que isto possa ser mostrado, de uma forma ou outra, não terá relação com o que constitui um problema totalmente empírico. A questão fatual pode ser abordada de diversas maneiras. Em particular, atendo-nos agora à questão da aquisição da linguagem, devemos ter presente que qualquer proposta empirista impõe certas condições à forma das gramáticas resultantes da aplicação dos princípios indutivos aos dados iniciais. Podemos, pois, perguntar se as gramáticas que estes princípios podem fornecer, em princípio, estão de algum modo próximos daqueles que, de fato, descobrimos quando investigamos línguas reais. A mesma questão pode ser feita acerca de uma proposta racionalista concreta. O que provou, no passado, ser um modo útil de submeter tais hipóteses a um tipo de teste empírico. Se a resposta a esta questão de adequação em princípio for positiva, em ambos os casos, podemos então voltar à questão da praticabilidade: podem os métodos indutivos (no caso empirista) ou os mecanismos de elaboração e realização de esquemas inatos (no caso racionalista) ter êxito na produção de gramáticas dentro das limitações de tempo e acesso, e dentro do âmbito da uniformidade observada da saída? De fato, a segunda questão raramente foi levantada de maneira séria ligada a concepções empiristas (todavia, cf. Miller, Galanter, e Pribam, 1960, pp. 145-48, e Miller e Chomsky, 1963, p.430, para comentários do ponto), uma vez que o estudo da primeira questão tem bastado para excluir quaisquer propostas explícitas de natureza essencialmente empirista que tenham saído das discussões modernas acerca da aquisição da linguagem. As únicas propostas explícitas o bastante para servirem de apoio a estudo sério são as que foram desenvolvidas dentro da lingüística taxonômica. Parece ter sido demonstrado para além de qualquer dúvida razoável, que afora questão de praticabilidade, métodos do tipo estudado na lingüística taxonômica são intrinsecamente incapazes de autorizar os sistemas de conhecimento gramatical que devem ser atribuídos ao falante de uma linguagem (cf. Chomsky, 1956, 1957,

[58] É o único aspecto no qual é relevante uma comparação de tais alternativas, afora o sucesso relativo na explicação dos fatos dados da aquisição da linguagem. Mas esta consideração, aparentemente, não oferece nenhuma informação que determine a escolha entre teorias alternativas.
Em geral, é importante termos presente que uma relação de entrada-saída extremamente especializada não pressupõe necessariamente um dispositivo complexo, altamente estruturado. Seja nossa hipótese acerca da mente que ela contenha um esquema para a gramática transformacional, ou que contenha mecanismos para efetuar associações arbitrárias, ou para executar certos tipos de operações taxonômicas ou indutivas — o fato é que dispomos de reduzido conhecimento acerca do cérebro e pouco *insight* de engenharia para os sistemas físicos plausíveis que apoiariam tais hipóteses. Similarmente não existe justificação para a hipótese corrente segundo a qual existe assimetria entre as concepções racionalista e empirista, a primeira dando a questão como provada, e não mostrando como é que surge a postulada estrutura interna. As concepções empiristas deixam em aberto o mesmo problema. No momento, não existe uma explicação melhor para o desenvolvimento das operações empiristas de processamento de dados, como estrutura inata, numa espécie, do que para o surgimento do esquema racionalista através de processos evolutivos ou outras determinantes da estrutura dos organismos. Nem tampouco a comparação com outras espécies diferentes da humana ajudará o argumento empirista. Pelo contrário, todas as espécies conhecidas têm capacidades cognitivas altamente especializadas. É importante observar que a psicologia comparativa não teve seguimento partindo de hipóteses empiristas acerca do conhecimento e comportamento, e não empresta apoio a estas hipóteses. (N. do A.)

1964; Postal, 1962b, 1964a, 1964c; Katz e Postal, 1964, § 5.5, e muitas outras publicações para uma argumentação destas questões que parece irrespondível e, de momento, não disputada). Em geral, então, parece-me correto dizer que as teorias empiristas acerca da aquisição da linguagem são refutáveis onde são claras, e que especulações empiristas ulteriores têm-se revelado completamente vazias e não informativas. Por outro lado, a abordagem racionalista exemplificada por trabalho recente na teoria da gramática transformacional parece ter se revelado razoavelmente produtiva, estar plenamente de acordo com o que se conhece sobre a linguagem, e oferecer, pelo menos alguma esperança de fornecer uma hipótese acerca da estrutura intrínseca de um sistema de aquisição da linguagem que preencha a condição de adequação em princípio, e fazê-lo de maneira suficientemente cuidadosa e interessante para que a questão da praticabilidade possa, pela primeira vez, seriamente ser levantada.

Outras maneiras de testar hipóteses particulares acerca de um dispositivo para aquisição da linguagem podem ser estabelecidas. Uma teoria que atribua a posse de certos universais lingüísticos a um sistema de aquisição da linguagem, como propriedade a ser realizada sob certas condições externas apropriadas, implica que apenas certos tipos de sistemas simbólicos podem ser adquiridos e usados como linguagens por este dispositivo. Outros achar-se-iam além da sua capacidade de aquisição da linguagem. Certamente podem ser inventados sistemas que não preencham as condições, formais e substantivas, que foram propostas como universais lingüísticos experimentais, como, por exemplo, na teoria jakobsoniana dos traços distintivos ou na teoria da gramática transformacional. Em princípio, podemos tentar determinar se sistemas inventados que não atendem a estas condições, colocam desordenadamente problemas difíceis para a aprendizagem e caem fora do domínio para o qual o sistema de aquisição da linguagem foi construído. Como exemplo concreto, considere-se o fato que de acordo com a teoria da gramática transformacional, somente certas operações formais sobre as seqüências podem aparecer nas gramáticas — operações, que além disso, não têm justificação *a priori*. Por exemplo, não se pode demonstrar que as operações permitidas seriam as mais "simples" ou "elementares" que se poderiam inventar. De fato, o que pode em geral ser considerado como "operações elementares" sobre seqüências não capacita de forma alguma as transformações como gramaticais, enquanto muitas das operações que o fazem estão longe de serem elementares, em qualquer sentido geral. Especificamente, as transformações gramaticais são necessariamente de "estrutura dependente" por manipularem subseqüências somente em termos de sua atribuição a categorias. Assim, é possível formular uma transformação que pode inserir todo ou parte do verbo auxiliar à esquerda de uma frase nominal que a precede, independentemente da extensão ou complexidade interna das seqüências pertencentes a estas categorias. É impossível, contudo, formular como transformação uma informação tão simples como a reflexão de uma seqüência arbitrária (quer dizer, a substituição de qualquer seqüência $a_1 \ldots a_n$, onde cada a+ é um símbolo simples, por $a_n \ldots a_1$) ou intercâmbio da palavra que ocupa a posição ($2n$-1) com a palavra que ocupa a posição $2n$ do começo ao fim

de uma seqüência de extensão arbitrária, ou inserção de um símbolo no meio de uma seqüência de extensão igual. Similarmente, se as análises estruturais que definem as transformações se restringem às condições Booleanas de *Analyzability,* como sugerido posteriormente, será impossível formular muitas operações de "estrutura dependente" como transformações — por exemplo, uma operação que repetiria um símbolo que é o membro mais à esquerda de uma categoria (impossível, na falta de lista de todas as categorias de gramática na análise estrutural), ou uma operação que repetiria um símbolo que pertence a tantas categorias — mais à esquerda quanto à direita.

Daí que quem propusesse esta teoria teria de predizer que embora uma língua possa formar interrogativas, por exemplo, intercambiando a ordem de certas categorias (como em inglês), não poderia formá-las por reflexão, ou intercâmbio de palavras pares e ímpares, ou inserção de um indicador no meio da sentença. Muitas outras destas predições, nenhuma óbvia num sentido *a priori,* podem ser deduzidas de uma teoria de universais lingüísticos suficientemente explícita atribuída a um dispositivo de aquisição da linguagem como propriedade intrínseca. Para algumas abordagens iniciais de problema muito difícil mas tantálico de investigar questões deste tipo, ver Miller e Stein (1963), Miller e Norman (1964).

Observe-se que, quando sustentamos que um sistema não pode ser aprendido por um dispositivo de aquisição da linguagem que espelha as capacidades humanas, não implicamos que o sistema não possa ser dominado pelo homem por outra via, tratado, por exemplo, como quebra-cabeça ou exercício intelectual de determinado tipo. O dispositivo de aquisição da linguagem constitui apenas um componente do sistema total de estruturas intelectuais aplicáveis à resolução de problemas ou à formação de conceitos; por outras palavras, a *faculté de langage* constitui apenas uma das faculdades do espírito. O que se espera, todavia, é que exista uma diferença qualitativa no modo pelo qual um organismo com sistema funcional para aquisição da linguagem [59] aborda e lida com sistemas semelhantes à linguagem e outros que o não são.

O problema de desenhar as capacidades cognitivas intrínsecas de um organismo e identificar os sistemas de crença e a organização de comportamento que poderá vir a atingir, deveriam estar no centro da psicologia experimental. O campo de estudo, contudo, não se desenvolveu neste sentido. A teoria do aprendizado, concentrou-se, em grande parte, no que parece constituir tópico bem mais marginal, a saber, quais as regularidades de tipo independente na aquisição de itens de um "repertório comportamental" sob condições experimentalmente

[59] Há razão para acreditar que o sistema de aquisição da linguagem possa ser plenamente funcional apenas durante um "período crítico" do desenvolvimento mental, ou, mais especificamente, que seus vários estágios maturacionais (ver a nota 41) têm períodos críticos. Ver Lenneberg (1 967). Observamos que não implicamos, evidentemente, que as funções da aquisição da linguagem sejam levadas a cabo por componentes totalmente separados da mente abstrata ou do cérebro físico — da mesma forma que quando se estudam os mecanismos de análise da percepção (cf. Sutherland, 1 959, 1 964), não está implicado que sejam componentes distintos e separados do sistema de percepção total. De fato, é problema importante para a psicologia determinar em que medida outros aspectos da cognição participam de propriedades de aquisição e uso da linguagem, e deste modo, desenvolver uma mais rica e compreensiva teoria da mente. (N. do A.)

manipuláveis. Conseqüentemente, dirigiu a atenção para tarefas extrínsecas às capacidades cognitivas de um organismo — tarefas necessariamente abordadas num estilo tortuoso, indireto e gradativo. No decorrer desta obra, foi obtida alguma informação ocasional acerca do efeito da estrutura cognitiva intrínseca e da organização intrínseca do comportamento sobre o que é aprendido; todavia tal fato raramente tem sido objeto de observação criteriosa (fora a etologia). As exceções esporádicas a esta situação (ver, por exemplo, a discussão do "impulso instintivo" em Breland e Breland, 1961), são bastante sugestivas, como também o são muitos estudos etológicos de organismos inferiores. A questão geral e suas múltiplas ramificações permanecem, contudo num estágio primitivo.

Em suma, parece claro que a situação presente no tocante ao estudo do aprendizado da linguagem é essencialmente a seguinte. Estamos na posse de uma certa massa de prova acerca da natureza das gramáticas gerativas que devem constituir a "saída" de um modelo de aquisição da linguagem. Esta evidência mostra claramente que os pontos de vista taxonômicos sobre a estrutura lingüística são inadequados e que o conhecimento da estrutura gramatical não pode surgir através da aplicação passo a passo de operações indutivas (segmentação, classificação, métodos de substituição, preenchimento de vazios numa estrutura, associação, etc.) de qualquer tipo desenvolvidas dentro da lingüística, psicologia ou filosofia. Especulações empiristas ulteriores não contribuem com nada que, mesmo fracamente, sugira um meio para superar as limitações intrínsecas dos métodos que até aqui vêm sendo propostos e elaborados. Em particular, tais especulações não forneceram nenhuma forma de explicar ou mesmo expressar o fato fundamental do uso normal da linguagem, a saber, a habilidade do falante para produzir e entender instantaneamente sentenças novas que não são similares às previamente ouvidas em sentido definido fisicamente, ou em termos de qualquer noção de modelo ou classes de elementos — sentenças essas que também não se acham associadas através de condicionamento com as anteriormente ouvidas, nem são obtidas a partir delas por meio de algum tipo de "generalização" conhecido da psicologia ou filosofia. Parece óbvio que a aquisição da linguagem se baseia na descoberta feita pela criança daquilo que, de um ponto de vista formal, constitui uma teoria profunda e abstrata — uma gramática gerativa de sua língua — na qual muitos dos conceitos e princípios só remotamente se acham ligados à experiência através de extensas e intrincadas cadeias de passos inconscientes quase-inferenciais. Uma consideração da natureza da gramática adquirida, a qualidade degenerada e a dimensão estreitamente limitada dos dados disponíveis, a surpreendente uniformidade das gramáticas resultantes, o fato de não dependerem da inteligência, motivação e estado emocional, acima de amplos âmbitos de variação, deixam reduzida esperança de que boa parte da estrutura lingüística possa ser aprendida por um organismo inicialmente não informado quanto à natureza geral dessa mesma linguagem.

No momento, é impossível formular uma hipótese acerca da estrutura inata que seja suficientemente rica para dar conta do fato de que o conhecimento gramatical é obtido com base na evidência à disposição do aprendiz. Conseqüente-

mente, o esforço empirista para mostrar como as hipóteses sobre um dispositivo de aquisição da linguagem podem ser *reduzidas a um mínimo conceitual*[60] acha-se totalmente mal colocado. O verdadeiro problema é o de desenvolver uma hipótese sobre a estrutura inicial que seja suficientemente rica para dar conta da aquisição da linguagem, não tão rica, contudo, a ponto de tornar-se inconsistente com a sabida diversidade da linguagem. Que tal hipótese não satisfaça os preconceitos acerca da aprendizagem que derivam de séculos de doutrina empirista constituem questão sem importância e dotada apenas de interesse histórico. Preconceitos que, para começar, são não apenas implausíveis mas também desprovidos de apoio fatual e dificilmente consistentes com o pouco que se sabe acerca de como animais e homens constróem uma "teoria do mundo exterior".

Torna-se claro por que o ponto de vista de que todo o conhecimento deriva somente dos sentidos através de operações elementares de associação e "generalização" haveria de despertar tanto interesse no contexto das lutas do século XVIII em favor do naturalismo científico. Contudo, hoje em dia não há mais razão para assumir seriamente uma posição que atribui uma realização humana complexa a meses (ou quando muito a anos) de experiência, em vez de milhões de anos de evolução ou a princípios de organização neural que podem estar mesmo mais profundamente baseados em lei física — posição que autorizaria, além disso, a conclusão de que o homem é, aparentemente, único entre os animais na forma pela qual adquire conhecimento. Tal posição seria particularmente implausível no tocante à linguagem, um aspecto do mundo da criança que constitui criação humana e esperar-se-ia que refletisse a capacidade humana intrínseca em sua organização interna.

Em resumo, a estrutura das línguas particulares pode muito bem ser amplamente determinada por fatores sobre os quais o indivíduo não tenha controle consciente e a sociedade pouca escolha ou liberdade. Tendo como base a melhor informação agora disponível, parece razoável supor que uma criança não possa ajudar a construir um tipo particular de gramática transformacional para dar

[60] É um fato curioso que o empirismo seja olhado como uma filosofia de algum modo "científica". Hoje em dia, a abordagem empirista da aquisição do conhecimento tem uma característica dogmática e apriorística que está em grande parte ausente da sua contrapartida racionalista. No caso particular da aquisição da linguagem, a abordagem empirista inicia sua investigação com a estipulação de que certos mecanismos de processamento de dados arbitrariamente selecionados *(e.g.,* princípios de associação, métodos taxonômicos) são os únicos acessíveis ao dispositivo de aquisição da linguagem. Passa então a investigar a aplicação destes métodos aos dados, sem, contudo, tentar demonstrar que o resultado da aplicação corresponde a gramáticas que podem ser demonstradas, independentemente, como adequadas descritivamente. Uma alternativa não dogmática para o empirismo começaria por observar que se estudarmos a aquisição da linguagem o que nos é fornecido é certa informação acerca dos dados primários apresentados e da gramática deles resultante, e que o problema com que defrontamos é o de determinar a estrutura do dispositivo que consiga mediar a relação entrada-saída (o mesmo pode ser dito do problema geral do qual a aquisição da linguagem é um caso especial). Não há motivos para quaisquer hipóteses específicas, empiristas ou outras, acerca da estrutura interna deste dispositivo. Prosseguindo sem preconceitos, viramo-nos naturalmente para o estudo das uniformidades da saída (universais, formais e substantivos), que devemos então atribuir à estrutura do dispositivo (ou, se puder ser demonstrado, a uniformidades na entrada, alternativa raramente levada em linha de conta nos casos dotados de interesse). Tal tem sido a abordagem racionalista, e é difícil saber que outra alternativa pudera existir, se as pressuposições dogmáticas acerca da natureza dos processos mentais forem eliminadas. (N. do A.)

conta dos dados que lhe são apresentados, da mesma forma que lhe é impossível controlar a percepção de objetos sólidos ou a atenção à linha e ao ângulo. Assim, pode muito bem ser que os aspectos gerais da estrutura da linguagem reflitam não tanto o curso da experiência da pessoa quanto a natureza geral de sua capacidade para adquirir conhecimento — no sentido tradicional, suas idéias e princípios inatos. Parece-me que o problema de clarificar esta questão e precisar a nossa compreensão de suas múltiplas facetas fornece a razão mais interessante e importante para o estudo de gramáticas descritivamente adequadas, e além disso, a formulação e justificação de uma teoria lingüística geral que preencha a condição de adequação explanatória. Levando adiante esta investigação é de se esperar que se dê substância à crença tradicional segundo a qual "os princípios de gramática formam uma parte importante, aliás, muito curiosa, da filosofia do espírito humano" (Beattie, 1788).

§ 9. *Capacidade Gerativa e sua Importância Lingüística*

Pode ser útil fazer uma observação metodológica adicional ligada às ultimas secções discutidas. Dada uma teoria descritiva da estrutura da linguagem [61] podemos distinguir sua *capacidade gerativa fraca* da *capacidade gerativa forte* na forma seguinte. Vamos dizer que uma gramática *gera fracamente* um conjunto de sentenças e que ela *gera fortemente* um conjunto de descrições estruturais (lembre-se que cada descrição estrutural especifica unicamente uma sentença, mas não necessariamente a recíproca), e tanto a geração fraca como forte são determinadas pelo procedimento f de (12iv) = (13iv) = (14iv). Suponhamos que a teoria lingüística T fornece a classe de gramáticas $G_1, G_2, \ldots$, em que G_i gera fracamente a linguagem L_i e gera fortemente o sistema de descrições estruturais Σ_i. Então a classe $\{L_1, L_2, \ldots\}$ constitui a *capacidade gerativa fraca* de T e a classe $\{\Sigma_1, \Sigma_2 \ldots\}$ constitui a *capacidade gerativa forte* de T. [62]

O estudo da capacidade gerativa forte acha-se ligado ao estudo da adequação descritiva no sentido definido. Uma gramática é descritivamente adequada se gera fortemente o conjunto correto de descrições estruturais. Uma teoria é descritivamente adequada se a sua capacidade gerativa forte inclui o sistema de descrições estruturais para cada linguagem natural; de outra forma, é descritivamente inadequada. Assim, a inadequação de capacidade gerativa forte, por razões empíricas, mostra que uma teoria da linguagem é seriamente falha. Como já observamos, contudo, uma teoria da linguagem que parece ser empiricamente adequada em termos de capacidade gerativa forte pode não ter interesse teórico particular,

[61] Quer dizer, uma teoria que preencha as condições (i)-(iv) da p. 260. Daqui em diante assumirei sem mais comentário, que qualquer teoria lingüística em discussão tenta preencher pelo menos estas condições. (N. do A.)

[62] Durante os últimos anos houve uma razoável quantidade de investigação sobre as propriedades formais de teorias de gramáticas muito simples. Na maior parte essa investigação restringiu-se à capacidade gerativa fraca, ainda que existam uns poucos resultados envolvendo também capacidade gerativa forte (em particular, aqueles referidos no § 2). Esta é, obviamente, a noção mais interessante, mas que é muito mais difícil de estudar. Para uma visão panorâmica deste trabalho, ver Chomsky (1 963), Chomsky e Schützenberger (1 963). (N. do A.)

uma vez que a questão crucial de adequação explanatória vai além de qualquer consideração de capacidade gerativa forte.

O estudo da capacidade gerativa fraca possui antes um interesse lingüístico marginal. Torna-se importante apenas nos casos em que alguma teoria proposta falhar mesmo na capacidade gerativa fraca — quando numa linguagem natural mesmo as *sentenças* dela não possam ser enumeradas por qualquer gramática permitida por esta teoria. De fato, mostrou-se que certas teorias razoavelmente elementares (particularmente, a teoria da gramática-de-estrutura-de-frase-independente-do-contexto e mesmo a teoria mais fraca da gramática de estados finitos) não possuem a capacidade gerativa fraca requerida para a descrição da linguagem natural, e assim falham nos testes empíricos de linguagem natural de modo particularmente surpreendente.[63] Devemos concluir desta observação que à medida que a teoria lingüística progredir para uma concepção mais adequada da estrutura gramatical, terá de permitir dispositivos com uma capacidade gerativa fraca que difere, sob certos aspectos, da que pertence a estes sistemas diversamente falhos.

É importante observar, contudo, que o defeito fundamental destes sistemas não é limitação na capacidade gerativa fraca, mas, antes, suas múltiplas inadequações em capacidade gerativa forte. A demonstração de Postal que a teoria da gramática de contexto-livre (gramática de estrutura-de-frase simples) falha em capacidade gerativa simples foi precedida por mais de meia dúzia de anos de discussão da capacidade gerativa forte da teoria, que mostrou conclusivamente não poder a teoria realizar a adequação descritiva. Além do mais, as limitações na capacidade gerativa forte transportaram-se para a teoria da gramática-de-estrutura-de-frase-independente-do-contexto, que provavelmente não peca por capacidade gerativa fraca. Presumivelmente, a discussão em torno da capacidade gerativa fraca marca tão-somente um estágio muito precoce e primitivo no estudo da gramática gerativa. As questões de verdadeiro interesse lingüístico surgem somente quando a capacidade gerativa forte (adequação descritiva) e, o mais importante, a adequação explanatória se tornam o foco da discussão.

Como foi observado anteriormente, o fator crítico no desenvolvimento de uma teoria plenamente adequada é a limitação da classe de gramáticas possíveis. É claro que esta limitação deve ser de molde a preencher as condições empíricas que incidem sobre a capacidade gerativa forte (e, *a fortiori,* fraca) e, além disso, de molde a permitir que se alcance a condição da adequação explanatória, ao ser desenvolvida uma medida avaliatória apropriada. Porém mais ainda, o problema consiste em impor estrutura suficiente ao esquema que define "gramática gerati-

[63] Ver Postal (1 962b, 1 964a, 1 964c). Nem a teoria da gramática independente de contexto nem a teoria da gramática de estados finitos, constituem artefatos inventados para investigação matemática. Cada uma delas acha-se bem motivada e possui interesse por si só, sem considerar a lingüística, e cada uma delas foi proposta pelos lingüistas como uma teoria compreensiva da linguagem. De fato, como Postal mostra (1 964a), quase toda teoria lingüística que recebeu alguma atenção nos últimos anos, na medida em que for clara, situa-se dentro do modelo da gramática independente do contexto. Como veremos mais tarde, a teoria da gramática independente do contexto aparentemente desempenha um papel crucial dentro da teoria geral da gramática transformacional. (N. do A.)

va" de forma que relativamente poucas hipóteses tenham de ser testadas pela medida avaliatória, fornecidos certos dados lingüísticos primários. Queremos que as hipóteses compatíveis com os dados fixados sejam "sortidas" em valor de forma a que a escolha entre elas possa ser relativamente fácil. Este requisito de "praticabilidade" constitui a maior limitação empírica imposta a uma teoria, uma vez preenchidas as condições de adequação explanatória e descritiva. É importante ter presentes os requisitos de adequação explanatória e praticabilidade quando capacidade gerativa fraca e forte das teorias são estudadas como problemas matemáticos. Assim é possível construir hierarquias de teorias gramaticais em termos de capacidade gerativa fraca e forte, mas sempre tendo em mente que estas hierarquias *não* correspondem necessariamente àquilo que constitui provavelmente a mais importante dimensão empírica do poder crescente da teoria lingüística. Esta dimensão deve, provavelmente, ser definida em termos da distribuição de valor das gramáticas compatíveis com dados fixos. Paralelamente a esta dimensão empiricamente significativa gostaríamos de aceitar a teoria menos "poderosa" empiricamente adequada. Pode suceder que esta teoria seja extremamente poderosa (talvez mesmo universal, quer dizer equivalente em capacidade gerativa à teoria das máquinas de Turing) [64] juntamente com a dimensão de capacidade gerativa fraca, ou mesmo gerativa forte. Não se segue que seja muito poderosa (e portanto não levada em conta) no que toca à dimensão de verdadeira significação empírica.

Em suma, o estudo matemático das propriedades formais das gramáticas é, provavelmente, uma área da lingüística com grandes potencialidades. Já forneceu *insight* para problemas de interesse empírico e, um dia, provavelmente, fornecerá *insights* muito mais profundos. Mas é importante entender que as questões que estão sendo estudadas presentemente encontram-se determinadas, em primeiro lugar, pela praticabilidade do estudo matemático, e que é importante não confundir isto com o problema da significação empírica.

[64] A possibilidade não pode ser descartada *a priori* mas de fato em definitivo, parece não ser o caso. Em particular, parece que, quando a teoria da gramática é adequadamente formulada, qualquer gramática daquele tipo deve preencher condições formais que a limitam à enumeração de conjuntos recursivos. (. . .) (N. do A.)

BIBLIOGRAFIA

BAR-HILLEL, Y., KASHER, A. e SHAMIR, E. (1963). *Measures of Syntactic Complexity*. Relatório para U.S. Office of Naval Research, Information Systems Branch. Jerusalem.

BLOCH, B. (1950). "Studies in colloquial japanese IV: Phonemics" *Language*, 26, pp. 86-125. Reimpresso por M. Joos (ed.), *Readings in Linguistics*. Washington, 1957.

BRELAND, K., e BRELAND, M. (1961). "The misbehavior of organisms" - *American Psychologist*, 16, pp. 681-684.

CHOMSKY, N., (1955). *The Logical Structure of Linguistic Theory*. Mimeografado, M.I.T. Library, Cambridge, Mass.

ID. (1957). *Syntactic Structures*. The Hague, Mouton & Co.

ID. (1959*a*). "On certain formal properties of grammars" - *Information and Control*, 2, pp. 137-167. Reimpresso por R. D. Luce, R. Bush, e E. Galanter (eds.), *Readings in Mathematical Psychology*, vol. II. Nova York, Wiley, 1965.

ID. (1959*b*). Review of Skinner (1957). *Language*, 35, pp. 26-58. Reimpresso por Fodor e Katz (1964).

ID. (1961). "Some methodological remarks on generative grammar" - *Word*, 17, pp. 219-239. Reimpresso parcialmente por Fodor e Katz (1964).

ID. (1962*a*). "A transformational approach to syntax" - In A. A. Hill (ed.). *Proceedings of the 1958 Conference on Problems of Linguistic Analysis in English*, pp. 124-148. Austin, Texas. Reimpresso por Fodor e Katz (1964).

ID. (1962*b*). "Explanatory models in linguistics" - In E. Nagel, P. Suppes, e A. Tarski, *Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Stanford, Califórnia, Stanford University Press.

ID. (1963). "Formal properties of grammars" - In R. D. Luce, R. Bush, e E. Galanter (eds.), *Handbook of Mathematical Psychology*, vol. II. pp. 323-418. Nova York, Wiley.

ID. (1964). *Currente Issues in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton & Co. Uma versão imediatamente anterior aparece em Fodor e Katz (1964). Esta é uma versão revisada e amplificada do ensaio apresentado para a sessão "The logical basis of linguistic theory" no Nono Congresso Internacional de Lingüistas, Cambridge, Mass., 1962. Aparece sob o título da sessão em H. Lunt (ed.), *Proceedings* of the Congress. The Hague, Mouton & Co., 1964.

ID. "Cartesian Linguistics" - (em preparação.) [CHOMSKY, N. Halle M. e Lukoff F. (1956). "On accent and juncture in English" - In M. Halle, H. Lunt, e H. MacLean (eds.), *For Roman Jakobson,* pp. 65-80. The Hague, Mouton & Co.

CHOMSKY, N. e MILLER, G. A. (1963). "Introduction to the formal analysis of natural languages" - In R. D. Luce, R. Bush, e E. Galanter (eds.), *Handbook of Mathematical Psychology,* vol. II, pp. 269-322. Nova York, Wiley.

CHOMSKY, N. e SCHÜTZENBERGER, M. P. (1963). "The algebraic theory of context-free languages" - In P. Braffort e D. Hirschberg (eds.) *Computer Programming and Formal Systems,* pp. 119-161, *Studies in Logic Series,* Amsterdam, North-Holland.

CORDEMOY, G. de (1667). *A Philosophical Discourse Concerning Speech.* Tradução inglesa de 1668.

CUDWORTH, R. (1731). *A Treatise Concerning Eternal and Immutable Morality.* Editado por E. Chandler.

DESCARTES, R. (1641). *Meditations.*

ID. (1647). "Notes directed against a certain programme" - Ambos os trabalhos de Descartes traduzidos por E. S. Haldane e G. T. Ross in *The Philosophical Works of Descartes,* vol. I. Nova York, Dover, 1955.

DIDEROT, D. (1751), *Lettre sur les Sourds et Muets.* As referências de páginas são para J. Assézat (ed.). *Oeuvres Complètes de Diderot,* vol. I. (1875). Paris, Garnier Frères.

DIXON, R. W. (1963). *Linguistic Science and Logic.* The Hague, Mouton & Co.

DU MARSAIS, C. CH. (1729). *Les véritables principes de la grammaire.* Sobre a data deste manuscrito, veja Sahlin (1928), p. ix.

ID. (1769). *Logique et principes de grammaire.*

FOOT, P. (1961). "Goodness and choice" - *Proceedings of the Aristotelian Society,* Supplementary Volume 35, pp. 45-80.

FRISHKOPF, L. S., e GOLDSTEIN, M. H. (1963). "Responses to acoustic stimuli from single units in the eighth nerve of the bulfrog" - *Journal of the Acoustical Society of America,* 35, pp. 1219-1228.

GLEASON, H. A. (1961). *Introduction to descriptive Linguistics,* segunda edição. Nova York, Holt, Rinehart & Winston.

HALLE, M. (1959*a*). "Questions of linguistics" - *Nuovo Cimento,* 13, pp. 494-517.

ID. (1959 *b*). *The Sound Pattern of Russian.* The Hague, Mouton & Co.

ID. (1961). "On the role of the simplicity in linguistic description" - In R. Jakobson (ed.), *Structure of Language and Its Mathematical Aspects, Proceedings of the Twelfth Symposium in Applied Mathematics,* pp. 89-94. Providence, R. I., American Mathematical Society.

ID. (1962*a*). "Phonology in generative grammar" - *Word,* 18, pp. 54-72. Reimpresso por Fodor e Katz (1964).

ID. (1964): "On the bases of phonology" - In Fodor e Katz (1964).

ID. (1968). *The Sound Pattern of English.* Nova York, Harper & Row.

HARMAN, G. H. (1963). "Generative grammars without transformational rules: a defense of phrase structure" - *Language,* 39, pp. 597-616.

HELD, R., e FREEDMAN, S. J. (1963). "Plasticity in human sensorimotor control" - *Science,* 142, pp. 455-462.

HELD, R. e HEIN, A. (1963). "Movement-produced stimulation in the development of visually guited behavior" - *Journal of Comparative and Physiological Psychology,* 56, pp. 872-876.

HERBERT OF CHERBURY (1624). *De Veritate.* Traduzido por M. H. Carré (1937). University of Bristol Studies, n.º 6.

HOCKETT, C. F. (1958). *A Course in Modern Linguistic.* Nova York, Macmillan.

HUBEL, D. H., e WIESEL, T. N. (1962). "Receptive fields, binocular interaction and functional architecture in the cat's visual cortex" - *Journal of Physiology,* 160, pp. 106-154.

HULL, C. L. (1943). *Principles of Behavior.* Nova York, Appleton-Century-Crofts.

HUMBOLDT, W. VON. (1836). *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues.* Berlim.

KATZ, J. J. (1964*c*). "Mentalism in linguistics" - *Language,* 40. pp. 124-137.

Id. (1966), "Innate ideas" - *Philosophy of language.*

KATZ, J. J. e FODOR, J. A. "The structure of a semantic theory" - *Language,* 39, pp. 170-210. Reimpresso por Fodor e Katz (1964).

KATZ, J. J. e POSTAL, P. (1964). *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions.* Cambridge, Mass., M.I.T. Press.

LANCELOT, C., ARNAULD, A. *et al.* (1660). *Grammaire générale et raisonnée.*

LEIBNIZ, G. W. *New Essays Concerning Human Understanding.* Traduzido por A. G. Langley. La Salle, Ill., Open Court, 1949.

LEMMON, W. B., e PATTERSON, G. H. (1964). "Depth perception in sheep" - *Science,* 145, p. 835.

LENNEBERG, E. (1962). *The Biological Bases of Language.*

LETTVIN, J. Y., MATURANA, H. R., MACCULLOCH, W. S. e PITTS, W. H. (1959). "What the frog's eye tells the frog's brain" - *Proceedings of the I.R.E.,* 47, pp. 1940-1951.

MILLER, G. A., e CHOMSKY, N. (1963). "Finitary models of language users" - In R. D. LUCE, R. BUSH, e E. GALANTER (eds.). *Handbook of Mathematical Psychology,* vol. II, cap. 13, pp. 419-492, Nova York, Wiley.

MILLER, G. A., GALANTER, E. e PRIBRAM, K. H. (1960). *Plans and the Structure of Behavior,* Nova York, Henry Holt.

MILLER, G. A. e ISARD, S. (1964). "Some perceptual consequences of linguistic rules" - *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior,* 2, n.º 3, pp. 217-228.

MILLER, G. A. e ISARD, S. (1964). "Free recall of self-embedded English sentences" - *Information and Control,* 7, pp. 292-303.

MILLER, G. A. e NORNAM, D. A. (1964). *Research on the Use of Formal Languages in the Behavioral Sciences.* Semi-annual Technical Report, Department of Defense, Advanced Research Projects Agency, January-June (1964), pp. 10-11. Cambridge, Harvard University, Center for Cognitive Studies.

MILLER, G. A. e STEIN, M. (1963). *Grammarama.* Scientific Report n.º CS-2, December. Cambridge, Harvard University, Center for Cognitive Studies.

POSTAL, P. M. (1962*b*). "On the limitations of context-free phrase-structure

description" - *Quarterley Progress Report* n.º 64, Research Laboratory of Electronics, M.I.T., pp. 231-238.

ID. (1964*a*). *Constituent Structure: A Study of Contemporary Models of Syntactic Description*. The Hague, Mouton & Co.

ID. (1964*c*). "Limitations of phrase structure grammars." - In Fodor e Katz (1964).

QUINE, W. V. (1960). *Word and Object*. Cambridge, Mass., M.I.T. Press, e Nova York, Wiley.

REID, T. (1785). *Essays on the Intellectual Powers of Man*. As referências de páginas são para a edição condensada de A. D. Woozley, 1941. Londres, Macmillan and Co.

RUSSELL, B. (1940). *An Inquiry into Meaning and Truth*. Londres, Allen & Unwin.

RYLE, G. (1931). "Systematically misleading expressions" - *Proceedings of the Aristotelian Society*. Reimpresso por A. G. N. Flew (ed.). *Logic and Language*, primeira série. Oxford, Blackweel, 1951.

ID. (1953). "Ordinary language" - *Philosophical Review*, 62, pp. 167-186.

SKINNER, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. Nova York, Appleton-Century-Crofts.

SUTHERLAND, N. S. (1959). "Stimulus analyzing mechanisms" - *Mechanization of Thought Processes*, vol. II, National Physical Laboratory Symposium n.º 10, Londres.

ID. (1964). "Visual discrimination in animals" - *British Medical Bulletin*, 20, pp. 54-59.

TWADDELL, W. F. (1935). *On Defining the Phoneme. Language Monograph n.º 16*. Reimpresso parcialmente por M. JOOS (ed.), *Reading in Linguistics*. Washington, 1957.

UHLENBECK, E. M. (1963). "An Appraisal of transformation theory" - *Lingua*, 12, pp. 1-18.

ID. (1964). Discussão na sessão "Logical basis of linguistic theory" - In H. Lunt (ed.), *Proceedings of the Ninth Congress of Linguists*, pp. 981-983. The Hague, Mouton & Co.

WITTGENSTEIN, L. (1953). *Philosophical Investigations*. Oxford, Blackwell's.

YNGVE, V. (1960). "A model and a hypothesis for language structure" - *Proceedings of the American Philosophical Society*, 104, pp. 444-466.

ÍNDICE

FERDINAND DE SAUSSURE
As palavras sob as palavras 9
A questão da origem 27

ROMAN JAKOBSON
A fonologia em relação com a fonética 61
Tábua das transcrições fônicas 63
I. *O nível lingüístico dos traços fonológicos* 65
II. *A variedade dos traços fonológicos e o seu tratamento em lingüística* 68
III. *A identificação dos traços distintivos* 74
IV. *Padronização fonêmica* 86
Retrospecto 97
Os oxímoros dialéticos de Fernando Pessoa 125
Carta a Haroldo de Campos sobre a textura poética de Martin Codax 147

LOUIS TROLLE HJELMSLEV
A estratificação da linguagem 155
Prolegômenos a uma teoria da linguagem 183
1. *Estudo da linguagem e teoria da linguagem* 185
3. *Teoria da linguagem e empirismo* 188
4. *Teoria da linguagem e indução* 189
5. *Teoria da linguagem e realidade* 190
6. *Objetivo da teoria da linguagem* 191
11. *Funções* 194
12. *Signos e figuras* 199
13. *Expressão e conteúdo* 203
22. *Semióticas conotativas e meta-semióticas* 212
A estrutura e o uso da língua 221

NOAM CHOMSKY
Aspectos da teoria da sintaxe 233
CAP. I - Preliminares metodológicos 235
§ 1. *As gramáticas gerativas como teorias da competência lingüística* 235
§ 2. *Para uma teoria do desempenho* 240
§ 3. *A organização de uma gramática gerativa* 247
§ 4. *Justificação das gramáticas* 250
§ 5. *Universais formais e substantivos* 257
§ 6. *Notas adicionais sobre teorias descritivas e explanatórias* 260
§ 7. *Métodos de avaliação* 265
§ 8. *Teoria lingüística e aprendizado da linguagem* 272
§ 9. *apacidade gerativa e sua importância lingüística* 284

Este livro integra a coleção
OS PENSADORES — HISTÓRIA DAS GRANDES IDÉIAS DO MUNDO OCIDENTAL
Composto e impresso nas oficinas da
Abril S.A. Cultural e Industrial, caixa postal 2372, São Paulo